

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS
2011

Rentipar Financeira - SGPS, S.A.

Rentipar Financeira - SGPS, S.A.

Sede Social: Avenida Barbosa du Bocage, 85 – 5º 1050-030 Lisboa

Número único de Matricula e Pessoa Colectiva: 502 176 881

Capital Social: 135.000.000,00 Euros

ÍNDICE

I. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

II. ACTIVIDADE DA RENTIPAR FINANCEIRA E DAS SUAS PARTICIPADAS EM 2011

II.1 RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS, S.A.

II.2 BANIF – GRUPO FINANCEIRO EM 2011

1. SOCIEDADES *HOLDING*

- 1.1 Banif - SGPS, S.A.
- 1.2 Banif Comercial - SGPS, S.A.
- 1.3 Banif Investimentos - SGPS, S.A.
- 1.4 Banif Mais - SGPS, S.A.
- 1.5 Rentipar Seguros - SGPS, SA

2. ACTIVIDADE CORPORATIVA

- 2.1 Recursos Humanos
- 2.2 Gestão dos Riscos da Actividade
- 2.3 Finanças
- 2.4 *Compliance*
- 2.5 Planeamento e Controlo de Gestão
- 2.6 Auditoria

3. BANCA COMERCIAL

- 3.1 Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A.
 - 3.1.1 Actividade Comercial na Região Autónoma da Madeira
 - 3.1.2 Actividade Comercial na Região Autónoma dos Açores
 - 3.1.3 Actividade Comercial no Continente
 - 3.1.4 Apoio às Áreas de Negócio
 - 3.1.5 Produtos de Crédito
 - 3.1.6 Actividade Financeira
 - 3.1.7 Actividade Internacional
 - 3.1.8 Síntese da Actividade e Resultados do Banif – Banco Internacional do Funchal, SA
- 3.2. Crédito Especializado
 - 3.2.1 Banco Banif Mais, S.A.
 - 3.2.1.1 Actividade em Portugal
 - 3.2.1.2 Actividade Internacional

Handwritten notes:
A diagonal line with a checkmark on the left and a signature on the right.
Below the line, the number '2' is written.
To the right of the number '2', the word 'Per' is written.

- 3.2.2 Bank Plus Bank, Zrt.
- 3.2.3 Banif Rent – Aluguer, Gestão e Comércio de Veículos Automóveis, S.A.
- 3.3 Actividade Internacional do Grupo
 - 3.3.1 Banif – Banco Internacional do Funchal (Cayman), Ltd
 - 3.3.2 Banif International Bank, Ltd
 - 3.3.3 Banif – Banco Internacional do Funchal (Brasil), S.A.
 - 3.3.4 Banca Pueyo, S.A.
 - 3.3.5 Banco Caboverdiano de Negócios, S.A.
 - 3.3.6 Banif Bank (Malta), Ltd
 - 3.3.7 Banif International Holdings, Ltd.

4. BANCA DE INVESTIMENTO

- 4.1 Banif – Banco de Investimento, S.A.
- 4.2 A actividade de Banca de Investimento nos EUA, no Brasil e em Espanha
 - 4.2.1 Banif Securities, Inc.
 - 4.2.2 Banif - Banco de Investimento (Brasil), S.A.
 - 4.2.3 Banco de la Pequeña y Mediana Empresa, S.A. (Bankpime)

5. SEGUROS

6. OUTRAS ACTIVIDADES DO BANIF – GRUPO FINANCEIRO

II.3 RENTICAPITAL – INVESTIMENTOS FINANCEIROS, S.A.

III ANÁLISE ÀS CONTAS SEPARADAS E CONSOLIDADAS

IV ANÁLISE DE RISCOS

V FACTOS RELEVANTES

VI PERSPECTIVAS FUTURAS

VII PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

VIII NOTAS FINAIS

⇒ Anexos ao Relatório do Conselho de Administração

IX DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

- 1. Demonstrações Financeiras Separadas
 - 1.1 Balanço
 - 1.2 Demonstração de Resultados

Handwritten signature and initials in black ink, including the number '3' and the letters 'A' and 'TR'.

- 1.3 Demonstração do Rendimento Integral
- 1.4 Demonstração de Variações em Capitais Próprios
- 1.5 Demonstração de Fluxos de Caixa
- 1.6 Anexo às Demonstrações Financeiras
- 2. Demonstrações Financeiras Consolidadas**
- 2.1 Balanço
- 2.2 Demonstração de Resultados
- 2.3 Demonstração do Rendimento Integral
- 2.4 Demonstração de Variações em Capitais Próprios
- 2.5 Demonstração de Fluxos de Caixa
- 2.6 Anexo às Demonstrações Financeiras

Handwritten signature and initials:
A stylized signature, possibly "P. S.", is written above the initials "TR". A small number "4" is written below the signature. To the right of the initials, there are some additional scribbles and a vertical line.

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

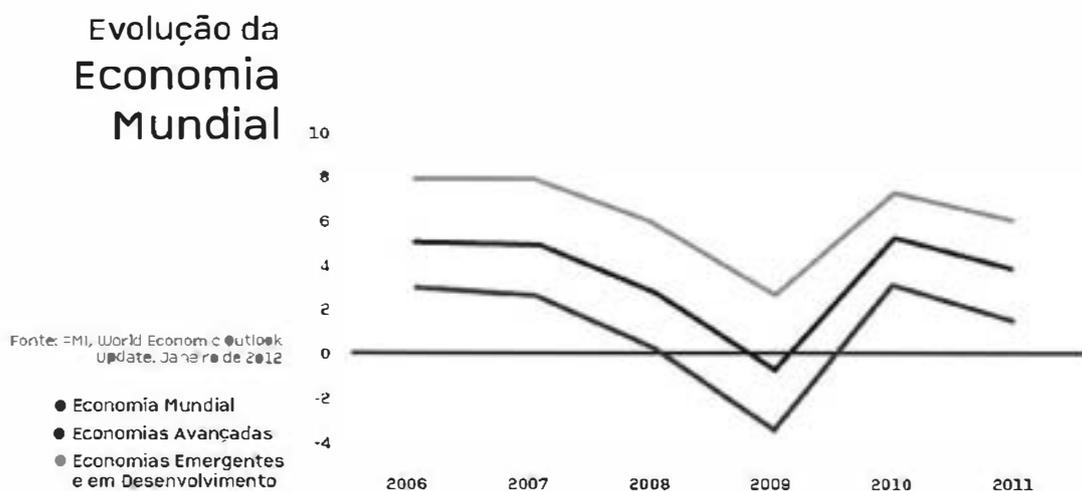
Exmos. Senhores Accionistas,

De acordo com a Lei e com os Estatutos da Sociedade, submetemos à vossa apreciação e aprovação o Relatório e Contas individuais e consolidadas da Rentipar Financeira – SGPS, S.A. (“Rentipar Financeira”), relativos ao exercício de 2011.

I. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

CONJUNTURA INTERNACIONAL

O ano de 2011 foi marcado pelo abrandamento do ritmo de expansão das principais economias mundiais, após a recuperação económica verificada em 2010. De acordo com o FMI, a economia global terá crescido 3,8% em 2011, face a um crescimento de 5,2% em 2010, tendo o crescimento sido mais acentuado nos países emergentes e mais moderado na generalidade das economias avançadas.



Apesar da redução do ritmo de crescimento, a sustentabilidade do ciclo de expansão foi ainda condicionada por um conjunto de factores temporários, de entre os quais: i) os efeitos do terramoto e consequente tsunami no Japão; ii) a crise política em países do Norte de África e Médio Oriente, em particular na Líbia, e os efeitos ao nível do preço do petróleo; e, iii) o agravamento da crise de dívida soberana ocorrida na Zona Euro, com o contágio para a economia portuguesa e, na segunda metade do ano, para as economias espanhola e italiana.

A crise de dívida soberana que afecta os países da Zona Euro começou no final do ano de 2009 na Grécia e propagou-se no início de 2011 para Portugal, depois de ter obrigado a Irlanda a um pedido de ajuda externa no final de 2010. A desconfiança dos mercados financeiros relativamente à dívida de

5
L
R
A
R
R

Portugal conduziu ao aparecimento de dificuldades crescentes no financiamento dos agentes públicos e privados e conduziu o governo a um pedido de assistência financeira à União Europeia, aos países membros da área do euro e ao FMI no dia 7 de Abril de 2011. No âmbito deste pedido, foi elaborado um alargado programa de ajustamento económico e financeiro para o período de 2011-14, o qual contempla um financiamento total de 78 mil milhões de euros. O programa centra a sua intervenção em 3 grandes áreas:

- Reformas estruturais para aumentar o crescimento potencial da economia;
- Estabelecimento de uma estratégia de consolidação orçamental credível;
- Desalavancagem ordenada do sector financeiro.

A crise na Zona Euro condicionou o acesso ao crédito por parte das famílias e das empresas, devido às dificuldades de refinanciamento da banca, e pressionou os governos a anunciar políticas orçamentais mais restritivas com vista a recolocar as finanças públicas em trajectória sustentável, caso da França, da Grécia, de Espanha, de Itália e Portugal. Estas medidas contraccionistas condicionam de forma significativa o processo de recuperação económica em curso. Paralelamente, os governos da Alemanha e França insistiram na necessidade de envolver os investidores privados nos programas de resgate financeiros dos países em dificuldade, o que veio agravar ainda mais o sentimento dos investidores.

O aumento da aversão ao risco sentido pelos investidores traduziu-se, em Agosto e Setembro de 2011, num contágio global em que a elevada volatilidade de mercado afectou igualmente os mercados da Zona Euro, demais mercados desenvolvidos e os mercados emergentes, com os fluxos de capital a caírem de forma pronunciada e as divisas a depreciarem face à moeda de refúgio, o dólar norte-americano.

Neste contexto, as economias avançadas registaram em 2011 um forte abrandamento no crescimento face ao registado em 2010, tendo passado, de acordo com o FMI, de um crescimento de 3,2% em 2010 para 1,6% em 2011. Neste bloco económico, a procura interna tem vindo a desacelerar, com o consumo privado a ser afectado pelas negativas condições do mercado de trabalho nas principais economias ao longo de 2011, com níveis de desemprego elevados e modesta criação de emprego. Paralelamente, regista-se na maioria destes países um processo de desalavancagem das famílias e das empresas, o que tem afectado tanto o comportamento do consumo privado como o do investimento residencial. O consumo público, por seu turno, tem sido afectado pela necessidade geral de consolidação das finanças públicas.

As economias emergentes e em desenvolvimento continuam a liderar o crescimento, apresentando uma dinâmica mais forte que as desenvolvidas, o que tem contribuído para o aumento do seu peso



Handwritten signature and initials, possibly 'FMI' and '100'.

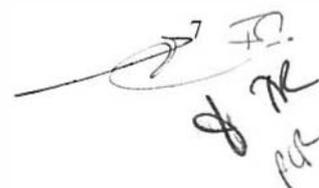
relativo na economia mundial. Esta dinâmica superior tem influenciado positivamente o preço de matérias-primas e a inflação a nível global. Adicionalmente estas economias permanecem com amplo espaço de manobra ao nível monetário e fiscal que permite compensar um abrandamento da actividade das economias desenvolvidas que se reflecta negativamente sobre as exportações das economias emergentes.

Desenvolvimentos das principais economias

A economia norte-americana perdeu dinâmica em 2011, com o crescimento a desacelerar de cerca de 3% em 2010 para 1,8% em 2011, tendo no entanto registado um desempenho distinto no primeiro e no segundo semestre do ano. Nos meses finais do ano, beneficiou dos efeitos técnicos positivos que resultaram da recuperação dos choques negativos sofridos na primeira metade de 2011, em particular em resultado da subida do preço do petróleo e das quebras do abastecimento da cadeia de produção, na sequência do terramoto do Japão. Esta recuperação permitiu alimentar um crescimento de cerca de 2,9% no último trimestre do ano e uma redução da taxa de desemprego, que passou de 9,1% no 3º trimestre para 8,7% no 4º trimestre. Ao longo do ano a confiança das empresas e das famílias deteriorou-se de forma marcada, afectada pela elevada volatilidade dos mercados financeiros e pelo *downgrade* do risco de crédito soberano.

A Reserva Federal Norte-Americana (FED) optou ao longo do ano pela manutenção das taxas de juro, tendo sinalizado que estas se iriam manter a níveis reduzidos por um período prolongado. Paralelamente, continuou com um processo de aquisição de dívida em mercado secundário (vulgarmente designado por *quantitative easing*), que havia sido iniciado em Novembro de 2010 e que se prolongou até Junho de 2011, envolvendo um montante aproximado de 600 mil milhões de dólares. Em Setembro, a FED anunciou a “operação twist”, que consiste na troca de dívida de curto prazo por dívida de médio longo prazo, com a qual pretende estimular a economia através da redução das taxas de juro de longo prazo. No final do ano, a Reserva Federal, numa alteração extremamente significativa, decidiu modificar a política de comunicação, com o objectivo de influenciar a formação de expectativas por parte dos agentes económicos, que assim poderão mais facilmente interpretar as próximas acções da FED e contribuir para o sucesso das suas políticas. Entre as principais novidades estão: i) a explicitação e publicação de um objectivo de médio prazo para a inflação, de 2%; ii) a publicação das projecções dos membros do comité de política monetária para trajectória das taxas de juro, que aponta para a manutenção das taxas próximo de zero até finais de 2014.

No continente asiático, a actividade económica permaneceu robusta, mas abrandou no primeiro semestre na sequência das disrupções na cadeia de produção, sobretudo nos sectores automóvel e de componentes electrónicos, causadas pelo terramoto e tsunami no Japão. Algumas economias



Handwritten signature and initials, possibly 'J.R.' and 'P.C.', with a large arrow pointing to the right.

registaram um abrandamento no crescimento das exportações, tendo embora a procura doméstica continuado a ser suportada pelo crescimento do crédito e da confiança empresarial e dos fortes mercados de trabalho.

De acordo com o FMI, a China registou um abrandamento do crescimento em 2011, de 10,4% para 9,2%. Este abrandamento está relacionado com a envolvente externa, sobretudo uma menor procura por parte da UE, que está a afectar o comportamento das exportações e a uma redução do excedente comercial. Paralelamente, o investimento imobiliário começou a corrigir fortemente na segunda metade de 2011. No entanto, com a inflação a cair de forma consistente desde o máximo de 6,5% atingido em Julho, situando-se em 4,1% em Dezembro, a política monetária alterou-se, passando o foco do combate à inflação para a estabilização do crescimento. Neste sentido, o Banco da China baixou o rácio de reservas legais dos bancos e existe ampla margem de manobra para continuar a medidas de estímulo monetário, assim como a política orçamental, que deverá ser igualmente acomodaticia, com cortes de impostos e mais despesa na habitação social, segurança social e agricultura.

Os países da América Latina e Caraíbas registaram no seu conjunto um crescimento de 4,6% em 2011, o que configura um abrandamento face ao crescimento de 6,1% registado em 2010. O crescimento na região foi forte no primeiro semestre do ano, impulsionado pelas exportações de matérias-primas, mas onde a procura interna, suportada por políticas acomodaticias e forte influxo de capitais, também desempenhou papel relevante. Na segunda metade do ano, a dinâmica de crescimento, começou a moderar-se, com a necessidade de reverter o sentido das políticas económicas e com os efeitos da crise financeira na Zona Euro. O Brasil deverá ter crescido 2,9% em 2011, significativamente abaixo do crescimento registado em 2010 (7,5%). Este abrandamento está relacionado com a visível queda da economia no 2º semestre de 2011, em resultado do efeito desfasado do aumento dos juros na 1ª metade do ano, da imposição de medidas macro-prudenciais, da redução da oferta de crédito por parte do BNDES e da contenção dos gastos públicos. Adicionalmente, o impacto do ambiente externo sobre a confiança e da surpresa de inflação sobre o poder de compra real dos salários também tiveram efeito negativo.

A Zona Euro registou um ano marcado por elevada volatilidade dos mercados financeiros e riscos crescentes à estabilidade financeira. Os custos de financiamento dos Estados soberanos e dos bancos aumentaram nos países periféricos e a instabilidade propagou-se, por contágio, a países que até então tinham permanecido relativamente imunes, como Itália, Bélgica, Espanha, Áustria e até França.

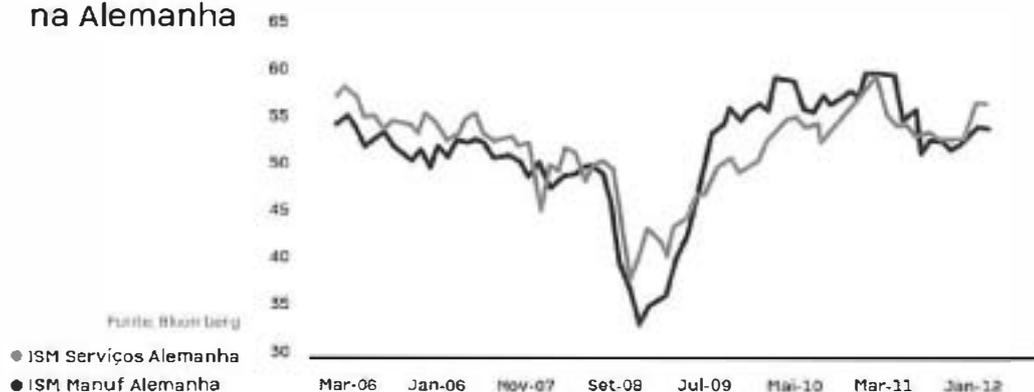
Após um primeiro trimestre relativamente forte, a actividade económica desacelerou de forma significativa na segunda metade do ano, tendo a Zona Euro, no seu conjunto, registado um crescimento de 1,6% em 2011, após um crescimento de 1,9% em 2010. Este abrandamento, que se prolonga para 2012, fica a dever-se a uma combinação de factores, dentre os quais a subida das yields de dívida soberana, os

8
d
100
R
P.
100

efeitos sobre a economia real da desalavancagem bancária e os impactos da consolidação orçamental adicional anunciada pelos vários governos. Estes factores, em conjunto, tiveram impacto muito negativo sobre a confiança dos consumidores e dos empresários, que afectou também os países centrais da Zona Euro. A divergência de crescimento entre os vários países europeus acentuou-se em 2011, com alguns países a operarem a níveis próximos dos registados antes da crise (Dinamarca, Alemanha, Holanda, Polónia, Suécia, entre outros), e outros a níveis marcadamente inferiores, onde se incluem a periferia da Zona Euro (Grécia, Irlanda, Portugal).

Na Alemanha, apesar de um forte crescimento registado para o conjunto do ano de 2011, de 3%, o PIB já terá contraído no 4º trimestre do ano, apesar de a procura interna se manter relativamente resiliente e o nível de emprego continuar a aumentar. Em França, por seu turno, o crescimento situou-se em 1,6% em 2011, mas a economia finalizou o ano em clima recessivo, afectada pela crise da Zona Euro, pela perda do *rating* de AAA e pela incerteza política resultante da realização de eleições presidenciais (cuja primeira volta se realiza a 22 de Abril de 2012).

Confiança da Indústria e dos Serviços na Alemanha



A Espanha deverá ter registado em 2011 um crescimento moderado, que o FMI estima em 0,7%. A economia espanhola sofreu, após a cimeira europeia de 21 de Julho na qual se decidiu a participação do sector privado no novo pacote de resgate à Grécia, um forte ataque por parte dos mercados financeiros, que especularam sobre a sustentabilidade da trajectória das finanças públicas e sobre a necessidade de o país ter de recorrer a um pacote de ajuda externa. Esta instabilidade conduziu a eleições antecipadas e à mudança de Governo, tendo o novo governo anunciado, em Novembro, um novo pacote de medidas de austeridade com o objectivo de atingir um défice público de 4,4% do PIB

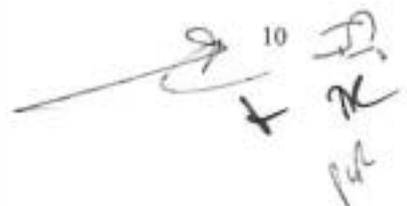
9
+ 70
R
P&K

em 2012, que incluem medidas de corte de despesa e de aumento de impostos que, em conjunto, ascendem a 1,4% do PIB.

Neste contexto, o Banco Central Europeu (BCE) iniciou, durante o primeiro semestre de 2011, o processo de normalização das condições monetárias após as medidas excepcionais tomadas na sequência da crise financeira de 2008/09. Assim, o BCE procedeu à subida das taxas de juro directoras em Abril, de 1,00% para 1,25%, tendo no início de Julho procedido a um novo aumento para 1,50%. Paralelamente, o BCE continuou, nos primeiros 3 meses do semestre e no contexto da crise da dívida soberana, com o programa de compra em mercado secundário de dívida de países da Zona Euro com dificuldades de financiamento, através de operações esterilizadas.

No entanto, o agravamento das condições económicas e a instabilidade dos mercados financeiros durante os meses de Verão conduziram o BCE a inverter as subidas anteriores, tendo procedido ao corte das taxas de juro em 50 pontos base (25 pontos em Novembro e Dezembro), colocando-as no mesmo nível do início do ano, e ao anúncio de novas medidas não convencionais, que incluíram cedências de liquidez em quantidade ilimitada a taxa fixa pelo prazo de 3 anos (LTRO), a primeira das quais realizada em finais de Dezembro de 2011 (que envolveu a cedência de cerca de 489 mil milhões de euros por cerca de 523 instituições na Zona Euro), e novas regras de aceitação de colateral nas operações de refinanciamento dos bancos.

O abaixamento das notações de *rating* de um conjunto de países da Zona Euro por parte da agência Standard & Poors, que conduziu à perda do *rating* de AAA por parte da França e da Áustria implicou a perda por parte do Fundo Europeu de Estabilidade Financeira (FEEF) de cerca de 180 mil milhões de euros de garantias AAA e a perda do seu próprio estatuto de AAA, o que pode dificultar ainda mais o apoio aos países sem acesso ao financiamento de mercado. As autoridades estão por isso focadas em aprovar as regras do Mecanismo de Estabilidade Europeu (MEE), que deverá entrar em funcionamento em Julho de 2012 (inicialmente previsto para 2013), requerendo para tal alterações aos tratados da UE. Em paralelo, continuam os avanços para o estabelecimento do chamado "fiscal compact", que pretende estabelecer as regras de uma arquitectura institucional estável para a ZE e que inclua, entre outros aspectos, limites constitucionais (ou em leis de poder reforçado) aos défices e endividamento e o envolvimento do Tribunal Europeu de Justiça para garantir o seu cumprimento; submissão prévia, para validação, dos orçamentos nacionais a órgãos de supervisão multilaterais; sistema de sancionamento e penalização automática para os não cumpridores.

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page. The signature appears to be 'R' followed by some less legible characters, and there are some other marks and numbers nearby.

CONJUNTURA NACIONAL

A economia nacional encontra-se condicionada e enquadrada pelo cumprimento das metas acordadas no plano de financiamento com a UE, os países da zona euro e o FMI, e que pressupõe um processo de ajustamento que se deverá caracterizar, em traços gerais, pela conjugação dos processos de consolidação orçamental e de desalavancagem do sector privado. A sua concretização será particularmente exigente, não só porque decorre num enquadramento económico e financeiro internacional adverso, mas também pela persistência de um conjunto de fragilidades estruturais que contribuem para um baixo crescimento da produtividade tendencial em Portugal.

Procura e Oferta

A conjuntura nacional caracterizou-se, em 2011, pela continuação do agravamento das condições económicas, que se verifica desde a segunda metade de 2010. Este agravamento é visível na evolução do PIB, que terá registado uma queda de -1,5% em 2011. A redução da variação anual do produto deveu-se a uma redução acentuada do investimento e das despesas de consumo final das famílias. Associado à queda do consumo, verificou-se uma diminuição das importações de bens e serviços, enquanto as exportações, por seu turno, mantiveram um ritmo elevado de crescimento, o que se reflectiu num contributo positivo da procura externa líquida. A taxa de desemprego estimada para o quarto trimestre situou-se em 14%, um nível historicamente elevado.

A forte quebra do consumo privado em 2011, que deverá apresentar pela primeira vez uma variação inferior à do PIB (diminuindo portanto o seu peso nesse agregado), e o fraco desempenho do investimento, reflectem o impacto das medidas de consolidação orçamental, a manutenção da situação adversa no mercado de trabalho, as condições restritivas de financiamento e o abrandamento significativo do ritmo de crescimento nos principais parceiros económicos.

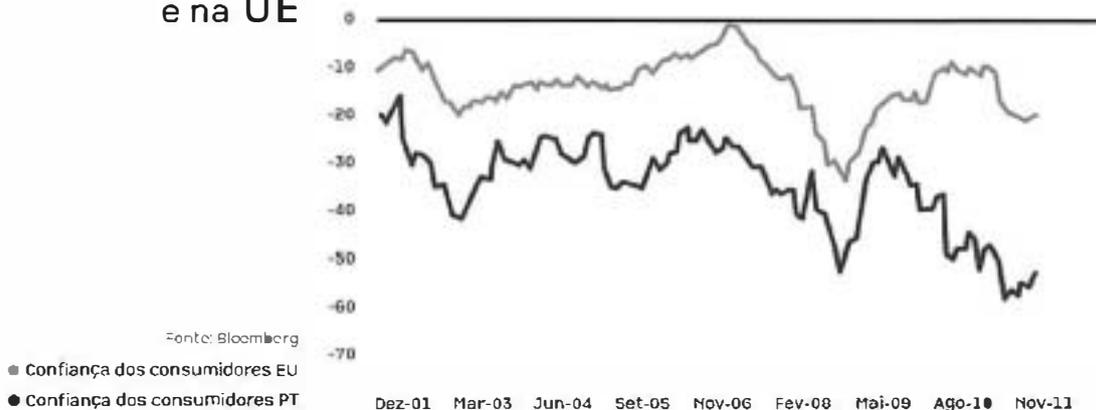
O desempenho económico em Portugal acentuou o diferencial negativo para o crescimento da zona euro, que se deverá intensificar nos próximos anos, no contexto do processo de correcção de desequilíbrios da economia portuguesa. Nos últimos 10 anos, o PIB em Portugal registou taxas de crescimento bastante reduzidas, que têm acentuado a divergência face à média dos países da Zona euro, sendo estas acompanhadas por taxas de poupança historicamente baixas e por um aumento do nível de endividamento da economia.

O consumo privado deverá ter contraído cerca de 3,8% em 2011. Esta evolução é consistente com a evolução do rendimento disponível real e com a expectativa de redução do rendimento permanente por parte das famílias. A redução muito acentuada do rendimento disponível real reflecte a redução das

Handwritten signature and initials in the bottom right corner, including the number '11' and the letters 'NR', 'PUC', and 'H'.

remunerações por trabalhador no conjunto da economia, num contexto em que o nível de emprego deverá voltar a apresentar uma queda, bem como o impacto das medidas de consolidação orçamental, onde se destacam a redução de 5% em termos médios das remunerações dos funcionários públicos, o agravamento dos impostos directos e indirectos e o aumento dos preços de bens e serviços sujeitos a regulação. A correcção do consumo privado deverá continuar nos próximos anos e deverá traduzir-se num processo de reestruturação dos balanços das famílias, num contexto de condições restritivas de financiamento.

Confiança dos Consumidores em Portugal e na UE



A formação bruta de capital fixo registou em 2011 uma redução muito acentuada, que no 3º trimestre do ano se cifrava em 12,0%. Esta evolução está presente tanto na componente pública, em resultado do processo de consolidação orçamental, como na componente privada, em resultado da deterioração das expectativas quanto à evolução futura da procura, a elevada incerteza e as condições restritivas de financiamento, num contexto em que as empresas apresentam um nível de endividamento muito elevado em comparação com as empresas na zona euro.

Não obstante o forte crescimento do crédito e os baixos custos de financiamento de que Portugal beneficiou desde o início da década anterior, a FBCF em Portugal registou uma queda acumulada de 31,9% entre 2001 e 2010. O desempenho da FBCF em 2011 prolonga esta tendência, que não estará associada a factores de natureza cíclica, mas de natureza estrutural. Entre os factores que condicionam as decisões de investimento por parte das empresas destaca-se o nível de qualificação da mão-de-obra, o quadro institucional existente, em particular ao nível da flexibilidade dos mercados, e a previsibilidade do sistema fiscal.

12
J
P
R

Nos próximos anos, não é de antecipar uma recuperação forte desta componente da procura, ao contrário do que é típico nos períodos pós-recessivos, já que se encontra em curso o processo de ajustamento dos balanços das empresas face ao seu elevado nível de endividamento. Paralelamente, a deterioração das expectativas de crescimento da procura para os próximos anos também condicionam a evolução da FBCF.

A queda da FBCF em 2011 é transversal a todas as suas componentes, mas assume particular destaque na FBCF em construção. O indicador de confiança no sector da construção regista os valores mais baixos desde que o inquérito foi iniciado (1989), as vendas de cimento caíram 19,1% em termos homólogos, em Dezembro, e a taxa de variação dos empréstimos bancários a empresas dos sectores da construção e actividades imobiliárias apresenta valores negativos desde o início de 2010. A FBCF em máquinas e equipamento também registou uma forte queda, visível nas importações de máquinas e outros bens de capital, que registaram uma queda homóloga de 23,6% em Dezembro, em linha com a evolução do indicador de confiança na indústria transformadora e nos serviços. No que respeita à FBCF em material de transporte, a evolução em 2011 reflecte a queda significativa de vendas de veículos comerciais ligeiros e pesados, com quebras de -4,1% e -68,2%, respectivamente e, em menor grau, a diminuição significativa de compras de automóveis pelas empresas de rent-a-car.

As exportações de bens e serviços apresentaram-se como a componente mais dinâmica da despesa total, se bem que se verificou um marcado abrandamento das mesmas no segundo semestre, reflectindo a evolução da procura externa. De acordo com a informação disponível, as exportações cresceram 6,5% até ao 3º trimestre (Contas Nacionais do INE). Em termos nominais, as exportações de bens verificaram uma desaceleração significativa em Dezembro, tendo passado de uma variação homóloga de 16,1% em Novembro para 4,4% em Dezembro. As exportações de bens para a UE passaram de uma variação positiva de 9,8% em Novembro para -1,1% em Dezembro, enquanto as exportações de bens extra-UE abrandaram de 36,8% para 19,2% no mesmo período, respectivamente. Também o índice de volume de negócios da indústria para o mercado externo revelou um comportamento similar, tendo registado uma subida homóloga de 4,4% em Dezembro. Em relação aos mercados de destino, destaca-se a desaceleração das exportações para Espanha (que representam mais de ¼ das exportações nacionais), e o forte crescimento das exportações para a Alemanha, Itália e França. Relativamente aos mercados extra-comunitários, realça-se a recuperação da dinâmica das exportações para os PALOP, com destaque para Angola (o principal mercado extra-comunitário das exportações portuguesas), após as quedas registadas em 2009 e 2010.

As importações de bens e serviços, por seu turno, apresentaram uma queda de 2,8% até ao final do 3º trimestre e deverão ter registado uma queda superior para o final do ano, concomitante com a

 13
d
ML
H
PCL

evolução das componentes da procura com maior conteúdo importado, como o consumo de bens duradouros e a FBCF em máquinas e material de transporte.

Na componente de bens, as importações caíram 16,9% em Dezembro, em termos homólogos, tendo a evolução sido díspar, com uma queda no caso das importações da UE (-22,8%) e uma subida das importações extra-UE (+6,2%). A queda das importações de bens foi particularmente evidente nos produtos de média-alta tecnologia, com destaque para a forte queda das aquisições de veículos automóveis e outro material de transporte. As importações de combustível mantiveram um elevado ritmo de crescimento ao longo da primeira metade do ano, o que se traduz na evolução das importações provenientes da Argélia e Nigéria, que registaram um forte crescimento.

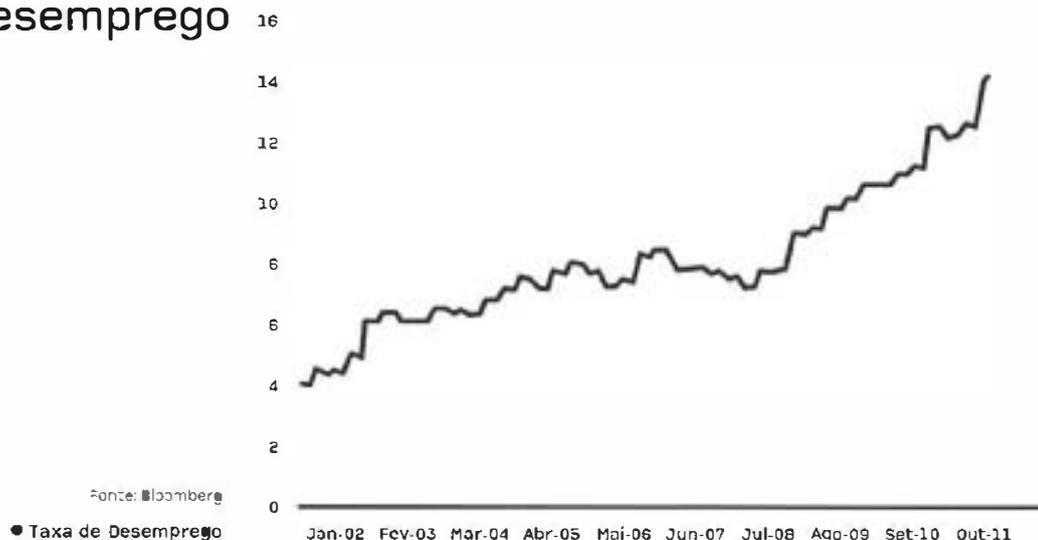
Na componente de serviços, as importações registaram um crescimento em termos homólogos (5,7% até Julho) que reflecte largamente o forte crescimento da componente de serviços financeiros, associada ao pagamento de comissões e taxas de serviços na sequência do recebimento das tranches do programa de assistência financeira a Portugal. Nas componentes de serviços mais relevantes na estrutura das importações, a variação tem sido negativa, com destaque para o abrandamento das importações de turismo (que pesam 27,2% do total), que cresceram 8,9% em 2010 e apenas 1,1% até Julho de 2011.

Os indicadores de confiança dos vários sectores de actividade mostram uma evolução descendente para valores mínimos ao longo do ano, com o sector da construção a atingir níveis historicamente baixos. O sector da indústria transformadora apresenta uma leitura de -25 em Dezembro de 2011 (-12 em 2010), do comércio -25 (-5 em 2010), da construção -69 (-47 em 2010) e dos serviços -37 (-9 em 2010).

No que respeita ao mercado de trabalho, os dados do INE referentes ao 4º trimestre de 2011 situam a taxa de desemprego em 14% (11,1% no 4º trimestre de 2010), situando-se o número de desempregados em 771 mil, face a uma população empregada de 4.735,4 mil. Relativamente ao desemprego registado nos centros de emprego, os dados do IEFP mostram uma variação de 11,7% em 2011 face ao ano anterior, afectando um total de 605 mil pessoas (542 mil no final de 2010). O processo de correcção dos desequilíbrios macroeconómicos em curso na economia portuguesa e a restritividade das condições de financiamento da economia levam a perspectivar que a evolução do emprego continuará a ser desfavorável, com impactos negativos sobre a taxa de desemprego.

14
PC

Evolução da Taxa de Desemprego



Evolução dos preços

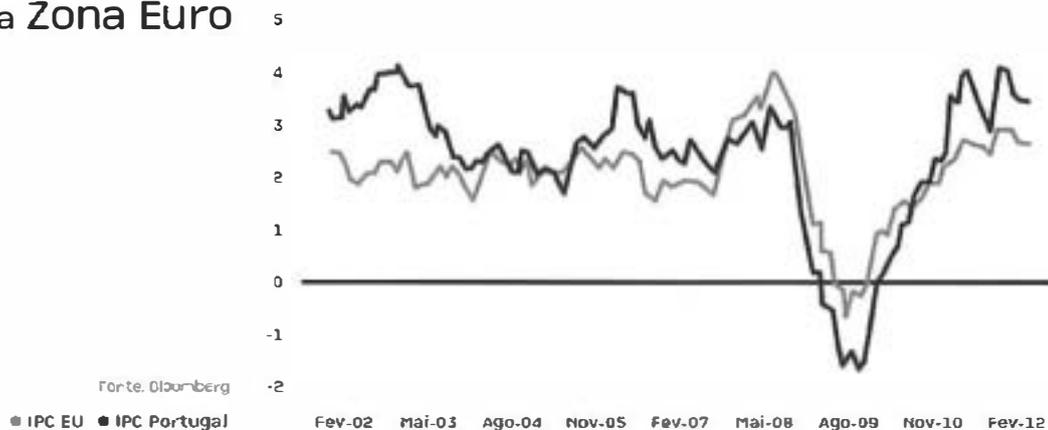
A evolução da inflação em Portugal, nos últimos anos, tem sido explicada, fundamentalmente, pela evolução dos preços do petróleo e de outras matérias-primas nos mercados internacionais, em detrimento do impacto dos fundamentais da economia. Assim, após uma taxa de inflação média anual negativa em 2009 (facto inédito nas últimas 3 décadas em Portugal), a taxa de inflação voltou a apresentar valores positivos a partir de 2010, mantendo-se acima de 3 % desde Janeiro de 2011.

Em Dezembro de 2011, a inflação homóloga situou-se em 3,6% e a variação média dos 12 meses anteriores ascendeu a 3,7%. O índice harmonizado de preços no consumidor situou-se em 3,5%, enquanto o IPC subjacente ascendeu a 2,3%.

Os transportes e a habitação, água e electricidade foram as categorias que mais contribuíram para o aumento da inflação, dada a influência do preço dos produtos energéticos sobre estas. Adicionalmente, a aceleração dos preços no consumidor foi largamente condicionada pela entrada em vigor de diversas medidas associadas ao processo de consolidação orçamental, com destaque para o efeito do aumento em 1 p.p. de todas as taxas do IVA a partir de Julho de 2010 e um aumento adicional de 2 p.p. da taxa normal em Janeiro de 2011, bem como o preço de alguns bens e serviços sujeitos a regulação.

15
d
FID
PUC
M

Evolução da Inflação em Portugal e na Zona Euro



Necessidades de Financiamento da Economia

Desde o início da crise financeira que as necessidades de financiamento da economia portuguesa têm vindo a diminuir, incluindo o primeiro semestre de 2011. De facto, depois do agravamento verificado em 2008, fortemente condicionado pelas sociedades não financeiras, a gradual desalavancagem que se tem vindo a verificar desde então, especialmente no sector privado, conduziu à diminuição das necessidades de financiamento nos anos de 2009 e 2010. Porém, este comportamento não terá sido uniforme quando analisado por sector institucional: à redução das necessidades de financiamento das sociedades não financeiras e ao aumento da capacidade de financiamento das sociedades financeiras e famílias, contrapôs-se um forte agravamento das necessidades de financiamento das Administrações Públicas.

O grau de dependência energética de Portugal face ao exterior, e o conseqüente elevado défice da balança energética, tem contribuído para o agravamento das necessidades de financiamento da economia, sendo que estas se reduzem de forma significativa quando se exclui esta componente.

As condições de financiamento da economia portuguesa deterioraram-se de forma significativa ao longo de 2011, com a crescente diferenciação do risco soberano na área do euro. Esta diferenciação conduziu a fortes tensões nos mercados financeiros internacionais e à restrição no acesso do sistema financeiro português ao mercado de dívida por grosso. Esta situação traduziu-se na subida das taxas de rendibilidade das obrigações do tesouro para níveis economicamente insustentáveis e em

[Handwritten signatures and initials]

acrescidas dificuldades no acesso ao financiamento por parte do sector público. Esta situação colocou pressão adicional sobre os bancos domésticos, o que tornou ainda mais complexa a sua situação.

O financiamento das administrações públicas foi, assim, particularmente problemático, sobretudo no primeiro trimestre de 2011, onde o fluxo de crédito líquido representou uma pequena fracção do total das necessidades de financiamento do Estado para 2011. A assinatura do programa de assistência financeira dominou o fluxo de crédito líquido nos trimestres subsequentes, tendo os desembolsos ao abrigo do programa ascendido a 38.500 milhões de euros.

Neste contexto, o aumento dos depósitos de clientes e o recurso às operações de refinanciamento do BCE, que permaneceram a um nível elevado, permitiram mitigar o impacto do encarecimento do "funding" dos bancos sobre o preço e a quantidade do crédito. De facto, em 2011 o financiamento do sector bancário dependeu em grande medida do aumento da captação de depósitos junto do sector não monetário residente, que cresceu em termos homólogos 14,7%, enquanto os depósitos de não residentes registaram uma redução de 13,9% no mesmo período. As responsabilidades representadas por títulos mantiveram um contributo negativo, algo que é verificado desde o 4º trimestre de 2010. O recurso às operações de cedência de liquidez do BCE permaneceu relativamente estável, se bem que a nível elevado, representando cerca de 9% do financiamento do sistema.

Política Orçamental

A política orçamental foi condicionada em 2011 pela execução de um Orçamento do Estado virado para a redução do défice orçamental e, posteriormente, pela trajectória de ajustamento das variáveis orçamentais definida no Programa de Assistência Económica e Financeira, acordado em Maio com a Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o FMI.

Como ponto de partida, os valores do défice para 2010 foram sucessivamente revistos em alta de um valor inicialmente reportado de 7,3% do PIB, devido à inclusão na órbita das administrações públicas de um conjunto de empresas do sector dos transportes. Adicionalmente, foi também incluído no défice desse ano a assunção de imparidades do Banco Português de Negócios e a execução de uma garantia concedida ao Banco Privado Português. Paralelamente, o Eurostat procedeu a uma alteração metodológica sobre o tratamento de 3 contratos de construção e exploração de infra-estruturas rodoviárias, até então classificadas como parcerias público-privadas com impactos nos défices e dívida dos períodos de 2007 a 2010. Por último, os valores finais sofreram nova alteração, após a identificação de um conjunto de dívidas contraídas desde 2004 pelas administrações e empresas públicas da Madeira e não comunicadas antes às autoridades estatísticas nacionais. Os valores finais para o défice e dívida em percentagem do PIB para o ano de 2010 estabilizaram finalmente em 9,8% e 93,3%, respectivamente.

17
d
p
p
p

O OE2011 definiu inicialmente os objectivos para o défice e dívida de, respectivamente, 4,6% e 86,6%. Na sequência do pedido de assistência financeira, foram definidos novas metas que tiveram em consideração as revisões acima referidas e ainda as perspectivas menos favoráveis de evolução do cenário macroeconómico. Os objectivos foram então revistos em alta para 5,9% e 101,7%, respectivamente para o défice e dívida pública. No entanto, a execução do OE2011 apresentou desvios significativos que, de acordo com o Ministério das Finanças ("MF"), se cifravam em cerca de 2 pontos percentuais do PIB (cerca de 3.400 milhões de euros). Estes desvios são explicados, do lado da despesa, por uma redução menor que o esperado nas "remunerações certas e permanentes" (em cerca de 300 milhões de euros), por um acréscimo de 560 milhões de euros em consumos intermédios (dos quais 335 milhões em comissões pagas pelos empréstimos associados à ajuda internacional). Do lado da receita, o MF estimou um desvio de cerca de 800 milhões de euros em outras receitas correntes, resultantes de menores contribuições para a Segurança Social, receitas próprias do Ministério da Justiça e dividendos de participações do Estado. Para além destes desvios, existiram custos associados com a recapitalização do BPN, uma deterioração maior do que o esperado do sector empresarial do Estado e a não execução de vendas previstas de participações e património. Em conjunto estes desvios ascenderam a 2.800 milhões de euros, sendo o restante explicado por operações ligadas a responsabilidades do sector empresarial da Região Autónoma da Madeira.

O desvio apurado foi colmatado com o recurso a medidas transitórias, de entre as quais a sobretaxa de IRS cobrada junto do subsídio de natal dos trabalhadores por conta de outrem com vínculo permanente, o aumento do IVA sobre os bens energéticos e a integração dos Fundos de Pensões da Banca na Segurança Social.

Com o conjunto destas medidas o défice público para 2011 ter-se-á situado em 4% do PIB, se bem que o défice subjacente, excluindo as medidas de carácter pontual, se teria situado próximo de 7% do PIB.

SISTEMA FINANCEIRO

No quadro de crise no mercado de dívida soberana, as condições de financiamento do sector público e do sector bancário nos mercados internacionais deterioraram-se significativamente desde o início 2010. As medidas não convencionais de política monetária do BCE, com destaque para as operações de cedência de liquidez, permitiram assegurar o financiamento do sistema bancário português, substituindo em parte o financiamento de médio e longo prazo nos mercados internacionais de dívida por grosso. Em 2010 e em 2011, o enquadramento do sistema bancário foi

18
d
par

particularmente adverso e implicou um ajustamento do balanço da maioria dos bancos, que incluiu reforços de capital, vendas de activos, e uma intensificação da captação de recursos de clientes.

Este enquadramento tem naturalmente repercussões sobre o volume de crédito concedido pelo sector bancário. Refira-se, a título de exemplo, o crédito destinado às empresas não financeiras em Portugal, que após ter mantido um crescimento de 2 dígitos em 2008, iniciou uma trajectória de descida em 2009, tendo atingido uma variação negativa de 0,4% em Julho de 2011. Para esta evolução contribuem não apenas as condições mais restritivas aplicadas pelos bancos na concessão de empréstimos, como também um efeito de procura por parte das empresas num contexto de clara desaceleração da actividade económica.

Quanto à materialização do risco de crédito, é de salientar que o crédito à habitação continuou a apresentar níveis de incumprimento baixos, para o qual tem contribuído o nível das taxas de juro, que conduziu a reduções substanciais da prestação média nos contratos deste segmento. Pelo contrário, o crédito de cobrança duvidosa respeitante aos empréstimos dirigidos ao consumo e às empresas continuou a acelerar nos últimos meses, tendo assumido níveis historicamente elevados, para o primeiro caso e valores relativamente altos, para o segundo.

A grande volatilidade e incerteza nos mercados financeiros repercutiu-se igualmente no mercado accionista, tendo o índice PSI-20 registado desde finais de 2010 quebras significativas, á semelhança das registadas nos índices bolsistas internacionais.

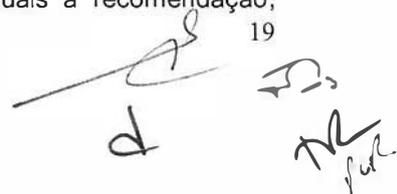
Estabilidade Financeira

A preocupação com a estabilidade financeira num contexto de agudização da crise da dívida soberana foi particularmente marcada, sendo uma parte fundamental do programa de assistência financeira. O principal objectivo desta estratégia é o de obter uma desalavancagem gradual e ordeira do sistema financeiro que não prejudique o financiamento dos sectores produtivos da economia.

Neste sentido, a estratégia anunciada baseia-se em 4 pilares fundamentais:

- (i) O reforço da base de capital dos bancos;
- (ii) A protecção da liquidez do sistema;
- (iii) A melhoria da monitorização e supervisão do sistema bancário, e;
- (iv) Melhoria do enquadramento regulamentar.

Relativamente ao primeiro aspecto, o Banco de Portugal introduziu desde o final de 2010 um conjunto de medidas destinadas a melhorar a solvência do sistema, de entre as quais a recomendação,

19


realizada em Janeiro de 2011 para os bancos não distribuírem dividendos, de forma a melhorar os capitais de base; o estabelecimento, em Abril de 2011, de um objectivo para o rácio de “core tier 1” de 8% para o final de 2011, objectivo esse que foi alterado em Maio, sob a égide do programa de assistência financeira, para 9%. No programa foi igualmente estabelecido um rácio mínimo de “core tier 1” de 10% para o final de 2012. Também no programa de assistência financeira ficou definida uma facilidade de suporte à solvência dos bancos, de 12.000 milhões de euros, destinada a providenciar aos bancos uma fonte de capital público na circunstância em que não for possível atingir os objectivos de capital através de fontes de mercado.

A protecção da liquidez do sistema financeiro está relacionada com o processo de desalavancagem em curso, que se pretende ordeiro. Nesse sentido, o BP recomendou aos bancos, em Setembro de 2010, a desalavancagem através da venda de activos não-core ou não estratégicos, e começou a monitorar os rácios de alavancagem mais activamente. Em particular, pretende-se reduzir a dependência elevada do financiamento nos mercados grossistas, passando de um rácio de crédito sobre depósitos de cerca de 170% em Junho de 2010 para 120% até 2014 (no final do programa de ajustamento). Até ao final de Setembro de 2011, o rácio de crédito sobre depósitos já tinha descido para 146%, uma queda de mais de 20 pontos percentuais face ao máximo atingido em Junho do ano anterior. Esta queda foi obtida através da combinação de aumento do volume de depósitos e de venda de activos, tanto domésticos como externos.

A monitorização e supervisão do sistema bancário foram reforçadas através de um programa de inspecções “on-site” sobre a qualidade dos activos dos bancos, compreendendo os 8 maiores grupos financeiros e 83% dos activos do sector bancário. As correcções às imparidades reportadas pelos bancos ascenderam a menos de 0,5% das exposições crediticias analisadas. Os impactos dessas revisões sobre os rácios de capital, à data de 30 de Junho de 2011, foram pouco significativas, tendo o rácio de “core tier 1” agregado passado de 9,1% para 8,8%, acima do mínimo de 8% exigível para aquela data.

Paralelamente, os bancos passaram a reportar um novo rácio de crédito vencido, alinhado com as práticas internacionais e publicado pelo BP a partir de Setembro de 2011.

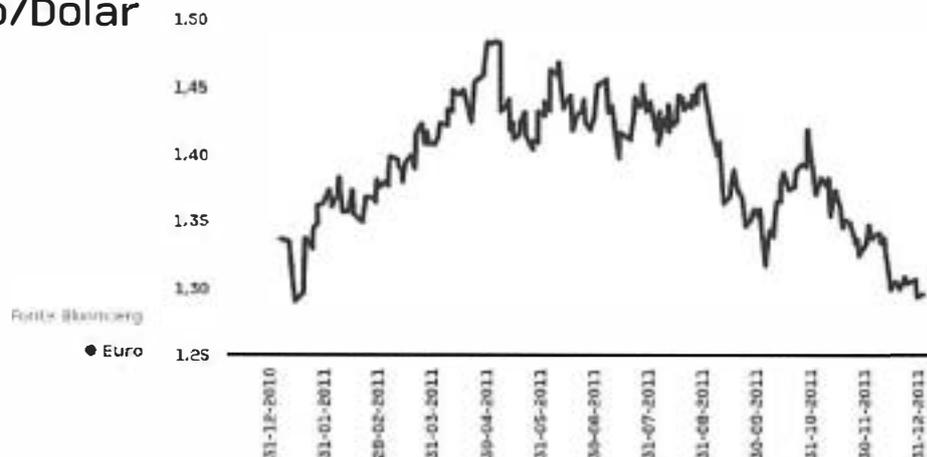
No que respeita ao enquadramento regulamentar, merecem particular destaque os diplomas já apresentados no início de 2012, que respeitam ao acesso dos bancos ao capital público (DL N°4/2012 de 11 de Janeiro), e ao reforço de poderes do BP para intervenção preventiva, resolução e protecção de depósitos, que está nas fases finais de aprovação.

20
+5
pur
MR

Mercados Monetário e Cambial

Em 2011, os mercados cambiais voltaram a mostrar uma elevada volatilidade, com as moedas que habitualmente são procuradas pelos investidores por motivo de refúgio a terem desempenhos muito fortes, sobretudo face ao euro, na sequência da agudização da crise da dívida soberana, em Agosto e Setembro. Assim, no início do ano e até finais de Abril, o euro apreciou-se face ao iene e face ao dólar em, respectivamente 13% e 12%, na sequência da incorporação da expectativa de subida das taxas de juro por parte do BCE, para depois encetar um processo de queda que proporcionou uma depreciação anual de cerca de 8,8% e 4%, respectivamente. O Euro foi particularmente afectado pelas perspectivas que se criaram em tomo de eventual incumprimento por parte de um país da Zona Euro e da inevitabilidade que essa situação criaria de abandono da zona euro por parte desse país. Também as menores perspectivas de crescimento económico da Zona euro pesaram negativamente no sentimento dos investidores, conduzindo em baixa o valor externo da moeda.

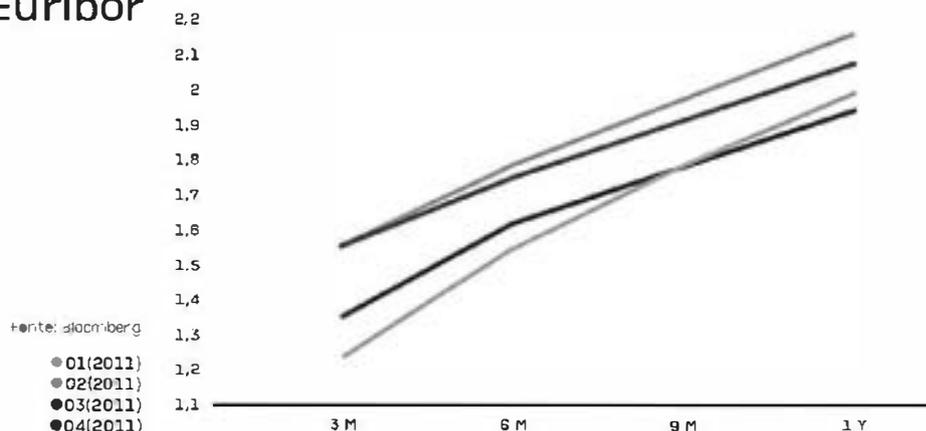
Evolução cambial do Euro/Dólar



Ao longo de 2011, verificou-se um clima de aversão ao risco elevado que foi particularmente agudo durante os meses de Verão. Nesse período, os mercados interbancários deixaram de funcionar, com consequências negativas nos fluxos de financiamento intra-comunitários. As taxas euribor subiram durante os primeiros três trimestres, acompanhando o andamento da política monetária por parte do BCE, para depois caírem no 4º trimestre, na sequência dos cortes de taxas de juro oficiais. Com efeito, a autoridade monetária da Zona Euro continuou a praticar medidas extraordinárias de cedência de liquidez e as taxas de juro oficiais fecharam o ano a níveis mínimos, se bem que na primeira metade do ano houve um período de subida de taxas (entre Abril e Julho) que foi posteriormente revertido (em Novembro e Dezembro).

21
d
PK
PK

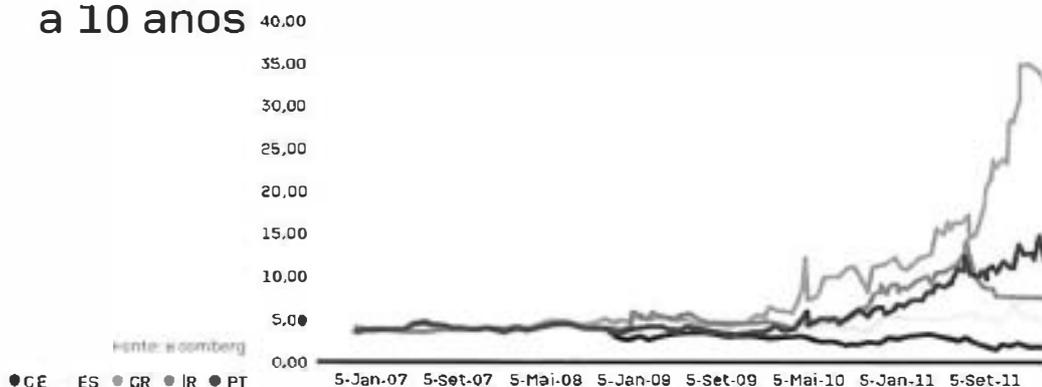
Evolução das Taxas Euribor



Mercado de Obrigações

Os mercados obrigacionistas foram condicionados, ao longo de 2011, pelo agudizar da crise das dívidas soberanas na Zona Euro, o que provocou variações muito diferenciadas no desempenho das dívidas dos vários países. Neste contexto, a forte valorização da dívida alemã deveu-se ao aumento de procura por activos de refúgio, enquanto a dívida de países sob planos de assistência financeira, como Grécia e Portugal, apresentaram desvalorizações sem precedentes, de -61,8% e -24,2%, respectivamente. A Irlanda registou o melhor desempenho no seio da Zona Euro (+11,2%), com o bom desempenho económico e o sucesso na implementação do respectivo programa de assistência a impactar positivamente no sentimento dos investidores. Nos restantes mercados, destaca-se a valorização da dívida de Espanha (+7,0%) e a tendência inversa em Itália (-5,7%). No mercado de crédito, após um 1º semestre positivo, o índice iBoxx € Corporate sofreu uma desvalorização no segundo semestre, tendo encerrado o ano com um ganho modesto de 1,71%.

Evolução das Yields da Dívida a 10 anos



22
 f
 142
 MR

Mercado de Acções

Os mercados de acções registaram comportamentos díspares ao longo do ano. O índice S&P (EUA) terminou o ano inalterado, enquanto na Europa (índice MSCI Europe), no Japão (índice Nikkei) e nos Emergentes (índice MSCI Emerging Markets) os mercados apresentaram fortes quedas, de -10,94%, -17,05% e -20,41%, respectivamente.

No que respeita à Zona Euro, o índice DJ Euro Stoxx 50, representativo das maiores capitalizações desta região, desvalorizou 17,05% em 2011, penalizado pelas questões em torno do agravamento da crise da Zona Euro atrás referidas. Ao nível sectorial, observou-se uma divergência significativa de desempenhos. Pela positiva, destacaram-se sectores mais defensivos, como farmacêuticas (+11,84%) e Alimentação e Bebidas (+5,39%), que conjugam uma maior estabilidade nos resultados com uma exposição mais elevada a mercados fora da Europa. Pela negativa, destacou-se o sector bancário (-32,48%), um dos mais directamente afectados pela crise das dívidas soberanas, mas também sectores mais expostos ao ciclo económico, como materiais básicos (-30,12%) e o sector automóvel (-24,08%) foram penalizados, em parte devido a receios de um abrandamento económico mais forte na China.

Em Portugal, o índice PSI-20 encerrou o ano de 2011 nos 5.494,27 pontos, menos 27,6% do que no final de 2010. A capitalização bolsista da Euronext Lisbon totalizou 170.551,6 milhões de euros em Dezembro, 11,7% inferior à do período homólogo de 2010.

O segmento de obrigações foi o que mais contribuiu para o aumento da capitalização bolsista do mercado regulamentado da Euronext Lisbon no final do ano de 2011, ao subir 16,6% em relação ao mesmo período de 2010. O segmento de acções acumulou uma queda de 23,6% no ano, encerrando 2011 com uma capitalização bolsista de 102.693,8 milhões de euros.

A volatilidade do índice PSI-20 foi de 20,77% em Dezembro, acima dos 16,08% fixados no período homólogo de 2010. A EDP (18,92%), a Jerónimo Martins (17,90%) e a Galp (16,27%) foram os emitentes com maior representatividade no índice no final do ano.

O valor das transacções efectuadas no mercado secundário a contado totalizou 2.083,8 milhões de euros em Dezembro, menos 1.796,2 milhões (46,3%) do que em igual período de 2010.

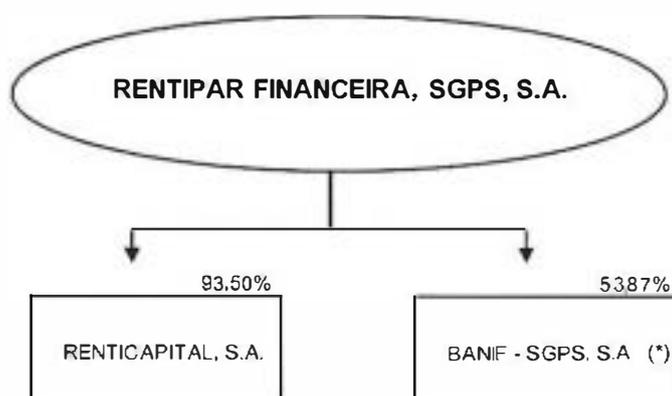
No mercado regulamentado Euronext Lisbon, o volume de transacções caiu em 2011 46,5% face ao registado até Dezembro do ano anterior, para 2.054,9 milhões de euros. No mercado regulamentado de dívida (MEDIP), o valor transaccionado recuou 77,6% em relação ao final de 2010, para 246 milhões.

23
f
puc

II. ACTIVIDADE DA RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS, S.A. E DAS SUAS PARTICIPADAS EM 2011

Apresenta-se seguidamente o diagrama de participações financeiras detidas pela Rentipar Financeira em 31 de Dezembro de 2011.

Diagrama em 31 de Dezembro de 2011



* Ver o diagrama da Banif – SGPS, SA disponível na pág. 25

[Handwritten signature] 24 *[Handwritten initials]*
8 *[Handwritten initials]*
16

II.1. – RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS, S.A.

Durante o exercício de 2011, a Rentipar Financeira prosseguiu, em particular, a sua política de concentração, desenvolvimento e rentabilização dos investimentos no sector financeiro potenciado pelo aproveitamento das sinergias entre as empresas participadas, sendo de destacar os seguintes factos:

- Gestão da participação accionista directa de 53,87% no capital do Banif-SGPS,S.A., sendo-lhe imputável 59,74 % dos direitos de voto (nos termos do artigo 20º do Código dos Valores Mobiliários). A Banif – SGPS, S.A. é a *holding* do denominado Banif - Grupo Financeiro, o qual inclui várias sociedades que actuam no sector financeiro e de seguros, cuja estrutura e composição se encontra mencionada no diagrama apresentado adiante;
- Por proposta do Conselho de Administração da Rentipar Financeira, os accionistas deliberaram, em 21 de Janeiro de 2011, um aumento do capital social da sociedade no montante de 90 milhões, passando o capital social de 45 milhões para 135 milhões de euros. Este aumento de capital, reservado exclusivamente a accionistas, foi integralmente subscrito e realizado em dinheiro durante o ano de 2011 e destinou-se a reforçar os fundos próprios da sociedade no contexto da actual regulamentação prudencial imposta pelo Banco de Portugal às sociedades sob a sua supervisão;
- Redução do montante de financiamentos bancários durante 2011 no montante de cerca de 72 milhões de euros, resultante do reembolso de um financiamento bancário e de metade de um empréstimo obrigacionista emitido em final de 2008, ambos contratualmente definidos;
- Concessão de apoios financeiros às empresas participadas, através de operações de suprimentos e de tesouraria, remuneradas e prestações suplementares não remuneradas, as quais permitiram em 2011 a obtenção de proveitos financeiros de 978 milhões de euros, contra 2,643 milhões de euros em 2010;
- Manutenção e actualização de um sítio na *Internet* com informação sobre o Grupo Rentipar - www.rentipar.pt.


26
JF
RC
MC

II.2 BANIF – GRUPO FINANCEIRO EM 2011

1. SOCIEDADES *HOLDING*

1.1 Banif SGPS, SA

Durante o ano 2011, a Sociedade centrou a sua actividade na gestão das suas participações financeiras, complementada com a gestão da sua tesouraria e com a definição e dinamização de estratégias transversais às diversas sociedades do Banif - Grupo Financeiro, em termos que se concretizam neste capítulo.

Com o objectivo de gerir as suas participações financeiras, a sociedade reforçou a sua tesouraria, recorrendo a financiamento junto de sociedades do Banif – Grupo Financeiro. Neste período, contratou vários financiamentos com o Banif que totalizaram 344,7 milhões de euros e liquidou financiamentos nos montantes de 192 milhões de euros e de 53,5 milhões de euros que foram contratados em 2010 e 2011, respectivamente.

Assim, o endividamento junto do Banif, à data de 31 de Dezembro de 2011, fixou-se em 291,2 milhões de euros.

A Banif SGPS, SA liquidou os financiamentos obtidos, no exercício anterior, junto da Rentipar Financeira SGPS, SA, que totalizaram 100 milhões de euros.

No decorrer do ano de 2011, a Banif SGPS, SA liquidou o financiamento para apoio à tesouraria que havia contratado com a Banif Investimentos, SGPS, SA, no montante de 94 milhões de euros, do qual estavam utilizados 75,7 milhões de euros.

A Banif SGPS, SA adquiriu dois lotes de 20.000 acções preferenciais da Banif Finance, Ltd, com juros corridos incluídos, pelos montantes de 12 milhões de euros e 12 milhões de dólares americanos.

A 30.09.11, obteve junto da Banif Investimentos, SGPS, SA um financiamento para apoio à tesouraria no valor de 75,7 milhões de euros do qual, posteriormente, amortizou o montante de 47,2 milhões de euros.

Por conseguinte, o endividamento junto da Banif Investimentos, SGPS, SA passou a ser, em 31 de Dezembro de 2011, de 28,5 milhões de euros.



Handwritten signature and initials, including the number 27 and the letters 'PAC' and 'RL'.

A Sociedade subscreveu 7.500.000 acções do Banif Bank (Malta) PLC com o valor nominal de 1 euro, sem direito a voto, pelo montante de 7,5 milhões de euros. Estas acções serão, posteriormente, convertidas em acções ordinárias, aquando do novo aumento de capital da Instituição.

A Banif SGPS, SA também subscreveu o aumento de capital da Banif Holding (Malta), no valor de 10 milhões de euros, na proporção da percentagem que detém, ou seja, 9.990.000,00 euros.

A Sociedade prestou uma garantia à Banca Pueyo no valor de 10 milhões de euros, no âmbito do financiamento concedido pela Instituição Bancária Espanhola ao Banif, SA.

A 3 de Março de 2011, a Sociedade emitiu 50.000 obrigações, ordinárias, escriturais, ao portador, com o valor nominal unitário de 1.000 euros, representativas do empréstimo obrigacionista Banif, SGPS, SA, 2010/2013, fungível, no valor de 50 milhões de euros.

Em Julho de 2011, a Sociedade procedeu à emissão de 75.000 obrigações, ordinárias, escriturais, ao portador, com o valor nominal unitário de 1.000 euros, representativas do empréstimo obrigacionista, Banif SGPS, SA, 2011/2013, no valor de 75 milhões de euros.

A Banif SGPS, SA liquidou, na data de vencimento, o empréstimo obrigacionista Banif SGPS 2008/2011 no valor de 50 milhões de euros.

Os financiamentos obtidos destinaram-se a sustentar o crescimento da actividade do Banif – Grupo Financeiro, quer no reforço de participações financeiras em instituições de crédito nacionais e internacionais, quer ainda na constituição de novas filiais e no reforço dos fundos próprios de diferentes sociedades do Grupo, nomeadamente da Banif Comercial, SGPS, SA, à qual concedeu prestações acessórias/suplementares de capital no montante de 10,5 milhões de euros.

Para satisfazer as necessidades de tesouraria da Rentipar Seguros, SGPS, SA, a Banif SGPS, SA concedeu um financiamento a título de suprimentos no montante de 5,6 milhões de euros. Entretanto, a Sociedade participada liquidou o financiamento de apoio à tesouraria, que lhe havia sido concedido em 2010, no valor de 5 milhões de euros.

A fim de subscrever o aumento de capital da Banif Imobiliária, SA de 750 milhares de euros para 200 milhões de euros, foram transformados suprimentos em capital no valor de 79.250 milhares de euros.

Assim, a Banif SGPS, SA, que era detentora da totalidade do capital da Banif Imobiliária, SA, passou a deter 40% do capital, representados por 16.000.000 de acções, que totalizam 80,2 milhões de euros.

28
Handwritten signature and initials.

A Sociedade concedeu financiamentos, a título de suprimentos, à Banif Imobiliária, SA no valor de 10 milhões de euros, ficando esta última, em 31 de Dezembro de 2011, com um endividamento, junto da Banif SGPS, SA no valor global de 65,7 milhões de euros.

A Banif SGPS, SA concedeu à Banif Imobiliária, SA um financiamento para apoio à tesouraria, no valor de 10 milhões de euros, do qual foi libertado o montante de 1,5 milhões de euros.

A 30 de Setembro de 2011, a Sociedade pagou 2,1 milhões de euros referentes à remuneração do 2º cupão, devida a cada um dos titulares dos VMOC's emitidos pela Banif SGPS, SA.

A Banif SGPS, SA recebeu os dividendos da Banif Mais, SGPS, SA, de que se tinha apropriado em 2010, no montante de 36,2 milhões de euros. A Banif SGPS SA recebeu ainda dividendos da Banca Pueyo, SA no valor de 0,2 milhões de euros e da Sociedade Imobiliária Vegas Altas, SA, no valor de 0,01 milhões de euros e do Banco Caboverdiano de Negócios no valor de 0,093 milhões de euros.

No que se refere aos principais indicadores e ao nível das contas individuais, salienta-se que o Activo Líquido da sociedade ascendia a 1.335 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2011, enquanto, no final de 2010 atingia o montante de 1.298 milhões de euros, o que representa um crescimento de 1,18%. No mesmo período, o Passivo fixou-se em 548 milhões de euros, contra 484 milhões no ano anterior, o que significa uma subida de 13.24%.

Em 2011, a sociedade obteve um Resultado Líquido, Prejuízo, de 27,4 milhões de euros, contra um Lucro de 14,4 milhões de euros em 2010, o que traduz um decréscimo de 291,26%, elevando-se, no final de 2011, os seus capitais próprios a 786,7 milhões de euros, enquanto, no final de 2010, este agregado atingia o valor de 814,2 milhões de euros, o que representa uma diminuição de 3.37%.

A sociedade não dispunha, no final de 2011, de um quadro de pessoal próprio.

CONTAS INDIVIDUAIS
Milhares de Euros

	2011	2010	Variação %
Activo líquido	1.335.103	1.298.494	2.81
Passivo	548.353	484.268	13.24
Capital próprio	786.750	814.226	-3.37
Resultado líquido	-27.476	14.366	-291.26

29
FD.
PK
per

1.2 Banif Comercial SGPS, SA

A actividade da *sub-holding* Banif Comercial consistiu, exclusivamente, na gestão das participações financeiras ligadas à actividade da banca comercial e crédito especializado.

No exercício de 2011, a sociedade obteve, junto da sua accionista Banif SGPS, SA, prestações acessórias suplementares de capital no montante de 10,5 milhões de euros, que foram utilizadas na aquisição de obrigações BANIF 2009 FLOAT PERP COND, com juros incluídos, no valor de 10.231.308,33 euros, tendo sido vendidas, no final do ano, com juros incluídos, pelo montante de 10.022.315,56 euros.

Para satisfazer as necessidades de tesouraria da Banif Açores, SGPS, SA ao longo do ano de 2011, a Banif Comercial, SGPS, SA concedeu suprimentos no valor de 161,5 milhões de euros que totalizavam, no final do ano, o montante de 172,5 milhões de euros, representando a totalidade do endividamento junto do accionista.

A Banif Comercial, SGPS, SA decidiu dotar a Banif Rent, SA de fundos próprios adequados ao desempenho da sua actividade. Por conseguinte, concedeu-lhe prestações suplementares no montante de 8,5 milhões de euros, através da entrada de dinheiro no valor de 3 milhões de euros e da passagem do financiamento, a título de suprimentos, no montante de 5,5 milhões de euros, para prestações suplementares.

Ao nível das participações internacionais, a sociedade subscreveu e realizou o aumento de capital social do Banif (Brasil), no montante de BRL 18.003.660,00, com o contravalor de 8.089,7 milhares de euros.

A Banif Go foi objecto de um processo de cisão-fusão com o Banco Banif Mais, SA e o Banif, SA de que resultou a cisão do seu património e a sua subsequente fusão por incorporação nas duas entidades bancárias.

Devido à operação de cisão-fusão o Banco Banif Mais, SA aumentou o seu capital de 100 milhões de euros para 101 milhões de euros e o Banif, SA aumentou o seu capital de 780 milhões de euros para 794,5 milhões de euros.

Em consequência a Banif Comercial, SGPS, SA passou a deter 1% do capital do Banco Banif Mais, SA, representado por 1 milhão de acções, continuando a deter 100% do capital do Banif, SA representado por 158,9 milhões de acções.

Handwritten notes and signatures in the bottom right corner, including the number 30 and initials.

A Banif Comercial SGPS, SA liquidou a conta corrente caucionada, obtida junto do Banif, SA, no montante de 400 milhões de euros, da qual havia utilizado 277.065 milhares de euros.

A sociedade contratou um financiamento com o Banif, SA, sob a forma de conta corrente caucionada, no valor 425 milhões de euros, da qual foram utilizados 303.965 milhares de euros.

No início do mês de Abril, a Banif Comercial, SGPS, SA obteve junto do Banif, SA, um financiamento para apoio de tesouraria no valor de 45 milhões, que foi liquidado no final do mês.

No que se refere aos principais indicadores, salienta-se que o Activo Líquido da sociedade que era de 925 milhões de euros, em 2010, foi reescrito, em 2011, devido à correcção dos saldos das rubricas Investimentos em Filiais e Reservas de Reavaliação no valor de 4.305 milhares de euros, tendo-se fixado no montante de 921 milhões de euros.

Por conseguinte, em comparação com o exercício anterior, o Activo Líquido cresceu de 921 milhões de euros para 1.087 milhões de euros, no final de 2011

O Passivo, em comparação com o exercício transacto, aumentou de 214 milhões de euros para 398 milhões de euros.

A conjuntura económica recessiva, nacional e internacional, influenciou negativamente os resultados de 2011, que se situaram abaixo dos comparáveis do ano anterior, por terem passado de um Prejuízo de 4,5 milhões de euros, em 2010, para um Prejuízo de 28 milhões de euros, em 2011.

Os Capitais Próprios da sociedade que atingiram, em 2010, o montante de 711 milhões de euros foram reescritos, em 2011, devido à correcção dos saldos das rubricas Investimentos em Filiais e Reservas de Reavaliação no valor de 4.305 milhares de euros, tendo-se fixado no montante de 707 milhões de euros.

Por conseguinte, em comparação com o exercício anterior, os Capitais Próprios decresceram de 707 milhões de euros para 689 milhões de euros, no final de 2011.

A Sociedade não dispunha, no final de 2011, de um quadro de pessoal próprio.

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page. The signature is a large, stylized cursive mark. Below it, there are several smaller initials and the number '31'.

CONTAS INDIVIDUAIS

Milhares de Euros

	2011	2010 (reescrito)	2010	Varição %
Activo líquido	1.086.541	920.819	925.124	18%
Passivo	397.644	214.003		85.81%
Capital próprio	688.897	706.816	711.121	-2.54%
Resultado líquido	-28.419	-4.500		-731.53%

1.3 Banif Investimentos SGPS, SA

A actividade da *sub-holding* Banif Investimentos consistiu, fundamentalmente, na gestão das suas participações sociais, as quais estão predominantemente ligadas às áreas da banca de investimento, mercado de capitais e gestão de activos, a nível nacional e internacional.

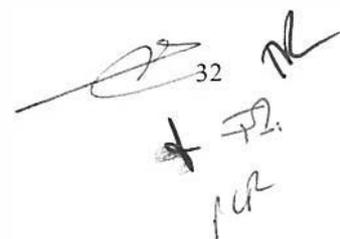
Em 2011, ocorreu o aumento de capital do Banif Banco de Investimento (Brasil), SA, em 7.500.000 BRL. O investimento total fixa-se em 67.391.673,88 BRL que representa no Balanço da Sociedade 26.607.367,96 euros. Também o Banif Banco de Investimento, SA, procedeu ao aumento de capital em 30.000.000,00 euros, assumindo o valor de Balanço de 86.878.624,84 euros. No decorrer do exercício de 2011 não foram adquiridas novas participações.

Foi efectuada uma reestruturação do Passivo da sociedade, onde foram liquidados todos os empréstimos, formulando apenas um financiamento a título de suprimentos, concedidos pela Banif Holding Malta no montante de 240.000.000 euros.

A sociedade não recebeu dividendos das suas subsidiárias, tal como também não distribuiu dividendos aos accionistas.

A Banif SGPS, SA procedeu à amortização parcial do financiamento de apoio à tesouraria concedido pela sociedade, pelo que, à data das demonstrações financeiras, este ascende a 28.461.168,44 euros.

No que se refere aos principais indicadores, o Activo Líquido da Sociedade, elevava-se a 264,4 milhões de euros em Dezembro de 2011, contra 283,9 milhões de euros face ao período homólogo, valor que foi reescrito em 2011, devido à correcção da rubrica de Investimento em Filiais, no valor de 3,7 milhões de euros, que se fixava em 280 milhões de euros. No final do exercício de 2011 foi apurado um Resultado Líquido negativo de 9 milhões de euros, quando em 31 de Dezembro de 2010 havia obtido um Resultado Líquido negativo de 778,8 mil euros.

32


Os Capitais Próprios da Sociedade ascendiam, na mesma data, a 23,9 milhões de euros, contra 36,6 milhões de euros no final de 2010, os quais foram também reescritos devido à correcção da rubrica de Reservas de Reavaliação, no valor de 3,7 milhões de euros e que apresentavam o valor de 32,8 milhões de euros.

A Banif Investimentos não dispunha, em 31 de Dezembro de 2011, de um quadro de pessoal próprio.

CONTAS INDIVIDUAIS

Milhares de Euros

	2011	2010 (reescrito)	2010	Varição %
Activo líquido	264.408	283.951	280.231	-6,88
Passivo	240.555	247.373		-2,76
Capital próprio	23.853	36.578	32.858	-34,79
Resultado líquido	-9.005	-779		-1055,97

1.4. Banif Mais SGPS, SA

A actividade desta sociedade em 2011 consistiu, exclusivamente, na gestão das participações financeiras ligadas à actividade do crédito especializado e do *cross-selling* de produtos associados.

Durante 2011, a Banif Mais SGPS, S.A. distribuiu dividendos ao seu accionista Banif SGPS, S.A. no valor de 36,2 milhões de euros.

Em Assembleia Geral Extraordinária de 30 de Dezembro de 2011 foi aprovado um aumento do capital social e a entrada de novos accionistas na sociedade, até então detida a 100% pela Banif SGPS, SA, concretizada através de entradas de dinheiro. A referida entrada de novos accionistas foi aprovada nos seguintes moldes: 22,5 milhões de euros com a entrada no capital da sociedade da Companhia de Seguros Açoreana, SA; 10 milhões de euros com a entrada no capital da sociedade da Vestiban, Gestão e Investimentos, SA; 7,5 milhões de euros com a entrada no capital da sociedade da Auto Industrial Investimentos e Participações, SGPS, SA. O valor do aumento do capital social ascende a 2,869 milhões de euros e resulta da integral aplicação dos 40 milhões de euros de encaixe na subscrição de novas acções, no valor nominal de 1 euro e preço de subscrição de 13,94 euros (estabelecido com base no valor contabilístico das acções à data de 31 de Dezembro de 2011).

Com a concretização da operação acima descrita, o capital social da Banif Mais SGPS, S.A. passou a ascender a 20,369 milhões de euros e a sua estrutura accionista passou a ser a seguinte:

33
d
IP:
PCR

- 85,92% Banif SGPS, SA;
- 7,92% Companhia de Seguros Açoreana, SA;
- 3,52% Vestiban, Gestão e Investimentos, SA;
- 2,64% Auto Industrial Investimentos e Participações, SGPS, SA

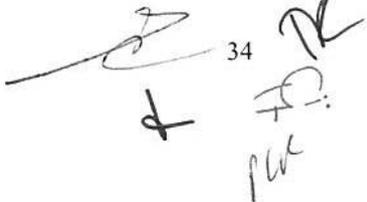
No que respeita a alterações nas principais sociedades que constituem o sub-grupo Banif Mais SGPS, há a assinalar que em 30 de Dezembro de 2011 foi concluído o processo de Cisão-Fusão da Banif Go, Instituição Financeira de Crédito, SA, em resultado do qual se assinala o seguinte:

- Foi incorporada por fusão no Banco Mais, S.A. a parcela do património da Banif Go, Instituição Financeira de Crédito, S.A. constituída por todos os activos e passivos que consubstanciam os ramos de actividade "leasing mobiliário" e "financiamento de aquisições a crédito";
- A denominação do Banco Mais, S.A. foi alterada para "Banco Banif Mais, S.A." e o respectivo capital social foi aumentado de 100 milhões de euros para 101 milhões de euros.

No que se refere aos principais indicadores, as demonstrações financeiras consolidadas de 2011 do sub-grupo Banif Mais (que incorporam os efeitos da referida fusão) apresentam um Activo Líquido de 948,3 milhões de euros, Capitais Próprios de 254,5 milhões de euros e um Resultado Líquido consolidado de 1,2 milhões de euros.

A referida fusão, cujo impacto se deu na totalidade nas contas da actividade em Portugal, produziu impactos de relevo nas demonstrações financeiras de final de 2011 da Banif Mais SGPS em termos consolidados, sendo que excluindo o efeito da mesma, o Resultado Líquido consolidado ascenderia a 23,0 milhões de euros, evidenciando uma redução de apenas 2% face a 2010.

Tendo em consideração o referido, o contributo da actividade por mercado geográfico para o Resultado Líquido consolidado foi o seguinte: -0,3 milhões de euros em Portugal (21,5 milhões de euros excluindo o impacto da fusão), -2,2 milhões de euros em Espanha, 0,3 milhões de euros na Eslováquia, -0,5 milhões de euros na Polónia e 3,8 milhões de euros na Hungria.

 34
R
F
PWC

CONTAS CONSOLIDADAS (base IAS/IFRS)			Milhares de Euros	
	2011	2010	2010 Pro-forma	Varição %
Activo líquido	948,348	927,099	1,306,656	2.3%
Passivo	693,803	668,059	1,016,191	3.9%
Capital próprio	254,545	259,040	290,465	-1.7%
Resultado líquido	1,209	23,496	22,790	-94.9%

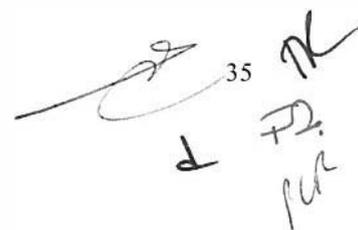
(*) Às demonstrações financeiras pró-forma 2010 agregam os balanços e demonstrações de resultados do Banco Banif Mais e da parcela do património da Banif Go integrada.

1.5 Rentipar Seguros SGPS, SA

A Sociedade é a "sub-holding" do Grupo Rentipar para o sector segurador, detendo no final de 2011 uma participação financeira no montante de 90 555 170 euros, consubstanciada em 21 500 000 acções representativas de 100% do capital social da Companhia de Seguros Açoreana, S.A. ("Açoreana").

Da actividade desenvolvida em 2011 é de realçar a seguinte situação:

- A Açoreana, sociedade incorporante, e as sociedades incorporadas, Global - Companhia de Seguros, S.A. e Global Vida - Companhia de Seguros de Vida, S.A. efectuaram uma fusão, em Janeiro de 2011, com a conseqüente extinção destas duas últimas entidades. Com esta operação a actividade económica da Sociedade enquanto SGPS, e em particular no sector segurador, ficou circunscrita à gestão da participação financeira detida na Companhia de Seguros Açoreana, S.A., pelo que, em termos consolidados, reflecte a actividade da sua única participação;
- No âmbito de uma operação de reforço dos elementos exigíveis das margens de solvência das entidades do Grupo Rentipar, sujeitas à supervisão do Instituto de Seguros de Portugal, ocorreram as seguintes operações, em Abril de 2011: a) a Açoreana aumentou o seu capital social no montante de 25 000 000 euros, sendo 11 000 000 através de entradas em dinheiro e 14 000 000 euros através da conversão de suprimentos subordinados. Este aumento de capital foi integralmente subscrito pela Rentipar Seguros; b) a Rentipar Seguros procedeu à emissão de obrigações subordinadas com prazo de reembolso a 10 anos no montante de 10 000 000 euros;

35

 PD.
 PC

- Em 2011 a Rentipar obteve suprimentos remunerados dos seus accionistas no montante global de 7 876 575 euros.

A estrutura do Balanço e da Demonstração de Resultados consolidado da Rentipar Seguros, SGPS, S.A. é basicamente a que resulta da contabilização pelo método da Consolidação Integral da sua participada Companhia de Seguros Açoreana, S.A.

Activo e capitais próprios consolidados

Rubricas	Milhares de Euros			
	2011 Valor	Variação 2011/2010	2011 Valor	Variação 2010/2009
Activo	1.336.624	-9,2%	1.472.853	68,1%
Capitais próprios	129 246	-3,7%	134.239	160,7%
Autonomia Financeira	9,7%		9,1%	

O activo consolidado da Rentipar Seguros atingiu o valor de 1 336 624 milhares de euros, e os capitais próprios atingiram o valor de 129 246 milhares de euros, o que gerou um aumento no rácio de Autonomia Financeira em relação ao ano anterior de +0,6 p.p.

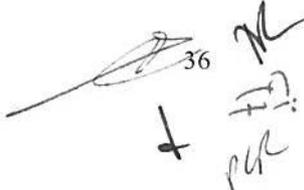
A nível individual a actividade da Empresa em 2011 resume-se à detenção da participação financeira na Companhia de Seguros Açoreana, S.A., sendo de realçar os seguintes factos:

- O resultado do exercício, no montante de cerca de 1 578 milhares de euros é emergente do resultado da sua participada: Companhia de Seguros Açoreana, S.A. do qual a empresa se apropria nos termos legais, pela aplicação do método da equivalência patrimonial.

2. ACTIVIDADE CORPORATIVA

2.1 Recursos Humanos

No decorrer do ano de 2011, os Recursos Humanos Corporativos continuaram a desenvolver o projecto Valores Centauro.

36

 +
 PR

O Grupo reduziu, em 9,1% o seu número total de colaboradores, face a Dezembro de 2010. O número de Colaboradores do Grupo, no final de 2011 ascendeu a 4.911, o que compara com 5.400 Colaboradores no período homólogo de 2010. Em termos de peso relativo, o Banif, com 2.548 Colaboradores, representa 51,9% do total do quadro de pessoal do Grupo, seguido da Açoreana, com 775 Colaboradores, e um peso relativo de 15,8%.

2.2 Gestão dos Riscos da Actividade

A gestão dos riscos no Banif – Grupo Financeiro assenta na identificação, análise e monitorização da exposição aos principais riscos aos quais o Grupo se encontra exposto, na medição e gestão adequada das diversas posições em risco e, por conseguinte, na determinação mais eficiente da alocação do capital.

O controlo e a gestão dos riscos assume-se cada vez mais como um pilar fundamental na garantia da rentabilidade e da sustentabilidade do negócio. A gestão do Grupo encontra-se cada vez mais focalizada na obtenção do equilíbrio entre risco e retomo, bem como na redução de potenciais efeitos adversos que podem influenciar a *performance* financeira do Grupo.

A função de gestão de riscos do Grupo é conduzida de acordo com estratégias e políticas definidas pelo Conselho de Administração da Banif SGPS, S.A., estando a sua implementação a cargo de um órgão corporativo e especificamente dedicado a esta função: Risco Corporativo.

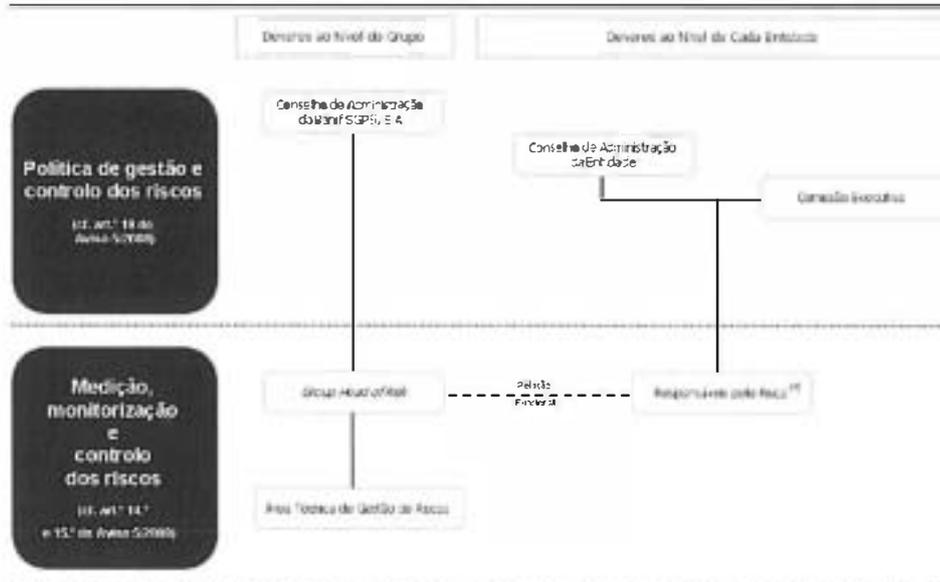
O Risco Corporativo constitui-se como um Órgão da Estrutura da Banif SGPS, S.A. dependendo directamente do Conselho de Administração. A sua estrutura enquadra-se nos requisitos apresentados nos normativos em vigor, emanados pelo Banco de Portugal, nomeadamente pelo Aviso n.º 5/2008 de 25 de Junho de 2008.

O modelo de *governance* da gestão de riscos corporativo, apresentado em seguida, contempla um controlo transversal das várias Entidades do Grupo, no qual cabe ao Conselho de Administração a responsabilidade última pela definição das Políticas de Gestão e de Controlo de Risco.



Handwritten signature and initials, including the number 37, and other markings.

Modelo de Gestão de Riscos



Notas:

- (1) Os responsáveis da função Risco de cada uma das entidades indicadas reportam hierarquicamente ao respectivo órgão de administração através do Administrador do Pelouro.

Cada entidade do Grupo possui a sua própria estrutura orgânica de gestão dos riscos, dimensionada em função da actividade e dos respectivos riscos associados, seguindo as políticas emanadas pelo Conselho de Administração da Banif SGPS.

O Risco Corporativo, pelos poderes conferidos pelo Estatuto Orgânico e Funcional da função, mantém uma relação funcional com os respectivos Órgãos responsáveis pela gestão dos riscos das filiais do Grupo.

Essa relação é exercida através de um responsável nomeado e de interlocutores designados para a condução dos diferentes temas de risco sob gestão. Trata-se de um modelo de relação dinâmico e evolutivo que é alvo de ajustamentos sempre que necessário, assegurando assim a prestação atempada de informação tendo em conta a complexidade crescente dos trabalhos nesta área.

No âmbito das suas funções, o Risco Corporativo participa no Comité de Gestão de Activos e Passivos (ALCO – *Assets and Liabilities Committee*).

38
d J2
pur

O Grupo recorre também a uma visão económica dos seus riscos e dos recursos financeiros disponíveis que estima e incorpora nos exercícios de auto-avaliação da adequação de capital interno (ICAAP) nos termos do Aviso n.º 15/2007 do Banco de Portugal, no âmbito do Pilar II de Basileia II.

Em virtude da relevância do Grupo no contexto do sistema financeiro, relativamente às actividades realizadas em 2011 assumem especial destaque, pela sua dimensão, complexidade e recursos alocados, os trabalhos efectuados relativos ao Programa Especial de Inspeções realizado como parte das medidas e acções acordadas pelas autoridades portuguesas, relativamente ao sistema financeiro, no âmbito do Programa de Assistência Económica e Financeira estabelecido com o FMI/EU/BCE em Maio de 2011.

Este Programa de Inspeções abrangeu os 8 maiores grupos bancários portugueses, incluindo o Grupo Rentipar Financeira (Banif - Grupo Financeiro), e teve por objectivo validar: i) os dados sobre risco de crédito utilizados na avaliação da sua solidez financeira, através de uma avaliação independente das suas carteiras de crédito e da adequação das suas políticas e procedimentos de gestão de risco, ii) o cálculo dos requisitos de capital para risco de crédito e iii) a adequação dos parâmetros e das metodologias utilizados na realização das projecções financeiras que suportam a avaliação da sua solvabilidade futura, no quadro dos exercícios de *stress test*.

2.2.1 Risco de Crédito

O risco de crédito é a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou capital, devido à incapacidade de uma contraparte cumprir os seus compromissos financeiros perante o Grupo, incluindo possíveis restrições à transferência de pagamentos do exterior e constitui um dos riscos mais relevantes a que o Grupo se encontra exposto.

A actividade de concessão e acompanhamento do crédito tem por base um conjunto de políticas orientadoras, que decorrem da estratégia de risco de crédito definida no Grupo, tendo em conta o desenvolvimento do negócio e das condições económicas, sendo essas políticas ajustadas, sempre que tal se justifique.

A gestão do risco de crédito e, bem assim, a delegação de competências, desenvolvem-se de acordo com os princípios e as regras de concessão e manutenção de créditos concedidos a Clientes previstos em normativos, os quais são alvo de actualizações e ajustamentos sempre que tal se mostre necessário.

39
d
TK
MR.

Os normativos são de aplicação genérica no Grupo, porquanto incluem regulamentos aplicáveis a cada uma das áreas de negócio e às suas redes de comercialização assim como regras de preparação, análise e acompanhamento do crédito concedido aos clientes.

Considerando as características das carteiras, a situação económica e conjuntural do País e as restrições de *funding*, o Grupo tem vindo a pautar a sua actuação, com critérios de prudência adicionais e com políticas de concessão de crédito mais restritivas.

2.2.1.1 Gestão do Risco de Crédito

O Grupo promove a monitorização contínua do risco de crédito, pela avaliação regular da estrutura global do crédito concedido e de um conjunto de operações consideradas significativas.

A avaliação da carteira é realizada tendo em conta os objectivos qualitativos estabelecidos anualmente, e visa orientar os objectivos quantitativos definidos para a actividade comercial. Assim, fazem parte deste enquadramento, a definição de objectivos de notação de risco da carteira, de concentração/dispersão de exposição ao risco, de distribuição geográfica, sectorial, de grandes riscos, de riscos por colateral/garantias, entre outros. A informação de gestão, preparada regularmente, tem em conta estas variáveis e promove a sua divulgação pelas estruturas de decisão e órgãos de gestão.

Considerando as particularidades do Portfolio de crédito do Grupo, os modelos internos de notação de risco atendem às características específicas dos clientes, a variáveis históricas de relacionamento e às características das operações quer qualitativas quer quantitativas.

Estrutura da Carteira de Crédito

À data de 31 de Dezembro de 2011, o crédito a Clientes apresenta a seguinte distribuição sectorial:

	2011		2010		(valores expressos em milhares de Euros)	
	Exposição máxima	Exposição líquida	Exposição máxima	Exposição líquida		
Indústria	695.967	6%	496.965	9%	820.900	7%
Construção	1.270.195	11%	686.510	13%	1.357.119	11%
Vendas a retalho	495.295	4%	294.959	5%	531.330	4%
Serviços ¹	2.587.808	23%	1.576.808	29%	2.681.060	22%
Instituições financeiras e seguradoras	110.423	1%	80.252	1%	195.839	2%
Sector Público	240.616	2%	222.147	4%	158.283	1%
Outros (inclui Particulares)	5.726.011	51%	2.026.488	38%	6.461.724	53%
Total	11.135.315		5.384.128		12.206.255	

¹ Serviços inclui actividades imobiliárias e outros serviços prestados às empresas.

Handwritten notes and signatures in the bottom right corner, including a signature and the number '40'.

O segmento "Serviços" representa 23% do total da exposição máxima em 2011, considerando que engloba também valores referentes a exposições de actividades imobiliárias, seguindo-se o segmento "Construção" contribuindo com 11% de exposição.

Ainda no que se refere à exposição de risco por sector, salienta-se que a exposição ao risco de crédito dos top-20 Clientes e/ou grupos económicos ascende, à data de 31 de Dezembro de 2011 (incluindo crédito directo e garantias prestadas), a 1.672 milhões de euros (valor bruto).

Exposição aos Mercados

Em 31 de Dezembro de 2011, a exposição ao risco de crédito por áreas geográficas encontra-se detalhada no mapa seguinte, sendo a sua expressão mais significativa no mercado europeu, assumindo uma representatividade de 91%.

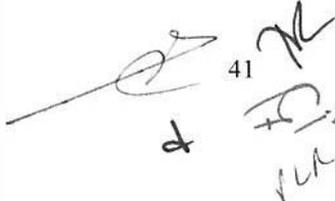
(valores expressos em milhares de Euros)

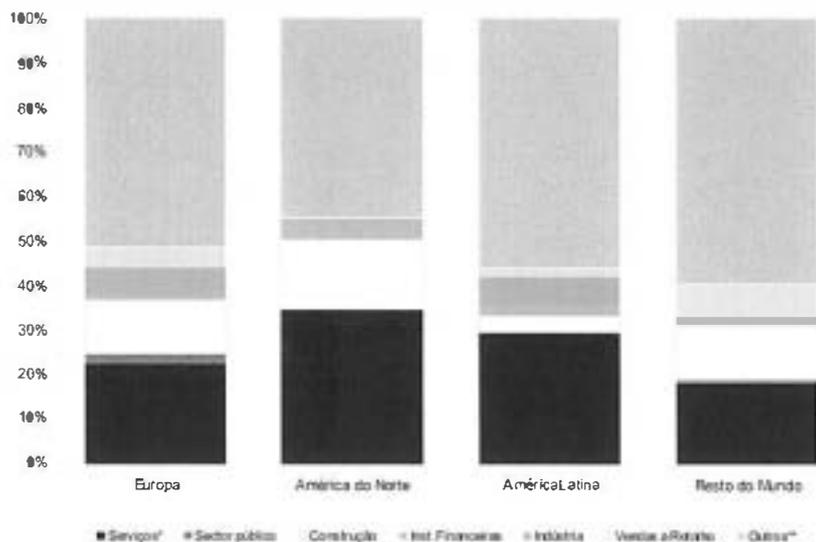
	2011		2010	
	Exposição máxima	Exposição Equitativa	Exposição máxima	Exposição Equitativa
Portugal Continental	6.106.242 55%	2.895.252 54%	6.921.211 57%	3.655.505 56%
Regiões Autónomas	3.041.459 27%	1.269.550 24%	3.236.727 27%	1.488.754 23%
União Europeia	893.058 8%	350.510 7%	817.847 7%	317.864 5%
Resto da Europa	26.032 <1%	8.055 <1%	31.710 <1%	15.635 <1%
América do Norte	193.204 2%	138.219 3%	149.631 1%	101.030 2%
América Latina	730.429 7%	636.530 12%	824.259 7%	756.449 12%
Resto do Mundo	144.842 1%	86.013 2%	224.870 2%	153.442 2%
Total	11.135.315	5.384.128	12.206.255	6.488.728

Relativamente aos restantes mercados, o mercado da América Latina, reflecte a representatividade que o Grupo tem no Brasil, com um valor na ordem dos 7%.

Exposição aos mercados por distribuição sectorial

Em 31 de Dezembro de 2011, a exposição do Grupo aos mercados por sector de actividade assume a seguinte distribuição:

41




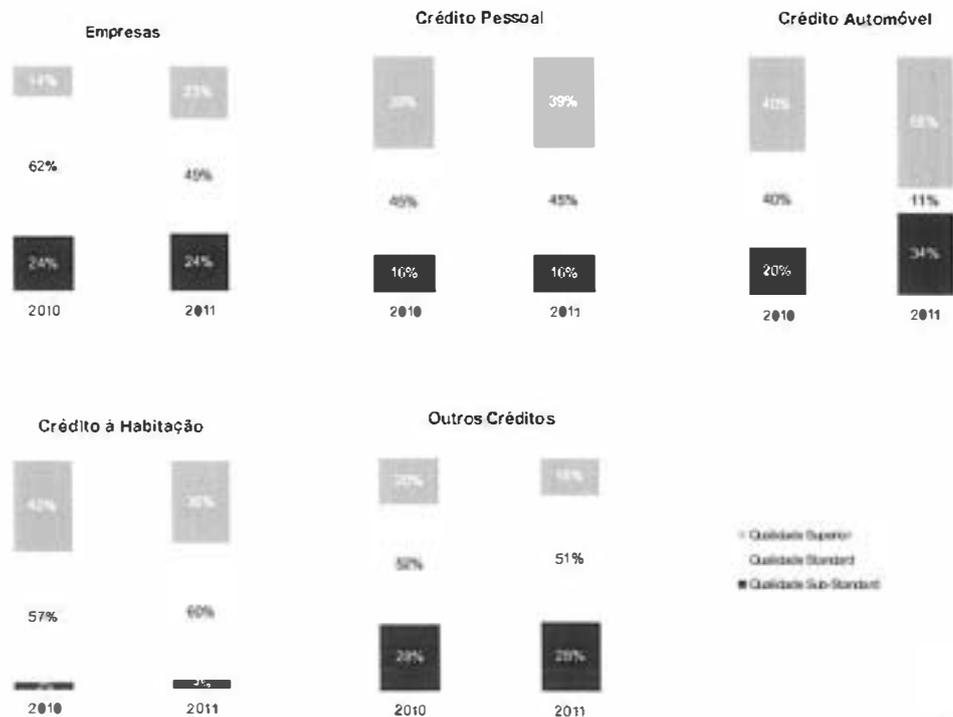
* Serviços incluem actividades imobiliárias e outros serviços prestados às empresas.

** Inclui Particulares.

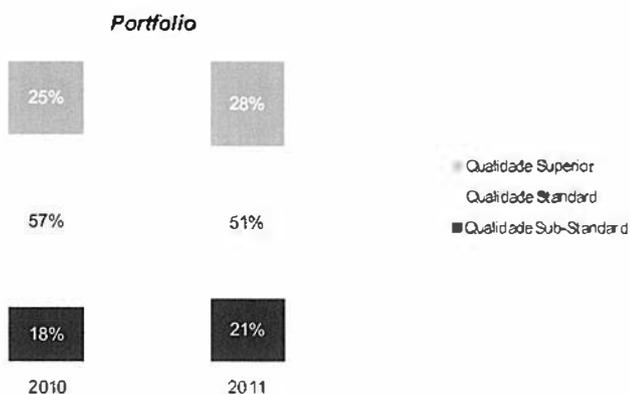
Qualidade do Crédito e Outros Activos Financeiros

Crédito Concedido

A repartição da carteira de crédito do Grupo por notação de risco para os principais segmentos de negócio, a 31 de Dezembro de 2011, apresenta a seguinte estrutura ao nível da qualidade do crédito:



Handwritten notes and signatures at the bottom right of the page, including the number 42 and initials.



A distribuição da qualidade do crédito a Clientes baseia-se na classificação atribuída às carteiras das entidades mais representativas do Grupo, desagregadas pelos segmentos mais significativos e qualificadas em três níveis de risco. A carteira de crédito foi objecto de avaliação interna de risco, baseada nas Probabilidades de *Default* (PD) aplicáveis aos principais produtos e segmentos de negócio. As PD's foram agregadas por níveis de risco de modo a serem classificadas nas categorias de Risco de Qualidade Superior, de Qualidade *Standard* e de Qualidade *Sub-Standard*.

Ainda e, no que respeita à qualidade do crédito, os indicadores de sinistralidade apresentam a 31 de Dezembro de 2011, os seguintes valores:

(valores expressos em milhares de Euros)

	2011	2010
Crédito a Clientes ¹ , do qual:	11.948.846	12.586.267
Crédito e Juros Vencidos ³	1.064.470	831.401
Imparidade do crédito	(813.531)	(594.857)
Indicadores (%)		
Imparidade do Crédito / Crédito a Clientes	6,8%	4,7%
Crédito com Incumprimento/Crédito Total	8,9%	6,5%
Crédito com Incumprimento, líquido/Crédito Total, líquido	2,3%	1,9%
Crédito em Risco/Crédito Total ²	16,4%	12,0%
Crédito em Risco, líquido/Crédito Total, líquido ²	10,3%	7,7%

¹ Em 2010, foram deduzidos dos títulos de dívida registados em empréstimos concedidos e contas a receber.

² Rácios provenientes da Instrução n.º 22/2011 do Banco de Portugal.

³ Crédito e Juros vencidos > 90 dias

Os indicadores apresentados demonstram que, no exercício de 2011, registou-se uma degradação da qualidade da carteira de crédito. Esta situação prendeu-se não apenas com o aumento dos valores do

43

crédito vencido e das respectivas perdas por imparidade estimadas no âmbito da análise individual mas também, pelo agravamento verificado no parâmetro LGD – *Loss Given Default*, nomeadamente no Segmento Empresas, após o exercício de actualização dos parâmetros do Modelo de Imparidade do Grupo.

O valor de crédito e juros vencidos inclui 135.555 milhares de euros de crédito abatido ao activo nas contas individuais das Entidades do Grupo.

Avaliação de Imparidade

À data de 31 de Dezembro de 2011, o valor das perdas por imparidade colectiva e individual, incluindo as perdas extrapatrimoniais, ascendem a 464.629 milhares de euros (2010 – 390.968 milhares de euros) e 351.728 milhares de euros (2010 – 206.603 milhares de euros), respectivamente.

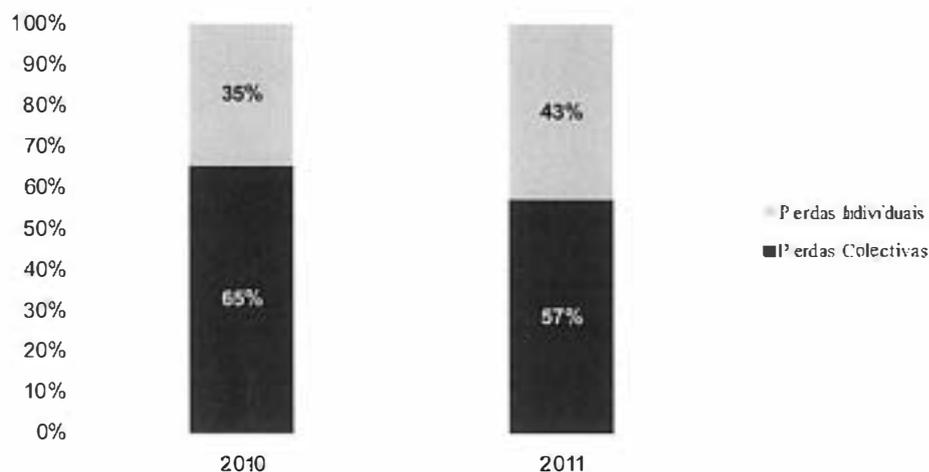
Em 31 de Dezembro de 2011, o crédito analisado individualmente ascendeu a 1.995.995 milhares de euros.

De salientar que no âmbito do Programa Especial de Inspeções ao qual o Banif – Grupo Financeiro participou, que teve por objectivo validar, com referência a 30 de Junho de 2011, os dados sobre risco de crédito utilizados na avaliação da sua solidez financeira, através de uma avaliação independente das suas carteiras de crédito e da adequação das suas políticas e procedimentos de gestão de risco, bem como da confirmação do cálculo dos requisitos de capital para risco de crédito.

Foram analisados créditos no valor de 11,9 mil milhões de euros, cobrindo 96% do total da carteira de crédito do Banif – Grupo Financeiro. Esta avaliação concluiu existir necessidade de reforço de 90 milhões de euros no valor da imparidade registado nas contas consolidadas do Grupo. Este montante correspondeu a 0,8% do montante global dos créditos analisados e a 15,7% do valor da imparidade da carteira abrangida pela análise.

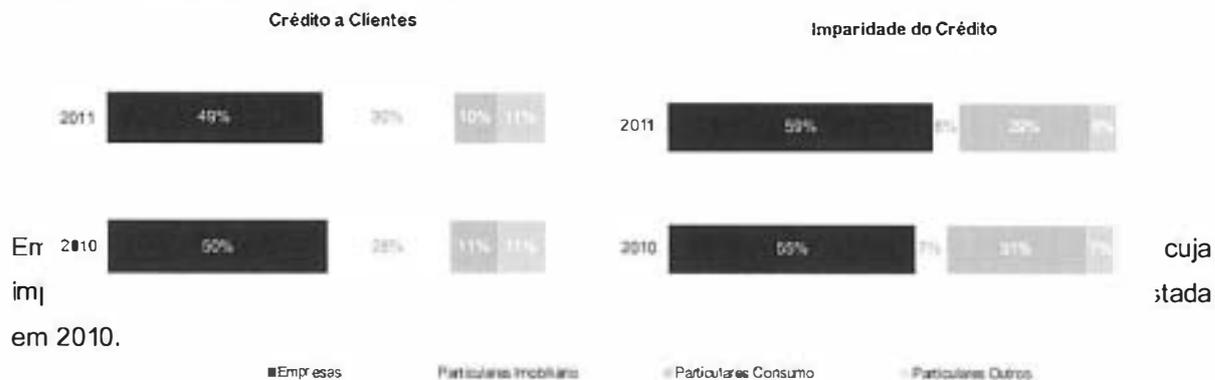
No final do exercício, a contribuição das perdas individuais para o montante total das perdas estimadas para o crédito concedido no Grupo e responsabilidades extrapatrimoniais com natureza de crédito, é apresentado como segue:

 44
Handwritten signature and initials, including the number 44.



Ainda no exercício findo em 2011, o justo valor dos colaterais associados às operações analisadas individualmente, para efeitos do apuramento da imparidade individual, ascendem a cerca de 1.553.301 milhares de euros (2010: 889.457 milhares de euros). Os colaterais associados a estas operações são representados essencialmente, por hipotecas, títulos e depósitos.

O montante do crédito concedido, face às perdas estimadas por segmento, para os exercícios de 2011 e 2010, apresenta os seguintes valores:



Em 31 de Dezembro de 2011, a imparidade do crédito concedido apresenta a seguinte movimentação face a 2010:

45
 +
 M
 F.R.
 P.R.

(valores expressos em milhares de Euros)

	Empresas	Particulares Consumo	Particulares Imobiliário	Particulares Outros	Total
Saldo 2010	326.805	186.755	39.330	41.967	594.857
Reforços	296.904	113.345	13.121	32.280	455.649
Utilizações e Regularizações	(99.267)	(13.483)	-	(10.853)	(123.602)
Reversões e Recuperações	(42.414)	(47.786)	(4.766)	(18.406)	(113.373)
Saldo 2011	482.028	238.831	47.685	44.988	813.531

	Empresas	Particulares Consumo	Particulares Imobiliário	Particulares Outros	Total
Saldo 2009	265.295	179.701	29.371	42.832	517.199
Reforços	110.733	43.028	13.863	9.471	177.095
Utilizações e Regularizações	(18.091)	(8.570)	-	(3.625)	(30.286)
Reversões e Recuperações	(31.132)	(27.404)	(3.904)	(6.711)	(69.151)
Saldo 2010	326.805	186.755	39.330	41.967	594.857

Crédito e Juros Vencidos

À data de 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o montante de crédito e juros vencidos há mais de 90 dias por classes de incumprimento apresenta a seguinte desagregação:

2011

(valores expressos em milhares de Euros)

	3 - 6 Meses	6 - 12 Meses	1 - 3 Anos	> 3 Anos	Total
Empresas	80.177	83.176	213.804	109.894	487.052
Particulares Consumo	2.775	8.655	66.482	142.523	220.434
Particulares Imobiliário	19.698	26.094	42.596	22.183	110.570
Particulares Outros	3.766	27.767	44.817	170.064	246.413
Total	106.416	145.692	367.697	444.663	1.064.469

2010

(valores expressos em milhares de Euros)

	3 - 6 Meses	6 - 12 Meses	1 - 3 Anos	> 3 Anos	Total
Empresas	34.754	90.952	193.553	103.121	422.380
Particulares Consumo	10.402	21.743	89.882	89.457	211.484
Particulares Imobiliário	303	1.047	40.199	11.906	53.455
Particulares Outros	3.788	16.792	55.516	67.986	144.082
Total	49.247	130.534	379.150	272.470	831.401

46
DR
FR
PR

Recuperação de Crédito Vencido e em Contencioso

No seguimento da abordagem seguida nos últimos anos, o Grupo prosseguiu o reforço dos recursos, meios e modelos na recuperação dos créditos, com o objectivo de se promover o seu ajustamento às exigências decorrentes do aumento acentuado do crédito vencido.

No decorrer de 2011, o Grupo concretizou um conjunto de iniciativas orientadas para a melhoria dos Processos Transversais e Ferramentas de Suporte aos Modelos de Recuperação, em que assumiram maior relevância:

- A consolidação e aprofundamento da actividade desenvolvida pelas unidades especializadas no apoio técnico-jurídico às estruturas de recuperação, através da dinamização de uma maior pro-actividade e sistematização de processos na sua actuação;
- A revisão dos procedimentos na articulação das estruturas de recuperação com os Mandatários dos processos, suportada numa aplicação informática que centraliza a troca de informação necessária à gestão dos processos;
- O reforço do grau de sistematização e eficiência no desempenho dos procedimentos no âmbito do acompanhamento dos processos, estimativas de taxas de recuperabilidade / imparidade e reporte de informação, suportadas numa nova aplicação informática específica para o efeito (Banif S.A.)

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o crédito não vencido, mas cujas condições foram renegociadas ascende aos seguintes valores:

(valores expressos em milhares de Euros)

	2011	2010
Empresas	18.728	28.483
Particulares - Consumo	6.262	5.593
Particulares - Imobiliário	184	344
Particulares - Outros	766	2.098
Total	25.940	36.518

47 TK
FD
P/R

2.2.2 Risco de Mercado

O risco de mercado define-se como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a movimentos desfavoráveis no preço de mercado dos instrumentos da carteira de negociação, provocados, nomeadamente, por flutuações em taxas de juro, taxas de câmbio, cotações de acções ou preços de mercadorias. O risco de mercado advém sobretudo da tomada de posições a curto prazo em títulos de dívida e de capital, moedas, mercadorias e derivados.

2.2.2.1 Gestão do Risco de Mercado

Ao nível do Banif - Grupo Financeiro, o risco de mercado decorre essencialmente das exposições em títulos detidos nas carteiras de negociação das várias subsidiárias. Em norma, os derivados contratados têm como objectivo a cobertura económica de posições, principalmente de operações originadas para Clientes, através da realização de operações simétricas com outras contrapartes que anulam o risco de mercado entre si e, ainda, de cobertura de riscos da carteira própria e dos veículos de securitização do Grupo. Desta forma, tendo em conta os negócios onde opera, os principais riscos de mercado a que o Grupo Banif se encontra sujeito são os resultantes das variações de taxa de juro, de taxa de câmbio e das cotações de mercado subjacentes aos títulos.

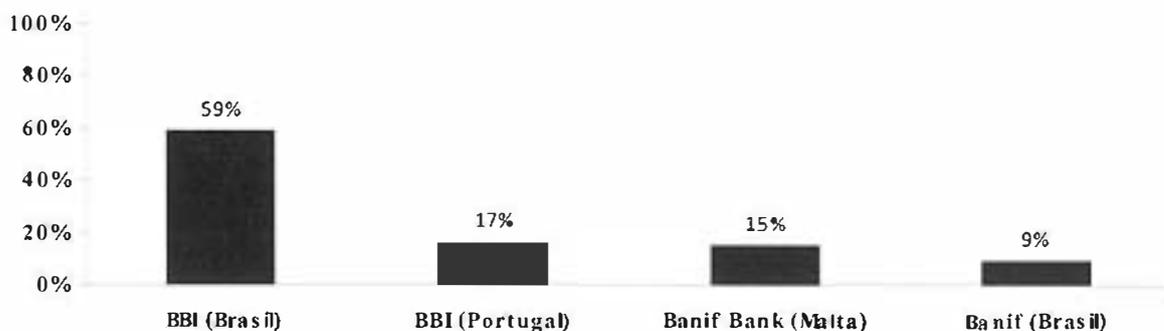
Em 31 de Dezembro de 2011, o valor de mercado da carteira de títulos detidos para negociação do Grupo ascendeu, em termos absolutos, a 187 milhões de euros, composto por 179 milhões de euros de posições longas e 8 milhões de euros de posições curtas.

A gestão do risco de mercado é realizada de uma forma autónoma pelas várias subsidiárias, reflectindo as especificidades e vantagens competitivas, entre as quais a proximidade e o conhecimento local dos mercados em que operam, com particular ênfase para as instituições que actuam no Brasil, nomeadamente a unidade de banca de investimento, o Banif - Banco de Investimento (Brasil), SA, e a unidade de banca comercial, Banif - Banco Internacional do Funchal (Brasil), SA e, ainda, o Banif - Banco de Investimento, SA, em Portugal.

Em termos consolidados, o Banif - Banco de Investimento (Brasil), SA, incluindo as sociedades participadas, representa a maior fatia da carteira de negociação, com um peso de 59%, seguido do Banif Banco de Investimento, SA, em Portugal, com 17%, do Banif Bank (Malta) com 15%, e do Banif Banco Internacional do Funchal (Brasil), SA com um peso de 9%.

À data de 31 de Dezembro de 2011, a carteira de títulos de negociação pelas principais subsidiárias apresentava a seguinte repartição:

48
+
+D,
per



2.2.3 Risco de Taxa de Juro

O risco de taxa de juro é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes de movimentos adversos nas taxas de juro. Neste caso, é avaliado o risco de taxa de juro numa perspectiva de médio/longo prazo, ao nível da carteira bancária que permita avaliar a exposição do Grupo a este risco e inferir quanto à sua capacidade em absorver variações adversas nas taxas a que se encontra exposto.

2.2.3.1 Gestão do Risco de Taxa de Juro

a) Análise de sensibilidade à taxa de juro

O risco de taxa de juro é monitorizado em base sistemática em função dos períodos de *repricing* dos activos e dos passivos. A análise de sensibilidade do risco de taxa de juro, tem como objectivo avaliar a exposição do Grupo a este risco e inferir quanto à sua capacidade em absorver variações adversas nas taxas a que se encontra exposto.

Esta análise, tem por base a determinação do nível de exposição efectuada de acordo com os métodos e pressupostos submetidos à aprovação da autoridade de supervisão, considerando um choque *standard*, positivo e negativo, de 200 pontos base na taxa de juro e o respectivo impacto na situação líquida e na margem financeira (a 12 meses). Contudo, o Grupo determina o impacto, nos seus indicadores internos, de outras magnitudes de choque.

Desta análise foram excluídos todos os instrumentos financeiros patrimoniais e extra-patrimoniais que, por definição, não são afectados pelas variações ocorridas nas taxas de juro.

49
FD:
per

Análise de sensibilidade – impacto de uma variação de 200 pontos base na curva de taxas de juro por moedas relevantes

(valores expressos em milhares de Euros)

Dez.-2011	EUR	USD	TOTAL
Até 1 m	946	0	946
1 - 3 m	-3.510	153	-3.357
3 - 6 m	-7.226	-451	-7.677
6 - 12 m	3.632	160	3.792
1 - 5 A	29.448	-2.160	27.288
> 5 A	-70.369	-14.757	-85.126
Impacto na Situação Líquida	-47.079	-17.055	-64.134
Impacto na Situação Líquida, em % dos Fundos Próprios	-5,0%	-1,8%	-6,8%

	EUR	USD	TOTAL
Até 1 m	-22.157	-16	-22.173
1 - 3 m	18.749	-769	17.980
3 - 6 m	8.656	927	9.583
6 - 12 m	-1.504	63	-1.441
Impacto na Margem Financeira, a 12 meses	3.744	205	3.949
Impacto na Margem Financeira anual, em %	1,4%	0,1%	1,5%

Fundos Próprios	951.045
Margem Financeira	277.275

Dez-2010	EUR	USD	TOTAL
Até 1 m	2.470	66	2.536
1 - 3 m	-10.097	469	-9.628
3 - 6 m	-6.043	674	-5.369
6 - 12 m	-411	260	-151
1 - 5 A	-456	-4.250	-4.706
> 5 A	-71.055	-11.729	-82.784
Impacto na Situação Líquida	-85.592	-14.510	-100.102
Impacto na Situação Líquida, em % dos Fundos Próprios	-7,3%	-1,2%	-8,6%

	EUR	USD	TOTAL
Até 1 m	-59.283	-1.590	-60.873
1 - 3 m	49.808	-2.408	47.400
3 - 6 m	6.723	-1.167	5.556
6 - 12 m	-2.172	-444	-2.616
Impacto na Margem Financeira, a 12 meses	-4.924	-5.609	-10.533
Impacto na Margem Financeira anual, em %	-1,4%	-1,6%	-3,0%

Fundos Próprios	1.165.521
Margem Financeira	348.132

Handwritten notes and signatures at the bottom right of the page, including the number 50 and initials.

Os resultados da análise de sensibilidade reflectem que uma subida nas taxas de mercado terá um impacto negativo na Situação Líquida e um impacto positivo sobre a Margem Financeira. A variação ocorrida na sensibilidade à taxa de juro face à magnitude dos impactos simulados, quer na Situação Líquida quer na Margem Financeira, relativamente ao ano anterior não é considerada significativa.

2.2.4 Risco Cambial

O risco cambial representa as flutuações de valor que os instrumentos financeiros podem sofrer decorrente de alterações verificadas nas taxas de câmbio.

2.2.4.1 Gestão do Risco Cambial

O Grupo monitoriza a sua exposição ao risco cambial pelo controlo diário da exposição global das posições abertas assumidas perante as várias moedas, e adopta estratégias globais de cobertura para assegurar que essas posições se mantêm dentro dos limites definidos superiormente.

2.2.4.2 Análise do Risco Cambial

A maior exposição ao risco de crédito em moeda estrangeira, na carteira de crédito concedido centra-se em BRL, conforme divulgado no quadro seguinte:

(valores expressos em milhares de Euros)

	2011	2010
EUR	9.969.671	10.962.300
BRL	571.705	646.333
USD	325.803	340.030
CVE	83.914	87.934
CHF	51.159	81.815
GBP	88.972	63.907
HUF	35.025	13.945
PLN	6.736	5.427
JPY	2.296	4.506
Outras	34	58
Total	11.135.315	12.206.255

51
FD.
per

2.2.5 Risco de Liquidez

O risco de liquidez, definido como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital decorrentes da incapacidade da instituição dispor, sobretudo no curto prazo, de fundos líquidos para o cumprimento das suas obrigações financeiras, à medida que as mesmas se vencem, é gerido de forma centralizada no Grupo.

Durante o ano de 2011, a política de gestão de tesouraria e a política de financiamento das Instituições Financeiras foi pautada pela necessidade de dar resposta as condições extraordinárias que emergiram da escassez de liquidez dos mercados financeiros, agravada pela crise de endividamento soberano e dos downgrades consecutivos de países e instituições pelas agências de *rating*, o que ainda dificultou mais o acesso aos mercados.

2.2.5.1 Gestão do Risco de Liquidez

A monitorização dos níveis de liquidez corrente e estrutural, necessários em função dos montantes e prazos dos compromissos assumidos e dos recursos em carteira, é efectuada através da identificação de *Gaps* de liquidez.

Atendendo às condições do mercado, as políticas de obtenção de *funding* direccionaram-se para a captação de recursos estáveis de clientes e para o financiamento junto do BCE. Esta foi a fonte fundamental de liquidez ao longo do exercício de 2011 mas, com a implementação das medidas preconizadas pelo Plano de Assistência para o sistema financeiro, espera-se que venha a ser progressivamente reduzida, com o retomo ao normal funcionamento dos mercados e da recuperação económica.

Apesar de uma redução generalizada verificada dos níveis de liquidez, quer o *liquidity gap* quer o *cumulative gap* mantiveram-se dentro dos limites considerados aceitáveis para os vários períodos analisados.

Em virtude da elevada volatilidade que caracterizou os mercados financeiros internacionais onde o Grupo actua, manteve-se um acompanhamento apertado na situação de liquidez corrente, não apenas pelos indicadores presentes nas disposições emanadas do Banco de Portugal, mas também pelos indicadores internos orientados a uma gestão eficiente diária.

4 52 TR
72 PCR

a) Estratégia de Financiamento em 2011

A situação complexa da economia portuguesa durante o ano de 2011, que viria a ditar o recurso ao Plano de Assistência Económica e Financeira (PAEF), teve implicações muito concretas para a gestão de *funding* do Grupo, na medida em que os mercados de capitais permaneceram inactivos inviabilizando a rolagem de instrumentos de dívida. Este cenário foi ainda agravado pelas sucessivas revisões de notações de rating da República portuguesa e, conseqüentemente, dos bancos, para níveis inferiores a *Investment Grade*.

Por essa razão, o Grupo enfrentou em Maio de 2011 o reembolso antecipado de Empréstimos Sindicados no montante total de 428 milhões de euros, devido à activação de cláusulas de *rating* associadas aos respectivos contratos, na sequência da revisão em baixa do *rating* de dívida atribuído pela Fitch Ratings no início de Abril. Ao nível do Grupo, o Banif como entidade mais significativa viria igualmente a reembolsar 114,7 milhões de euros, 100 dos quais em Dezembro, relativos a outros empréstimos sindicados.

As sucessivas revisões em baixa do *rating* da República e dos bancos ao longo do exercício afectaram igualmente a posição de liquidez do Banco por via da desvalorização dos activos que integram a pool de operações de refinanciamento junto do BCE, nomeadamente instrumentos de titularização, empréstimos com *rating* equiparado ao soberano e obrigações emitidas por outros bancos.

A estratégia seguida para acomodar os factores de pressão acima referidos passou, em primeiro lugar, por uma orientação clara de redução do *Gap* Comercial – essencial ao cumprimento do objectivo de desalavancagem no âmbito do Plano de Resgate implementado em conjunto pelo FMI / BCE / EU, quer por via do incremento expressivo dos depósitos, quer pela redução da carteira de crédito. Merecem ainda referência a colocação de instrumentos de titularização emitidos pelo Banif SA e originalmente retidos em balanço em mercado secundário, junto de investidores internacionais, e um maior recurso a financiamentos com acordos de recompra junto de contrapartes locais.

O recurso ao financiamento junto do Banco Central Europeu (BCE) revelou-se igualmente um pilar importante na gestão de liquidez do Grupo, motivando por isso uma gestão bastante activa da pool de colaterais. Neste âmbito, o Banif SA iniciou um Programa de Emissão de Obrigações Hipotecárias ('Covered Bonds') no montante total de 3 mil milhões de euros, o qual obteve um *rating* de Baa3 pela agência Moody's Rating Services. A primeira emissão de Obrigações Hipotecárias, no montante de 85 milhões de euros, a vencer no prazo de 3 anos, ocorreu no fim de Julho, tendo o Banif SA voltado a lançar nova emissão já no último trimestre do ano, no montante de 50 milhões de euros a um prazo de 3 anos.

4 53
FD:
KAR

A pool de activos do BCE foi adicionalmente reforçada por via de duas novas Emissões com Garantia do Estado Português, ao abrigo da Lei n.º 60-A/2008, de 20 de Outubro, no montante nominal total de 700 milhões de euros. A primeira emissão ocorreu a 19 de Julho, no montante de 500 milhões de euros, com maturidade a 3 anos e a segunda a 23 de Dezembro, no montante de 200 milhões de euros, pelo mesmo prazo.

Finalmente, o Grupo participou activamente em leilões de Bilhetes do Tesouro ('BTs') ao longo do ano, igualmente utilizados como colateral junto do BCE, tendo essa exposição atingido um pico em Junho e vindo a reduzir-se gradualmente até Dezembro.

b) Plano de Vencimentos e Estratégia de Financiamento

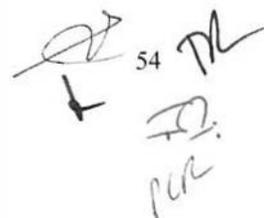
O plano de vencimento de dívida do Grupo tem um ponto importante no mês de Maio de 2012, momento em que deverão ser reembolsadas duas emissões: i) uma emissão de dívida garantida pelo Estado Português no montante nominal de 500 milhões de euros, mas cujo saldo actual se situa em 443 milhões de euros devido a recompras entretanto efectuadas por entidades do Banif – Grupo Financeiro e; ii) uma emissão de dívida sénior emitida pela Banif Finance Ltd., no montante nominal de 300 milhões de euros mas cujo saldo actual se situa em cerca de 250 milhões de euros.

(valores expressos em milhares de Euros)

	2012					< 2015
	TOTAL	T1	T2	T3	T4	
Dívida sénior	250.379		250.379			
Dívida subordinada	32.374					32.374
Empréstimo obrigacionista					50.000	50.000
Empréstimos sindicados	17.333		17.333			
Dívida garantida pelo Estado	860.403		500.000*			360.403
Total	1.160.489		767.712		50.000	442.777

* O montante de 500 milhões de Euros de Dívida garantida pelo Estado a vencer em Maio de 2012 inclui cerca de 57 milhões de Euros comprados por entidades do Banif - Grupo Financeiro, pelo que o reembolso efectivo corresponde a 443 milhões de Euros, a investidores institucionais.

* O montante de 500 milhões de Dívida garantida pelo Estado a vencer em Maio de 2012 inclui cerca de 57 milhões de euros comprados por entidades do Banif – Grupo Financeiro, pelo que o reembolso efectivo corresponde a 443 milhões de euros, a investidores institucionais.

54


O financiamento dos reembolsos esperados para Maio de 2012 deverá ser feito em linha com a estratégia já seguida durante 2011: i) recurso a uma nova Emissão Garantida pelo Estado, no montante nominal de 300 milhões; ii) reforço da *pool* de colaterais a utilizar junto do BCE através de carteiras de crédito com direitos de crédito em resultado da revisão das regras de elegibilidade definidas em Fevereiro de 2012; iii) novas colocações em mercado secundário de instrumentos de titularização emitidos pelo Banco e financiamentos interbancários com acordos de recompra.

A partir de Maio de 2012, a estratégia de liquidez do Grupo passará essencialmente por reduzir o recurso ao financiamento obtido junto do BCE através da redução do *Gap* comercial.

2.2.5.2 Análise do Risco de Liquidez

A avaliação do risco de liquidez do Grupo baseia-se no cálculo e análise de indicadores regulamentares definidos pelas autoridades de supervisão, assim como outras métricas internas para as quais estão definidos limites de exposição.

Assim, é efectuado o apuramento regular da evolução da posição de liquidez do Grupo, identificando-se todos os factores que justificam as variações ocorridas. Este controlo é reforçado com a execução de *stress tests* de forma a caracterizar o perfil de risco do Grupo e a assegurar que são passíveis de ser cumpridas as suas obrigações num cenário de agravamento da crise de liquidez.

A política interna de gestão de liquidez atribui grande relevância à constante monitorização e revisão dos limites de exposição de forma a reflectirem a cada momento as condições de mercado. No âmbito da gestão da liquidez corrente, enquadradas no Plano de Financiamento de curto prazo do Grupo, têm sido elaboradas regularmente análises quantitativas e qualitativas que permitem identificar eventuais debilidades e preconizar a tomada de medidas correctivas, que visam o restabelecimento das reservas mínimas de liquidez, sempre que se julgue necessário.

No cumprimento das regras prudenciais emanadas pelo Banco de Portugal, o Grupo está obrigado a manter um equilíbrio adequado entre os fluxos financeiros associados às rubricas do balanço, de forma a assegurar que dispõem de fundos liquidos para cumprir, em condições razoáveis, as suas obrigações financeiras à medida que as mesmas vencem.

2.2.6 Risco Operacional

O risco operacional é o risco de perdas resultantes da inadequação ou deficiência de procedimentos, do pessoal ou dos sistemas internos ou de acontecimentos externos, incluindo os riscos jurídicos.

Handwritten signatures and initials:
A large signature at the top right, possibly "J. S. N.". Below it, the initials "d" and "F.". At the bottom right, the initials "JCF".

2.2.6.1 Gestão do Risco Operacional

A gestão e monitorização do risco operacional no Grupo são desenvolvidas por uma equipa exclusivamente dedicada ao acompanhamento e controlo deste risco. Esta equipa dispõe de meios de trabalho adequados à gestão do risco operacional, nomeadamente, de uma solução tecnológica para gestão do risco operacional, ajustada à estrutura do Grupo, que permite a recolha, tratamento e gestão de eventos e perdas desta natureza.

As entidades do Grupo estão orientadas para a identificação de focos de risco e a sua respectiva mitigação, que, sem prejuízo da responsabilização de toda a organização, assentam no contributo dos Gestores de Risco Operacional, distribuídos pelas diversas Direcções das entidades do Grupo.

Relativamente ao modelo de gestão de risco operacional adoptado pelo Grupo, é de salientar que o Risco Corporativo assume um papel de supervisão, validação e coordenação da informação recebida das várias entidades, bem como de apoio a todas as necessidades de formação relevantes, assegurando, deste modo, o desenvolvimento e a disseminação adequada da gestão do risco operacional no Grupo.

Na sequência do *self-assessment* promovido em 2010, em que se apurou o grau de desenvolvimento da gestão do risco operacional das diversas entidades do Grupo e o grau de conformidade regulamentar nesta matéria face às exigências das correspondentes jurisdições, o Órgão de Risco Corporativo pôde identificar as principais necessidades de formação existentes.

Com base nos resultados daquele trabalho, no decurso de 2011, o Risco Corporativo dedicou-se nesta matéria ao suprimento das necessidades de formação em matéria de risco operacional e ao desenvolvimento dos procedimentos e actividades indispensáveis a uma futura preparação da candidatura ao Banco de Portugal para aplicação do Método de Abordagem *Standard*.

2.3 Finanças

A área de Finanças Corporativas, estabelecida em 2010, tem por missão:

- Assessorar o Conselho e Administração da Banif SGPS na definição dos objectivos e das políticas financeiras do Grupo, devidamente alinhadas com os objectivos de crescimento, solvabilidade, rendibilidade e risco;
- Assessorar o CFO na implementação e na operacionalização da gestão financeira integrada do Grupo.

56
K
P.R.

O ano de 2011 ficou marcado pelo pedido de assistência financeira feito por Portugal às instâncias europeias e FMI e pela assinatura do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF), programa no âmbito do qual o sector financeiro passou a ser monitorizado trimestralmente, nomeadamente com referência aos seus planos de recapitalização e financiamento, através da ferramenta 'Funding & Capital Plan' (FCP). Neste contexto, coube às Finanças Corporativas coordenar esse processo ao nível do Grupo, envolvendo a actualização trimestral dos planos de negócio das várias unidades de negócio bem como a análise e definição das medidas de capitalização e financiamento necessárias ao cumprimento dos rácios de capital e de liquidez estabelecidos no Programa. O Orgão esteve ainda envolvido na preparação e acompanhamento de todas as interações estabelecidas pelo Grupo com os representantes das entidades externas signatárias do PAEF ("Troika"), inseridas nas revisões trimestrais do PAEF. Ainda decorrente da responsabilidade pelo FCP, o Orgão participou no *Work Stream 3*, no âmbito do Programa de Inspeções Especiais, relativo às metodologias de Testes de Esforço.

No capítulo respeitante à liquidez, o Orgão iniciou os trabalhos preparatórios com vista à sintetização e uniformização da informação sobre liquidez produzida pelas várias unidades de negócio com autonomia de tesouraria, tendo operacionalizado o Comité de Tesouraria reunindo essas subsidiárias. Adicionalmente, procedeu-se a um levantamento exaustivo de potencial de colateralização dos activos de balanço, de forma a suportar um plano de contingência de liquidez. Ainda no âmbito da emissão de obrigações garantidas pelo Estado por parte de duas subsidiárias do Grupo (Banif e BBI) em Dezembro de 2011, as Finanças Corporativas coordenaram a realização de um Estudo de Viabilidade, a entregar ao Banco de Portugal e que será alvo de análise por parte da Comissão Europeia.

O Orgão esteve ainda envolvido nalguns processos de consultoria estratégia levados a cabo pelo Grupo, funcionando como elemento de ligação entre as várias unidades internas e os consultores, paralelamente a um acompanhamento muito próximo dos trabalhos técnicos, e continuou a assessorar o Conselho de Administração, sobre temas centrados nos tópicos "liquidez" e "estratégia".

2.4 Compliance

No início do exercício em apreço o *Compliance* Corporativo submeteu à apreciação do Conselho de Administração o Plano de Acção para 2011, tendo este órgão procedido à respectiva aprovação. O Plano de Acção para 2011 dá continuidade ao tratamento dos temas já oportunamente identificados – matriz de temas de *compliance* – com vista a assegurar uma abordagem transversal e coerente, atenta a respectiva relevância no contexto das actividades desenvolvidas pelo Grupo.

A implementação, em 2010, do reporte funcional ao *Compliance* Corporativo por parte das Unidades de *Compliance* das várias Entidades do Grupo tem contribuído para uma mais fluida articulação entre o *Compliance* Corporativo e as várias Unidades de *Compliance* do Grupo e para uma interacção que se

57
PCF

objectiva na troca de informação relevante e no apoio prestado àquelas Unidades, versando pedidos de esclarecimento e questões de *compliance* eminentemente técnicas e práticas.

Neste enquadramento importa sublinhar o trabalho desenvolvido com referência à sistematização de contributos e análise crítica de conteúdos no contexto da elaboração dos Relatórios de Controlo Interno das diversas Entidades do Grupo, a Junho de 2011.

Também no contexto do apoio às várias Unidades de *Compliance* do Grupo cumpre referir a intervenção do *Compliance* Corporativo em diligências de Prevenção ao Branqueamento de Capitais e Financiamento ao Terrorismo (PBC-FT) desenvolvidas no âmbito de processos de cariz internacional, assegurando, nomeadamente, investigações e inquéritos junto de entidades terceiras e o cruzamento e confirmação de informações.

Ainda no domínio da intervenção do *Compliance* Corporativo em matérias eminentemente técnicas, com repercussões na actividade de cada uma das Entidades do Grupo, com um maior ou menor teor de transversalidade no Banif- Grupo Financeiro, destacam-se i) o apoio dispensado a diversas Entidades do Grupo no contexto de acções de supervisão efectuadas por autoridades locais; ii) a coordenação do processo de obtenção das necessárias autorizações para a realização de interconexão de dados de Clientes entre as diversas Entidades do Grupo iii) a colaboração em processos de actualização de Manuais de PBC-FT de várias filiais do Grupo.

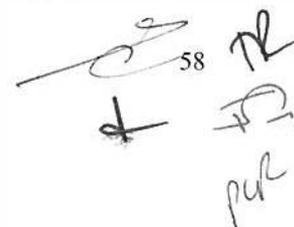
No âmbito do Programa de *Compliance* Corporativo, prosseguiram-se os trabalhos de implementação referentes à sua 2ª Fase, que contempla a definição e o desenvolvimento de Políticas e *Standards* do Grupo, relativamente aos temas de *compliance* considerados prioritários, com especial enfoque para as *Guidelines* sobre Prevenção do Branqueamento de Capitais e sobre a observância das Sanções Internacionais, aprovadas pelo Conselho de Administração em Março e em Outubro, respectivamente.

Deu-se simultaneamente continuidade à 3ª Fase do Programa, correspondente à implementação das mencionadas políticas e procedimentos, nomeadamente no tocante aos processos internos de comunicação, divulgação e monitorização da implementação das guidelines já referidas.

Uma referência ainda para os processos de acompanhamento das propostas de regulamentação do *Foreign Account Tax Compliance Act* (FATCA) e de análise dos seus pressupostos de aplicação extra jurisdicional, bem como dos respectivos impactos nas actividades das diversas Entidades do Grupo.

2.5 Planeamento e Controlo de Gestão

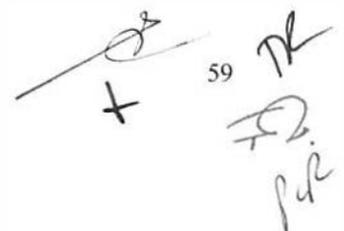
O exercício de 2011, foi um ano relevante para o Órgão de Planeamento e Controlo de Gestão Corporativo, tendo em conta as acções desenvolvidas que permitiram reforçar a sua presença, enquanto Função Corporativa, pela prestação de um apoio mais atento e estruturado ao Centro Corporativo da Banif SGPS, SA.

 58
pur

Assim, as actividades desenvolvidas por este Órgão ao longo do exercício, compreenderam actividades de âmbito interno, assentes na adequação da estrutura orgânica existente, às actuais necessidades do Grupo. Neste enquadramento, as funções foram revistas e, bem assim a sua estrutura organizacional, tendo – se dado especial ênfase à área prudencial, onde a crescente necessidade de informação, bem como as sucessivas publicações de normativos e, subsequentes exercícios de avaliação de impactos, verificados ao longo de todo o ano, justificaram a definição no seu organograma, de uma Área Técnica específica, vocacionada para o desenvolvimento de uma gestão prudencial mais eficiente e eficaz.

Em termos mais específicos, importa destacar também a manutenção das actividades desenvolvidas com carácter de recorrência pela Área Técnica de Consolidação e *Reporte*, nomeadamente o exercício de consolidação de contas do Banif – Grupo Financeiro e, a actualização do conteúdo e estrutura da informação, constante dos dossiers de informação de gestão da Banif SGPS, SA, e da informação financeira produzida sobre as principais Entidades do Grupo, mormente os indicadores de dimensão e crescimento e, bem assim, a quantificação da performance financeira demonstrada por estas, ao longo dos trimestres do exercício agora findo.

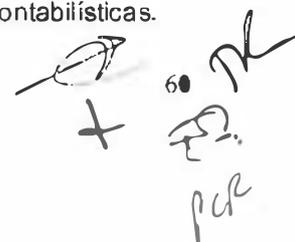
Em termos de exercício de consolidação, importa também mencionar que no período em destaque, registaram-se movimentos de entradas e saídas de Entidades do Banif – Grupo Financeiro, do perímetro de consolidação (IFRS), totalizando no seu conjunto 28 Entidades e/ou Fundos, Veículos, a saber:

 59
Handwritten signature and initials, including the number 59, and a large handwritten 'R'.

Entidade	Movimentos		Alteração de condição
	Entradas	Saídas	
Banif Trading, Inc		x	Dissolução Sociedade
Centaurus Reality Group		x	Alteração % participação
Banif Açor Pensões - Soc. Gestora Fundos Pensões, S.A.	x		Alteração % participação
Imogest	x		Alteração % participação
SPE Panorã	x		Alteração % participação
Banif Inv. Conservador	x		Alteração % participação
Banif Inv. Moderado	x		Alteração % participação
Banif Gestão Patrimonial	x		Alteração % participação
Gestarquipark	x		Alteração % participação
Banif Gestão Activa	x		Alteração % participação
Banif Real Estate Polska	x		Entrada no perímetro
Tiner Polska	x		Entrada no perímetro
Imopredia	x		Entrada no perímetro
Banif Europa Leste	x		Entrada no perímetro
Banif Property	x		Entrada no perímetro
Achala	x		Entrada no perímetro
Worldvilas	x		Entrada no perímetro
Turirent	x		Entrada no perímetro
Komodo	x		Entrada no perímetro
Banif Go, Instituição Financeira de Crédito, S.A.		x	Cisão/ Fusão
Banif Corretora de Valores e Câmbio S.A.		x	Venda participação
Banif Iberia		x	Venda participação
Centro Venture - Soc. Capital de Risco S.A.		x	Venda participação
Banif Nitor FI Ações		x	Venda participação
Banif Nitor Maestro FIM		x	Venda participação
Banif Nitor Institucional FIM		x	Venda participação
Banif Equity Hedge FIM		x	Venda participação

O Grupo engloba uma diversidade de Entidades com dispersão geográfica e de relações societárias complexas, tomando o processo de consolidação exigente, o que resulta, num acompanhamento mais estreito da execução dos exercícios de conversão de *LocalGaap* para IFRSGAAP, a cada data de referência.

Este processo promove a manutenção da harmonização das práticas contabilísticas no Grupo, e, por conseguinte, a comparabilidade das posições financeiras das Entidades do Grupo, quando analisadas de per si. A harmonização das políticas contabilísticas é complementada pela actualização permanente do Manual de Contabilidade e de Políticas Contabilísticas do Grupo, que, a cada data de referência, é revisto, sendo incluída informação, no que concerne a novas divulgações e/ou regras contabilísticas.



 + 60

À data, as Entidades que integram o perímetro de consolidação financeira do Grupo encontram-se localizadas nas seguintes áreas geográficas:



No que respeita às divulgações, salienta-se a obrigatoriedade de reporte nos termos do Relato Financeiro – IFRS e no Relato Prudencial – BdP, cujas regras produzem informação de diferente dimensão, apurando-se diferenças em termos quantitativos que podem ser observadas no mapa resumo representado de seguida:

	IFRS	BdP
	2011	2011
Total Ativos	15.823.114	15.804.783
Total Capital Próprio	934.916	914.736

O processo termina com a preparação das divulgações ao mercado, nomeadamente, anexo às contas, análise às contas e preparação da *press release* dos resultados.

A Área Técnica de Consolidação e Reporte desenvolveu também, no decurso do 2º Semestre do exercício, um portfolio de informação que permite ao presente Órgão Corporativo prestar o apoio requerido ao Comité Alco.

Handwritten signatures and initials, including the number 61, are present in the bottom right corner of the page.

2.6 Auditoria

À Auditoria Interna Corporativa (AIC), integrada no Centro Corporativo do Banif - Grupo Financeiro, estão atribuídas as seguintes funções principais:

- a) Assessorar o Conselho de Administração em matérias relacionadas com a Auditoria Interna, nomeadamente no que respeita à definição e implementação da respectiva estratégia e política no universo do Grupo;
- b) Coordenar a elaboração e a implementação do Programa Anual de Auditoria Interna, para todo o Grupo;
- c) Acompanhar as actividades do Grupo na área da auditoria interna e executar, directamente, ou coordenar a subcontratação, das acções de auditoria nas entidades do Grupo que não disponham de órgão de auditoria interna próprio;
- d) Garantir o reporte consolidado da auditoria interna do Grupo aos respectivos órgãos sociais e às entidades de supervisão.

A função de auditoria interna implementada no Grupo procura assegurar que sejam cumpridos os requisitos do Aviso nº5/2008 do Banco de Portugal, os quais implicam grandes exigências de controlo interno/auditoria, dentro de princípios de rigor e eficácia, ao nível das instituições do Grupo sujeitas ao referido Aviso.

3. BANCA COMERCIAL

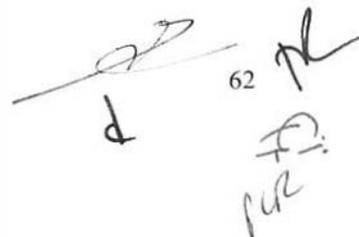
3.1 Banif - Banco Internacional do Funchal, SA

3.1.1 Actividade Comercial na Região Autónoma da Madeira

A actividade do Banif na Região autónoma da Madeira (RAM), desenvolveu-se num contexto marcado pelo agravamento da conjuntura macro e microeconómica e pela evolução política associada a essa conjuntura.

Este factor, transversal a todas as áreas de actividade do país, implicou uma actuação estratégica de permanente adaptação, no sentido do Banco se manter como líder do sector na Região.

Neste contexto, emergiram como prioridades, paralelamente ao crescimento da captação de recursos, a recuperação do crédito vencido e o controlo de custos.

Handwritten signature and initials, including the number 62 and the initials F.F. and P.C.

Desta forma, durante 2011, registou-se o aumento da base de Clientes, com um crescimento de 5.102 novos Clientes. Apesar deste crescimento, o número médio de produtos por Cliente teve uma evolução negativa, penalizada sobretudo, pela carteira de produtos do passivo.

Durante o exercício, as rúbricas de crédito concedido a Clientes e recursos de Clientes, registaram evoluções negativas, respectivamente, 4,9% e 2,1%.

Na rúbrica crédito concedido a Clientes, a DCRAM adoptou a estratégia global do Banco, desacelerando a concessão de crédito. Sublinhe-se, contudo, o evidente abrandamento do investimento público, factor que se repercutiu em toda a economia regional e, colateralmente, nesta rúbrica.

Relativamente à rúbrica de recursos de Clientes, o desempenho registado deveu-se sobretudo à crescente falta de capacidade de aforro dos Clientes, resultante da situação económica e social do país.

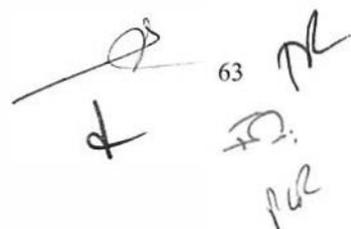
A emigração continuou a ser um dos vectores estratégicos de actuação para a DCRAM. Neste campo foi realizado um plano de visitas bastante ambicioso aos mercados com forte implementação da emigração portuguesa – Venezuela e África do Sul. Este plano de trabalho teve a particularidade de conferir às visitas a estes países uma maior cobertura geográfica, assim como segmentar o mercado por tipo de Cliente – Retalho, Privado e Corporate – e ainda continuar o reforço do canal promotor.

3.1.2 Actividade Comercial na Região Autónoma dos Açores

A exemplo das outras regiões do país a actividade do Banif na Região Autónoma dos Açores (RAA), ficou marcada pelos condicionalismos resultantes de um contexto económico adverso, que impuseram a necessidade de reorientação das principais estratégias e prioridades para a captação de recursos, manutenção da qualidade no crédito e redução de custos de estrutura, com vista ao objectivo último de incremento da rentabilidade.

Não obstante as dificuldades decorrentes da conjuntura económica, a Direcção Comercial do Banif na RAA (DCRAA) prosseguiu os objectivos de crescimento de negócio, com a responsabilidade de consolidar a posição de liderança que o Banco mantém no mercado regional.

Esta estratégia esteve presente em qualquer uma das duas Redes de Negócio que integram actualmente a DCRAA: a RPI (Rede de Particulares e Institucionais) e a RCE (Rede de Centros de Empresas), após a reestruturação que entrou em vigor no início de 2011. Na RPI passaram a estar, em paralelo, as áreas comerciais que incluem as agências dedicadas ao negócio de retalho, com o Centro de Privado e Institucionais.

 63
PUC

Assim, a base de Clientes da DCRAA cresceu 3.726 Clientes, no seio de uma carteira total de 134.300 Clientes. O empenho na prestação de um serviço de qualidade traduziu-se também no crescimento do número médio de produtos por Cliente no retalho, de 3,46 para 3,48.

Num cenário de racionalização do crédito concedido, sem prejuízo dos compromissos assumidos, foi possível reduzir em 3,3% a carteira de crédito por desembolso, a qual ascendia a 1.613 milhões de euros no final de 2011.

Todavia, no que respeita aos Recursos de Balanço, cujo valor, no final de 2011, se cifrava em 955 milhões de euros, muito embora ao nível da Rede de Retalho se tenha conseguido crescer, este incremento foi absorvido pela variação negativa de recursos nos segmentos das Empresas, Privado e Institucionais, com especial incidência ao nível da rubrica Depósitos à Ordem, que ditou, no seu todo, uma variação homóloga negativa de 2,8%.

3.1.3 Actividade Comercial no Continente

3.1.3.1 Negócio no Segmento de Empresas e de Particulares de Médio-Alto Rendimento

A Direcção de Empresas e Banca Privada (DEP) é o órgão responsável pela coordenação e desenvolvimento das áreas de negócio de pequenas e médias empresas, institucionais e particulares de médio-alto rendimento em Portugal Continental. Integra ainda o Núcleo de Factoring, órgão que gere o negócio de Factoring e *Confirming* do Banco.

A actividade da DEP foi direccionada para o cumprimento das metas estabelecidas no programa de desalavancagem e financiamento, com grande enfoque no estreitamento do GAP Comercial. A imposição de condições mais restritivas na concessão de crédito, com os *spreads* a reflectirem quer o agravamento das condições de acesso do sector bancário aos mercados financeiros, quer o risco associado aos clientes em geral e às operações em especial, permitiram uma diminuição da carteira de crédito. Tendo sempre presente os rácios de solvabilidade do Banco, a solidez do negócio e a qualidade da carteira de crédito, continuou-se a utilizar o *repricing* e, adicionalmente, o reforço de garantias associadas às operações de crédito como ferramentas de gestão. Por outro lado e tendo presente o aumento da aversão ao risco por parte dos clientes aforradores, manteve-se o ênfase na captação e manutenção de recursos de clientes. Fruto desta estratégia, conseguiu-se uma melhoria do GAP comercial, que passou a ser de 227% em 2011, e uma melhoria de 0,80 pp na margem financeira do crédito, que ascendeu a 4,54% em 2011.

64
d
M
F.F.
M.R.

Relativamente a 2010, a DEP registou uma variação positiva nos Recursos de Balanço de 451 milhões de euros (+36%), tendo atingido o montante de 1.697 milhões de euros no final de 2011. Relativamente ao Crédito Total (incluindo Programas de Papel Comercial e Crédito Vencido) concedido a Clientes, verificou-se um decréscimo de cerca de 264 milhões de euros (-6%), ascendendo o valor a 3.851 milhões de euros, no final do ano.

Ao nível da Carteira de Clientes Activos, a DEP registou uma diminuição de 4% face ao final do ano anterior. Esta variação reflecte o esforço de desalavancagem efectuada no decurso do ano de 2011, no segmento Empresas.

RUBRICA	VARIAÇÃO 2011/2010
Recursos	36%
Crédito	-6%
Base de Clientes Activos	-4%

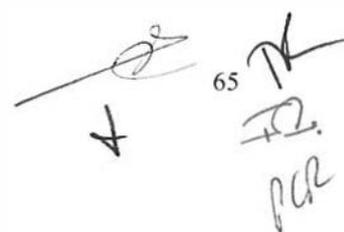
Actividade do Núcleo de *Factoring*

Em 2011, a actividade desenvolvida pela área de *factoring* e gestão de pagamentos a fornecedores, registou uma contracção assinalável.

As variações negativas anuais registadas ao nível do volume de cedências realizadas e saldo médio de antecipações cifraram-se em 33% e 12%, respectivamente, atingindo, no final de 2011, 398 milhões de euros e 151 milhões de euros.

Em linha com a evolução do volume de negócio gerido por esta área, as comissões apresentaram uma evolução negativa de 11% relativamente ao ano anterior, atingindo 1,3 milhões de euros. A margem financeira atingiu os 7,4 milhões de euros, traduzindo um incremento positivo de 32%. Desta forma, em 2011, o produto bancário apresentou uma evolução positiva de 23%, atingindo 8,7 milhões de euros.

O sector da construção continuou a ser o mais significativo na estrutura da carteira de créditos sobre clientes (74% em 2011), seguido da fabricação de produtos metálicos e do comércio por grosso, com 11% e 5%, respectivamente.

 65
TK
F.2.
RGR

3.1.3.2 Negócio no Segmento de Retalho

A Rede de Agências no Continente, através da respectiva Direcção (DRA) desenvolveu a sua actividade com particular enfoque nos seguintes grandes objectivos:

- Captação de recursos estáveis, contribuindo decisivamente para o reforço da carteira de depósitos do Banco;
- Controle do Crédito vencido ou com sinais de alerta;
- Redução de custos;
- Reforço do comissionamento;
- Aumento da carteira de Clientes Activos;

O processo gradual de racionalização da Rede, iniciado em 2010, reforçou-se em 2011, tendo sido encerradas algumas Agências com menor potencial de crescimento e adaptados os quadros de pessoal à dimensão dos negócios. Os encerramentos verificados não provocaram redução do negócio existente, dado que os Clientes foram alocados a outras Agências de proximidade.

A DRA terminou o ano com 260 Agências e um rácio de 3,93 empregados por Agência, dos mais baixos da Banca em Portugal, tendo-se:

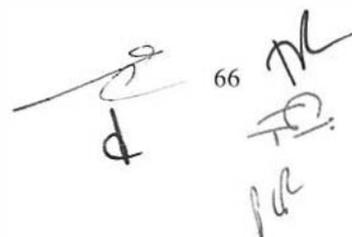
- Encerrado 17 Agencias
- Aberto 4 novas Agências
- Transformado 3 Agências Standard em Associadas
- Reduzido o número total em 14 unidades.

3.1.4 Apoio às Áreas de Negócio

Recuperação de Crédito Vencido e em Contencioso

No final de Dezembro de 2011, o montante total de crédito em incumprimento, não considerando a carteira titularizada, ascendia a 423,6 milhões de euros dos quais 326,0 milhões de euros estavam afectos à Direcção de Recuperação de Créditos (DRC).

As transferências de capital para recuperação central (DRC), no exercício de 2011, totalizaram 343,5 milhões de euros (face a 276,2 milhões de euros no ano anterior, o que se traduz num acréscimo de

 66
DRC

24%), das quais 157,7 milhões de euros provenientes das redes de "Retail", 181,2 milhões de euros das redes de "Empresas", 4,6 milhões de euros das redes de "Private".

A actividade desenvolvida no âmbito da recuperação central de créditos materializou-se num montante acumulado de recebimentos (capital, juros, despesas e comissões) de 217,0 milhões de euros (que reflecte um acréscimo de 70% face a 2011), e na reformulação de créditos num montante total de 22,3 milhões de euros (que traduz um decréscimo de 3% relativamente a 2011).

No seguimento da abordagem seguida nos últimos anos, prosseguiu-se o reforço dos recursos, meios e modelos na recuperação dos créditos, com o objectivo de se promover o seu ajustamento às exigências decorrentes do aumento acentuado do crédito vencido.

3.1.5 Produtos de Crédito

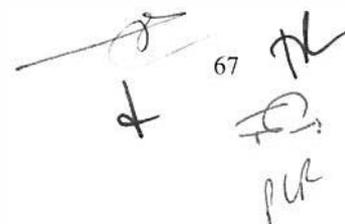
Crédito Imobiliário

O ano de 2011 confirmou a tendência negativa registada em 2010 no sector da construção. O mercado de construção continuou fortemente marcado pela redução do número de pedidos de novos licenciamentos, pela retracção da procura, traduzida numa quebra de preços e redução do número de transacções.

Esta conjuntura, aliada às imposições resultantes do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF) condicionaram toda a actividade do Banco que, através da Direcção de Crédito Imobiliário (DCRI), se viu obrigado a monitorizar de forma sistemática as carteiras e o mercado, com o objectivo controlar o risco de crédito e adaptar a oferta às tendências do mercado.

Resultado da redução da procura (quebra de 55% face a 2010) e da maior exigência na concessão do crédito, a carteira de crédito imobiliário, incluindo os créditos securitizados, decresceu cerca 1%, atingindo, no final de 2011, um valor de 3.338 milhões de euros (Continente: 2.200 milhões de euros; Madeira: 486 milhões de euros e Açores: 652 milhões de euros) o que, em termos absolutos, representa um decréscimo de 19,4 milhões de euros face ao final de 2010.

A produção realizada atingiu um valor de 176 milhões de euros, com um *spread* médio de 2,91%, o que teve um reflexo positivo no *spread* médio da carteira, que atingiu um valor de 1,18% (face a 1,07% verificado em Dezembro de 2010).

 67
PK
F3
PUR

Em termos de originação, a rede comercial do Banco representou 77% do negócio, sendo o canal agenciado responsável por 23% da produção em 2011.

Relativamente ao Crédito a Não Residentes, a carteira praticamente não registou variação, tendo-se mantido o saldo de 380 milhões de euros, não obstante o decréscimo de 65% na produção de novos contratos neste segmento.

Leasing Imobiliário

Consequência da reestruturação da actividade de locação financeira imobiliária do Grupo, anteriormente desenvolvida exclusivamente pela Banif GO, o Banif integrou a carteira de *Leasing* Imobiliário daquela instituição através de uma operação de cisão-fusão, ampliando assim a oferta de produtos de financiamento imobiliário disponibilizada pelo Banco.

A produção de novos contratos de *Leasing* Imobiliário, no exercício de 2011, foi de 16,4 milhões de euros, o que representa um decréscimo de 22% face ao período homólogo anterior, o qual se explica pela continua degradação da conjuntura económica, com reflexo nas políticas de maior contenção e restrição na concessão de crédito.

A carteira de crédito de *Leasing* Imobiliário no final de 2011 ascendia a 192,9 milhões de euros.

3.1.6 Actividade Financeira

O ano de 2011 continuou marcado por um agravamento generalizado das condições de mercado, com repercussões ao nível da confiança no sistema financeiro, que afectaram a liquidez das instituições bancárias. Neste sentido, continuou a assistir-se a um aumento do recurso a operações de refinanciamento junto do BCE e a uma forte procura por recursos de Clientes particulares. A Direcção Financeira desempenhou um papel importante na gestão integrada dos activos e passivos financeiros do Grupo, assegurando uma intervenção dinâmica ao nível dos mercados monetário e cambial e desenvolvendo todo o relacionamento institucional com contrapartes nacionais e internacionais, necessário ao bom funcionamento desta actividade. Foi também relevante o apoio prestado às Direcções Comerciais na conceptualização e desenvolvimento de produtos para venda nas redes comerciais.

A política de investimentos em activos financeiros de elevada liquidez foi conduzida com o apoio das equipas de análise do Banco de Investimento, seguindo um perfil conservador na selecção dos

68
f
R
F
P

emitentes e privilegiando uma diversificação sectorial consistente com o enquadramento macroeconómico. Tendo por base as condições adversas de mercado, o Banif manteve uma política de diversificação nas suas áreas de actuação, limitando os investimentos nas suas carteiras de acções e obrigações e privilegiando um elevado nível de liquidez do seu balanço.

Os resultados líquidos globais em operações financeiras cifraram-se num lucro de 21,6 milhões de euros em 2011, contra um resultado de 2,8 milhões de euros em 2010.

Os valores apurados resultam principalmente de ganhos com a recompra privada e pública de obrigações do Banif.

Uma gestão conservadora nas operações de risco do Banco originou um aumento nos resultados cambiais, que ascenderam a 976 milhares de euros, contra os 783 milhares de euros em 2010.

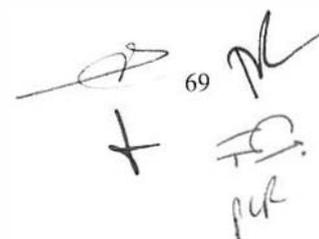
O Banif manteve uma política equilibrada de gestão da liquidez, com o intuito de minimizar os riscos de mercado, apostando em aplicações de menor risco e fazendo a cobertura de risco nos activos mais voláteis, reduzindo os *mismatches* das taxas de juro e fazendo uma avaliação permanente desta abordagem.

A estabilidade da liquidez foi conseguida através do *funding* de Clientes, do recurso ao mercado monetário e às operações de refinanciamento do BCE. Durante o ano de 2011, os Clientes do Banco continuaram a privilegiar os depósitos a prazo, certificados de depósito e em aplicações de títulos de curto prazo, em virtude da instabilidade verificada nos mercados financeiros.

A este nível, destacam-se os recursos captados directamente pela Direcção Financeira junto de determinados clientes institucionais, os quais ascendiam, no final de 2011, a 230 milhões de euros.

O total de activos elegíveis para desconto no BCE existente na carteira no final de 2011, ascendia a 4,25 mil milhões de euros, com um valor total líquido de *haircuts* no montante de 2,2 mil milhões de euros, contra 3 mil milhões de euros e 1,9 mil milhões de euros, respectivamente, em 2010. O recurso a financiamento via BCE ascendeu a 2,13 mil milhões de euros, contra os 1,65 mil milhões de euros em 2010. No total dos activos elegíveis o Banco detinha em carteira 332,8 milhões de euros em Bilhetes do Tesouro.

Como consequência da revisão em baixa dos *ratings* do Banif devido ao corte das notações de *rating* da República Portuguesa, o Banif teve que proceder à liquidação antecipada em Maio, de três

 69
Handwritten signatures and initials, including a large signature on the left, the number '69' in the center, and several other initials and signatures on the right.

empréstimos de médio-longo prazo, no montante de 419 milhões de euros, que se venciam em Julho 2011, Abril 2012 e Julho 2013.

No que diz respeito ao mercado de risco de crédito português, durante 2011 as principais agências de *rating* procederam a novo corte das notações de *rating* da República Portuguesa. As razões apresentadas pelas agências centraram-se pelo aumento da incerteza política, orçamental e económica que aumentam o risco de o Governo não ser capaz de atingir as metas de redução do défice previstas no Programa de Estabilidade e Crescimento.

Neste contexto, e como seria de esperar, os bancos portugueses viram as suas notações de *rating* serem cortadas com a mesma amplitude da República. Assim, também os *ratings* de longo e curto prazo, do Banif – Banco Internacional do Funchal SA, foram revistos em baixa.

As notações de *rating* do Banif são, actualmente:

	Longo prazo	Curto prazo	Outlook
Moody's (22/06/2011)	Ba2	NP	Negativo
Fitch (23/12/2011)	BB	B	Negativo

3.1.7 Actividade Internacional

Durante o ano de 2011, a actividade internacional do Grupo continuou a pautar-se pela presença estratégica em mercados com potencial de negócios e com sinergias para o Grupo no seu todo, contando para tal com presença e actividade no Brasil, EUA, Malta, Espanha e Reino Unido, Hungria, Eslováquia e Polónia.

Em paralelo, o Banif manteve o enfoque em mercados onde a comunidade emigrante portuguesa (em especial, a proveniente da Madeira e Açores) detém uma forte presença, nomeadamente, Estados Unidos, Canadá, Venezuela e África do Sul.

Destaca-se a aposta em mercados de expressão portuguesa, como Cabo Verde, porta de entrada do Grupo para o continente africano.

Durante o ano de 2011 - e mais concretamente durante o segundo trimestre do ano – assistiu-se a um agravamento crescente, por parte da generalidade da banca nacional, no acesso aos mercados

70
MK
FD.
PUP

interbancários e financeiros internacionais, em resultado das preocupações relacionadas com a dívida soberana de Portugal, descida do *rating*-país (e subsequentemente do *rating* da generalidade da banca portuguesa), que culminou com a assinatura do PAEF com a “Troika”.

Não obstante e no final de Dezembro de 2011, o Banif SA emitiu, com sucesso, um “3Y Floating Rate Guaranteed Note”, no valor de 500.000.000,00 euros garantido pela República Portuguesa, tendo com *Paying Agent* o Citibank e como *Lead Manager & Bookrunner* o Banco de Investimento.

O Banif conta, actualmente, com um universo de cerca de 1.500 bancos correspondentes em todo o mundo e também com 34 contas directas de correspondentes aos respectivos livros (Vostro) e 30 contas de correspondentes, nas várias moedas, no mundo, em livros de bancos de primeira grandeza (Nostro).

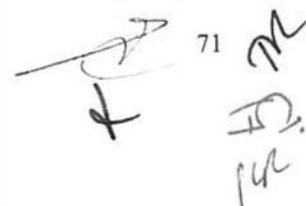
Em termos de negócio internacional, não obstante as políticas creditícias internas mais restritivas, o Banif manteve a aposta no *trade finance* internacional, com destaque para as operações *pure trade related* com risco corporate, essencialmente brasileiro, numa parceria entre Banif Brasil, Banif Londres e Banif Finance USA.

O Banif tem, também, concentrado esforços no *Trade Finance* internacional puro, no *Structured Trade Finance*, e no apoio às empresas portuguesas através de equipas de especialistas, com enfoque no vector Direcção Internacional (Lisboa e Londres) e Direcção de Empresas e Particulares, em Portugal.

Como resultado da estratégia adoptada, obteve-se um incremento das receitas com comissões no Negócio Interbancário e de *Unfunded Trade Finance*, de 116,7%, em relação ao período homólogo.

Para tal, o Banco tem disponível uma carteira de produtos e serviços de comércio exterior (importação e exportação) destinados a apoiar os seus clientes empresas no incremento dos seus negócios no mercado internacional.

No Reino Unido e durante o ano de 2011, o Banif alargou a sua oferta de produtos e serviços aos clientes da Sucursal, numa abordagem plena de banca comercial. Como consequência natural das mudanças verificadas nos mercados internacionais, o direccionamento estratégico naquele importante mercado foi também revisto, privilegiando o relacionamento com empresas (*Wholesale Banking, Project Finance, Corporate Banking e Pure Trade Finance*), particulares (*Private Banking e negócios com Não-Residentes*), com ênfase para clientes com origem e/ou com relações de negócios em países nos quais o Grupo está presente; e ainda, *Real Estate* com foco em *Property Development* no Reino Unido, com *developers* locais e *Second Home Mortgage* para Clientes *affluent* residentes naquele país

 71
M
J
142

ou com interesse em adquirir imóveis em Portugal, assim como em outros países onde o Banif está presente (Cabo Verde, Malta, Brasil, etc.).

3.1.8 Síntese da Actividade e Resultados do Banif - Banco Internacional do Funchal, SA

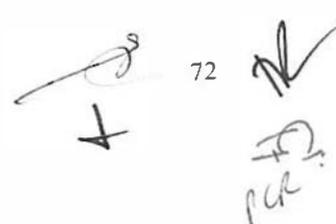
As demonstrações financeiras do Banif - Banco Internacional do Funchal, SA, (Banif) referentes aos períodos em análise, foram preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), nos termos do Aviso do Banco de Portugal n.º 1/2005. Contudo, tendo em vista a análise do desempenho económico e a respectiva comparabilidade a nível internacional, bem como o contributo que o Banif representa para o Grupo, considera-se mais adequado a utilização de elementos contabilísticos de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), as quais são adoptadas pela Banif SGPS, empresa-mãe do Grupo, na apresentação das suas Demonstrações Financeiras consolidadas. Os dados de 2010 correspondem aos saldos reexpressos para assegurar a comparabilidade com as políticas e critérios aplicados em 2011.

No final de 2011 concretizou-se o processo de cisão-fusão da Banif GO, que resultou no aumento de 16.950 milhares de euros do Activo Líquido e num impacto de -11.703 milhares de euros nos resultados de 2011 do Banif, em base IAS/IFRS.

A análise das demonstrações financeiras e dos principais indicadores permite salientar o desempenho do Banco no exercício de 2011, do qual se destaca:

- O Resultado do Exercício de 2011 apresenta um prejuízo de 86.654 milhares de Euros no final de 2011, que compara com 37.108 milhares de euros de lucro em 2010;
- O *Cost to Income* evoluiu favoravelmente de 60,6% em 2010 para 57,1% em 2011, em consequência da subida do Produto da Actividade em 4,8% e da descida dos Custos de Funcionamento em 1,2%.
- O rácio de transformação de depósitos em crédito desceu de 140,7% para 119,5%, em resultado da diminuição do Crédito Líquido e do aumento dos Depósitos de Clientes, alcançando-se assim o rácio indicativo previsto no Programa de Assistência Financeira a Portugal.
- O rácio de capital *Core Tier 1* ascendeu a 10,1%, acima dos 9,0% de mínimo requerido para 31 de Dezembro de 2011, e o rácio total foi de 11,4%, calculados nos termos regulamentares do Banco de Portugal.

72



Demonstração de Resultados

A crise da dívida soberana que afectou Portugal e que conduziu a um pedido de ajuda externa ao Fundo Monetário Internacional, à Comissão Europeia e ao Banco Central Europeu, conjuntamente designados por "Troika", veio prolongar e agravar as dificuldades de acesso aos mercados monetários e de capitais internacionais por parte dos bancos nacionais, os quais continuam praticamente limitados ao recurso a operações de refinanciamento do BCE e à captação de depósitos junto dos seus clientes, com agravamento do seu custo, motivado por uma concorrência muito agressiva. Esta situação, aliada a uma progressiva deterioração da qualidade do crédito, condicionou fortemente a actividade e os resultados do Banco em 2011.

A Margem Financeira, incluindo o Rendimento de Instrumentos de Capital, apresentou uma descida de 3,5% face ao final de 2010, ascendendo a 223.710 milhares de euros. Os Rendimentos de Instrumentos de Capital incluem dividendos distribuídos antecipadamente pela sociedade Numberone, SGPS, Lda, veículo que gere participações sociais e a emissão de dívida das empresas do Banif - Grupo Financeiro, que passaram de 16,8 milhões de euros em 2010 para 26,0 milhões de euros em 2011. A evolução da margem financeira propriamente dita foi negativa, devido principalmente à subida das taxas de juro passivas, que foram superiores à progressão verificada nas taxas de juro activas, gerando uma diferença unitária negativa, estimada em 29 p.b.

Nas Operações Financeiras, registou-se em 2011 um prejuízo no valor de 7.251 milhares de euros, contra um lucro de 527 milhares de euros em 2010. O prejuízo de 2011 foi motivado pelos Resultados de Activos e Passivos Financeiros ao Justo Valor Através de Resultados que, no cômputo geral, foram negativos em 8.163 milhares de euros, justificados principalmente por desvalorizações em unidades de participação de fundos de investimento. Os Resultados de Activos Financeiros Disponíveis para Venda também foram negativos em 64 milhares de euros, contra lucros de 7.513 milhares de euros no ano de 2010, ano em que se efectuou a alienação de uma participação na Rentipar Seguros, que gerou uma mais-valia de 7,5 milhões de euros. Em Resultados de Reavaliação Cambial foram alcançados ganhos de 976 milhares de euros, que comparam com 783 milhares de euros registados em 2010.

Os Outros Proveitos Líquidos, que incluem Rendimento de Serviços e Comissões, Resultados de Alienação de Outros Activos, e os Outros Resultados de Exploração, apresentaram uma subida de 32,7%, passando de 96.477 milhares de euros no exercício de 2010 para 128.071 milhares de euros em 2011. Os Rendimentos de Serviços e Comissões subiram 15,1%, o que evidencia o alargamento registado no relacionamento comercial com a base de clientes do Banco e a revisão das condições de preçário. Em Resultados de Alienação de Outros Activos registou-se um prejuízo de 1.808 milhares de euros, justificado principalmente por menos-valias na venda de imóveis, que compara com ganhos de

73
M
F.F.
Pul

2.286 milhares de euros, em 2010. Por último, neste agregado, os Outros Resultados de Exploração ascenderam a 47.954 milhares de euros em 2011, com uma subida de 108,2% face aos 23.031 milhares de euros registados em 2010. A principal causa desta evolução decorre do ganho de 25.612 milhares de euros com recompra de passivos emitidos, no âmbito da operação de oferta pública de troca de obrigações subordinadas.

Como corolário da evolução da Margem Financeira, Operações Financeiras e Outros Proveitos Líquidos, o Produto de Actividade subiu 4,8%, totalizando 344.530 milhares de euros.

Os custos de funcionamento, que incluem Custos com Pessoal, Gastos Gerais Administrativos e Amortizações, ascenderam a 196.726 milhares de euros, menos 1,2% do que no exercício de 2010, conseguindo-se novamente uma redução neste conjunto de custos.

Os Custos com Pessoal apresentaram um aumento de 3,0%, justificados pelo impacto com a transferência parcial das responsabilidades com pensões para a Segurança Social, que ascendeu a 6.833 milhares de euros. O total das remunerações pagas apresenta uma descida de 3,2%.

Em 2011, os Gastos Gerais Administrativos foram inferiores em 7,2% face a 2010, representa uma poupança de 5.254 milhares de euros. As maiores poupanças registaram-se em serviços informáticos, comunicações, rendas e alugueres e formação de pessoal. Nas amortizações verificou-se uma descida de 3,5%, menos 512 milhares de euros.

O desinvestimento na rede de distribuição do Banif em 2011, com o encerramento de 17 agências e a conseqüente libertação de meios humanos, que se traduziu na redução de 121 colaboradores, foram determinantes na obtenção das poupanças atrás referidas.

Como resultado da diminuição verificada nos custos de funcionamento e na expansão do Produto de Actividade, a evolução do rácio *Cost to Income* traduz o acréscimo de eficiência de alcançado, tendo passado de 60,6%, no final do de 2010, para 57,1%, no final do exercício em análise.

O *Cash Flow* de Exploração ascendeu a 161.726 milhares de euros, representando um crescimento de 12,2% quando comparado com o final do exercício anterior.

As Provisões e Imparidade, líquidas, calculadas de acordo com as IAS/IFRS ascenderam a 265.767 milhares de euros em 2011, mais 180.163 milhares de euros do que em 2010, situação demonstrativa da actual conjuntura económica adversa.

A carga fiscal suportada pelo Banco em 2010 e 2011 é influenciada pelo regime fiscal específico que incide sobre os dividendos recebidos de filiais no exterior. Por outro lado, os impostos correntes incluem o impacto com a Contribuição Extraordinária do Sector Bancário que ascendeu a 3.276 milhares de euros.

Em consequência da actual conjuntura, a actividade do Banco em 2011 gerou um resultado líquido negativo, em base IAS/IFRS, no montante de 86.654 milhares de euros, contra um lucro de 37.108 milhares de euros em 2010.

Relativamente aos resultados do exercício em base NCA's, que em 2011 se fixaram em -15.699 milhares de euros, a principal razão para a diferença resulta dos diferentes critérios entre as provisões constituídas nos termos do Aviso 3/95 do Banco de Portugal, que atingiram 167.763 milhares de euros (138.703 milhares de euros no final de 2010), e imparidade de crédito, em base IAS/IFRS, que ascendeu a 265.267 milhares de euros (85.604 milhares de euros no exercício de 2010), diferença que, líquida de impostos diferidos, ascendeu a 72.912 milhares de euros.

Balanço

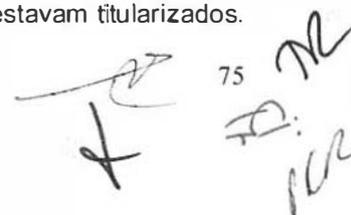
No final de 2011, as principais variações ocorridas no Balanço, foram as seguintes:

- Activo Líquido aumentou 11,1%;
- Crédito sobre Clientes Bruto diminuiu 4,5%;
- Depósitos de Clientes subiram 10,6%;
- Capitais Próprios com uma redução de 75.139 milhares de euros, menos 8,3%.

O Activo Líquido do Banif ascendia em 31 de Dezembro de 2011 a 16.754 milhões de euros, mais 11,1%, como já referido, relativamente ao exercício de 2010. Este aumento decorre principalmente do aumento dos Activos disponíveis para venda, em consequência de aquisições de obrigações no âmbito de operações de securitização realizadas pelo Banco. Retirando este efeito, a variação do Activo Líquido seria de 6,8%.

No final do exercício de 2011, o saldo bruto do Crédito Concedido a clientes ascendia a 9.953 milhões de euros, representando uma diminuição de 4,5% relativamente ao exercício anterior.

No segmento de particulares, o crédito concedido bruto ascendia a 4.261 milhões de euros, menos 2,1% do que no período homólogo de 2010, representando 42,8% do total do crédito em balanço. O crédito imobiliário, que dentro do segmento de particulares representa 74,9%, ascendia em 31 de Dezembro de 2011 a 3.192 milhões de euros, dos quais, 2.661 milhões de euros estavam titularizados.

 75
FD:
10/2

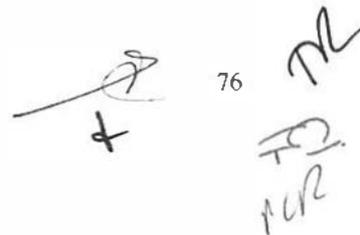
Comparativamente ao ano anterior, o saldo do crédito imobiliário diminuiu na globalidade 1,0%, e o titularizado também diminuiu, 4,1%. O crédito ao consumo ascendeu no final de 2011 a 345 milhões de euros, contra 375 milhões de euros um ano antes, ou seja, desceu 8,1%. O crédito ao consumo titularizado apresenta um aumento de 18,6%, devido à realização, no final de 2011, de uma nova operação de titularização de crédito ao consumo, a Atlantes Finance 4, que abrangeu 110 milhões de euros de créditos. O outro crédito a particulares ascendeu no final de 2011 a cerca de 724 milhões de euros, menos 3,9% do que na mesma data de 2010.

O crédito a empresas ascendeu, em 31 de Dezembro de 2011, a 5.611 milhões de euros, menos 6,7% do que na mesma data de 2010. O crédito ao segmento empresas representava no final do exercício em análise 56,4% do total do crédito bruto concedido.

(milhões de euros)	Dez-11	Dez-10	Varição
Particulares			
Crédito imobiliário	3.192	3.223	-1,0%
do qual titularizado	2.661	2.774	-4,1%
Crédito ao consumo	345	375	-8,1%
do qual titularizado	232	195	18,6%
Outro	724	754	-3,9%
Total Particulares	4.261	4.352	-2,1%
Empresas			
Desconto	193	293	-34,3%
Empréstimos	2.717	2.706	0,4%
do qual titularizado	863	0	-
Contas Correntes	1.913	2.260	-15,3%
Outros	788	755	4,4%
Total Empresas	5.611	6.014	-6,7%
Juros a receber e vencidos	81	54	51,8%
Total Crédito Bruto	9.953	10.419	-4,5%
Imparidade de Crédito	488	347	40,8%
Total Crédito Líquido	9.465	10.072	-6,0%

Em Abril de 2011 securitizaram-se 1.128 milhares de euros de créditos concedidos ao segmento empresas, sob a operação Atlantes SME 1.

Além das duas operações de titularização atrás referidas, o Banif, SA realizou em 2011 cessões de crédito, desconhecidas do Balanço, no total de 142 milhões de euros, pelo preço de 133 milhões de euros.

76


Como já referido, a qualidade do crédito deteriorou-se em 2011, como demonstra a evolução do indicador "Imparidade / Crédito Total" que passou para 4,91% no final de 2011, contra 3.33% no final de 2010.

Os Activos Financeiros Disponíveis para Venda, líquidos de imparidade, ascendiam, em 31 de Dezembro de 2011, a 3.979 milhões de euros, mais 800 milhões de euros do que em 2010. Neste aumento, cerca de 501 milhões de euros correspondem a variações nas obrigações adquiridas no âmbito das operações de securitização, nomeadamente pela aquisição da totalidade das obrigações decorrentes das operações concretizadas em 2011, a Atlantes SME 1 e Atlantes Finance 4. O restante aumento, corresponde a aquisições de diversas obrigações e de dívida pública.

Relativamente à carteira de Activos Financeiros ao Justo Valor através de Resultados, verificou-se uma diminuição de 224 milhões de euros, decorrente da venda de unidades de participação de fundos imobiliários e do vencimento de obrigações.

No lado do Passivo, o *funding* captado pelo Banif subiu 7,8%, correspondendo a um aumento de 858 milhões de euros, entre Dezembro de 2010 e Dezembro de 2011.

(milhões de euros)	Dez-11	Estr.	Dez-10	Estr.	Var.
Recursos de Bancos Centrais	2.127	17,9%	1.651	15,0%	28,8%
Recursos de Outras Instituições de Crédito	859	7,2%	1.013	9,2%	-15,2%
Recursos de Clientes	8.530	71,8%	7.919	71,8%	7,7%
Passivos Financeiros	8	0,1%	17	0,2%	-50,8%
Passivos Subordinados	362	3,0%	429	3,9%	-15,6%
Total do Funding	11.886	100,0%	11.028	100,0%	7,8%

Os Recursos de Clientes apresentaram uma forte subida, com um aumento de 611 milhões de euros, mais 7.7%, mantendo um peso de 71,8% no total do *funding*.

Os Recursos de Bancos Centrais, nomeadamente do Banco Central Europeu, apresentam um aumento de saldo de 476 milhões de euros, mais 28,8% face a 31 de Dezembro de 2010, passando a representar 17,9% do total do *funding*, contra 15,0% no ano anterior. O aumento verificado nestes recursos está associado ao aumento da disponibilidade de colaterais resultantes das operações de securitização efectuadas no ano.

↑
+ 77
FD
P/R

Os Recursos de Outras Instituições de Crédito diminuíram 154 milhões de euros face a Dezembro de 2010, menos 15,2%, diminuindo o seu peso no total do *funding*, no final de 2011, para cerca de 7,2%, em comparação com 9,2% no final de 2010.

Dentro do *funding* merece destaque os Recursos de Clientes, que incluem Depósitos de Clientes, Responsabilidades representadas por Títulos e Passivos Financeiros ao Justo Valor e que apresentaram a seguinte evolução nos períodos em análise:

(milhões de euros)	Dez-11	Dez-10	Variação
Depósitos de Clientes	7.918	7.158	10,6%
À ordem	2.445	1.311	86,4%
A prazo	4.892	5.304	-7,8%
Poupança	512	503	1,7%
Outros	69	40	72,8%
Responsabilidades representadas por títulos	611	755	-19,1%
Passivos ao justo valor	0	5	-100,0%
Recursos de Clientes	8.530	7.919	7,7%

Os Depósitos de Clientes subiram 10,6%, no período em análise, representando um aumento de 760 milhões de euros. Por natureza, verifica-se que os Depósitos a Prazo diminuíram 411 milhões de euros, menos 7,8%, e os Depósitos à Ordem aumentaram 1.134 milhões de euros, uma subida de 86,4%. Estas variações resultam de uma reclassificação entre produtos, em curso, com um valor estimado em cerca de 975 milhões de euros. Retirando este efeito, a evolução de Depósitos a Prazo e Depósitos à Ordem seria de 10,6% e 12,1%, respectivamente. Os restantes tipos de depósitos, Poupança e Outros, aumentaram 8 milhões de euros e 29 milhões de euros, respectivamente.

A performance obtida nos Depósitos de Clientes foi determinante na evolução favorável do rácio de transformação de depósitos em crédito, que passou de 140,7% em 2010 para 119,5% no final do exercício em análise.

A variação ocorrida em Responsabilidades representadas por títulos, com menos 144 milhões de euros, decorre principalmente do vencimento do BANIF 2010 FLOAT EUROMEDIUM TERM

78
FD:
100

PROGRAM, no montante de 150 milhões de euros, que foi substituído por um outro programa de maturidade trimestral e valor de 20 milhões de euros.

Em 2011, o Banco realizou um aumento de capital social de 14,5 milhões de euros, na sequência do processo de cisão-fusão da Banif GO. Contudo, em consequência dos resultados negativos, os Capitais Próprios, em base IAS/IFRS, apresentam uma diminuição de 75,1 milhões de euros, para 833,8 milhões de euros no final de 2011, contra 908,9 milhões no final de 2010.

O Rácio de Solvabilidade, calculado nos termos regulamentares do Banco de Portugal, passou de 14,1%, no final de 2010 para 11,4% no final de 2011. O rácio *Core Tier 1* apresenta 10,1% em 2011, o mesmo valor apresentado no final de 2010.

79
FD.
142

Análise Comparativa, em base IAS/IFRS:

Expresso em milhares de Euros

Balço	31-12-2011	31-12-2010	Varição	Varição
		Reexpresso	absoluta	%
Activo Líquido	16.753.823	15.079.100	1.674.723	11,1%
Crédito Concedido (Bruto)	9.953.083	10.419.117	(466.034)	-4,5%
Depósitos de clientes	7.918.156	7.158.295	759.861	10,6%
Recursos totais de Clientes (balço)	8.529.517	7.918.592	610.925	7,7%
Capitais Próprios	833.778	908.918	(75.139)	-8,3%
Demonstração de resultados	31-12-2011	31-12-2010	Varição	Varição
		Reexpresso	absoluta	%
Margem Financeira (inclui Rendimentos de Instrumentos de Capital)	223.710	231.818	(8.108)	-3,5%
Lucros em Operações Financeiras (líq.)	(7.251)	527	(7.778)	-1475,9%
Outros Proventos (líq.)	128.071	96.477	31.594	32,7%
Produto da Actividade	344.530	328.822	15.708	4,8%
Custos com Pessoal	115.337	112.018	3.319	3,0%
Gastos Gerais Administrativos	67.467	72.721	(5.254)	-7,2%
Cash Flow	161.726	144.083	17.643	12,2%
Amortizações do Exercício	13.922	14.434	(512)	-3,5%
Provisões e Irregularidade (líq.)	265.767	85.604	180.163	210,5%
Resultado antes de Impostos	(117.963)	44.045	(162.008)	-367,8%
Impostos (correntes e diferidos)	(31.309)	6.937	(38.246)	-551,3%
Resultado do Exercício	(86.654)	37.108	(123.762)	-333,5%
Outros indicadores	31-12-2011	31-12-2010	Varição	Varição
		Reexpresso	absoluta	%
Irregularidade de Crédito / Crédito Total	4,91%	3,33%	-	-
ROE*	-	5,04%	-	-
ROA *	-	0,25%	-	-
Resultado Antes de Impostos / Activo Líquido Médios*	-	0,30%	-	-
Produto da Actividade / Activo Líquido Médios*	2,12%	2,23%	-	-
Resultado Antes de Impostos / Capitais Próprios Médios*	-	5,98%	-	-
Custos de Funcionamento + Amortizações / Produto da Actividade	57,1%	60,6%	-	-
Custos Com Pessoal / Produto da Actividade	33,5%	34,1%	-	-
Rácio de Solvabilidade (base regulamentar Banco de Portugal)				
Total	11,4%	14,1%	-	-
Tier 1	10,4%	10,1%	-	-
Core Tier I	10,1%	10,1%	-	-
Rácio crédito líquido / depósitos	119,5%	140,7%	-	-
Nº de empregados	2.548	2.669	-121	-4,5%
Nº de Agências Bancárias	343	360	-17	-4,7%

80
 +
 PD
 PUC

3.2 Crédito Especializado

3.2.1 Banco Banif Mais, SA

3.2.1.1 Actividade em Portugal

O ano de 2011 foi marcado pelos impactos na actividade de concessão de crédito da crise económica e das medidas de austeridade impostas a Portugal e os seus efeitos negativos na oferta e procura de financiamentos e no perfil de risco dos potenciais clientes.

No que respeita à principal actividade desenvolvida pelo Banco Banif Mais, SA, a concessão de financiamento para a aquisição de veículos usados, de acordo com os dados da ASFAC - Associação de Instituições de Crédito Especializado, financiaram-se 828,8 milhões de euros, menos 17% do que em 2010, correspondentes a 71.785 unidades, menos 14.437 unidades do que no ano anterior.

Neste contexto, o Banco manteve a segunda posição em termos de quota do mercado de financiamento de veículos usados tendo, contudo, essa quota diminuído de 12,9% em 2010 para 11,8% em 2011. Também no financiamento para a aquisição de veículos novos a quota de mercado diminuiu de 3,3% para 2,5%. No financiamento de motos, o Banco manteve também a segunda posição do mercado, com uma quota de 29,1% em 2011.

Conforme referido, em 2011 foi concluído o processo de Cisão-Fusão da Banif Go, Instituição Financeira de Crédito, SA, tendo o Banco Banif Mais, SA incorporado o património relativo às actividades de "leasing mobiliário" e "financiamento de aquisições a crédito". Note-se que concretização e respectivo *booking* de novas operações relativas a estes financiamentos já tinham passado a ser efectuados no Banco Banif Mais, SA desde 2010.

O ano de 2011 foi também um ano de esforço de contenção de custos, tendo sido desenvolvidas várias medidas neste sentido.

O Mercado Automóvel

Segundo a ACAP (Associação de Comércio Automóvel de Portugal), em Portugal, as vendas de automóveis ligeiros de passageiros novos não foram além das 153.433 unidades em 2011, o que representa uma forte contracção do mercado, de 31,3% face ao ano anterior.

81
M
P
R

No mês de Dezembro de 2011, o mercado de automóveis ligeiros de passageiros novos sofreu uma forte queda de 60,1% em relação a igual mês do ano anterior, tendo sido comercializados 11.207 veículos. Este decréscimo deveu-se, por um lado, ao prolongamento da tendência descendente iniciada em Janeiro de 2011 e, por outro, ao facto de no período homólogo de 2010, que constitui o termo de comparação, o mercado ter registado uma forte subida resultado do aumento da carga fiscal para a compra de veículos e da extinção do programa de incentivos ao abate de veículos em fim de vida para automóveis não exclusivamente eléctricos introduzidos no início de 2011.

No que respeita ao mercado de venda de usados, as estatísticas disponíveis, que reflectem o número de registos efectuados, indicam uma redução do número de registos de cerca de 19% em 2011 face a 2010, que é significativamente inferior à verificada na venda de veículos novos.

Produção

O cenário de crise económica, nomeadamente o aumento do desemprego e diminuição geral da actividade comercial, levou a que fossem mantidos critérios de análise restritivos. Assim, foram celebrados em Portugal 15.738 contratos (21.013 em 2010), aos quais corresponde um volume de crédito de 134,6 milhões de euros (169,2 milhões de euros em 2010).

3.2.1.2 Actividade Internacional

Na Eslováquia, em 2011, o mercado automóvel registou um crescimento, tendo o segmento de veículos ligeiros de passageiros novos crescido 6,5% face a 2010.

Na Polónia e ao contrário de 2010, o mercado automóvel registou um fraco desempenho em 2011 face ao ano anterior, com o nível de vendas de automóveis ligeiros de passageiros novos a apresentar uma diminuição de 12,4%.

Em 2011 as sucursais do Banco Mais na Eslováquia e Polónia celebraram 1.950 contratos (1.579 contratos em 2010), com um total de crédito concedido de 8,7 milhões de euros (6,5 milhões de euros em 2010), o que traduz um crescimento do crédito concedido em ambos os países, apesar dos diferentes contextos de mercado referidos.

Face aos níveis de risco existentes e ao agravamento da situação económica em Espanha, o Banco Mais manteve, em 2011, o total enfoque na gestão da carteira de crédito, com particular destaque para a recuperação de crédito em mora, não havendo concessão de novos créditos.

82
TR
142

Banco Banif MAIS, SA

Números significativos (base IAS)	Milhares de Euros		
	2011	2010	VARIAÇÃO
Activo líquido	1,037,781	827,278	25.4%
Crédito total	931,301	780,091	19.4%
Capitais próprios	247,883	215,824	14.9%
Produção global	143,400	173,772	-17.5%
Margem financeira	35,003	39,112	-10.5%
Produto da actividade	48,204	49,596	-2.8%
Cash flow	26,733	28,282	-5.5%
Resultado líquido	(995)	19,726	-105.0%
Custos pessoal/Produto bancário	18.0%	17.3%	-
<i>Cost to income</i>	46.9%	45.1%	-
Produto bancário/Activo líquido médio	6.2%	6.5%	-
ROE	-0.5%	11.0%	-
ROA	-0.1%	2.3%	-
RAI/Activo líquido médio	-0.4%	2.9%	-
RAI/Capitais próprios médios	-1.6%	12.6%	-
Imparidade do crédito/Crédito total	24.4%	22.9%	-
Rácio solvabilidade	32.0%	23.4%	-
Pontos de venda	20	20	0.0%
N.º de empregados	243	267	-9.0%

3.2.2 Banif Plus Bank, ZRT

Em 2011 a actividade da subsidiária do Banco Banif Mais na Hungria contrariou a tendência negativa do mercado de financiamento de automóveis usados húngaro, que registou um decréscimo de 17% no número de unidades financiadas, tendo registado um aumento no número de contratos celebrados de 21,4% (e de 26% em termos de valor de crédito concedido). Este desempenho acima do mercado é em parte explicado pelo facto de em anos anteriores esta subsidiária ter sentido fortes quebras da sua produção, acima das quedas do mercado, situação que começou a inverter em 2010, mas cuja recuperação foi sobretudo notória em 2011, tendo recuperado parcialmente a sua posição no mercado.

83
FD. PK
142

Estes números são mais expressivos tendo em consideração o esforço de redução dos custos de estrutura da filial, e que teve implicações ao nível da rede de delegações que passou de 9 para 6 balcões.

Apesar da referida evolução do mercado de financiamento, as vendas veículos novos e usados apresentaram em 2011 evoluções positivas de 3,7% e 6,7%, respectivamente. Contudo, a penetração das vendas a crédito no ponto de venda reduziu-se em cerca de 2,3 pontos percentuais nas vendas de veículos usados (passando de 10,5% do total das transacções em 2010, para 8,2% em 2011) e cerca de 1,8 pontos percentuais no segmento de veículos novos (decrecendo de 29,3% para 27,5%).

BANIF PLUS BANK, ZRT

Números significativos (base IAS/IFRS)	Milhares de Euros		
	2011	2010	VARIAÇÃO
Activo líquido	94,137	113,021	-16.7%
Crédito total	85,809	111,107	-22.8%
Capitais próprios	25,168	29,923	-15.9%
Produção global	10,594	6,732	57.4%
Margem financeira	9,720	9,914	-2.0%
Produto da actividade	11,195	12,156	-7.9%
Cash flow	5,947	6,985	-14.9%
Resultado líquido	3,844	3,095	24.2%
Custos Pessoal/Produto bancário	32.9%	29.0%	-
Cost to income	49.1%	45.0%	-
Produto bancário/ Activo líquido médio	10.9%	10.3%	-
ROE	14.7%	10.2%	-
ROA	3.7%	2.6%	-
RAI/Activo líquido médio	4.6%	3.1%	-
RAI/Capitais próprios médios	17.8%	12.2%	-
Imparidade do crédito/Crédito total	16.1%	14.4%	-
Rácio solvabilidade	25.8%	25.2%	-
Pontos de venda	6	9	-33.3%
N.º de empregados	71	90	-21.1%

3.2.3 Banif Rent - Aluguer, Gestão e Comércio de Veículos Automóveis, SA

Durante o ano de 2011 o mercado de automóveis ligeiros assistiu mensalmente a quebras consecutivas nas suas vendas, terminando o ano com menos 30% de unidades vendidas face aos valores registados no ano anterior. A conjuntura macroeconómica adversa que se vive no nosso país, os critérios de análise mais restritivos na concessão de crédito e as altas taxas de juro, variáveis importantes na decisão de compra, contribuíram para as quebras registadas.

O mercado do Aluguer Operacional de Veículos (AOV) registou, segundo dados da ALF (Associação Portuguesa de *Leasing, Factoring e Renting*), uma quebra de 10% face aos valores do ano de 2010. Esta quebra não foi tão acentuada quanto a registada no mercado automóvel, devido ao facto das gestoras de frotas terem optado por efectuar prolongamentos dos contractos existentes, bem como pelo realuguer de viaturas já existentes nas suas frotas, o que lhes permitiu contrariar a quebra da procura com níveis de investimentos mais reduzidos.

A actividade desenvolvida pela Banif Rent acompanhou a tendência negativa do mercado automóvel tendo registado um decréscimo na sua produção de 43%. Este decréscimo deveu-se à conjugação dos factores já referidos, associados à implementação de uma estratégia de desaceleração e controlo do investimento.

Em 2011 foram celebrados 1.593 contractos (2.800 no período homologado de 2010), o que correspondeu um investimento de 8 milhões de euros.

No final de 2011 a frota total sob gestão era de 3.394 veículos (4.671 no final de 2010), o que representa um decréscimo de 27% face ao ano anterior.

Do total dos veículos sob gestão, 2.718 (80%) incluem serviços (manutenção, pneus, viatura de substituição e seguro da Companhia de Seguros Açoreana), o que face a 2010 representa, no total da frota, uma maior proporção de viaturas com serviços associados.

O resultado líquido do período foi negativo em 11 milhões de euros, que compara com 317 mil euros negativos em 2010. Para este resultado contribuiu, significativamente, o constante aumento do custo de *funding* verificado durante o ano de 2011 e o reforço das perdas por imparidade em 6,7 milhões de euros (4,3 milhões de euros em dívidas de clientes e 2,4 milhões de euros em activos tangíveis e activos não correntes detidos para venda), consequência de uma política de prudência que tem vindo a ser adoptada pela Empresa.

85
M
PC

Em Dezembro de 2011, procedeu-se ao reforço dos capitais próprios da sociedade em 8,5 milhões de euros através de prestações suplementares efectuadas pelo accionista único Banif Comercial, SGPS, SA.

Para 2012, a Banif Rent pretende dar continuidade à estratégia adoptada no segundo semestre de 2012.

A 31 de Dezembro de 2011, o número de colaboradores da sociedade era de 33.

Principais indicadores da actividade

(Milhares de Euros)

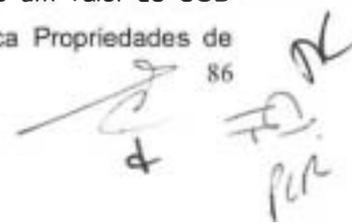
	2011	2010	Var.
Produção - nº Contratos	1.593	2.800	-43%
Produção – Investimento	8.024	26.282	-69%
Frota sob gestão	3.394	4.671	-27%
EBITDA	10.667	14.323	-26%
Activo	73.060	94.669	-23%
Capitais Próprios	-2.288	501	-557%
Nº empregados	33	35	-6%
Resultado Antes Impostos	-10.659	-746	1.329%
Resultado Líquido	-11.289	-317	3.461%

3.3 Actividade Internacional do Grupo

3.3.1 Banif - Banco Internacional do Funchal (Cayman), Ltd.

À data de 31 Dezembro de 2011 o volume de activos do Banif - Banco Internacional do Funchal (Cayman), Ltd. (Banif (Cayman), Ltd.) cifrava-se em USD 599 milhões, tendo-se verificado um acréscimo de 16%, comparativamente a 31 de Dezembro de 2010.

O acréscimo verificado no volume dos activos do Banif (Cayman), Ltd. é explicado essencialmente pelo aumento ocorrido nas rubricas Outros activos, que cresceu USD 127,6 milhões; Aplicações em instituições de crédito que verificou um acréscimo de USD 45,7 milhões, face ao período homólogo. No entanto e em idêntico período, ocorreram decréscimos nas rubricas Disponibilidades em outras instituições de crédito que cifraram em USD 100,9 milhões, que corresponde a um decréscimo de USD 61,8 milhões; e Crédito a clientes que diminuiu USD 65,2 milhões, apresentando um valor de USD 199,8 milhões comparativamente a 2010. Destaca-se ainda o facto de a rubrica Propriedades de

86


Investimento registar um saldo de USD 28,3 milhões enquanto que no período homólogo esta rubrica não apresentava saldo.

Relativamente ao Passivo do Banif (Cayman), Ltd. verificou-se, face ao fecho do exercício do ano de 2010, um acréscimo de 17%, o que corresponde um aumento de USD 81,8 milhões, cifrando-se em Dezembro de 2011 nos USD 557,2 milhões. Esta variação é essencialmente explicada pelos crescimentos verificados nas rubricas Outros passivos que apresenta um valor de USD 69,3 milhões e uma variação positiva de USD 61,6 milhões; Recursos de outras instituições de crédito, a qual cresceu USD 97,6 milhões e apresenta um saldo de USD 278,6 milhões. No entanto a rubrica de Recursos de clientes e outros empréstimos, contraiu-se em USD 22,5 milhões o que correspondeu a um saldo final de USD 69,5 milhões. Salienta-se ainda que a rubrica Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados em Dezembro de 2011 apresenta saldo zero, quando em Dezembro de 2010 apresentava um saldo de USD 57,2 milhões.

O Banif (Cayman), Ltd. apresentou um resultado líquido negativo de USD 14 mil o que comparado com o lucro de USD 111 mil, que o Banco havia registado em 2010, explica-se maioritariamente pelas variações abaixo identificadas.

O Banco obteve, em 2011, um Produto Bancário de USD 5,3 milhões, o que representa um aumento de 10% face ao período homólogo. Este aumento deveu-se ao incremento da Margem financeira (que apresentou um saldo de USD 3,5 milhões) e da rubrica Outros resultados de exploração, que registou um montante de quase USD 10,0 milhões, enquanto no período homólogo o saldo desta rubrica tinha sido negativo em USD 4,4 milhões. No entanto, foram pagos USD 6,0 milhões em encargos com serviços e comissões e USD 2,3 milhões em Resultados de alienação de outros activos (em 2010 esta rubrica não apresentou qualquer valor), o que originou o Produto Bancário acima referido.

Os Gastos gerais administrativos de USD 1,5 milhões e as Correções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (liquidas de reposições e anulações) de USD 3,2 milhões em 2011 contribuíram para o resultado líquido negativo apresentado.

	Milhares de Dólares		
	2011	2010	VARIAÇÃO %
Activo líquido	599.313	518.283	15,6%
Crédito concedido	199.185	265.015	-24,8%
Depósito de clientes	69.449	91.942	-24,5%
Capitais próprios	42.095	42.910	-1,9%
Resultado líquido	-14	111	-112,6%

Em 31 de Dezembro de 2011: 1 Euro (EUR) equivalente a 1,2939 Dólares (USD)

Handwritten signatures and initials, including the number 87 and the letters "TK".

3.3.2 Banif International Bank, Ltd.

À data de 31 de Dezembro de 2011, o volume de activos do Banif International Bank, Ltd. (BIB) ascendia a USD 785,3 milhões, tendo-se verificado um acréscimo de 24%, comparativamente ao fecho do exercício de 2010, onde o total do activo do Banco era de USD 635,8 milhões.

O aumento verificado no total dos activos do BIB, face ao período homólogo, é maioritariamente explicado pelas variações ocorridas nas rubricas Outros Activos, com uma variação positiva de USD 39,1 milhões; Crédito a clientes, que cresceu USD 110, milhões; e Disponibilidades em outras instituições de crédito cujo aumento se cifrou em USD 100,1 milhões. Contudo em igual período, registou-se um decréscimo significativo de USD 92,0 milhões na rubrica Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados.

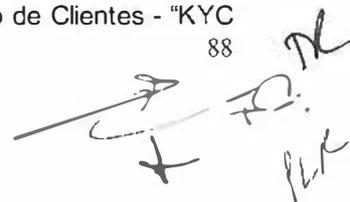
No que respeita ao Passivo do BIB, verificou-se um acréscimo de 27% que corresponde a USD 162,5 milhões face ao exercício de 2010, apresentando o total do passivo em Dezembro de 2011, o valor de USD 754,4 milhões. Esta variação é essencialmente explicada pelo acréscimo verificado na rubrica Recursos de outras instituições de crédito, que se cifrou em USD 445,0 milhões, o que correspondeu a um crescimento de USD 165,6 milhões. Houve no entanto uma redução na rubrica Recursos de Clientes e outros empréstimos em USD 21,1 milhões, que foi parcialmente compensada pelo acréscimo verificado na rubrica Outros passivos em USD 20,0 milhões.

O BIB apresentou no exercício de 2011, um resultado líquido negativo de USD 12,4 milhões, o que comparado com o prejuízo de USD 237 mil, que o Banco havia registado em 2010, explica-se maioritariamente pelas variações abaixo identificadas.

Na Margem Financeira ocorreu uma diminuição de USD 2,0 milhões (-25%), no entanto devido ao incremento verificado na rubrica Rendimentos de serviços e comissões, que registou um total de USD 14,7 milhões, o Banco apresentou um produto bancário de USD 8,9 milhões (o que corresponde a um aumento de USD 3,4 milhões face ao período homólogo).

Apesar deste aumento, foram registadas na rubrica Correções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações) USD 19,6 milhões, um aumento de USD 15,3 milhões, face aos USD 4,3 milhões apresentados no ano de 2010, o que veio influenciar o resultado líquido negativo acima referido.

Considerada a natureza das operações desenvolvidas, o controlo dos riscos de natureza reputacional e legal (cumprimentos das leis e regulamentações e em vigor no País, regras de controlo e detecção de lavagem de dinheiro - "AML rules and regulations" - e as regras de identificação de Clientes - "KYC

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page. The signature appears to be 'R. D. R.' and there are other initials below it.

rules”), são devidamente assegurados pela Direcção Geral do Banif International Bank, Ltd. nas Bahamas, que reporta directamente ao Conselho de Administração.

	Milhares de Dólares		
	2011	2010	VARIAÇÃO %
Activo líquido	785.259	635.755	23,5%
Crédito concedido	579.781	469.344	23,5%
Depósito de clientes	224.801	245.945	-8,6%
Capitais próprios	30.811	43.772	-29,6%
Resultado líquido	-12.410	-237	5.142,4%

Em 31 de Dezembro de 2010 1 Euro (EUR) equivalente a 1,2939 Dólares (USD)

3.3.3 Banif - Banco Internacional do Funchal (Brasil), SA

Em 2011, a economia brasileira foi afectada negativamente por factores externos, nomeadamente a instabilidade geopolítica do mundo árabe, as tensões militares na conturbada região do Paquistão, Iraque e Irão, assim como a crise das dívidas soberanas na Zona Euro.

Esta instabilidade económica e financeira mundial reflectiu-se fortemente na subida do preço do petróleo, que impacta de forma acentuada na indústria transformadora e no sector dos transportes, comercial e público. Na ausência de financiamento externo pelos países mais desenvolvidos, sobretudo com os países da Zona Euro mergulhados numa crise sem precedentes, e dos quais o Brasil foi sempre extremamente dependente, a indústria dedicada à exportação, um sector importante para o desenvolvimento e fonte de equilíbrio da balança de pagamentos, foi fortemente afectada.

Neste contexto, o PIB do Brasil apresentou um crescimento de 2,7%, que compara com 7,6% obtido em 2010. Esta quebra do crescimento anual está relacionada com o visível abrandamento da economia no 2º semestre de 2011, em resultado do efeito desfasado do aumento dos juros na 1ª metade do ano, do efeito de imposição de medidas macroprudenciais, pela redução da oferta de crédito por parte do BNDES e pela contenção dos gastos públicos. Adicionalmente, o impacto do ambiente externo sobre a confiança e da surpresa de inflação sobre o poder de compra real dos salários também tiveram efeito negativo. Com efeito, o crescimento foi negativamente afectado pela política monetária restritiva, destinada a controlar a inflação, que se traduziu numa subida das taxas de juro oficiais de 8,75% em 2009 para 12% em 2010 em para 12,5% até meados de 2011, colocando

uma forte pressão nas taxas juros internas, que foram no período as mais altas taxas de juro reais a nível mundial.

O programa de crescimento da rede de agências, que conta actualmente com 13 agências no país, foi interrompido, não se tendo procedido a novas aberturas de sucursais em 2011. Foi colocada em prática na rede comercial uma estratégia de venda de produtos de crédito ao consumo, crédito automóvel e cartões de crédito, procurando alicerçar nesses mercados o desenvolvimento da base de clientes.

Na sequência dessa estratégia, os Activos Líquidos reduziram-se ligeiramente, em 3%, em 2011 com relação ao ano de 2010, tendo encerrado o exercício com 1,919 mil milhões de reais. O Crédito Líquido manteve-se próximo dos níveis de 2010, com uma redução da ordem de 4%, para 1,143 mil milhões de reais. Os recursos de clientes mantiveram-se praticamente estáveis em 1,024 mil milhões de reais, apresentando uma redução de 2% no exercício.

O resultado líquido do Banco apresentou um crescimento significativo no período, de 556%, encerrando o exercício com um Lucro Líquido de 12,6 milhões de reais. Este resultado está relacionado com a estratégia de redireccionar a actividade financeira do Banco para empréstimos e parcerias comerciais na área do imobiliário, além da aposta no crédito ao consumo, que apresenta melhores taxas de retorno.

Contas Individuais (de acordo com as normas brasileiras)
Mil Reais

	2011	2010	VARIAÇÃO
Activo Líquido	1.919.307	1.978.000	-3%
Crédito Líquido	1.143.733	1.194.371	-4%
Recursos de clientes	1.024.183	1.042.321	-2%
Capitais Próprios	203.240	176.744	15%
Produto Bancário	85.185	94.791	- 10%
Cash Flow de Exploração	41.830	27.621	51%
Resultado Líquido	12.652	1.929	556%
N.º de agências	13	13	0%
N.º de empregados	275	322	- 15%

Taxa 31 de dezembro de 2011 Euro 1,00 equivalente a Reais 2,43310

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page. The signature appears to be 'F. 90' with 'DK' and 'P.R.' written below it.

3.3.4 Banca Pueyo, SA

A Banca Pueyo, SA (Banca Pueyo) contava, em finais de 2011, com 90 agências bancárias nas Comunidades Autónomas da Estremadura, Madrid e Sevilha.

A Banca Pueyo desenvolve a actividade típica de um banco comercial destinado a clientes de retalho, abrangendo não só os produtos típicos bancários, contas correntes e de depósitos, depósitos a prazo, contratos de crédito e de *leasing*, mas também outros, como os depósitos e a intermediação de valores mobiliários e ainda a comercialização de seguros de diferentes ramos, de fundos de investimento e planos de pensões.

A Banca Pueyo é a sociedade-mãe de um grupo de empresas, entre as quais se encontram, como mais significativas, uma sociedade gestora de fundos de pensões – Pueyo Pensiones EGFP, SA – e uma sociedade agente de seguros – Pueyo Mediación, SA.

Durante o exercício de 2011, a Banca Pueyo manteve a estratégia de expansão da sua rede de Agências, tendo inaugurado 2 novas Agências, ambas na Estremadura.

A actividade do sector bancário espanhol, em 2011, esteve marcada pela crise económica internacional e pela reestruturação das Caixas de Aforro. A necessidade de liquidez por parte do sector financeiro provocou uma elevada concorrência pelos depósitos dos Clientes, o que manteve a remuneração dos mesmos em níveis elevados, com a consequente redução da margem financeira. Por este motivo, um dos principais objectivos da Banca Pueyo durante todo o ano de 2011 foi o de conseguir um crescimento equilibrado entre Crédito e Recursos de Clientes, de modo a não fazer depender o seu crescimento de outro tipo de recursos, mantendo os seus excelentes rácios de liquidez.

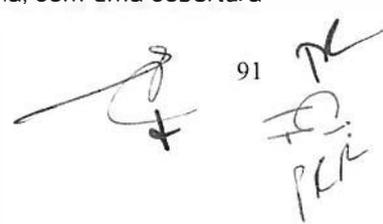
Em resultado desta política, foi possível atingir um crescimento de 2,34% no Crédito Concedido e de 3,40% nos Depósitos de Clientes, valores muito positivos dada a conjuntura económica verificada durante todo o exercício de 2011. Estes números permitem á Banca Pueyo iniciar o exercício de 2012 em óptimas condições de liquidez para atingir os objectivos propostos para o mesmo.

O Crédito a Clientes atingiu, em 31 de Dezembro de 2011, o montante de 679 milhões de euros. Deste valor, 77% está coberto por garantias reais, quase exclusivamente hipotecárias.

Os Depósitos de Clientes atingiram o montante de 860 milhões de euros.

Todos estes dados de crescimento estão acompanhados de um Rácio de Crédito Vencido de 2,10% sobre o total da Carteira de Crédito, muito abaixo da média do sector em Espanha, com uma cobertura por provisões de 174%.

91



Handwritten signature and initials, including the number 91, located at the bottom right of the page.

Quanto a resultados, o Grupo Banca Pueyo obteve, em 2011, um Lucro Líquido de 5,1 milhões de euros, o que representa uma diminuição de 11,18% em relação ao resultado do exercício anterior. Esta diminuição resulta, essencialmente, da redução da margem financeira e dos montantes destinados ao fortalecimento do balanço através da constituição de provisões para imparidade.

	CONTAS IAS / IFRS (consolidadas)		
	Milhares de Euros		
	2011	2010	VARIAÇÃO %
Activo líquido	1.024.350	982.806	4,23
Crédito concedido bruto	679.462	663.943	2,34
Depósitos de clientes	859.678	831.446	3,40
Capitais próprios	85.028	81.170	4,75
Margem financeira	31.259	28.746	8,74
Produto da actividade	10.155	12.767	-20,46
Resultado líquido	5.117	5.761	-11,18
ROA	0,48%	0,5%	-
ROE	5,84%	6,87%	-
Crédito vencido/Crédito total	1,54%	1,65%	-
<i>Cost to income</i>	50,57%	50,45%	-
N.º de agências	90	88	3,27
N.º de empregados	227	225	0,89

3.3.5 Banco Caboverdiano de Negócios, SA

Durante 2011, a economia em Cabo Verde, apesar da crise financeira internacional, manteve alguma estabilidade, com taxas de crescimento real do PIB estimadas em tomo de 5%.

Neste contexto, merece particular destaque a intervenção, em Dezembro de 2011, de cariz restritivo a nível da política monetária por parte do Banco Central, que aumentou a sua taxa directora em 150 bp e a taxa de Disponibilidade Mínimas de Caixa de 16% para 18%, com o intuito de estabilizar as reservas cambiais, o que se traduz num acréscimo de custos de funding e pressão adicional sobre a gestão de liquidez para todos os intervenientes no sector financeiro.

Para o Banco Caboverdiano de Negócios (BCN), o ano de 2011 foi marcado pela continuidade da política de selectividade na concessão de crédito, que se traduziu numa redução de cerca de 4% da

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.

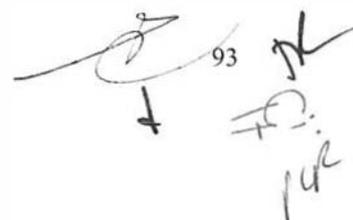
sua carteira de crédito bruto a clientes. Igualmente em 2011, o Banco viu reduzir-se a sua carteira de recursos de clientes em cerca de 16%, tendo esta variação negativa decorrido da redução da importância de um grupo limitado de grandes clientes, designadamente projectos imobiliários e empresas públicas. Este facto obrigou o Banco a adoptar uma política de gestão criteriosa da liquidez e a procurar alternativas de *funding* junto do mercado interbancário, tanto em Cabo Verde como junto do Grupo. Nesta linha, merece realce a obtenção de uma linha de crédito de médio – longo prazo, em condições favoráveis, junto da Proparco (França).

No que concerne à demonstração de resultados, a margem financeira manteve-se estável, ainda que espelhe uma redução de 13% em juros recebidos, traduzindo o aumento significativo da carteira de crédito vencido (tendo o rácio de crédito em incumprimento passado de 2,24% em 2010 para 6,7% para 2011), compensada por uma redução nos juros pagos em cerca de 27%. A margem complementar, por seu lado, apesar da revisão do preçário e comportamento positivo da posição cambial, apresenta uma redução de cerca de -9%, negativamente afectada pela redução da actividade creditícia.

Em termos de eficiência operacional, o rácio *Cost to Income* reduziu-se de 63% em 2010 para 61% em 2011.

Em síntese, em 2011, os Resultados Antes de Impostos reduziram-se cerca de -25% e os Resultados Líquidos em cerca de -32%.

O Banco procedeu, em Dezembro de 2011, à racionalização da sua estrutura comercial, com o encerramento de duas sub-Agências e a integração do Centro de Empresas na Rede de Agências, consolidando a Área Comercial numa única Direcção.



Handwritten signature and initials, including the number 93 and the number 142.

Análise Comparativa, com base IAS/FRS:

	Milhares de Euros		
	2011	2010	VARIAÇÃO %
Activo líquido	109.349	113.912	-4
Crédito concedido bruto	87.566	91.308	-4,1
Depósitos de clientes	73.375	87.486	-16,1
Capitais próprios	10.341	9.999	3,4
Margem financeira	4.704	4.706	0,0
Produto da actividade	6.206	6.350	-2,3
Cash flow de exploração	2.873	3.078	-6,7
Resultado líquido	491	719	-31,8
ROA	0,45%	0,63%	-0,2
ROE	4,74%	7,19%	-2,4
Crédito em incumprimento/Crédito total	6,7%	2,3%	4,4
Imparidade/Crédito em incumprimento	89,4%	165,6%	-76,2
Cost to income	60,5	62,6%	-2,1
N.º de agências	18	21	-3
N.º de colaboradores	124	124	0,0
Rácio de solvabilidade	12,4%	11,0%	1,4

NOTA: cotação em 31 Dezembro de 2010 = 31 Dezembro de 2011 (currency peg existente) 1 Euro = 110,265 CVE

3.3.6 Banif Bank (Malta), Ltd.

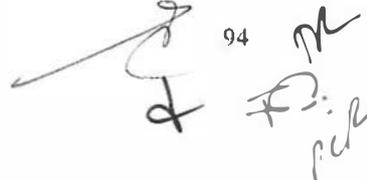
Desenvolvimento de Actividade

Em Dezembro de 2011, o Banif Bank (Malta) plc concluiu o seu quarto ano de actividade e, apesar das incertezas da conjuntura Internacional, com a crise da dívida soberana europeia a atingir máximos, riscos de recessão mundial e conseqüente volatilidade dos mercados, o Banif (Malta) voltou a registar um crescimento significativo da sua actividade em Malta.

O resultado desse crescimento, verificado no seu *core business* na área de Retalho e Empresas, na actividade de *Trading* e, ao mesmo tempo, pelo bom controlo sobre os custos operacionais, permitiu ao Banco, começar a registar lucros no segundo semestre do ano.

Este crescimento de negócio é um marco importante, que está em linha com as estratégias definidas para o Banif (Malta) no qual se prevê ainda mais investimentos em infra-estruturas, tanto em termos de capacidade de captação de negócio, como em soluções e produtos oferecidos aos seus Clientes.

94



O Banif (Malta) está actualmente presente na República de Malta com um Centro de Empresas e 9 Agências, tendo a última delas sido inaugurada no final do segundo trimestre de 2011, em Rabatt. Este crescimento foi complementado com o reforço da capacidade operacional, tanto no “front-office” como nas áreas de *back-office* e com a extensão das instalações da Sede.

Na verdade, no final de Dezembro de 2011, o número de empregados do Banif (Malta), atingiu 144 pessoas (em Dezembro de 2010 eram 137).

Performance Financeira

Durante o ano de 2011, o Banco voltou a ter um crescimento significativo nas áreas de Retalho e de Empresas, o que resultou num crescimento importante do seu produto bancário e nos respectivos resultados do exercício.

A carteira de empréstimos cresceu 93,9 milhões de euros, representando um aumento de 60% quando comparado com 156,9 milhões de euros, alcançados em finais de Dezembro de 2010.

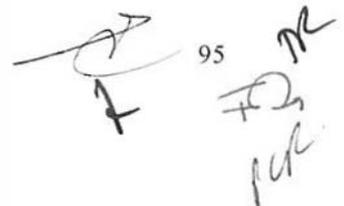
A carteira de depósitos de Clientes embora tenha diminuído de 433,7 milhões de euros, no final de Dezembro de 2010, para 261,9 milhões de euros, no final de Dezembro de 2011, teve uma importante consolidação e apresentou maior dispersão de maturidades, atenuando o risco de liquidez.

Na verdade, a queda nos depósitos de Clientes deveu-se ao levantamento de um depósito de 250 milhões de euros, de um Institucional Internacional, depositado no Banco no final de 2010, por um período de curto prazo e maturidade no primeiro trimestre de 2011.

Dado o risco de concentração, este depósito não foi considerado para efeitos de sustentabilidade do negócio do Banco em Malta. Comparando a evolução dos depósitos de Clientes e excluindo este depósito extraordinário, o crescimento desta rubrica foi de 42,5%.

A margem financeira resultante foi de 5,6 milhões de euros, o que, comparado com o ano anterior, representa um crescimento de 69,4% (2010: 3,3 milhões de euros).

Quanto à margem complementar, o resultado de Serviços e Comissões somou 1,255 milhões de euros (2010: 0,806 milhões de euros) e os resultados de *Trading* 1,932 milhões de euros (2010:1,009 milhões de euros).

 95
FD
MR

O resultado em Serviços e Comissões deveu-se principalmente ao aumento da carteira de crédito, ao aumento das taxas cobradas sobre as garantias emitidas e ao aumento de outros serviços bancários de retalho.

Assim, durante o ano de 2011 o produto bancário foi de 8,8 milhões de euros, representando um aumento de 71,6% quando comparado com o registado no ano anterior, de 5,1 milhões de euros.

No total, o produto bancário cobriu em 92,1% os custos operacionais, incluindo provisões e imparidade líquidas (2010: 55,8%).

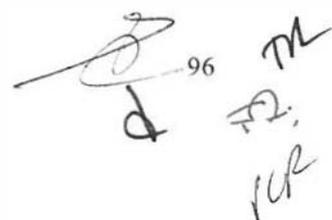
Quanto aos custos operacionais durante o período em análise, reflectem o aumento dos custos com pessoal e sistemas tecnológicos de suporte. Assim, os custos com pessoal, gastos gerais administrativos, depreciação de imobilizado e amortização de activos intangíveis, aumentaram no total 2,6%, passando de 8,5 milhões de euros em 2010 para 8,7 milhões de euros em finais de 2011.

Os custos com pessoal representaram 49,8% (2010: 43,6%) dos custos operacionais totais.

Embora o Banco tenha atingido, em Setembro de 2011, numa base mensal, o seu *Break Even* operacional, o resultado total do exercício para o período em análise, traduziu-se em uma perda antes de impostos de 0,753 milhões de euros, o que representou uma evolução significativa e positiva em termos de resultados e performance do Banco. (2010: 4,051 milhões de euros de perda para o mesmo período).

Levando em consideração a referida perda e a possibilidade de *offset* contra previsíveis lucros futuros para efeitos fiscais, registou-se um efeito positivo de imposto diferido de 0,175 milhões de euros (2010: 1,376 milhões de euros).

O total dos activos no final de Dezembro de 2011 totalizou 470,4 milhões de euros (2010: 458,6 milhões de euros), sendo que a maior componente do mesmo corresponde ao crédito a concedido a Clientes, que totalizou 250,9 milhões de euros (2010: 156,9 milhões de euros).

Handwritten signature and initials in the bottom right corner. The signature appears to be 'd' with a flourish above it, followed by '96'. To the right, there are initials 'ML' and '142'.

	Milhares de Euros		
	2011	2010	VARIAÇÃO %
Activo líquido	470.404	458.641	2,6
Crédito concedido bruto	250.914	156.950	59,9
Depósitos de clientes	261.873	433.679	-39,6
Capital social	32.500	25.000	30,0
Margem financeira	5.611	3.311	69,4
Crédito vencido/Total crédito	1,45%	2,38%	-39,1
Produto da actividade	8.797	5.126	71,6
Resultados líquidos	-528	-2.675	-80,3
ROA	-0,16%	-0,88%	-81,8
ROE	-2,61%	-17,36%	-85,0
Rácio de solvabilidade	8,37%	8,29%	1,0
Cost to income	99,24%	165,96%	-40,2
N.º de agências	9	8	12,5
N.º de empregados	144	137	5,1

3.3.7 Banif International Holdings, Ltd

A Banif International Holdings, Ltd (BIH) é uma empresa sediada nas Ilhas Caimão, fundada em 2004, que funciona como sociedade holding e detém 100% das acções emitidas pelas seguintes subsidiárias:

- Banif Finance (USA), Corp.;
- Banif Financial Services, Inc.;
- Banif Forfaiting Company

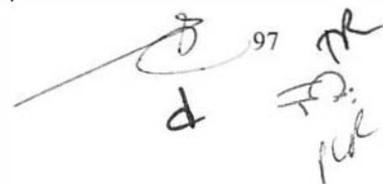
assim como participações no Banif – Banco Internacional do Funchal (Brasil), SA (Banif Brasil) e Centaurus Realty Group (Brasil).

A BIH registou um resultado líquido negativo de 4,7 milhões de dólares em 2011, o que compara negativamente com um lucro de 100 mil dólares obtido em 2010, que se deveu a peddas não realizadas na carteira de investimentos, que ascenderam a 2,9 milhões de dólares, e a um aumento dos custos de financiamento em 745 mil dólares.

O quadro seguinte traduz a evolução dos principais indicadores:

	Milhares de Dólares		
	2011	2010	VARIAÇÃO %
Activo líquido	65.424	54.104	20,92
Capitais próprios	15.017	21.052	-28,67
Proveitos totais	1.056	2.037	48,16
Lucro líquido	-4.741	100	N/A

Em 31 de Dezembro de 2011: 1 Euro (EUR) equivalente a 1.2939 Dólares (USD)



 d 97 PR

3.3.7.1 Banif Finance (USA) Corp.

A Banif Finance (USA), Corp. (BFUSA) é uma instituição de crédito hipotecário licenciada no Estado da Florida, cuja actividade principal consiste na concessão de crédito imobiliário para habitação e comércio e na concessão de financiamentos ao comércio internacional, a importadores e exportadores com sede nas Américas.

De acordo com a regulamentação do *Florida Office of Financial Regulation, Division of Securities and Finance*, a BFUSA está sujeita a fiscalização governamental e correspondente legislação. A verificação ao nível de *compliance* local é também levada a efeito, anualmente, por uma terceira entidade independente, a fim de reduzir os riscos legais e operacionais a que possa estar exposta.

No que diz respeito ao crédito imobiliário, a BFUSA não só financia a compra e/ou construção de habitação própria ou para investimento a Clientes do Banif - Grupo Financeiro, mas também financia a compra e/ou construção de imóveis comerciais a Clientes institucionais. Todas as operações de crédito imobiliário são fundamentadas numa análise de crédito e/ou de viabilidade de projecto, para além de uma avaliação feita por uma firma independente especializada. Todos os projectos imobiliários financiados pela BFUSA estão garantidos por hipoteca sobre o activo financiado.

Em 2011, a empresa continuou a operar em condições de mercado extremamente adversas. As receitas caíram 36% em 2011, sobretudo devido ao menor rendimento de juros proporcionado por uma base de activos que diminuiu e menos mais-valias de reavaliação nos imóveis da carteira de investimento. A empresa registou uma perda de 1,5 milhões de dólares em 2011, o que compara com o lucro de 2,4 milhões de dólares registado em 2010.

O quadro seguinte traduz a evolução dos principais indicadores:

	Milhares de Dólares		
	2011	2010	VARIAÇÃO %
Activo líquido	270.449	264.997	2
Capitais próprios	11.467	12.986	-12
Proveitos totais	12.275	19.074	-36
Lucro líquido	-1.519	2.391	-164

Em 31 de Dezembro de 2011: 1 Euro (EUR) equivalente a 1.2939 Dólares (USD)

98
d
F:
p42

3.3.7.2 Banif Financial Services, Inc.

A Banif Financial Services, Inc. (BFS) é uma sociedade constituída em Novembro de 2000, registada no Estado da Flórida, que fornece aos seus Clientes serviços de aconselhamento ao investimento. Como entidade regulada pelo Governo e sob a jurisdição do *Florida Office of Financial Regulation, Division of Securities and Finance*, a BFS segue todos os procedimentos operacionais, códigos de ética e políticas anti-branqueamento de capitais a que está sujeita, assim reduzindo os riscos legais e operacionais da actividade.

O quadro seguinte traduz a evolução dos principais indicadores:

	Milhares de Dólares		
	2011	2010	VARIAÇÃO %
Activo líquido	376	382	-2
Capitais próprios	362	361,4	0
Proveitos totais	222	465	-52
Lucro líquido	0	4	-90

Em 31 de Dezembro de 2011: 1 Euro (EUR) equivalente a 1.2939 Dólares (USD)

3.3.7.3 Banif Forfaiting Company, Ltd

A Banif Forfaiting Company, Ltd. (BFC), empresa constituída nas Bahamas em Novembro de 2005, iniciou a sua actividade durante o segundo trimestre de 2007. A BFC fornece apoio adicional às operações de trade finance do Grupo no continente americano. Especificamente, conserva nos seus livros uma carteira de instrumentos de trade finance (letras, promissórias, aceites, etc.) para posterior venda/distribuição a terceiros.

O quadro seguinte traduz a evolução dos principais indicadores:

	Milhares de Dólares		
	2011	2010	VARIAÇÃO %
Activo líquido	68.381	25.321	170
Capitais próprios	-9.478	-633	-1.597
Proveitos totais	424	1.691	-75
Lucro líquido	-8.845	-1.317	-572

Em 31 de Dezembro de 2011: 1 Euro (EUR) equivalente a 1.2939 Dólares (USD)

99
FED:
PUR

4. BANCA DE INVESTIMENTO

4.1 Banif- Banco de Investimento, SA

Tomando o universo da fileira de banca de investimento em Portugal e a perspectiva das contas consolidadas (relevando IAS), os resultados decresceram fortemente em 2011, de um lucro líquido de 8,1 milhões de euros para um prejuízo de 0,9 milhões de euros¹.

Esta regressão, que interrompe uma trajectória de crescente geração de valor, encontra explicação numa descida de 17% no principal indicador de actividade, o Produto Bancário, de 36,4 para 30,2 milhões de euros e no crescimento de 102% do *stock* de imparidade sobre crédito, condicionando a rubrica global de dotação para provisões e imparidades a uma contribuição adversa de 7,9 milhões de euros, contra apenas 2,1 milhões de euros no ano passado.

Em relação ao Produto Bancário, é de notar que os seus dois principais componentes sofreram evoluções desfavoráveis. A margem financeira caiu 29%, de 14,4 para 10,2 milhões de euros, devido à extraordinária subida do custo dos depósitos e dos fundos tomados ao abrigo da linha do Banif SA, só parcialmente repercutida nas aplicações. As comissões líquidas desceram 23%, de 21,5 para 16,6 milhões de euros, mercê do abrandamento sentido nas actividades de "advisory services & banking" e de corretagem de acções no banco e do notório decréscimo das comissões gerada pela gestora de activos (-34%), fortemente impactada pela quebra de comissões de gestão e desempenho nos fundos imobiliários.

Já os Resultados de Operações Financeiras tiveram um comportamento misto. De facto, enquanto a carteira proprietária de fundos de investimento - com destaque para as posições em Infra Invest, Banif Capital Infrastructure Fund, New Energy Fund, Ged Sur e Capven - sofreu uma considerável depreciação ao longo de exercício, os resultados cambiais, a imunização do risco República em carteiras valorizadas a *fair value* e a operação de recompra de obrigações próprias empreendida no final do ano permitiam que o agregado crescesse de 0,1 para 3,0 milhões de euros.

Os custos com o pessoal, incluindo 818 milhares de euros de indemnizações pagas no contexto de acordos de rescisão por acordo mútuo, cresceram 5,6% em relação ao ano transacto. Não fossem aquelas indemnizações os custos com o pessoal teriam decrescido 1,6%.

¹ Os resultados individuais (NCA) do Banif Banco de Investimento cifraram-se em 3,0 milhões de euros em 2011

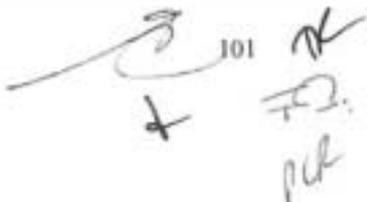
100
M
VLR

Os custos com fornecimentos e serviços externos caíram 12% (1,2 milhões de euros), com forte contributo da publicidade e de um conjunto de outras naturezas. As amortizações cresceram no exercício, quase exclusivamente devido à sub-rúbrica de *software*.

A dotação líquida para provisões atingiu, como referido, o montante de 7,9 milhões de euros, valor que compara com 2,1 milhões no ano passado. Para este desempenho contribuiu de forma decisiva o forte reforço das imparidades de crédito, elevadas de 6,4 para 13,1 milhões de euros.

Por último, algumas notas sobre a evolução das principais massas de balanço destacando, desde logo, o decréscimo do activo em 246 milhões de euros (-18%), assente em decréscimos nas carteiras de obrigações (-199 milhões de euros), unidades de participação de fundos de investimento (-36 milhões de euros) e crédito vivo (-35 milhões de euros), esta última infelizmente contrabalançada pelo crescimento de 32 milhões no Crédito Vencido. Quanto ao passivo e situação líquida, merecem realce a subida da exposição ao ECB, sobretudo na exposição média ao longo do ano (+135 milhões de euros), a quebra nos depósitos de empresas e institucionais, a recompra de dívida própria (gerando uma importante mais valia, no montante de 6.094,5 milhares de euros) e o aumento de capital de 30 milhões de euros realizado em Dezembro. As reservas de reavaliação foram impactadas negativamente em 17 milhões de euros (23 milhões antes do efeito fiscal) devido à degradação do risco República.

Contas Individuais	31-12-2011	31-12-2010	Varição 2011/2010
Activo Líquido	1.102.738	1.322.666	-17%
Capitais Próprios	77.027	60.968	26%
Produto Bancário	22.613	28.512	-21%
Cash-Flow	8.631	14.493	-40%
Resultado do Exercício	3.063	5.836	-48%
ROA	0,4%	0,5%	-
ROE	5,8%	9,6%	-
Cost-to-Income	67,6%	53,1%	-
Rácio de Solvabilidade	12%	9%	-

101

 R
 F.B.
 P.C.

Contas Consolidadas	31-12-2011	31-12-2010	Varição 2011/2010
Activo Líquido	1.093.293	1.339.229	-18%
Capitais Próprios	89.253	77.485	15%
Produto Bancário	30.203	36.499	-17%
Cash-Flow	18.177	15.685	16%
Resultado do Exercício	-887	8.182	-110%
ROA	-0,1%	0,7%	-
ROE	-1,1%	10,6%	-
Cost-to-Income	71,7%	60,4%	-

4.2 A actividade da Banca de Investimento nos EUA, no Brasil e em Espanha

4.2.1 Banif Securities Inc.

O ano de 2011 foi um ano de continuidade para a Banif Securities, Inc., tendo sido visíveis os resultados das apostas estratégicas realizadas em anos anteriores, em particular a aposta na área de *trading* de renda fixa de mercados emergentes.

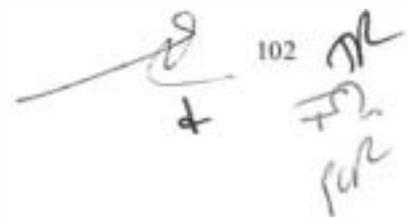
Depois de todas as iniciativas de racionalização da actividade levadas a cabo em 2010, o ano de 2011 foi o ano de consolidação dessas mesmas iniciativas. O Resultado Operacional recorrente melhorou, impulsionado por uma melhoria das comissões, sobretudo na actividade de *trading* de Renda Fixa (+14,84%), e por uma diminuição dos Gastos Gerais Administrativos em 9,87%.

O resultado final foi penalizado pelos Resultados em Operações Financeiras, devido à desvalorização de uma obrigação detida para efeitos de colateral, necessária para a actividade da sociedade.

4.2.2 Banif - Banco de Investimento (Brasil), SA

A actividade do Banif Banco de Investimento (Brasil), SA (BBI Brasil) pautou-se, ao longo de 2011, pela consolidação das suas operações, centrando a sua actividade comercial nas áreas de mercado de capitais e *advisory services*.

Na área de mercado de capitais, os esforços foram focados maioritariamente na estruturação de Certificados de Recebíveis Imobiliários ("CRI") a serem distribuídos no mercado de capitais local. Neste contexto, destacam-se duas operações *built to suit* que englobaram o financiamento-ponte para a construção de dois *call centers* e a posterior securitização do fluxo de recebíveis provenientes dos contratos atípicos de locação de tais imóveis. As duas emissões contam com risco de crédito Atento

102

 14/2

Brasil SA, tendo obtido *rating* AAA (bra) atribuído pela Fitch Ratings. Em conjunto, as duas emissões atingiram cerca de R\$ 60 milhões de reais.

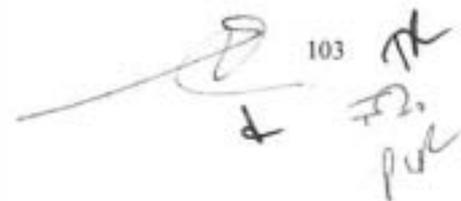
A área também participou da estruturação de uma emissão de CRI colateralizada num contrato atípico de locação da Petrobras Distribuidora S.A., no valor de R\$ 350 milhões de reais. Durante o segundo semestre, também foi iniciada a estruturação da primeira emissão de unidades de participação seniores do FIDC Fornecedores Odebrecht, a ser realizada no início de 2012, no montante aproximado de R\$ 32 milhões.

Na área de advisory services, a equipa de "M&A" focou a sua actividade na condução das operações do *pipeline* de clientes, principalmente os chamados de *Mid e Upper Mid Caps*, em alguns sectores específicos, tais como: tecnologia da informação, BPO (*business process outsourcing*), auto-peças e Telecom. Paralelamente, o BBI Brasil tem explorado diversas oportunidades de negócios *cross border* com a matriz em Portugal, pelo interesse de diversos clientes ibéricos em investir no Brasil (nomeadamente nos sectores de construção e infraestrutura, entre muitos outros).

No segundo semestre de 2011, a equipa de "structured finance & infraestrutura" actuou na estruturação financeira e M&A de projectos nas áreas de energias renováveis, particularmente em energia eólica e PCHs. A área dedicou-se à estruturação de financiamento de longo prazo e de empréstimo-ponte no sector de logística, com operação de terminal de transbordo e beneficiamento de grãos no Centro-Oeste.

Na área de gestão de activos, em resultado da reestruturação da área em 2010, foi realizada uma concentração da actividade em fundos com estratégia de renda fixa. Assim sendo, merece referência o desempenho do fundo referenciado DI, que teve uma rentabilidade equivalente a 100,49% do CDI durante o ano de 2011. A Banif Gestão de Ativos detinha R\$ 117 milhões sob gestão em dezembro de 2011. A área de fundos imobiliários encerrou o ano de 2011 com três fundos de investimento, totalizando R\$170 milhões sob gestão.

Na área de corretagem, o desempenho do índice Ibovespa contabilizou perdas de 18,1% em 2011. Esta redução refletiu-se directamente nos volumes operados na Bolsa e consequentemente nas operações da Banif CVC SA. Em relação ao negócio de corretagem de retalho, verificaram-se as tendências do mercado institucional, com uma redução de 27,8% no número de ordens executadas, resultado de 870.436 executadas em 2011 face a 1.206.659 ordens executadas em 2010.

 103
TK
PUC

4.2.3 Banco de la Pequeña e Mediana Empresa, SA (Bankpime)

Em Setembro de 2011, o Bankpime alienou a quase totalidade dos seus activos e passivos ao Caixabank, operação esta que, indirectamente, permitiu ao Banif Grupo Financeiro reduzir a sua exposição ao mercado espanhol, num contexto em que a economia espanhola e o respectivo sistema financeiro enfrentam uma envolvente extremamente adversa.

Na sequência desta operação foi solicitado a revogação da licença bancária ao Banco de Espanha, situação que foi concretizada em Dezembro.

5. SEGUROS

O sector segurador nacional viveu um ano 2011 marcado pelas dificuldades económicas e financeiras com que Portugal se confrontou. As mesmas tiveram impacto significativo na actividade seguradora, num contexto nacional e internacional de grande turbulência.

Com efeito, Portugal viveu num ambiente económico e social marcado pela contracção do consumo, aumento muito relevante do desemprego, clara desaceleração da actividade económica, levando o país a viver numa recessão económica profunda. Em consequência, o número de falências aumentou de forma assinalável, o que adicionado a uma política fiscal mais restritiva e a medidas com impacto directo de redução do rendimento disponível, levou a que a massa segurável tivesse sofrido uma contracção.

Em simultâneo, a Europa, o principal mercado e onde se insere a actividade do Grupo, atravessou também uma das mais marcadas crises das últimas décadas, na sequência da crise da dívida soberana dos países da Zona Euro.

Este contexto determinou claramente o desempenho da actividade seguradora, tendo como tal, sido um ano particularmente difícil, cheio de restrições e mau desempenho de indicadores importantes para o negócio segurador. Destes, destacam-se a quebra abrupta do consumo, as restrições elevadas ao crédito, o nível de desemprego e a forte desaceleração da actividade produtiva.

Em 2011, o ramo Vida apresentou um decréscimo superior a -38%, contrariando a evolução positiva registada em 2010. Neste âmbito, merece destaque a evolução registada ao nível dos ramos Vida Risco, Produtos de Capitalização e PPR.

O enfoque da Banca na captação de recursos próprios e contabilizáveis no seu balanço levou a uma quebra significativa na produção de Seguros do ramo Vida. E, como é sabido, o canal bancário é

104
R
FD
Puc

claramente predominante na distribuição deste tipo de seguros. Também a alteração fiscal quanto aos benefícios fiscais do produto PPR contribuiu para que o mesmo perdesse atractividade aos olhos dos aforradores.

Assim, e no que respeita à Vida Risco (sem rendas vitalícias), o mercado apresentou uma evolução negativa de -1,0%, invertendo a evolução positiva registada em 2010 (+1,3%) e 2009 (+1,9%). Seguramente que a entrada em vigor do Decreto-Lei que regulamenta a actualização dos capitais seguros ligados ao Crédito à Habitação não será alheia a este decréscimo.

Quanto ao mercado de PPR há a destacar duas evoluções antagónicas. O mercado PPR no seu todo apresentou uma evolução negativa de -59,9%, invertendo de forma significativa o desempenho obtido nos últimos anos em que se registaram crescimentos consecutivos. No entanto, o mercado de PPR Contractos de Investimento sofreu uma acentuada quebra apoiada pelo mercado de PPR Contractos de Seguro, cujo decréscimo foi de -65,0%. Este facto será uma consequência do reforço da captação de poupança pelo sector bancário, via depósitos a prazo, de forma a melhorar os seus rácios de liquidez e solvência.

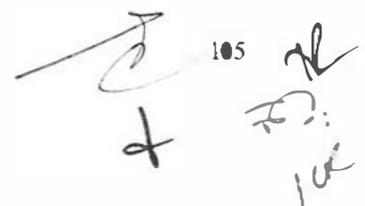
No que diz respeito aos ramos Não Vida, é de destacar o facto de os mesmos apresentarem uma ligeira variação negativa face a 2010. Este decréscimo foi modesto (-0,8%) embora significativo, uma vez que concretiza uma inversão do que aconteceu no ano de 2010.

Nos ramos Não Vida, destaque para os ramos Doença e IODC que registaram um aumento de +1,5% e +1,4%, respectivamente, mantendo desta forma a performance positiva do ano anterior. O ramo Automóvel registou em 2011 um ligeiro decréscimo de -0,1%, em claro contraste com a recuperação efectuada em 2010, onde tinha registado um crescimento de +0,4%. Quanto ao ramo de Acidentes de Trabalho, o ano de 2011 voltou a registar uma forte quebra ao nível dos prémios, fruto da envolvente económico-social. Com efeito, no ano de 2011 assistiu-se a uma redução de -3,7%, em linha com o decréscimo médio dos últimos anos (-4,1% em 2010 e -9,1% em 2009).

Por último, importa salientar que os restantes grupos de ramos apresentaram taxas de crescimento negativas no ano de 2011. Ao nível dos Acidentes Pessoais a evolução foi de -12,2% e em Responsabilidade Civil -2,5%.

Companhia de Seguros Açoreana, SA

O exercício de 2011 desenvolveu-se em condições de envolvente externa extremamente difíceis, marcado pela actual crise económica e pelo início do processo de ajustamento da economia portuguesa, ao qual o Sector Segurador Português não ficou indiferente.

 105
100

O mercado segurador nacional atingiu cerca de 11,6 mil milhões de euros em volume de negócio, segundo dados provisórios da Associação Portuguesa de Seguradores, o que traduz uma quebra face ao ano anterior de 28,6%. A evolução negativa registada pelo mercado segurador, contrariando a tendência do último ano, verificou-se quer nos ramos Não Vida (-0,9%) quer no ramo vida (-38,1%), onde a quebra foi bastante mais acentuada.

No ramo vida é de salientar o decréscimo de 60% na produção dos planos poupança reforma (PPR), justificado quer pela redução dos incentivos fiscais associados a estes produtos quer pelo maior esforço de captação de poupanças efectuado pelo sector bancário, em particular sob a forma de depósitos a prazo. Nos ramos não vida observou-se uma contracção do seu volume de produção, em particular nos ramos acidentes de trabalho (-3,7%) e automóvel (-0,8%).

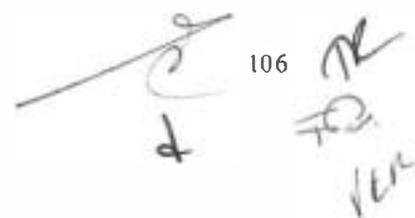
Após a integração da Global Seguros e Global Vida, cujo processo de fusão ficou concluído no início de 2011, a Açoreana passou a ser uma das Companhias com maior peso no sector segurador português em particular no ramo não vida, onde ocupa a 5ª posição do ranking e detém uma quota de 7%. Apesar do esforço decorrente do processo de fusão das Companhias, em particular no alinhamento e uniformização da cultura, processos e sistemas, a Açoreana manteve o foco na persecução dos seus objectivos, consolidando a sua capacidade de desenvolvimento sustentável.

Da performance evidenciada pela Açoreana em 2011, merecem particular destaque:

- A melhoria significativa dos indicadores económico-financeiros, destacando-se a evolução positiva dos resultados líquidos que se traduziu na melhoria da rentabilidade dos capitais próprios;
- A evolução positiva dos indicadores de gestão técnica, nomeadamente da taxa de sinistralidade dos ramos não vida, que apresentou um decréscimo de 7 p.p., resultado da implementação de mecanismos mais rigorosos de selecção de risco, monitorização e controlo de carteiras;
- O comportamento verificado pelo ramo vida, em particular no ramo vida risco, que registou um crescimento de 5%, em contracção com o mercado segurador (-2,5%), o que permitiu reforçar a quota de mercado da Açoreana no ramo vida, de 2% em 2010 para 2,5% em 2011.

Em termos de evolução económica, o volume de produção da Açoreana, medido através dos prémios brutos emitidos, ascendeu aos 475,3 milhões de euros, o que representa um decréscimo de 13,3% face ao ano transacto.

106



O ramo Vida registou uma produção de 187,6 milhões de euros, o que representa um decréscimo face ao ano anterior de 22,3%, quando o mercado sofreu uma quebra de 38,1%. A venda de produtos de capitalização e PPR tem sofrido, devido à actual conjuntura económica, uma quebra significativa. No entanto, a variação negativa de 33,7%, registada pela Companhia nos produtos PPR, é consideravelmente melhor que a quebra de 60% verificada pelo mercado. No ramo Vida Risco a companhia apresenta um crescimento de 5% face ao ano anterior, claramente em contraciclo com o mercado, que terminou o ano com uma quebra de 2,5%.

Os ramos Não Vida apresentaram em 2011 uma variação negativa do volume de prémios na ordem dos 6,3%, quando comparados com os valores agregados de 2010, destacando-se a diminuição verificada nos ramos Acidentes de Trabalho e Automóvel. Esta variação traduz, para além da perda sempre expectável em cenários de fusão, o contexto económico desfavorável, bem como o impacto do processo de saneamento de carteira implementado pela Companhia, em alinhamento com o objectivo estratégico de melhorar os níveis de rentabilidade da carteira dos ramos Não Vida. Não obstante, importa referir a evolução muito positiva registada pelo ramo Saúde, com uma variação de 9,7% face a 2010.

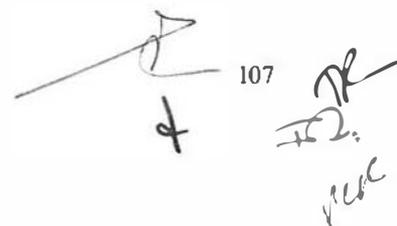
A quota global de mercado, considerando os dados provisórios disponibilizados pela APS e incluindo contratos de investimento, é de 4,1%, sendo de 7% nos Ramos Não Vida e 2,5% no ramo Vida.

A distribuição dos produtos de seguros, ao longo dos últimos anos, tem vindo a ser efectuada através da rede de mediação, das agências do Banif e por 49 Delegações próprias.

A rede de mediação, que integra cerca de 4 300 mediadores com apólices em vigor, representava, no final de 2011, 57,1% na estrutura de distribuição da Açoreana.

O canal bancário foi responsável pela distribuição de 56,4% da produção do ramo Vida e por 2,8% da produção dos ramos Não Vida.

Os resultados líquidos obtidos, no valor de 5.014 milhares de euros, revelam uma recuperação face a 2010, não obstante o contexto económico extremamente adverso em que a actividade se desenvolveu acrescido da actual conjuntura desfavorável dos mercados de capitais, com os respectivos impactos na gestão das carteiras de investimentos, nomeadamente no reconhecimento de imparidades, cujo montante atingiu cerca de 29 milhões de euros.

 107
Handwritten initials and signature in the bottom right corner of the page.

O activo líquido e os capitais próprios atingiram, respectivamente, o montante de 1.250,8 milhões de euros e de 115,5 milhões de euros.

Resultante do processo de fusão, foi efectuado, em Janeiro de 2011, um aumento do capital social da Açoreana para 82,5 milhões de euros. Com vista ao reforço dos elementos constitutivos da margem de solvência, os accionistas da Açoreana procederam, em Abril de 2011, ao aumento do capital social da Companhia em 25 milhões de euros, situando-se o mesmo actualmente em 107,5 milhões de euros. De realçar ainda a emissão de um empréstimo obrigacionista perpétuo subordinado, no montante de 10 milhões de euros, totalmente subscrito, o qual contribuiu igualmente para o reforço da margem de solvência da Açoreana.

A margem de solvência apresentava, assim, uma taxa de cobertura, no final de Dezembro de 2011, de cerca de 182%, o que confere à Açoreana uma posição muito confortável no mercado segurador e revela a capacidade e a robustez financeira da Companhia para enfrentar os desafios que a actual conjuntura impõe ao sector segurador.

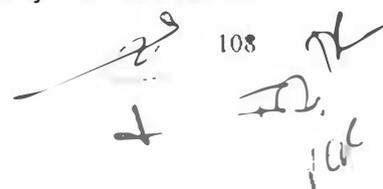
Principais Indicadores Económico-Financeiros da Companhia de Seguros Açoreana, SA:

	Milhares de Euros		
	2011	2010	VARIAÇÃO %
Prémios Vida	187.630	241.424	-22,3
Prémios Não Vida	287.719	307.150	-6,3
Prémios totais	475.349	548.574	-13,3
Cash flow operacional	9.377	3.499	168
Activo líquido	1.250.788	1.381.935	-9,5
Investimentos líquidos	1.006.937	1.176.013	-14,4
Capitais próprios	115.465	88.661	30,2
Resultados líquidos	5.014	1.109	352,1

6. OUTRAS ACTIVIDADES DO BANIF - GRUPO FINANCEIRO

Banif Imobiliária, SA

Nas difíceis condições económicas que Portugal conheceu durante o ano de 2011, o mercado imobiliário não podia deixar de se ressentir. Os investidores estrangeiros tradicionais afastaram-se, receosos das consequências do pedido de ajuda externa e expectantes em relação a descidas de

108


preços muito substanciais. O investimento imobiliário institucional terá atingido níveis extraordinariamente baixos.

Por outro lado, a falta de liquidez e as perspectivas económicas negativas inibiram os investidores nacionais.

Assim, as vendas ressentiram-se em todos os segmentos de mercado e, face às dificuldades na obtenção de crédito, acentuou-se a tendência para o recurso ao arrendamento.

Foi neste difícil contexto e durante o ano de 2011, que a Banif Imobiliária alterou a sua estrutura orgânica, o seu modelo de governação, o âmbito de actuação e as suas competências funcionais, de forma muito profunda, passando a Sociedade, a partir do final do ano, a assumir uma função de maior intervenção na gestão dos activos imobiliários do Grupo.

Estas alterações começaram por se traduzir num profundo reforço da estrutura governativa da Banif Imobiliária, que passou a dispor de um Conselho de Administração mais alargado e uma Comissão Executiva, dotando-se de mais competências ao nível da sua equipa de gestão.

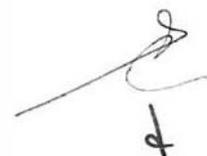
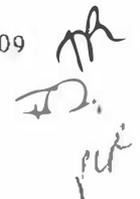
Também ao nível comercial e técnico, a Banif Imobiliária reforçou a sua estrutura e as suas competências, com o recrutamento interno de vários quadros nas áreas de engenharia, arquitectura, jurídica, comercial e outras.

No final do exercício, esta linha de orientação corporizou-se num aumento de capital de 750 milhares de euros para 200 milhões de euros, na recomposição da estrutura accionista e no aumento muito substancial dos activos da sociedade.

Imóveis afectos à exploração

Como seria de esperar na actual conjuntura, quase não ocorreram aberturas de agências, pelo que a Banif Imobiliária não efectuou nenhuma aquisição de imóveis "afectos à exploração". Uma vez que o processo de venda desses imóveis a um Fundo Especializado estava concluído, também não ocorreram alienações.

Deste modo, o valor dos imóveis arrendados a empresas do grupo era de 16.300 milhares de euros no final do ano e as receitas provenientes do seu arrendamento ascenderam a 1.117 milhares de euros.

 109 

Imóveis não afectos à exploração

O valor total dos imóveis considerados nesta rubrica, ou seja todos com excepção dos que estão ao serviço de entidades do Grupo e dos que estão arrendados, totaliza 58.500 milhares de euros. Cerca de 30% deste total corresponde a imóveis habitacionais, 45% a terrenos e o restante a imóveis destinados a comércio, indústria ou serviços.

Análise económico-financeira

Durante o exercício de 2011, a sociedade vendeu imóveis no valor de 1.712 milhares de euros e adquiriu imóveis no valor total de 80 milhões de euros, os quais correspondem, na sua quase totalidade, aos imóveis adquiridos ao Fundo ImoPredial, conforme referido supra.

Deste modo, o valor dos imóveis em carteira aumentou para 143.770 milhares de euros.

Conforme supra referido, a sociedade adquiriu, no final do exercício, Unidades de Participação em diversos Fundos, no valor total de 440.100 milhares de euros, bem como uma participação na LDI, no valor de 31.157 milhares de euros.

Para financiar estas aquisições, a Banif Imobiliária recorreu aos fundos decorrentes do seu aumento de capital e à contratação de suprimentos junto do, agora accionista, Banif.

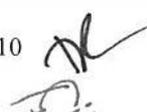
A sociedade reembolsou ainda, no final do exercício, suprimentos concedidos pela Banif SGPS, no valor de 79.250 milhares de euros.

Resultados

Os proveitos da sociedade provenientes da cobrança de rendas ascenderam a 2.852 milhares de euros, dos quais 1.117 milhares de euros correspondem a imóveis arrendados a entidades do Grupo.

A Banif Imobiliária beneficiou ainda de 712 mil euros de receitas provenientes de serviços prestados a entidades do Grupo.

Conforme referido, as vendas ascenderam a 1.712 milhares de euros, sendo o custo dos imóveis vendidos de 2.019 milhares de euros, o que reflecte as dificuldades do mercado imobiliário. Em todo o caso, é de salientar que este volume de vendas é superior ao alcançado em 2010.


+
110

PLK

Assim, no total, os proveitos da Banif Imobiliária ascenderam a 5.275 milhares de euros, contra 2.321 milhares de euros em 2010.

Quanto aos custos, verificou-se, fruto do aumento do valor dos imóveis em carteira e do quadro de pessoal, um aumento substancial, que ascendeu a 128 mil euros nos “Fornecimentos e Serviços Externos” e 328 mil euros nos “Gastos com o pessoal”.

Os encargos financeiros aumentaram, de forma muito significativa, passando de 1.456 mil euros para 5.744 mil euros e correspondem aos juros pagos pelos suprimentos contratados. Este aumento deve-se ao aumento do capital em dívida para financiar as aquisições de imóveis ao Fundo ImoPredial, bem como o agravamento das condições de financiamento.

Como resultado de todos estes factores, os resultados da Sociedade agravaram-se, tendo os prejuízos atingido 3.456 milhares de euros.

II.3 RENTCAPITAL – INVESTIMENTOS FINANCEIROS, S.A.

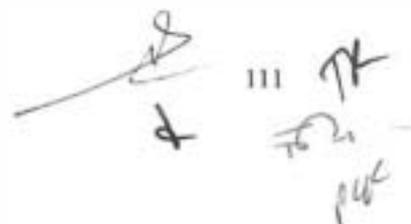
A actividade desenvolvida pela Empresa em 2011 consistiu na gestão de uma carteira de activos financeiros, sendo de realçar os seguintes factos mais relevantes:

A carteira de activos é composta por acções e obrigações de entidades, algumas das quais cotadas em bolsa, bem como suprimentos, investimentos esses que no final de 2011 ascendiam a 52,5 milhões de euros.

Relativamente a esta carteira, recebeu-se em 2011, 1,794 milhões de euros de juros e dividendos.

A nível da margem financeira, diferença entre juros obtidos e juros suportados, em 2011 apurou-se um saldo positivo de 935 mil euros que compara com um saldo positivo de 832 mil euros em 2010.

Ainda relacionado com parte da carteira de activos, acima referida, acções e obrigações, e resultante ainda da continuada instabilidade vivida nos mercados financeiros a partir do início do quarto trimestre de 2008, registaram-se neste exercício 6,8 milhões de euros de ajustamentos na rubrica de Imparidades de investimentos, determinantes para o prejuízo apresentado em 2011;



Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page, including a large signature, the Roman numeral 'III', and other initials like 'TK' and 'PWC'.

A evolução dos principais indicadores da Renticapital foi a seguinte:

(Em milhares de euros)	2011	2010	%
Activo líquido	65.998	38.384	72%
Capitais próprios	22.696	27.316	-17%
Juros e rendimentos obtidos	1.794	1.280	40%
Resultados líquidos	-4.935	-1.843	n/a

112
d
TK
F.F.
PCC

III – ANÁLISE ÀS CONTAS SEPARADAS E CONSOLIDADAS

III.1 – Contas Separadas

1.1. Balanço

A Rentipar Financeira - SGPS, SA, empresa-mãe da Rentipar – Grupo Financeiro, prepara e apresenta contas separadas, vulgarmente designadas por contas individuais, em base NCA (Normas de Contabilidade Ajustadas), nos termos do Aviso do Banco de Portugal n.º 1/2005). Da análise comparativa destes documentos contabilísticos destaca-se o seguinte:

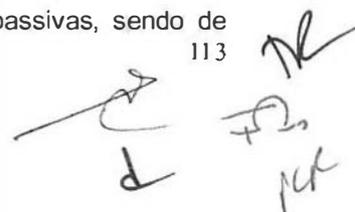
No que respeita à estrutura financeira global no final de 2011, refira-se que o montante dos capitais próprios ascendia a 517 milhões de euros, cobrindo 89% do valor dos activos naquela data. Comparando este valor com o montante do recurso a capitais alheios remunerados (64 milhões de euros), verifica-se que o rácio de cobertura destes por capitais próprios é de 808% (698% retirando as prestações suplementares de capital), evidenciando a sólida estrutura financeira da Rentipar Financeira e a sua capacidade de endividamento, para suportar financeiramente futuros investimentos de expansão das suas actividades.

Efectuando uma comparação, entre 2011 e 2010, das rubricas do activo no balanço da Rentipar Financeira, a variação mais relevante, redução, verificou-se na rubrica de "Outros activos", resultante por um lado do aumento dos suprimentos a uma participada e por outro do reembolso de uma operação de tesouraria por outra participada, operação esta que justifica o aumento da rubrica "Aplicações em instituições de crédito". No passivo é de realçar a variação ocorrida na rubrica de "Responsabilidades representadas por títulos", diminuição, resultante do reembolso de empréstimos bancários e de metade de um empréstimo obrigacionista emitido em 2008, ambos de acordo com as respectivas condições contratuais.

1.2. Demonstração de resultados

O lucro de 3,546 milhões de euros, obtido em 2011 representa uma redução em relação ao lucro de 2010, 9,378 milhões de euros, sendo de realçar nesta comparação:

- Aumento na margem financeira, de 2,921 milhões de euros para 4,778 milhões de euros, resultante sobretudo de um aumento dos juros credores superior ao aumento dos juros devedores. Estas variações resultam sobretudo do aumento nas taxas de juro nas operações activas superior ao aumento verificado nas taxas de juro das operações passivas, sendo de

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.

realçar que o reembolso do empréstimo obrigacionista, no montante de 50 milhões de euros ocorreu apenas no final do ano, tendo o respectivo custo sido definido na data de emissão, final de 2008, em condições mais favoráveis que as actualmente em vigor;

- No final de 2009 dois accionistas efectuaram à Rentipar Financeira prestações suplementares de capital, remuneradas, no montante de € 70 milhões. Esta operação visou reforçar os fundos próprios no âmbito da regulamentação prudencial actualmente em vigor no sector financeiro. De acordo com o definido na Ficha Técnica desta operação, não se efectuou em 30.12.2010 e em 31.12.2011 o pagamento dos respectivos juros. Ainda de acordo com as características desta operação, que se vence 31.12.2012, a remuneração anual não paga nas referidas datas é não cumulativa, pelo que os respectivos mutuantes perderam o direito à mesma; esta situação reforça o descrito acima quanto à melhoria verificada na margem financeira entre anos;
- Inexistência de rendimentos obtidos das participadas em 2011, quando em 2010 tinham sido recebidos 9,8 milhões de euros, o montante corresponde a dividendos pagos pela Banif – SGPS, S.A.;
- Resultados positivos de 358 mil euros em 2011, relacionados com a valorização de activos registados ao justo valor, que em 2010 tinham desvalorizado 2,2 milhões de euros;

Face ao acima exposto, verifica-se em 2011 um decréscimo significativo no produto bancário face a 2010, o qual passou de 9,8 milhões para 5,7 milhões de euros, sendo o não recebimento de dividendos em 2011, o facto mais relevante para esta variação. A variação significativa verificada nos Gastos Gerais Administrativos deve-se a custos suportados com trabalhos efectuados por consultores externos efectuados em consonância com a autoridade de supervisão.

III.2 - Contas Consolidadas

De acordo com as disposições legais aplicáveis, a Rentipar Financeira, SGPS, S.A. é a empresa-mãe do Banif – Grupo Financeiro e, conseqüentemente, está sujeita à supervisão do Banco de Portugal numa base consolidada.

A actividade da Rentipar Financeira, no exercício de 2011, foi afectada pela forte deterioração observada na conjuntura económica nacional, que resultou no início da implementação do Programa de Assistência Económica e Financeira, bem como ao nível internacional, com o agravamento da crise de dívida soberana europeia. Assim, os resultados líquidos consolidados apresentam um prejuízo de

114
↓
↑
114
114
114

77,4 milhões de euros no final do exercício de 2011, face aos 13,4 milhões de euros de lucro do período homólogo do ano anterior.

Análise dos resultados

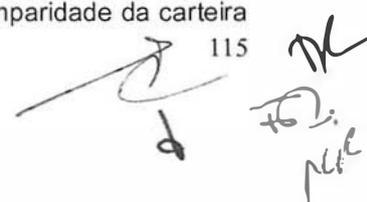
O Produto da Actividade do Grupo atingiu 563,2 milhões de euros no final do exercício de 2011, registando um aumento de 2,4% em termos homólogos. Para este resultado contribuíram vários factores, nomeadamente:

- Uma diminuição de 19,5% na Margem Financeira, para 283,0 milhões de euros, devido ao agravamento dos custos de financiamento decorrentes do endividamento das "holdings" do Grupo, que aumentaram 21,7 milhões de euros (+130,3%), mas também devido à consolidação de novas unidades com custos de financiamento de 6,4 milhões de euros (essencialmente o Banif Imopredial - FIIA). Para além das situações atrás referidas, merece ainda referência o agravamento do custo dos recursos de clientes e a redução da actividade creditícia em 2011. Com efeito, o aumento sustentado dos spreads de crédito ao nível do segmento Empresas não foi suficiente para compensar o aumento do custo médio dos depósitos a prazo de clientes, pelo que a margem de intermediação sofreu uma ligeira redução ao longo do período em apreciação.
- Os Outros Proveitos aumentaram 194,4%, para 175,2 milhões de euros. Merece destaque a mais-valia decorrente da alienação da Banif Corretora de Valores e Câmbios, que ascendeu a 46,8 milhões de euros em termos brutos (ou 37,7 milhões de euros líquidos de impostos). De salientar que o Grupo reconheceu, no período em análise, 52,9 milhões de euros relativos à recompra de passivos financeiros emitidos (14,8 milhões de euros no exercício de 2010).
- Os Resultados de Operações Financeiras atingiram -5,7 milhões de euros no final do exercício de 2011, inferiores aos + 19 milhões de euros apresentados em 2010, onde o Grupo registou um ganho financeiro de 12,1 milhões de euros na alienação da participação no Finibanco – Holdings, em resultado da OPA lançada pelo Montepio Geral – Associação Mutualista.

Relativamente à estrutura de custos, os Gastos Gerais Administrativos e os Custos com Pessoal (custos de funcionamento) totalizaram 327,6 milhões de euros, diminuindo ligeiramente 0,3% face ao final do exercício de 2010, reflectindo as medidas de racionalização e optimização adoptadas pelo Grupo. O rácio Cost to Income (Custos de Funcionamento + Amortizações / Produto da Actividade) desceu de 66,2%, no final do exercício de 2010, para 64,5%, no final do exercício de 2011.

O *Cash Flow* de exploração consolidado da Rentipar Financeira, à data de 31 de Dezembro de 2011, atingiu 235,6 milhões de euros, o que representa um aumento de 5,2% face ao final do exercício de 2010.

No que diz respeito às provisões e imparidade líquidas, registou-se no final do exercício de 2011 um aumento de 214,9% para 377,8 milhões de euros. Atendendo à actual conjuntura económica, o Grupo manteve uma política prudente e conservadora no que respeita à avaliação da imparidade da carteira

115


de crédito, que resultou em dotações liquidas para imparidade no montante de 342,3 milhões de euros até ao final exercício de 2011, face aos 107,9 milhões de euros contabilizados no final do mesmo período do ano anterior. Em 2011 a Rentipar Financeira constituiu imparidade de 7,1 milhões de euros referente ao goodwill na participação no Bankpime e 10,2 milhões de euros de imparidade referente a imóveis classificados na rubrica “activos não correntes detidos para venda”.

Análise do balanço

O Activo Liquido da Rentipar Financeira totalizava 15.922,2 milhões de euros, a 31 de Dezembro de 2011, registando um crescimento de 1% face ao final do exercício de 2010.

Neste âmbito, importa referir que o Crédito Bruto Concedido a Clientes atingiu 11.980,2 milhões de euros a 31 de Dezembro de 2011, diminuindo cerca de 6,7% em termos homólogos. No mesmo período, o rácio de Imparidade do Crédito/Crédito Total subiu de 4,73% para 6,81%, influenciado sobretudo pelo agravamento dos níveis de incumprimento do crédito a empresas em Portugal.

Em termos de Recursos de Clientes, merece referência o crescimento homólogo de 2,4% registado nos Depósitos, para 7.925,4 milhões de euros.

Quanto aos recursos “fora de balanço”, o seu total ascendia a 2.962 milhões de euros a 31 de Dezembro de 2011, reflectindo uma queda homóloga de -22,1%.

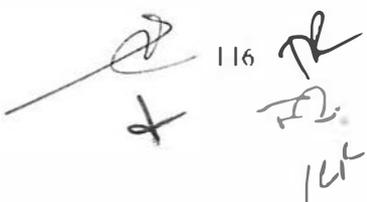
Os Capitais Próprios, deduzidos de Interesses Minoritários, registaram um aumento de 0,2%, de 552 milhões de euros para 553,3 milhões de euros entre o final dos exercícios de 2010 e 2011, respectivamente, essencialmente em resultado dos seguintes factores (aumentos (+); diminuições (-)):

(-) Resultado acumulado do exercício 2011, de -77,4 milhões de euros;

(-) Diminuição das reservas de reavaliação, em 9,3 milhões de euros;

(+) Aumento do capital social em 2011 no montante de 90 milhões de euros;

Os Fundos Próprios de Base do Grupo Rentipar (Tier 1), totalizavam 1.085,8 milhões de euros, enquanto os Activos Ponderados (Risk Weighted Assets) ascendiam a 12.062,2 milhões de euros, a que correspondia um rácio de Tier 1 no final do exercício de 2011 de 7,8 % (contra 7,76% no final do exercício de 2010). O Core Tier 1 do Grupo Rentipar no final do exercício de 2011 era de 7,81% (contra 6,62% no final do exercício de 2010). Por seu turno, os Fundos Próprios Totais do Banif – Grupo Financeiro elevavam-se a 951,0 milhões de euros, a que correspondia um rácio de solvabilidade total de 9% (contra 9,41% no final do exercício de 2010).

 116
TR
FD
144

IV. ANÁLISE DE RISCOS

A análise de riscos de actividade do Grupo Rentipar encontra-se divulgada na nota 44 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas e no capítulo II – Actividade do Grupo em 2011, ponto 2.2 – Gestão dos Riscos da Actividade, acima.

V - FACTOS RELEVANTES

Tanto quanto é do conhecimento da Administração, no período que medeia entre o encerramento do exercício e a data deste relatório, não ocorreram quaisquer outros factos, para além do referido, que pela sua relevância, tenham impacto nas demonstrações financeiras da Empresa reportadas a 31 de Dezembro de 2011.

VI – PERSPECTIVAS FUTURAS

No âmbito do plano estratégico de actividades, a Rentipar Financeira prosseguirá, em 2012, a gestão dos seus investimentos, com especial incidência na especialização e potenciação do desenvolvimento do sector financeiro, incluindo ligações a nível internacional.

Neste contexto, assumem particular relevância os seguintes objectivos que pretendemos concretizar durante o ano de 2012:

- Manter uma estrutura financeira equilibrada que permita suportar os investimentos perspectivados, sem comprometer os indicadores de autonomia financeira e de solvabilidade;
- Acompanhar os negócios e o apoio financeiro às nossas participadas, quer através do acompanhamento de operações de aumento de capital, quer através da concessão de suprimentos, contribuindo dessas formas para o crescimento sustentado das suas actividades;
- Conseguir uma maior racionalização na utilização de recursos e potenciação de sinergias entre as empresas do Grupo financeiro;
- Desenvolvimento de projectos nas áreas das novas tecnologias, que permitam uma maior eficiência nas operações do Grupo financeiro, quer internamente, quer com o exterior.



Handwritten signature and initials, including the number 117 and the name RUI.

A materialização, em Maio de 2011, do Plano de Resgate para Portugal (Programa de Estabilização), com um financiamento no montante total de 78 mil milhões de euros, para um período de 3 anos, acarretou uma série de medidas visando a estabilização do Sistema Financeiro Português, nomeadamente: a desalavancagem equilibrada e ordenada do sector bancário, a possibilidade de emissão de títulos de dívida garantida pelo Estado até ao valor de € 35 bilhões, a condição de que os grupos bancários portugueses alcançariam um rácio de capital Core Tier I de 9% até o final de 2011 e 10% até o final de 2012 (Aviso 3/2011). Relativamente aos requisitos de capital da Banca, o Governo Português beneficiou de um financiamento € 12 mil milhões da UE e do FMI para a capitalização dos bancos portugueses - aplicável às instituições de crédito apenas - de uma forma que preserve o controlo da gestão dos bancos pelos seus accionistas durante uma primeira fase e permite-lhes a opção de recompra da participação do Estado. Como resultado deste novo quadro, os oito maiores bancos portugueses, no qual se inclui o Banif, são agora monitorados trimestralmente pelo Banco de Portugal, na sequência da elaboração de um Plano de Financiamento – *Funding & Capital Plan* - incluindo as medidas destinadas a reforçar o capital e á desalavancagem do Balanço, bem como a reduzir a dependência do financiamento do Banco Central Europeu.

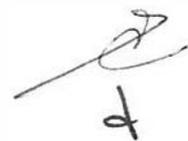
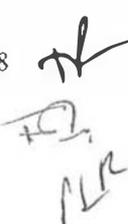
Durante o ano de 2011, a Rentipar, nomeadamente através da sua participada Banif SGPS, SA implementou várias medidas com o objectivo de aumentar a sua base de capital, mas as condições económicas e financeiras vigentes contribuíram para que fechasse o ano com um rácio de Core Tier 1 de 7,81%. Já em 2012 o Grupo Rentipar implementou um novo conjunto de medidas tendentes a reforçar aquele rácio, nomeadamente através do aumento de capital do Banif Mais SGPS, S.A. no montante de € 40 milhões.

Nesta data, o Conselho de Administração da Rentipar Financeira está a aguardar a publicação da Portaria que regulamentará os procedimentos necessários á execução da Lei nº 63-A/2008, actualizada e republicada pela Lei nº 4/2012, a fim de poder apresentar ao Banco de Portugal a sua candidatura ao Plano de Recapitalização, de forma a garantir o cumprimento das exigências de atingir um rácio Core Tier 1 de 10% no final de 2012.

VII- PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Os resultados líquidos do exercício de 2011, numa base individual, registaram um lucro de € 3.545.964,00. Tendo em consideração as disposições legais e estatutárias, propomos que os resultados líquidos do exercício sejam aplicados da seguinte forma:

Reserva legal	€ 200.000,00
Resultados transitados	€ 3.345.964,00


118 
ALR

VIII - NOTAS FINAIS

Aos Conselhos de Administração, quadros directivos e restantes colaboradores das empresas do Grupo Rentipar, agradecemos a forma como se empenharam na condução e desenvolvimento dos negócios sociais, assim como no zelo e dedicação colocados ao serviço do Grupo.

Ao Conselho Fiscal e aos membros da Mesa da Assembleia Geral agradecemos o apoio prestado

Lisboa, 14 de Maio de 2012

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



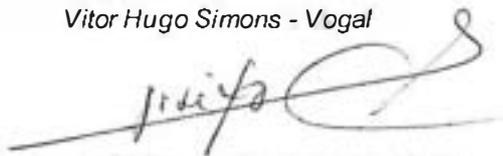
Fernando José Inverno da Piedade – Presidente



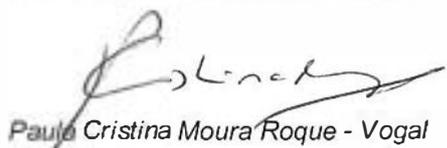
Maria Teresa Henriques da Silva Moura Roque dal Fabbro – Vice-Presidente



Vitor Hugo Simons - Vogal



José Marques de Almeida – Vogal



Paula Cristina Moura Roque - Vogal

RENTIPAR FINANCEIRA SGPS, SA

ANEXO I AO RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS

RELATÓRIO SOBRE A ESTRUTURA E AS PRÁTICAS DE GOVERNO SOCIETÁRIO

(artigo 70.º/2 b) do Código das Sociedades Comerciais)

1. O capital social da Rentipar Financeira – SGPS, SA (“Rentipar Financeira”), em 31 de Dezembro de 2011, era de cento e trinta e cinco milhões de euros, encontrando-se integralmente subscrito e realizado, sendo representado por vinte e sete milhões de acções tituladas ao portador, com o valor nominal de € 5 (cinco euros) cada uma, convertíveis por indicação dos seus titulares.

2. Todas as acções da Rentipar Financeira são ordinárias, inexistindo acções privilegiadas.

3. À luz do artigo 5.º/2 do contrato da sociedade, a transmissão de acções é livre.

4. A Rentipar Financeira não é emitente de acções admitidas à negociação em mercado regulamentado.

5. Atento o facto de as acções da Sociedade serem ao portador, sendo livre a sua transmissão, a titularidade das mesmas e a repartição do capital social só podem ser aferidas, com segurança, pelo Conselho de Administração, com base na lista de presenças da última assembleia geral da Sociedade, a qual teve lugar em 20 de Abril de 2011, sendo possível identificar as seguintes participações qualificadas:

Rentipar Investimentos, SGPS, S.A.	48,00%
Fundação Horácio Roque IPSS	29,96%
Herança Indivisa do Senhor Comendador Horácio da Silva Roque	16,85%

6. Inexiste qualquer sistema de participação de trabalhadores no capital da Rentipar Financeira.

7. A cada cem acções corresponde um voto. Inexistem outras restrições ou limitações convencionais ao exercício do direito de voto.

8. O Conselho de Administração da Rentipar Financeira desconhece a existência de quaisquer acordos parassociais.

9. O Conselho de Administração é composto por um mínimo de três e um máximo de nove membros eleitos pela Assembleia Geral.

120
FL:
pt

RENTIPAR FINANCEIRA – SGPS, SA

ANEXO II AO RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS

(artigos 447.º/5 e 448.º/4 do Código das Sociedades Comerciais)

1. Informação sobre as acções e obrigações da Rentipar Financeira - SGPS, S.A (“Rentipar Financeira”) e das sociedades com as quais a Rentipar esteja em relação de domínio ou de grupo, detidas pelos membros dos seus órgãos de administração e fiscalização, bem como pertencentes a sociedades nas quais aqueles igualmente integram os respectivos órgãos sociais, com referência a 31 de Dezembro de 2011.

1.1. Relativa a membros do Conselho de Administração

1.1.1. Dr. Fernando José Inverno da Piedade (Presidente):

Detinha directamente 20.082 acções da Banif – SGPS, SA, sociedade dominada pela Rentipar Financeira, de cujo Conselho de Administração é Vogal.

A Rentipar Investimentos, SGPS, SA, sociedade de que é Presidente do Conselho de Administração, é titular de 48% do capital social e dos direitos de voto da Rentipar Financeira.

A Renticapital – Investimentos Financeiros, SA, sociedade da qual é Presidente do Conselho de Administração era titular de 162.049 acções da Banif SGPS, SA.

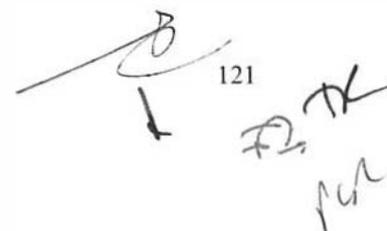
A Vestiban - Gestão e Investimentos, SA, sociedade da qual é Vogal do Conselho de Administração, era titular de 27.583.051 acções da Banif - SGPS, SA.

1.1.2. Dr.ª Maria Teresa Henriques da Silva Moura Roque Dal Fabbro (Vogal)

A Rentipar Investimentos, SGPS, SA, sociedade de que é Vogal do Conselho de Administração, é titular de 48% do capital social e dos direitos de voto da Rentipar Financeira.

É herdeira da Herança Indivisa do Senhor Comendador Horácio da Silva Roque, a qual é titular de 16,85% do capital social e dos direitos de voto da Rentipar Financeira.

A Renticapital – Investimentos Financeiros, SA, sociedade da qual é Vogal do Conselho de Administração era titular de 162.049 acções da Banif SGPS, SA.

Handwritten signature and initials in the bottom right corner. The signature appears to be 'B' with a flourish, followed by '121' and 'F3 TK' and 'per'.

1.1.3. Sr. Vitor Hugo Simons (Vogal):

Detinha directamente 15.475 acções da Banif – SGPS, SA, sociedade dominada pela Rentipar Financeira.

A Rentipar Investimentos, SGPS, SA, sociedade de que é Vogal do Conselho de Administração, é titular de 48% do capital social e dos direitos de voto da Rentipar Financeira.

A Espaço Dez – Sociedade Imobiliária, L.da, sociedade da qual é gerente, era titular de 267.750 acções da Banif SGPS, SA.

A Renticapital – Investimentos Financeiros, SA, sociedade da qual é Vogal do Conselho de Administração era titular de 162.049 acções da Banif SGPS, SA.

A Vestiban - Gestão e Investimentos, SA, sociedade da qual é Vogal do Conselho de Administração, era titular de 27.583.051 acções da Banif SGPS, SA.

1.1.4. Dr. José Marques de Almeida (Vogal):

Em 31 de Dezembro de 2011, detinha directamente 1.117.440 acções da Banif – SGPS, SA, sociedade dominada pela Rentipar Financeira, de cujo Conselho de Administração é Vogal.

A Vestiban - Gestão e Investimentos, SA, sociedade da qual é Presidente do Conselho de Administração, era titular de 27.583.051 acções da Banif - SGPS, SA.

1.1.5. Dr.ª Paula Cristina Moura Roque (Vogal)

A Rentipar Investimentos, SGPS, SA, sociedade de que é Vogal do Conselho de Administração, é titular de 48% do capital social e dos direitos de voto da Rentipar Financeira.

É herdeira da Herança Indivisa do Senhor Comendador Horácio da Silva Roque, a qual é titular de 16,85% do capital social e dos direitos de voto da Rentipar Financeira.

1.2. Relativa aos membros do Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal não são directamente titulares de acções ou obrigações da Rentipar Financeira ou das sociedades com as quais a mesma se encontre em relação de domínio ou de grupo, sendo apenas de referir que a Rentipar Investimentos SGPS, SA, sociedade cujo conselho fiscal tem composição idêntica ao da Rentipar Financeira, é titular de 48% do capital social e dos direitos de voto nesta última.

122
JK
142

2. Informação sobre os accionistas titulares de acções representativas de, pelo menos, um décimo, um terço ou metade do capital da Rentipar Financeira, em 31 de Dezembro de 2010, em conformidade com o disposto no art.º 448.º n.º 4 do Código das Sociedades Comerciais:

Também nesta sede importa vincar que, atento o facto de as acções da Sociedade serem ao portador, sendo livre a sua transmissão, à titularidade das mesmas e a repartição do capital social só podem ser aferidas, com segurança, pelo Conselho de Administração, com base na lista de presenças da última assembleia geral da Sociedade, a qual teve lugar em 21 de Janeiro 2011.

2.1. Accionistas detentores de mais de metade do capital social da Rentipar Financeira:

Não existem.

2.2. Accionistas detentores de mais de um décimo e menos de um terço do capital da Rentipar Financeira

Fundação Horácio Roque IPSS	29,96%
Herança Indivisa do Senhor Comendador Horácio da Silva Roque	16,85%

123
DK
PER

1 – Demonstrações Financeiras Separadas

1.1- Balanço

RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS, SA

BALANÇO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Notas	31-12-2011		31-12-2010	
		Valor antes de provisões e amortizações	Imparidade e amortizações	Valor líquido	Valor líquido
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	5	6	-	6	6
Disponibilidades em outras instituições de crédito	6	1.339	-	1.339	422
Activos financeiros detidos para negociação	7	53	-	53	65
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	8	4.468	-	4.468	4.098
Activos financeiros disponíveis para venda		-	-	-	-
Aplicações em instituições de crédito	9	113.209	-	113.209	4.500
Crédito a clientes	10	31.447	-	31.447	41.456
Investimentos detidos até à maturidade		-	-	-	-
Activos com acordo de recompra		-	-	-	-
Derivados de cobertura		-	-	-	-
Activos não correntes detidos para venda		-	-	-	-
Propriedades de investimento		-	-	-	-
Outros activos tangíveis	11	56	(54)	2	3
Activos intangíveis		-	-	-	-
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	12	385.489	-	385.489	385.489
Activos por impostos correntes	13	1.259	-	1.259	36
Activos por impostos diferidos		-	-	-	-
Outros activos	14	43.289	-	43.289	113.180
Total do Activo		580.615	(54)	580.561	549.255
Recursos de Bancos Centrais		-	-	-	-
Passivos financeiros detidos para negociação		-	-	-	-
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados		-	-	-	-
Recursos de outras instituições de crédito		-	-	-	-
Recursos de clientes e outros empréstimos		-	-	-	-
Responsabilidades representadas por títulos	15	-	-	63.962	126.186
Passivos financeiros associados a activos transfechos		-	-	-	-
Derivados de cobertura		-	-	-	-
Passivos não correntes detidos para venda		-	-	-	-
Provisões		-	-	-	-
Passivos por impostos correntes		-	-	-	-
Passivos por impostos diferidos		-	-	-	-
Instrumentos representativos de capital		-	-	-	-
Outros passivos subordinados		-	-	-	-
Outros passivos	16	-	-	49	65
Total do Passivo		-	-	64.011	126.251
Capital	17	-	-	135.000	45.000
Prémios de emissão		-	-	-	-
Outros instrumentos de capital		-	-	70.000	70.000
Ações próprias		-	-	-	-
Reservas de reavaliação		-	-	-	-
Outras reservas e resultados transitados	17	-	-	308.004	298.626
Resultado do exercício	17	-	-	3.546	9.378
Dividendos antecipados		-	-	-	-
Total do Capital		-	-	516.550	423.004
Total do Passivo + Capital		-	-	580.561	549.255

O Técnico Oficial de Contas

Isabel Duarte

O Conselho de Administração

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

1.2- Demonstração de Resultados

RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS, SA

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Notas	31-12-2011	31-12-2010
Juros e rendimentos similares	18	8.763	6.356
Juros e encargos similares	18	(3.584)	(3.434)
Margem financeira		4.779	2.922
Rendimentos de instrumentos de capital	19	-	9.835
Rendimentos de serviços e comissões		-	-
Encargos com serviços e comissões	20	(399)	(585)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	21	361	(2.167)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda		-	-
Resultados de reavaliação cambial		-	-
Resultados de alienação de outros activos		-	-
Outros resultados de exploração	22	999	(214)
Produto bancário		5.730	9.791
Custos com pessoal	23	(224)	(191)
Gastos gerais administrativos	24	(1.260)	(219)
Amortizações do exercício	11	(1)	(1)
Provisões líquidas de reposições e anulações		-	-
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)		-	-
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações		-	-
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	12,14	-	-
Resultado antes de impostos		4.245	9.380
Impostos		(699)	(2)
Correntes	13	(589)	(2)
Diferidos		(110)	-
Resultado após impostos		3.546	9.378
Do qual: Resultado após impostos de operações descontinuadas		-	-
Resultado líquido do exercício		3.546	9.378

O Técnico Oficial de Contas

Justo da Costa

O Conselho de Administração

[Handwritten signatures of the Board of Administration]

1.3- Demonstração do Rendimento Integral

RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	<u>Notas</u>	<u>31-12-2011</u>	<u>31-12-2010</u>
Resultado Líquido	17	3.546	9.378
Total ganhos e perdas reconhecidos no período		3.546	9.378

O Técnico Oficial de Contas

José António

O Conselho de Administração

[Handwritten signatures of the Board of Administration]

1.4- Demonstração de Variações em Capital Próprio

RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS, SA
DEMONSTRAÇÕES DE VARIAÇÕES EM CAPITAL PRÓPRIO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
 (Montantes expressos em milhares de Euros)

	Notas	Capital	Outros instrumentos de capital	Reservas Legal	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado do exercício	Total
Saldos em 31-12-2010		45.000	70.000	9.000	12.608	277.018	9.378	423.004
Aplicação do Resultado líquido do exercício anterior								
Transferência para reservas		-	-	-	-	9.378	(9.378)	-
Aumento de capital		90.000	-	-	-	-	-	90.000
Rendimento integral		-	-	-	-	-	3.546	3.546
Saldos em 31-12-2011	17	135.000	70.000	9.000	12.608	286.396	3.546	516.550
Saldos em 31-12-2009		45.000	70.000	9.000	12.608	242.131	34.887	413.626
Aplicação do Resultado líquido do exercício anterior								
Transferência para reservas		-	-	-	-	34.887	(34.887)	-
Rendimento integral		-	-	-	-	-	9.378	9.378
Saldos em 31-12-2010	17	45.000	70.000	9.000	12.608	277.018	9.378	423.004

O Técnico Oficial de Contas

Isabel Duarte

O Conselho de Administração

[Handwritten signatures of the Board of Directors]

[Handwritten signature] 127

1.5- Demonstração de Fluxos de Caixa

RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS, S.A.
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
(Montantes expressos em milhares de Euros)

	<u>Notas</u>	<u>31-12-2011</u>	<u>31-12-2010</u>
Resultados de Exploração:			
Resultado Líquido do Exercício		3.546	9.378
Amortizações do Exercício	11	1	1
Dotação para Impostos do Exercício	13	699	2
Resultados de activos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados		(361)	2.167
Dividendos Recebidos	19	-	(9.835)
Variação dos Activos e Passivos Operacionais:			
(Aumento)/Diminuição de aplicações em instituições de crédito	9	(108.709)	77.010
(Aumento)/Diminuição de Crédito a clientes	10	10.009	-
(Aumento)/Diminuição de Outros Activos		(128)	(7.627)
Aumento/(Diminuição) de passivos financeiros representados por títulos	15	(62.224)	(20.044)
(Diminuição)/Aumento de outros Passivos		(116)	25
Fluxos das actividades operacionais		<u>(167.183)</u>	<u>51.077</u>
ACTIVIDADE DE INVESTIMENTO			
Aquisição acções Banif SGPS		-	(60.979)
Suprimentos à Renticapital	12	(31.900)	-
Reembolso suprimentos à Banif SGPS		100.000	-
Dividendos recebidos	19	-	9.835
Fluxos das actividades de investimento		<u>68.100</u>	<u>(51.144)</u>
ACTIVIDADE DE FINANCIAMENTO			
Aumento Capital	17	<u>90.000</u>	-
Fluxos das actividades de financiamento		<u>90.000</u>	-
TOTAL		<u>917</u>	<u>(67)</u>
VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES			
Caixa e seus equivalentes no início do período	5,6	428	495
Caixa e seus equivalentes no fim do período	5,6	<u>1.345</u>	<u>428</u>
		<u>917</u>	<u>(67)</u>
Valor do balanço das rubricas de caixa e seus equivalentes, em 31 de Dezembro			
Caixa	6	6	6
Depósitos à ordem em Outras Instituições de Crédito	6	1.339	422

O Técnico Oficial de Contas

Matilde Duarte

O Conselho de Administração

[Handwritten signatures of the Board of Administration]

DIAMONI

1.6- Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2011 e 2010
RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS, S.A.

(Montantes expressos em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

1. INFORMAÇÃO GERAL

A Rentipar Financeira, SGPS, S.A. ("Sociedade") é uma sociedade anónima, com sede na Avenida Barbosa du Bocage, n.º 85, 5º, 1050 – 030 Lisboa, que tem por objecto exclusivo a gestão de participações sociais noutras sociedades.

Em 14 de Maio de 2012, o Conselho de Administração da Sociedade reviu, aprovou e autorizou as Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2011 e o Relatório de Gestão, as quais serão submetidas à aprovação da Assembleia Geral Anual de Accionistas de 31 de Maio de 2012.

2. ADOÇÃO DE NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATO FINANCEIRO NOVAS OU REVISTAS

As políticas contabilísticas adoptadas no exercício são consistentes com as utilizadas nos exercícios anteriores, com excepção da adopção das seguintes novas normas e interpretações, alterações ou revisões de Normas e novas interpretações emitidas pelo IASB/IFRIC e endossadas pela União Europeia, e que não tiveram efeitos na posição financeira ou performance da Sociedade.

IAS 24 (Revista) Transacções entre Partes Relacionadas

As principais alterações são as seguintes:

A definição de parte relacionada foi clarificada com o objectivo de simplificar a identificação das relações entre partes relacionadas, designadamente as resultantes de influência significativa e empreendimentos conjuntos.

Foi introduzida uma isenção parcial de divulgações de partes relacionadas quando existam transacções com entidades ligadas à administração pública. Estas entidades deverão divulgar o seguinte:

- nome da administração pública e natureza da sua relação com a entidade relatora (isto é, controlo, controlo conjunto ou influência significativa);
- natureza e quantia de cada transacção individualmente significativa;
- uma indicação qualitativa ou quantitativa da respectiva dimensão em relação a outras transacções que sejam no seu conjunto mas não individualmente significativas;

IAS 32 (Emenda) Instrumentos Financeiros: Apresentação – Classificação de direitos de emissão

A emenda altera a definição de passivos financeiros para passar a classificar os direitos de emissão (e certas opções e warrants) como instrumentos de capital próprio se:

- Os direitos forem atribuídos de forma proporcional a todos os proprietários da mesma classe de instrumentos de capital não derivados da entidade;
- Forem usados para adquirir um número fixo de instrumentos de capital próprio da própria entidade em contrapartida de uma quantia fixa de qualquer moeda.

Em consequência desta emenda:

- as entidades que emitem direitos (fixados numa moeda diferente da funcional) não são obrigadas a tratar os direitos como derivados com variações no justo valor a serem registadas em resultados;
- a sua aplicação retrospectiva leva a que direitos em moeda estrangeira anteriormente reconhecidos como derivados terão de ser reclassificados para instrumentos de capital e os correspondentes ganhos e perdas acumulados em resultados terão de ser reclassificados para capital próprio.

IFRS 1 (Alteração) Adopção pela primeira vez das IFRS – Isenções para algumas das divulgações exigidas pela IFRS 7

Esta alteração permite que as entidades que adoptem as IFRS pela primeira vez usufruam do mesmo regime transitório da IFRS 7 (Instrumentos financeiros – Divulgações), o qual não exige a apresentação de comparativos relativamente às divulgações exigidas pela IFRS 7 Instrumentos

1.6- Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS, S.A.

(Montantes expressos em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

Financeiros: Divulgações quando os exercícios comparativos iniciem numa data anterior a 31 de Dezembro de 2009.

IFRIC 14 (Emenda) Requisitos de Financiamento Mínimo

A emenda à IFRIC 14 estabelece mais orientações na determinação do valor recuperável de um activo de fundos de benefício definido. Adicionalmente, a emenda permite uma entidade registar como activo um pagamento antecipado relativamente a financiamentos mínimos de fundos de pensões.

IFRIC 19 – Extinção de passivos financeiros com instrumentos de Capital Próprio

A IFRIC 19 clarifica que instrumentos de capital emitidos para um credor com o objectivo de extinguir passivos financeiros são considerados pagamentos para efeitos do parágrafo 41 da IAS 39. Desta forma, instrumentos de capital emitidos num Equity Swap devem ser mensurados ao justo valor dos instrumentos de capital emitidos, se este puder ser determinado com fiabilidade, ou no caso de não ser possível determinar o justo valor com fiabilidade, ao justo valor do passivo financeiro extinto na data da sua extinção. Qualquer ganho ou perda é imediatamente reconhecida como ganhos ou perdas. Esta IFRIC não se aplica a situações em que o acordo original já previa a extinção de passivos por via da emissão de instrumentos de capital nem para situações que envolvam directa ou indirectamente proprietários actuando como tal.

Melhorias do Ano 2010:

IFRS 1 Adopção pela primeira vez das IFRS

A emenda:

- esclarece que um adoptante pela primeira vez das IFRS que decida alterar as suas políticas contabilísticas ou utilizar algumas das excepções previstas na IFRS 1 após a apresentação de um relatório financeiro intercalar de acordo com a IAS 34, deverá explicar as alterações efectuadas e actualizar as reconciliações entre o anterior PCGA e as IFRS.
- permite que um adoptante pela primeira vez das IFRS utilize um justo valor mensurado numa determinada data (subsequente à data de transição), devido a um acontecimento como uma privatização ou uma oferta pública inicial como o seu custo considerado, ainda que o evento ocorra após a data de transição mas antes das primeiras Demonstrações Financeiras em IFRS sejam emitidas. Os ajustamentos daí decorrentes devem ser reconhecidos directamente em resultados transitados (ou se apropriado, noutra rubrica do capital próprio).
- permite às entidades com actividades reguladas ou que detenham activos fixos tangíveis ou activos intangíveis que estão ou foram sujeitos a operações de taxas reguladas, utilizar como custo considerado uma quantia escriturada de anteriores PCGA, ainda que esta quantia inclua valores que não são elegíveis para capitalização de acordo com as IFRS. A excepção deverá ser aplicada individualmente a cada item. À data da transição para as IFRS, uma entidade deve testar a imparidade em conformidade com a IAS 36 para cada item em relação ao qual tenha usado esta isenção.

IFRS 3 Concentrações de actividades empresariais

Esta emenda:

- clarifica que alterações ocorridas à IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações, IAS 32 Instrumentos Financeiros: Apresentação e IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração que eliminaram a excepção às retribuições contingentes decorrentes da revisão da IFRS 3 em 2008, não se aplicam às retribuições contingentes

per
TK
FD

1.6- Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2011 e 2010
RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS, S.A.

(Montantes expressos em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

decorrentes de uma concentração de actividades empresariais cuja a data de aquisição seja anterior á aplicação da IFRS 3 (revista em 2008).

- limita o âmbito das opções de mensuração dos interesses não controlados. Para cada concentração de actividades empresariais, a adquirente deve mensurar á data de aquisição os componentes de interesses que não controlam na adquirida que constituem interesses de propriedade presentes e conferem aos seus detentores o direito a uma parte proporcional dos activos líquidos da entidade em caso de liquidação:

(a) pelo justo valor; ou

(b) pela parte proporcional que os interesses de propriedade presentes representam em relação às quantias reconhecidas para os activos líquidos identificáveis da adquirida.

Todas as outras componentes dos interesses que não controlam devem ser mensuradas pelo justo valor á data da aquisição, salvo se as IFRS exigirem outra base de mensuração.

- Requer que uma entidade numa concentração de actividades empresariais registre a troca de opções sobre acções ou de outros prémios de pagamento com base em acções no quadro de uma concentração de actividades empresariais como modificações dos prémios de pagamento com base em acções em conformidade com a IFRS 2 Pagamento com Base em Acções.

Se a adquirente substituir os prémios da adquirida, a totalidade ou parte da mensuração baseada no mercado dos prémios de substituição da adquirente deve ser incluída na mensuração da retribuição transferida na concentração de actividades empresariais.

Todavia, nas situações em que os prémios da adquirida caducariam em resultado dessa concentração de actividades empresariais e em que a adquirente substitui esses prémios sem que estivesse obrigada a fazê-lo, a totalidade da mensuração baseada no mercado dos prémios de substituição deve ser reconhecida como custo de remuneração nas demonstrações financeiras pós-concentração em conformidade com a IFRS 2.

Adicionalmente, a emenda especifica o tratamento contabilístico de pagamento com base em acções que o adquirente não troca por transacções de pagamento com base em acções da sua responsabilidade:

Se os respectivos direitos já tiverem sido adquiridos, essas transacções de pagamento com base em acções da adquirida fazem parte do interesse que não controla na adquirida e são mensuradas ao seu valor de mercado.

Se os respectivos direitos ainda não tiverem sido adquiridos, os mesmos são mensurados ao valor de mercado na data de aquisição e alocados aos interesses que não controlam e às despesas de pós-concentração.

IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações

A emenda:

- enfatiza a interacção que deverá existir entre as divulgações quantitativas e qualitativas e a natureza e extensão dos riscos resultantes de instrumentos financeiros.
- clarifica que apenas os activos financeiros cuja quantia escriturada seja diferente da sua exposição máxima ao risco terão de providenciar mais divulgações sobre o montante máximo de exposição a esse risco.
- requer para todos os activos financeiros uma descrição das garantias detidas a titulo de caução e de outras melhorias da qualidade de crédito, bem como do respectivo efeito financeiro, no que diz respeito á quantia que melhor representa a exposição máxima ao risco de crédito.
- remove a necessidade de divulgar a quantia escriturada de activos financeiros cujos termos foram renegociados e que, caso contrário, estariam vencidos ou com imparidade.

1.6- Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2011 e 2010
RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS, S.A.

(Montantes expressos em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

- * remove a divulgação da descrição das garantias colaterais detidas pela entidade a título de caução e outros aumentos de crédito e, salvo se impraticável, uma estimativa do seu justo valor quando os activos financeiros estejam vencidos à data de relato mas não com imparidade e activos financeiros individualmente considerados com imparidade à data do relato;

IAS 1 Apresentação de Demonstrações Financeiras

A emenda clarifica que para cada componente do capital próprio, uma entidade deve apresentar, na demonstração de alterações no capital próprio ou nas notas, uma análise por item dos outros rendimentos integrais.

IAS 27 Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas

Uma entidade deve aplicar as emendas aplicadas à IAS 21 Efeitos de Alterações em Taxas de Câmbio decorrentes das alterações à IAS 27 prospectivamente aos períodos anuais com início em ou após 1 de Julho de 2009. Se uma entidade aplicar a IAS 27 (emendada em 2008) a um período anterior, as emendas devem ser aplicadas a esse período anterior.

IAS 34 Relato Financeiro Intercalar

A emenda estabelece orientação sobre a aplicação dos princípios vertidos na IAS 34 e requer informação adicional sobre:

- * as circunstâncias possíveis de afectar o justo valor dos instrumentos financeiros e a sua classificação;
- * transferência de instrumentos financeiros entre os diferentes níveis de hierarquia do justo valor;
- * alterações nas classificações de activos financeiros;
- * alterações nos passivos contingentes e activos.

IFRIC 13 Programas de fidelização de clientes

A emenda clarifica que quando o justo valor dos créditos de prémio é mensurado por referência ao justo valor dos prémios pelos quais podem ser trocados, este deve ter em conta a quantia correspondente aos descontos ou incentivos que seriam oferecidos aos restantes clientes que não ganharam créditos de prémio.

IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações

A emenda à IFRS 7 requer novas divulgações qualitativas e quantitativas relativas a transferência de activos financeiros quando:

- * uma entidade desreconhecer activos financeiros transferidos na sua totalidade, mas manter um envolvimento continuado nesses activos (opções ou garantias nos activos transferidos);
- * uma entidade não desreconheça na totalidade os activos financeiros;

IFRS 1 (Emenda) Adopção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro

Quando a data de transição para as IFRS ocorrer na data, ou após data, em que a moeda funcional cesse de ser uma moeda de uma economia hiperinflacionária, a entidade pode mensurar todos os activos e passivos detidos antes da data da cessação e que foram sujeitas aos efeitos de uma economia hiperinflacionária, ao seu justo valor na data da transição para IFRS. Este Justo valor pode ser utilizado como o custo considerado para esses activos e passivos na data de abertura da demonstração da posição financeira.

A emenda remove adicionalmente as datas fixas na IFRS 1 relativas ao desreconhecimento de activos e passivos financeiros e de ganhos e perdas em transacções no reconhecimento inicial, a nova data passa a ser considerada a data da transição para as IFRS.

As alterações à IFRS 1 serão aplicáveis para os exercícios iniciados após 30 de Junho de 2011.

A aplicação antecipada é permitida desde que divulgada.

Handwritten signatures and initials:
A large signature is written over the page number.
To the right, there are initials "PR" and "FR" written vertically.

1.6- Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2011 e 2010
RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS, S.A.

(Montantes expressos em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

NORMAS EMITIDAS AINDA NÃO EFECTIVAS

IFRS 9 – Instrumentos financeiros (Introduz novos requisitos de classificação e mensuração de activos e passivos financeiros)

A primeira fase da IFRS 9 Instrumentos financeiros aborda a classificação e mensuração dos activos e passivos financeiros. O IASB continua a trabalhar e a discutir os temas de imparidade e contabilidade de cobertura com vista à revisão e substituição integral da IAS 39. A IFRS 9 aplica-se a todos os instrumentos financeiros que estão no âmbito de aplicação da IAS 39.

Esta norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A aplicação antecipada das disposições relativamente aos activos é permitida, desde que devidamente divulgada. A aplicação das disposições relativas aos passivos financeiros pode ser também antecipada desde que em simultâneo com as disposições relativas aos activos financeiros.

O impacto da adopção desta norma depende dos instrumentos detidos na data da adopção, pelo que não é exequível a quantificação dos seus potenciais efeitos.

IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas

O IASB emitiu a IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas que substitui os requisitos de consolidação previstos na SIC 12 Consolidação e na IAS 27 Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais.

A IFRS estabelece um novo conceito de controlo que deverá ser aplicado para todas as entidades e veículos com finalidade especial. As mudanças introduzidas pela IFRS 10 irão requerer que a Gestão faça um julgamento significativo de forma a determinar que entidades são controladas e conseqüentemente ser incluídas nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da empresa-mãe.

Esta norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013. A aplicação é retrospectiva podendo ser antecipada desde que a entidade aplique simultaneamente a IFRS 11, IFRS 12, IAS 27 (revista em 2011) e IAS 28 (revista em 2011).

O impacto da adopção desta norma depende da natureza das relações entre o Banco e outras entidades na data da adopção, pelo que não é exequível a quantificação dos seus potenciais efeitos.

IFRS 11 – Empreendimentos Conjuntos

A IFRS 11:

- substitui a IAS 31 Interesses em empreendimentos Conjuntos e a SIC 13 Entidades Conjuntamente Controladas — Contribuições Não Monetárias por Empreendedores.
- altera o conceito de controlo conjunto e remove a opção de contabilizar uma entidade conjuntamente controlada através da método da consolidação proporcional, passando uma entidade a contabilizar o seu interesse nestas entidades através do método da equivalência patrimonial.
- define ainda o conceito de operações conjuntas (combinando os conceitos existentes de activos controlados e operações controlados conjuntamente) e redefine o conceito de consolidação proporcional para estas operações, devendo cada entidade registar nas suas demonstrações financeiras os interesses absolutos ou relativos que possuem nos activos, passivos, rendimentos e custos.

Esta norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013. A aplicação é retrospectiva podendo ser antecipada desde que a entidade aplique simultaneamente a IFRS 10, IFRS 12, IAS 27 (revista em 2011) e IAS 28 (revista em 2011).

1.6- Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2011 e 2010
RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS, S.A.

(Montantes expressos em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

O impacto da adopção desta norma depende da natureza das relações entre o Banco e outras entidades na data da adopção, pelo que não é exequível a quantificação dos seus potenciais efeitos.

IFRS 12 – Divulgação de Participações em Outras Entidades

A IFRS 12 - Divulgação de Participações em Outras Entidades estabelece o nível mínimo de divulgações relativamente a empresas subsidiárias, empreendimentos conjuntos, empresas associadas e outras entidades não consolidadas.

Esta norma inclui, por isso, todas as divulgações que eram obrigatórias nas IAS 27 Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas referentes às contas consolidadas, bem como as divulgações obrigatórias incluídas na IAS 31 Interesses em Empreendimentos Conjuntos e na IAS 28 Investimentos em Associadas, para além de novas informações adicionais.

Esta norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013. A aplicação é retrospectiva podendo ser antecipada desde que a entidade aplique simultaneamente a IFRS 10, IFRS 11, IAS 27 (revista em 2011) e IAS 28 (revista em 2011).

O impacto da adopção desta norma depende da natureza das relações entre o Banco e outras entidades na data da adopção, pelo que não é exequível a quantificação dos seus potenciais efeitos.

IFRS 13 – Mensuração do Justo valor

A IFRS 13 estabelece uma fonte única de orientação para a mensuração do justo valor de acordo com as IFRS. A IFRS 13 não indica quando uma entidade deverá utilizar o justo valor, mas estabelece uma orientação de como o justo valor deve ser mensurado sempre que o mesmo é permitido ou requerido.

Esta norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013. A aplicação antecipada é prospectiva permitida desde que divulgada.

O impacto da adopção desta norma depende dos activos e passivos detidos na data da adopção, pelo que não é exequível a quantificação dos seus potenciais efeitos.

IAS 1 (Emenda) Apresentação de Demonstrações Financeiras

A emenda à IAS 1 altera a agregação de itens apresentados na Demonstração do Rendimento Integral. Itens susceptíveis de serem reclassificados (ou “reciclados”) para lucros ou perdas no futuro (por exemplo na data de desreconhecimento ou liquidação) devem ser apresentados separados dos itens que não susceptíveis de serem para lucros ou perdas.

Esta emenda não altera a natureza dos itens que devem ser reconhecidos na Demonstração de Rendimento Integral, nem se os mesmos devem ou não ser susceptíveis de serem reclassificados em lucros ou perdas no futuro.

As alterações à IAS 1 serão aplicáveis para os exercícios iniciados após 30 de Junho de 2012. A aplicação é retrospectiva podendo ser antecipada desde que devidamente divulgada.

Esta alteração apenas é relativa a aspectos de apresentação pelo que não tem impacto na posição financeira ou resultados do Banco.

IAS 12 Impostos sobre o Rendimento

A emenda à IAS 12 clarifica que a determinação de imposto diferido relativo a Propriedades de Investimento mensuradas ao justo valor, ao abrigo da IAS 40, deverá ser calculada tendo em conta a sua recuperação através da sua alienação no futuro. Esta presunção pode ser no entanto rebatível caso a entidade tenha um plano de negócios que demonstre que a recuperação desse imposto será efectuado através do seu uso.

17

1.6- Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS, S.A.

(Montantes expressos em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

Adicionalmente, a emenda refere ainda que os impostos diferidos reconhecidos por activos fixos tangíveis não depreciables que sejam mensurados de acordo com o modelo de revalorização devem ser calculados no pressuposto de que a sua recuperação será efectuada através da venda destes activos.

As alterações à IAS 12 serão aplicáveis para os exercicios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2012. A aplicação é retrospectiva podendo ser antecipada desde que devidamente divulgada.

O Banco não detém activos classificados como Propriedades de Investimento mensurados ao justo valor, pelo que não espera que esta emenda tenha impactos na sua posição financeira ou resultados.

IAS 19 (Revista) Benefícios dos Empregados

A IAS 19 Benefícios de empregados (Revista), sendo as principais alterações as seguintes:

- a eliminação da opção de diferir o reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais, conhecida pelo "método do corredor"; Ganhos e Perdas actuariais são reconhecidos na Demonstração do Rendimento Integral quando os mesmos ocorrem. Os valores reconhecidos nos lucros ou prejuízos são limitados: ao custo corrente e de serviços passados (que inclui os ganhos e perdas nos cortes), ganhos e perdas na liquidação e custos (proveitos) relativos a juros líquidos. Todas as restantes alterações no valor líquido do activo (passivo) decorrente do plano de benefício definido devem ser reconhecidas na Demonstração do Rendimento Integral ,sem subsequente reclassificação para lucros ou perdas.
- os objectivos para as divulgações relativos a planos de benefício definido são explicitamente referidos na revisão da norma, bem como novas divulgações ou divulgações revistas. Nestas novas divulgações inclui-se informação quantitativa relativamente a análises de sensibilidade à responsabilidade dos benefícios definidos a possíveis alterações em cada um dos principais pressupostos actuariais.
- benefícios de cessação de emprego deverão ser reconhecidos no momento imediatamente anterior: (i) a que compromisso na sua atribuição não possa ser retirado e (ii) a provisão por reestruturação seja constituída de acordo com a IAS 37.
- A distinção entre benefícios de curto e longo prazo será baseado na tempestividade da liquidação do benefício independentemente do direito ao benefício do empregado já ter sido conferido.

As alterações à IAS 19 serão aplicáveis para os exercicios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013. A aplicação é retrospectiva podendo ser antecipada desde que devidamente divulgada.

O Banco alterou a política do reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais neste exercicio, passando a reconhecer estes efeitos na Demonstração do Rendimento Integral, pelo que não espera que esta emenda tenha impactos relevante na sua posição financeira ou resultados.

IAS 27 (revista em 2011) Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas

Com a introdução da IFRS 10 e IFRS12, a IAS 27 limita-se a estabelecer o tratamento contabilístico relativamente a subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas nas contas separadas.

As alterações à IAS 27 serão aplicáveis para os exercicios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013. A aplicação é retrospectiva podendo ser antecipada desde que a entidade aplique simultaneamente a IFRS 10, IFRS 11, IFRS 12 e IAS 28 (revista em 2011).

IAS 28 Investimentos em Associadas e Empreendimentos conjuntos

1.6- Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2011 e 2010
RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS, S.A.

(Montantes expressos em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

Com as alterações à IFRS 11 e IFRS 12, a IAS 28 foi renomeada e passa a descrever a aplicação do método de equivalência patrimonial também às entidades conjuntamente controladas à semelhança do que já acontecia com as associadas.

As alterações à IAS 27 serão aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013. A aplicação é retrospectiva podendo ser antecipada desde que a entidade aplique simultaneamente a IFRS 10, IFRS 11, IFRS 12 e IAS 27 (revista em 2011).

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1 Bases de apresentação de contas

As demonstrações financeiras individuais da Sociedade foram preparadas de acordo com as políticas contabilísticas definidas pelo Banco de Portugal através do disposto no Aviso do Banco de Portugal nº 1/2005, nºs 2º e 3º, designadas por Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA).

As NCA baseiam-se nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), tal como adoptadas, em cada momento, por Regulamento da União Europeia, com excepção das seguintes áreas:

- Valorimetria e provisionamento do crédito concedido;
- Benefícios dos empregados, através do estabelecimento de um período de diferimento dos impactos de transição para IAS/IFRS;
- Eliminação da opção do justo valor para valorização de activos tangíveis.

As demonstrações financeiras foram preparadas numa base de custo histórico, com excepção da reavaliação de instrumentos financeiros, e no pressuposto da continuidade das operações. As principais políticas contabilísticas utilizadas são apresentadas abaixo.

3.2 Informação comparativa

A Sociedade não procedeu a alterações de práticas e políticas contabilísticas, pelo que todos os valores apresentados são comparáveis, nos aspectos relevantes, com os do exercício anterior.

3.3 Uso de estimativas na preparação das Demonstrações Financeiras

A preparação das Demonstrações Financeiras requer a elaboração de estimativas e a adopção de pressupostos pela Gestão da Sociedade, os quais afectam o valor dos activos e passivos, réditos e custos, assim como de passivos contingentes divulgados. Na elaboração destas estimativas, a Gestão utilizou o seu julgamento, assim como a informação disponível na data da preparação das demonstrações financeiras. Consequentemente, os valores futuros efectivamente realizados poderão diferir das estimativas efectuadas.

3.4 Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui depósitos à ordem junto de outros bancos no país.

3.5 Investimentos em filiais e associadas

A rubrica "Investimentos em filiais e associadas" corresponde às participações no capital social de empresas detidas pela Sociedade, com carácter duradouro, relativamente às quais detenha ou controle a maioria dos direitos de voto (filiais) ou exerça influência significativa (empresas associadas). Considera-se que existe influência significativa sempre que a Sociedade detenha, directa ou indirectamente, mais de 20% dos direitos de voto. Os investimentos em filiais e

1.6- Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2011 e 2010
RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS, S.A.

(Montantes expressos em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

associadas encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

3.6 Instrumentos financeiros

3.6.1 Activos financeiros

Activos financeiros detidos para negociação

Os activos e passivos financeiros detidos para negociação são os adquiridos com o propósito de venda no curto prazo e de realização de lucros a partir de flutuações no preço ou na margem do negociador, incluindo todos os instrumentos financeiros derivados que não sejam enquadrados como operações de cobertura.

Após reconhecimento inicial, os ganhos e perdas gerados pela mensuração subsequente do justo valor são reflectidos em resultados do exercício. Nos derivados os justos valores positivos são registados no activo e os justos valores negativos no passivo. Os juros e dividendos ou encargos são registados nas respectivas contas de resultados quando o direito ao seu pagamento é estabelecido.

Activos financeiros ao justo valor através de resultados

Esta rubrica inclui os activos financeiros classificados pela Sociedade de forma irrevogável no seu reconhecimento inicial como ao justo valor através de resultados, de acordo com a opção prevista no IAS 39 (*fair value option*), desde que satisfeitas as condições previstas para o seu reconhecimento, nomeadamente:

- i) a designação elimina ou reduz significativamente inconsistências de mensuração de activos financeiros e reconhecimento dos respectivos de ganhos ou perdas (*accounting mismatch*);
- ii) os activos financeiros são parte de um grupo de activos ou passivos ou ambos que é gerido e a sua performance avaliada numa base de justo valor, de acordo com uma estratégia de investimento e gestão de risco devidamente documentada; ou
- iii) o instrumento financeiro integra um ou mais derivados embutidos, excepto quando os derivados embutidos não modifiquem significativamente os fluxos de caixa inerentes ao contrato, ou seja claro, com reduzida ou nenhuma análise, que a separação dos derivados embutidos não possa ser efectuada.

Após reconhecimento inicial os ganhos e perdas gerados pela mensuração subsequente do justo valor dos activos e passivos financeiros são reflectidos em resultados do exercício na rubrica “Resultados de activos avaliados ao justo valor através de resultados”.

Aplicações em outras Instituições de Crédito e Crédito a clientes

Estas rubricas incluem aplicações junto de instituições de crédito e crédito concedido. São activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado activo, que não sejam activos adquiridos ou originados com intenção de alienação a curto prazo (detidos para negociação) ou classificados como activos financeiros ao justo valor através de resultados no seu reconhecimento inicial.

17

1.6- Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS, S.A.

(Montantes expressos em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

Após o reconhecimento inicial, normalmente ao valor desembolsado que inclui todos os custos inerentes à transacção, incluindo comissões cobradas que não tenham a natureza de prestação de serviço, estes activos são mensurados subsequentemente ao custo amortizado, usando o método da taxa efectiva, e sujeitos a testes de imparidade.

3.6.2 Passivos Financeiros

Os outros passivos financeiros, que incluem essencialmente Responsabilidades representadas por títulos, são inicialmente valorizados pelo seu justo valor, o qual corresponde normalmente à contraprestação recebida líquida dos custos de transacção directamente associados. Subsequentemente estes instrumentos são valorizados ao custo amortizado.

3.7 Outros activos fixos tangíveis

A rubrica de activos fixos tangíveis inclui outros equipamentos.

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados pelo seu custo, deduzido de subsequentes amortizações. Os custos de reparação e manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como custo quando ocorrem.

Os activos tangíveis são amortizados numa base linear, de acordo com o disposto no Aviso nº 9/94, de 2 de Novembro, que é:

Outro equipamento	4 anos
-------------------	--------

3.8 Impostos sobre o rendimento

Os custos com impostos sobre o rendimento correspondem à soma do imposto corrente e do imposto diferido.

O imposto corrente é apurado com base nas taxas de imposto em vigor nas jurisdições em que a Sociedade opera.

A Sociedade regista ainda como impostos diferidos passivos ou activos os valores respeitantes ao reconhecimento de impostos a pagar/ recuperar no futuro, decorrentes de diferenças temporárias tributáveis/ dedutíveis.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e avaliados numa base anual, utilizando as taxas de tributação que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, que correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data do balanço. Os passivos por impostos diferidos são sempre registados. Os activos por impostos diferidos apenas são registados na medida em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam o seu aproveitamento.

Os impostos sobre o rendimento são registados por contrapartida de resultados do exercício.

3.9 Reconhecimento de dividendos

Os dividendos são reconhecidos quando o seu recebimento pela Sociedade.

138

PK
72
R

1.6- Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2011 e 2010
 RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS, S.A.

(Montantes expressos em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

4. RELATO POR SEGMENTOS

A actividade desenvolvida pela Sociedade em 2011 e 2010 resulta da gestão de participações sociais e foi integralmente realizada em Portugal.

5. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31/12/2011	31/12/2010
Caixa em euros	6	6
	6	6

6. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2011	31-12-2010
Depósitos à ordem		
No País	1.339	422
	1.339	422

7. ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

	31-12-2011		31-12-2010	
	Quantidade	Valor de balanço	Quantidade	Valor de balanço
Instrumentos de capital REN, SGPS, SA	25.000	53	25.000	65

8. OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2011		31-12-2010	
	Quantidade	Valor de balanço	Quantidade	Valor de balanço
Instrumentos de capital EDP Renováveis	945.000	4.468	945.000	4.098

1.6- Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2011 e 2010
 RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS, S.A.

(Montantes expressos em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

9. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2011	31-12-2010
Depósitos		
No País	113.149	4.500
Juros de aplicações	60	-
	113.209	4.500

10. CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2011	31-12-2010
Crédito a clientes		
Outros créditos e valores a receber	31.447	41.456
	31.447	41.456

Em “Outros créditos e valores a receber” estão registadas apólices Top Invest emitidas pela Companhia de Seguros Açoreana.

11. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

O movimento ocorrido no período foi:

	Saldo em 31-12-2010		Aumento		Amortizações do exercício	Valor (líquido) em 31-12-2011
	Valor Bruto	Amortizações acumuladas	Aquisições	Reavaliações (líquido)		
Equipamento	3	1	-	-	-	2
Instalações interiores	5	4	-	-	1	-
Material de transporte	48	48	-	-	-	-
TOTAL	56	53	-	-	1	2

12. INVESTIMENTOS EM FILIAIS E ASSOCIADAS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Nome da entidade	Quantidade	% de participação	31-12-2011		31-12-2010	
			Valor participação	Imparidade	Valor participação	Imparidade
Banf. SGPS, SA	307.063.133	52,87%	305.350	-	305.350	-
Bankcapital, Investimentos Financeiros, S.A.	6.350	92,50%	11.139	-	11.139	-
Bankcapital, Investimentos Financeiros, S.A. - Participações suplementares	-	-	19.000	-	19.000	-
			335.489	-	335.489	-

Handwritten notes and signatures at the bottom right of the page, including a large signature and the number 140.

1.6- Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2011 e 2010
RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS, S.A.

(Montantes expressos em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

Banif SGPS:

Capitalização bolsista: 193.800 milhares de euros

Capitais próprios consolidados de 2011: 934.916 milhares de euros

Resultado do exercício consolidado de 2011: -161.583 milhares de euros

Renticapital. Investimentos Financeiros, SA:

Capital Próprio de 2011: 22.696 milhares de euros

Resultado do exercício: -4.935 milhares de euros

A sociedade não apurou imparidade referente aos investimentos em filiais e associadas.

141

141

141

1.6- Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2011 e 2010
 RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS, S.A.

(Montantes expressos em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

13. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2011	31-12-2010
Pagamentos especiais por conta	-	36
IRC a recuperar	1.259	-
	1.259	36

APURAMENTO DO LUCRO TRIBUTÁVEL	31-12-2011	31-12-2010
Resultado antes do imposto	4.245	9.380
SOMA	4.245	9.378
Prémios de seguros e contribuições	1	1
IRC e outros imp.incidentes directa ou indirectamente sobre lucros	-	2
Correcções relativas a exercicios anteriores	-	20
Ajustamentos de valores de activos não dedutíveis ou para além dos limites legais	-	-
Mais-valias fiscais sem intenção de reinvestimento	-	-
ENCARGOS FINANCEIROS	-	450
SOMA	4.246	9.851
Mais-valias contabilísticas	-	-
Outros	-	4
Rendimentos nos termos do artigo 51.º	-	9.835
SOMA	-	9.839
Prejuízo para efeitos fiscais	-	-
Lucro tributável	4.246	12
APURAMENTO DA MATÉRIA COLECTÁVEL		
PREJUÍZO FISCAL	-	-
LUCRO FISCAL	4.246	-
TOTAL DOS PREJUÍZOS FISCAIS	-	1.934
DEDUÇÕES :		
Prejuizos fiscais deduzidos	2.381	12
MATÉRIA COLECTÁVEL	1.865	-
CÁLCULO DO IMPOSTO		
Colecta	465	-
Derrama	120	-
Tributações Autónomas (art. 81.º)	4	2
	589	2

Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page, including the number 142.

1.6- Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2011 e 2010
RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS, S.A.

(Montantes expressos em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

14. OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2011	31-12-2010
Suprimentos	42.275	110.375
Proveitos a receber	859	1.147
Outros activos	155	1.658
Imparidade	-	-
	43.289	113.180

Em 31 de Dezembro de 2011, os suprimentos, remunerados, respeitam a 42.275 milhares de euros (10.375 milhares de euros em 2009) à Renticapital, Investimentos Financeiros, SA. Em 2009 a sociedade tinha suprimentos concedidos no montante de 100.000 milhares de euros à Banif – SGPS, SA.

15. RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2011	31-12-2010
Papel Comercial	13.952	26.291
Obrigações	50.010	99.895
	63.962	126.186

a) Em 30 de Dezembro de 2008, a Rentipar Financeira, SGPS, SA emitiu um empréstimo obrigacionista no montante de 100 milhões de euros com maturidade em 30 de Dezembro de 2012.

A taxa de juro nominal bruta das Obrigações será equivalente a:

- 6,25% p.a. no primeiro semestre de vida do Empréstimo Obrigacionista; e - “Euribor 6 meses”, cotada no segundo “Dia Útil Target” imediatamente anterior à data de início de cada período de juros, acrescida de 1,50% no segundo semestre de vida do Empréstimo Obrigacionista.
- “Euribor 6 meses”, cotada no segundo “Dia Útil Target” imediatamente anterior à data de início de cada período de juros, acrescida de 1,50% no terceiro e quarto semestres de vida do Empréstimo Obrigacionista.
- “Euribor 6 meses”, cotada no segundo “Dia Útil Target” imediatamente anterior à data de início de cada período de juros, acrescida de 1,75% no quinto e sexto semestres de vida do Empréstimo Obrigacionista.
- “Euribor 6 meses”, cotada no segundo “Dia Útil Target” imediatamente anterior à data de início de cada período de juros, acrescida de 2,00% no sétimo e oitavo semestres de vida do Empréstimo Obrigacionista.

Os juros serão pagos semestral e postecipadamente, a partir da data de subscrição, em 30 de Junho e 30 de Dezembro de cada ano, sujeito à ocorrência do reembolso antecipado, ocorrendo a primeira data de pagamento de juros em 30 de Junho de 2009 e a última data de pagamento de juros na data de maturidade do Empréstimo Obrigacionista ou na data de reembolso antecipado, caso este se verifique.

O Empréstimo Obrigacionista tem uma duração máxima de 4 (quatro) anos a contar da data de subscrição e será reembolsado, ao par, com reembolso de 50% do montante da Emissão em 30

1.6- Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2011 e 2010
RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS, S.A.

(Montantes expressos em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

de Dezembro de 2011 no sexto semestre de vida das Obrigações (€ 50.000.000) e os 50% remanescentes do montante da Emissão na Data de Maturidade, ou seja, em 30 de Dezembro de 2012 (€ 50.000.000), desde que não ocorra o reembolso antecipado.

A Sociedade poderá reembolsar antecipadamente, ao par, o Empréstimo Obrigacionista, total ou parcialmente, no último caso por redução ao valor nominal, em qualquer Data de Pagamento de Juros (“Datas de Reembolso Antecipado”), inclusive, a partir de 30 de Junho de 2009. Para o efeito, a Sociedade deverá anunciar o Reembolso Antecipado mediante um pré-aviso de no mínimo 30 (trinta) dias e no máximo 60 (sessenta) dias relativamente à Data de Reembolso Antecipado, aos titulares das Obrigações (sendo tal aviso irrevogável).

A Sociedade em 2011 reembolsou 50 milhões de euros desta emissão.

b) A Rentipar Financeira, SGPS, SA emitiu 2 programas de papel comercial no montante de 14.000 milhares euros (-64 milhares euros de despesas com encargo diferido e 16 milhares de euros de encargos financeiros), com o seguinte detalhe:

Entidade	Montante	Vencimento	Taxa de juro
Millennium	1.500	2013	5,074%
CGD	12.500	2013	3,471%

A Sociedade utilizou 173.090.946 acções da Banif – SGPS, SA, 25.000 acções REN e 945.000 acções EDP Renováveis como caução das operações de emissão de obrigações e papel comercial.

A sociedade reembolsou a seguinte emissão:

- Amortização da emissão de papel comercial (Santander) no montante de 12,4 milhões de euros.

16. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31/12/2011	31/12/2010
Credores e outros recursos	42	45
Outros	7	20
	49	65

144

1.6- Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2011 e 2010
RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS, S.A.

(Montantes expressos em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

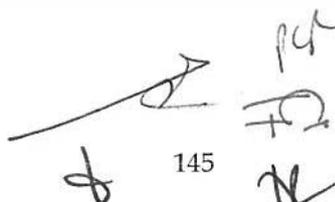
17. OPERAÇÕES DE CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, as rubricas de Capital Próprio apresentam a seguinte composição:

	31-12-2011	31-12-2010
Capital	135.000	45.000
Prémios de emissão	-	-
Outros instrumentos de capital	70.000	70.000
Acções próprias	-	-
Reserva legal	9.000	9.000
Reservas de reavaliação	-	-
Outras reservas e resultados transitados	299.004	289.626
Resultado do exercício	3.546	9.378
Dividendos antecipados	-	-
Total do Capital	516.550	423.004

O capital social em 31.12.2011 é constituído por 27.000.000 acções, de valor nominal de €5,00 por acção, encontrando-se totalmente realizado.

Em 2011 foi realizado um aumento de capital no montante de 90.000 milhares de euros, totalmente realizado.

 145

1.6- Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2011 e 2010
RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS, S.A.

(Montantes expressos em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

18. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES E JUROS E ENCARGOS SIMILARES

JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2011	31-12-2010
Juros de aplicações em IC	6.388	2.108
Juros de apólices	1.397	1.605
Juros de <u>suprimentos</u>	978	2.643
	8.763	6.356

JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2011	31-12-2010
Juros de recursos em IC	-	-
Juros de responsabilidades representadas por títulos	3.984	3.417
Juros <u>suprimentos e prestações suplementares</u>	-	17
	3.984	3.434

19. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2011	31-12-2010
Dividendos		
Banif - SGPS, SA	-	9.835
	-	9.835

20. ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2011	31-12-2010
Garantias e avales	310	400
Outras	89	185
	399	585

1.6- Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2011 e 2010
RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS, S.A.

(Montantes expressos em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

21. RESULTADOS DE ACTIVOS E PASSIVOS AVALIADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2011	31-12-2010
Instrumentos de dívida		-
Instrumentos de capital	361	(2.167)
	361	(2.167)

Nesta rubrica, em 2010, foram registadas perdas no montante de 2.348 milhares de euros e ganhos no montante de 181 milhares de euros relacionadas com as alterações de cotação das acções da EDP Renováveis,

22. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2011	31-12-2010
Outros proveitos	-	1
Reembolso de despesas	18	16
Outros impostos	(9)	(230)
Outros encargos	981	-
Quotização	(1)	(1)
	989	(214)

O montante de 981 milhares de euros registados na rubrica Outros encargos é referente a prestação de serviços.

23. CUSTOS COM PESSOAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2011	31-12-2010
Remuneração dos órgãos de gestão e de fiscalização	143	147
Remuneração dos empregados	43	12
Encargos sociais obrigatórios	38	2
outros custos pessoal	-	30
	224	191

Handwritten notes and signatures at the bottom right of the page, including a large checkmark and the number 147.

1.6- Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2011 e 2010
RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS, S.A.

(Montantes expressos em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

24. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2011	31-12-2010
Serviços especializados	1.185	145
Comunicação	-	2
Deslocações, estadas e representação	41	38
Outros	34	34
	1.260	219

A rubrica “serviços especializados” inclui 19 milhares de euros de custos referentes a auditores externos e consultores e 981 milhares de euros referentes Programa Especial de Inspeções (SIP) ao sistema financeiro, desenvolvido no contexto do Programa de Assistência Económica e Financeira, acordado em Maio de 2011 com o Fundo Monetário Internacional, a Comissão Europeia e o Banco Central Europeu.

25. SALDOS E TRANSACÇÕES COM ENTIDADES RELACIONADAS

	Empresas do grupo	
	31-12-2011	31-12-2010
Disponibilidades em IC	1.161	138
Aplicações em IC	104.032	4.500
Suprimentos	42.275	110.375
Outros créditos e valores a receber	31.447	41.456
Outros Activos	859	1.147
Custos	10	699
Proveitos	7.030	14.580

As transacções com entidades relacionadas são analisadas de acordo com os critérios aplicáveis a operações similares e são realizadas em condições normais de mercado. Estas operações estão sujeitas à aprovação do Conselho de Administração.

No exercício findo, não foram constituídas provisões específicas para saldos com entidades relacionadas.

Empresas do Grupo

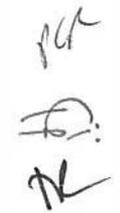
BANIF – SGPS, SA
RENTICAPITAL, INVESTIMENTOS FINANCEIROS, SA
SOCIEDADE IMOBILIARIA PIEDADE
ESPAÇO DEZ
BANIF IMOBILIARIA
BANIF BANK (MALTA)
BANCA PUEYO
BANCO CABOVERDIANO DE NEGÓCIOS
BANKPIME
IMOBILIARIA VEGAS ALTAS
BANIF HOLDINGS (MALTA), LTD

17

1.6- Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2011 e 2010
RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS, S.A.

(Montantes expressos em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

CENTAURUS REALITY GROUP
GRUPO BANIF MAIS SGPS
BANIEUROPA HOLDING
BANIF BRASIL (HOLDINGS), SA
BANIF COMERCIAL-SGPS
BANIF-BANCO INTERNACIONAL DO FUNCHAL
NUMBERONE SGPS
BANIF FINANCE LTD
BANIF AÇORES, SGPS
INVESTAÇOR, SGPS
INVESTAÇOR HÓTEIS
AÇORTUR
TUROTEL
HOTEL PICO
BANIF & COMERCIAL AÇORES, Inc FALL RIVER
BANIF & COMERCIAL AÇORES, Inc SAN JOSÉ
BANIF GO
BANIF RENT
BANCO BANIF BRASIL
ACHALA
ZACF
RENTIPAR SEGUROS, SGPS
BANIF - INVESTIMENTOS SGPS
BANIF BANCO DE INVESTIMENTO
BANIF (CAYMAN)
BANIF BANCO DE INVESTIMENTO (BRASIL)
BANIF GESTÃO DE ACTIVOS (BRASIL)
BETA SECURITIZADORA
BANIF INT. ASSET MANAGEMENT
BANIF GESTÃO DE ACTIVOS
BANIF AÇOR PENSOES
BANIF (BRASIL)
BANIF INTERN. HOLDINGS Ltd
BANIF SECURITIES HOLDINGS
ECONOFINANCE
BANIF FINANCIAL SERVICES
BANIF SECURITIES INC.
BANIF FINANCE (USA) CORP.
BANIF FORFAITING COMPANY
BANIF INTERNATIONAL BANK
BANIF CAPITAL - SOC DE CAPITAL DE RISCO
BANIF MULTIFUND
GAMMA
MCO2
KOMODO
WORLDVILAS
BANIF ECOPROGRESSO TRADING
ATLANTES MORTGAGE
ATLANTES MORTGAGE 2
ATLANTES MORTGAGE 3
ATLANTES MORTGAGE 4
ATLANTES MORTGAGE 5
ATLANTES MORTGAGE 6
ATLANTES MORTGAGE 7
ATLANTES FINANCE 3

 
149

1.6- Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2011 e 2010
RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS, S.A.

(Montantes expressos em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

ATLANTES FINANCE 4
AZOR MORTGAGE
AZOR MORTGAGE 2
ATLANTES SME 1
EURO INVEST S3a, S3b, S8, S9
FIP BANIF REAL ESTATE
BANIF US REAL ESTATE
ART INVEST
BANIF FORTUNY
SPE PANORAMA
IMOGEST
CAPVEN
INFRA INVEST FEIA
BANIF INV CONSERVADOR
BANIF INV MODERADO
BANIF RENDA HABITAÇÃO
BANIF GESTÃO IMOBILIÁRIA
BANIF GESTÃO PATRIMONIAL
GESTARQUIPARK
BANIF GESTÃO ACTIVA
BANIF EUROPA LESTE
BANIF REAL ESTATE POLSKA
TINER POLSKA
IMOPREDIAL
BANIF PROPERTY
TURIRENT
PEDIDOS LIZ

26. EVENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

À data de aprovação das presentes Demonstrações Financeiras pelo Conselho de Administração da Rentipar Financeira, SGPS, SA, não se verificava nenhum acontecimento que exigisse ajustamentos ou modificações dos valores dos activos e dos passivos referentes a 31-12-2011.

150
150
150

2 – Demonstrações Financeiras Consolidadas

2.1 - Balanço

BALANÇO CONSOLIDADO					
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010					
<i>(Montantes expressos em milhares de Euros)</i>					
	31-12-2011			31-12-2010	31-12-2010
	Netas	Valor antes de imparidade e amortizações	Imparidade e amortizações	Valor líquido	Valor líquido Reexpresse
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	6	288.084	-	288.084	118.740
Disponibilidades em outras instituições de crédito	7	183.955	-	183.955	218.106
Activos financeiros detidos para negociação	8	256.544	-	256.544	459.102
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	9	202.888	-	202.888	396.111
Activos financeiros disponíveis para venda	10,42	569.96	(7.698)	561.406	294.410
Aplicações em instituições de crédito	11	657.848	-	657.848	491.022
Crédito a clientes	12,42	11.980.292	(813.531)	11.166.761	12.247.710
Investimentos detidos até à maturidade	13,42	53.706	(200)	53.506	63.939
Activos com acordo de recompra	14	72.347	-	72.347	51.004
Derivados de cobertura	15	-	-	-	-
Activos não correntes detidos para venda	16,42	282.557	(14.879)	267.678	167.456
Propriedades do investimento	17	844.026	-	844.026	272.590
Outros activos tangíveis	18	542.232	(173.038)	369.194	269.959
Activos intangíveis	19	102.028	(74.572)	27.456	23.063
Investimentos em associadas e filiais excluídas da consolidação	20,42	171.778	(16.108)	155.670	151.280
Activos por impostos correntes	21	26.649	-	26.649	27.383
Activos por impostos diferidos	21	153.952	-	153.952	74.048
Provisões técnicas do resseguro cedido	-	-	-	-	-
Outros activos	-	655.155	(20.874)	634.281	430.090
Devedores por seguro directo e resseguro	-	-	-	-	44.647
Outros activos	22	655.155	(20.874)	634.281	430.090
Total do Activo	-	17.043.137	(1.529.892)	15.922.245	15.746.013
Recursos de Bancos Centrais	23	-	-	2.484.286	1.938.147
Passivos financeiros detidos para negociação	24	-	-	(81.048)	145.259
Outros passivos financeiros ao justo valor através do resultado	25	-	-	(8.946)	118.886
Recursos de outras instituições de crédito	26	-	-	1.88.515	1.286.879
Recursos de clientes e outros empréstimos	27	-	-	7.925.397	7.722.471
Responsabilidades representadas por títulos	28	-	-	2.389.203	479.345
Passivos financeiros associados a activos transferidos	-	-	-	-	-
Derivados de cobertura	15	-	-	130	1.303
Passivos não correntes detidos para venda	-	-	-	-	-
Provisões	29	-	-	15.405	15.230
Provisões técnicas	-	-	-	-	-
Passivos por impostos correntes	21	-	-	14.280	10.850
Passivos por impostos diferidos	21	-	-	51.687	32.211
Instrumentos representativos do capital	30	-	-	43.891	45.651
Outros passivos subordinados	31	-	-	218.540	268.178
Outros passivos	-	-	-	-	-
Credores por seguro directo e resseguro	-	-	-	-	-
Outros passivos	32	-	-	421.671	427.364
Total do Passivo	-	-	-	14.833.009	14.491.774
Capital	33	-	-	135.000	45.000
Prémios de emissão	33	-	-	-	-
Outros instrumentos do capital	33	-	-	7.000	7.000
Ações próprias	33	-	-	-	-
Reservas de reavaliação	33	-	-	(24.962)	(15.004)
Outras reservas e resultados transitados	33	-	-	450.688	439.280
Resultado do exercício	33	-	-	(774.18)	10.831
Dividendos antecipados	-	-	-	-	-
Interesses que não controlam	34	-	-	535.929	704.132
Total do Capital	-	-	-	1.089.230	1.254.239
Total do Passivo + Capital	-	-	-	15.922.245	15.746.013

O Técnico Oficial de Contas

Stefano Duarte

O Gerente da Administração

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

2.2 – Demonstração de Resultados

SEMPREPLANETANEIRA, SOPS, S.A. E SUBSIDIÁRIAS
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Montaria expressas em milhares de Euro)

	Milhões	31/12/2011	31/12/2010
		Resumo	Resumo
Juros e rendimentos financeiros	33	913.038	752.468
Juros e encargos financeiros	35	(630.039)	(450.937)
Margem financeira		282.999	301.531
Rendimentos de instrumentos de capital	36	753	905
Rendimentos de serviços e comissões	37	139.661	145.187
Encargos com serviços e comissões	37	(23.721)	(23.717)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	38	(6.666)	(4.875)
Resultados de activos financeiros dispo níveis para venda	38	(2.337)	13.130
Resultados de reavaliação ambiental	38	3.253	10.778
Resultados de alienação de outros activos	39	50.862	2.895
Prémios líquidos de resseguro		-	-
Custos com sinistros líquidos de resseguros		-	-
Variação das provisões técnicas líquidas de resseguro		-	-
Outros resultados de exploração	39	124.342	52.086
Produto da actividade		563.160	549.802
Custos com pessoal	40	(184.357)	(184.165)
Gastos gerais administrativos	41	(143.227)	(144.415)
Amortizações do exercício	18,19	(35.547)	(37.328)
Provisões líquidas de reposições e anulações	29	(3.880)	1.121
Impairmente do crédito líquido de reversões e recuperações	42	(34.276)	(107.944)
Impairmente de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	42	(3.771)	(5.113)
Diferenças de contabilização negativas	42	(27.832)	(12.009)
Resultados de actividades conjuntas (em valência patrimonial)		-	-
Resultado antes de impostos e de juros que não controlam	20	(2.438)	(4.539)
Impostos		180.150	54.037
Correntes	21	28.754	(16.160)
Diferidos	21	(24.564)	(13.037)
Resultado após impostos e antes de juros que não controlam		51.318	(3.123)
Da qual: Resultado após impostos de operações descontinuadas		153.346	37.877
Interesses que não controlam	34	75.978	(27.041)
Resultado consolidado exercicio		(17.418)	10.821

O Técnico Oficial de Contas

Josefa Duarte

O Conselho de Administração

[Handwritten signatures of the Board of Directors]

2.3 – Demonstração do Rendimento Integral

RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS, S.A. E SUBSIDIÁRIAS
DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Notas	31-12-2011	31/12/2010 Reexpresso	31-12-2010
Resultado após impostos e antes de interesses que não controlam		(163.396)	37.872	44.678
<u>Outro rendimento integral</u>				
Activos Financeiros Disponíveis para Venda				
Ganhos / (perdas) no justo valor	33	(15.220)	(5.897)	(5.897)
Impostos ganhos / (perdas) no justo valor	33	4.068	1.616	1.816
Ganhos / (perdas) em activos de entidades que consolidam por equivalência patrimonial	33	(1.645)	(7.361)	(7.362)
Impostos ganhos / (perdas) em activos de entidades que consolidam por equivalência patrimonial	33	499	1.723	1.723
Ganhos em reavaliações imóveis	33	(269)	642	642
Impostos Ganhos em reavaliações imóveis	33	202	(518)	(518)
Ganhos/(perdas) actuariais		2.397	(1.151)	-
Impostos ganhos / (perdas) actuariais		(520)	230	-
De instrumentos de cobertura no âmbito de coberturas de fluxos de caixa	33	648	773	773
Impostos de instrumentos de cobertura no âmbito de coberturas de fluxos de caixa	33	(118)	(6)	(6)
		<u>(9.958)</u>	<u>(9.950)</u>	<u>(9.029)</u>
Variações cambiais	33	(9.937)	8.472	8.472
Total do rendimento integral líquido de impostos, antes de interesses que não controlam		(173.291)	36.394	44.121
Interesses que não controlam	34	75.978	(27.041)	(31.696)
Total do rendimento integral líquido de impostos		(97.313)	9.353	12.425

O Técnico Oficial de Contas

João de Deus

O Conselho de Administração

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

2.4- Demonstração de Variações em Capitais Próprios

RENTPAR FINANCEIRA, SIGES, S.A. E SUBSIDIÁRIAS
DEMONSTRAÇÕES DE VARIAÇÕES EM CAPITAIS PRÓPRIOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Montantes expressos em milhares de Euros)

Notas	Capital	Outros Instrumentos de Capital	Acções Próprias	Prémios de Emissão	Reservas de Reavaliação	Resultados Transitados	Outras Reservas	Resultado do exercício	Interesses que não controlam	Total
Saldos em 31-12-2010										
Aplicação do Resultado líquido do exercício anterior										
Transferência para reservas	33	45.000	70.000	-	(15.004)	460.922	(21.642)	10.631	704.132	1.264.239
Aumento de capital	33	-	-	-	-	10.631	-	(10.631)	-	-
Aquisição/alienação de acções próprias	33	80.000	-	-	-	-	-	-	-	80.000
Redimento integral	33	-	-	-	(9.958)	-	(9.937)	(77.416)	(66.303)	(97.313)
Recuperação acções preferenciais	33	-	-	-	-	-	7.606	-	(101.901)	(98.696)
Operações com interesses que não controlam	34	-	-	-	-	-	-	-	-	(101.901)
Outras variações em capital próprio	33	-	-	-	-	-	2.906	-	-	2.906
Saldos em 31-12-2011		135.000	70.000	-	(24.962)	471.763	(21.065)	(77.416)	535.928	1.089.236
Saldos em 31-12-2009										
Aplicação do Resultado líquido do exercício anterior										
Transferência para reservas	33	45.000	70.000	-	3.334	407.684	(32.159)	52.938	693.832	1.340.929
Aumento de capital	33	-	-	-	-	52.938	-	(52.938)	-	-
Aquisição/alienação de acções próprias	33	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Redimento integral	33	-	-	-	(9.029)	-	8.472	12.082	-	12.425
Recuperação acções preferenciais	33	-	-	-	-	-	755	-	(2.754)	(1.999)
Alteração no interesses em propriedades com controlo	33	-	-	-	-	-	16.667	-	(16.667)	-
Operações com interesses que não controlam	34	-	-	-	-	-	-	-	21.473	21.473
Outras variações em capital próprio	33	-	-	-	-	-	(1.204)	-	-	(1.204)
Saldos em 31-12-2010		45.000	70.000	-	(5.695)	460.922	(7.460)	12.082	695.884	1.271.624
Impacto alteração política contabilística ganhos e perdas actuantes anterior a 2010										
Redimento integral, ganhos e perdas actuantes 2010	3.2	-	-	-	(6.000)	-	2.937	-	-	(6.072)
Operações com interesses que não controlam	3.2	-	-	-	(821)	-	-	(2.151)	-	(3.072)
	3.2	-	-	-	630	-	(17.110)	-	8.248	(8.242)
Saldos em 31-12-2010 Reavaliados		45.000	70.000	-	(15.004)	460.922	(21.642)	10.631	704.132	1.264.239

O Técnico Oficial de Contas

Jaqueline Duarte

O Conselho de Administração

Roberto Ventura
11/01/11
J. Duarte

2.5 - Demonstração de Fluxos de Caixa

BENTON FINANCEIRA SCS S.A. E SUBSIDIÁRIAS

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Montantes expressos em milhares de Euros)

ATIVIDADE OPERACIONAL

Resultados da Exercício

	Notas	31-12-2011	31-12-2010 Reexpresso	31-12-2010
Resultado líquido de exercício	33	(77.418)	10.831	12.882
Imparidade em crédito concedido	42	342.278	187.044	107.944
Outras perdas por expensão	42	31.803	17.118	10.358
Provisões do exercício	29	3.880	(1.111)	(1.121)
Amortizações do exercício	18, 19	35.547	37.328	37.326
Dotação para impostos do exercício	21	(26.754)	18.180	18.180
Interesses minoritários	34	(75.978)	31.656	31.696
Derivados (líquido)	33	(3.913)	23.888	25.444
Resultados de empresas excluídas da consolidação	20	2.428	2.178	2.178
Dividendos recebidos	36	(753)	(905)	(905)
Juros pagos de passivos subordinados	33	21.023	14.708	14.708
Juros pagos de passivos não subordinados		1.658	18.942	18.942
Ganhos não realizados em propriedades de investimento	39	(403.92)	(11.853)	(11.853)
		228.107	267.766	265.555

Variação dos Activos e Passivos Operacionais

(Aumento) Diminuição de activos financeiros detidos para negociação	8	124.908	(78.882)	(76.863)
(Aumento) Diminuição de activos financeiros ao justo valor através dos resultados	9	190.908	88.787	88.787
(Aumento) Diminuição de activos financeiros disponíveis para venda	10	(285.792)	(104.152)	(104.152)
(Aumento) Diminuição de aplicações em outras instituições de crédito	11	(168.646)	(168.606)	(168.606)
(Aumento) Diminuição de investimentos duvidosos até a maturidade	13	10.033	18.460	18.460
(Aumento) Diminuição de empréstimos a clientes	12	739.782	(826.271)	(826.271)
(Aumento) Diminuição de activos não com estes detidos para venda	18	1110.378)	(84.403)	(84.403)
(Aumento) Diminuição de activos em acordo de resolução	14	121.343)	(13.504)	(13.504)
(Aumento) Diminuição de outros activos		(82.721)	(95.764)	(5.012)
Diminuição (Aumento) de recursos de bancos centrais	33	546.139	741.588	741.588
Diminuição (Aumento) de passivos financeiros detidos para negociação	24	24.181	4.276	4.276
Diminuição (Aumento) de outros passivos financeiros ao justo valor através dos resultados	25	(27.040)	(101.383)	(101.383)
Diminuição (Aumento) de recursos de outras instituições de crédito	26	(323.912)	(5.26.617)	(5.266.171)
Diminuição (Aumento) de recursos de clientes	27	202.513	1.031.782	1.031.792
Diminuição (Aumento) de responsabilidades representadas por títulos	28	498.58	(48.387)	(48.387)
Diminuição (Aumento) de outros passivos		(105.293)	(80.12)	(124.552)
		209.925	(319.338)	(317.125)
Fluxos das actividades operacionais		438.032	(51.572)	(51.572)

ATIVIDADE DE INVESTIMENTO

Investimento em subsidiárias e associadas	28	(16.501)	(188.723)	(188.723)
Caixa e equivalente na subsidiária adquirida		3.194	-	-
Aquisição de activos intangíveis	18	(17.856)	(36.181)	(3.181)
Alienação de activos intangíveis	18	11.164	14.128	14.128
Aquisição de activos intangíveis	10	11.160)	16.119)	(8118)
Aquisição de propriedades de investimento	17	185.284)	(47.654)	(47.654)
Alienação de propriedades de investimento	17	40.087)	11.000)	11.000)
Dividendos recebidos	36	788)	605)	605)
Fluxos das actividades de investimento		(155.706)	(172.648)	(172.648)

ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO

Aumento de Capital Social	33	90.000	-	-
Emissão de passivos subordinados	31	85.372	-	-
Reembolso de passivos subordinados	31	(85.159)	(54.144)	(54.144)
Juros pagos de passivos subordinados		(21.023)	(14.706)	(14.706)
Emissão de obrigações não subordinadas	28	20.000	150.000	150.000
Reembolso de obrigações não subordinadas		(150.000)	-	-
Instrumentos representativos de capital	36	(1.760)	-	-
Juros pagos de obrigações não subordinadas		(18.580)	(18.042)	(18.042)
Reembolso acções preferenciais		(58.965)	-	-
Dividendos pagos de acções preferenciais	33	(9.308)	(8.410)	(8.410)
Fluxos das actividades de financiamento		(147.381)	53.701	53.701
		135.193	(170.513)	(170.513)

VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

Caixa e seus equivalentes no início do período	8, 7	336.848	507.359	507.359
Efeito das diferenças de câmbio nas rubricas de caixa e seus equivalentes		-	846	338.848
Caixa e seus equivalentes no fim do período		472.039	336.848	336.848
		135.193	(170.513)	(170.513)

Valor de Balanços das rubricas de Caixa e Seus Equivalentes, em 31 de Dezembro

Caixa	8	493.62	57.920	57.920
Depósitos a ordem em bancos centrais	8	238.722	80.480	80.480
Depósitos a ordem em outras instituições de crédito	7	1.05.908	137.321	137.323
Cheques e cobrar	7	22.603	28.888	28.888
Ciutos	7	18.144	52.738	54.239
		472.039	336.848	336.848

Caixa e Seus Equivalentes não disponíveis para utilização pela entidade

O Técnico Oficial de Contas

Roberto Duarte

O Presidente da Administração

Vitorino

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 Rentipar Financeira, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

17

1. INFORMAÇÃO GERAL

O Grupo Rentipar (Grupo) é composto por Sociedades de competência especializada nos sectores bancário e segurador, apoiadas num conjunto de outras sociedades que operam em diversas áreas do sector financeiro. As principais entidades do Grupo e a natureza das actividades que desenvolvem são descritas em maior detalhe no Relatório de Gestão.

A Rentipar Financeira, SGPS, S.A., empresa-mãe do Grupo, com sede na Avenida Barbosa du Bocage, n.º85 – 5º, 1050 – 030 Lisboa, tem por objecto exclusivo a gestão de participações sociais noutras Sociedades, conforme descrito nas Notas 4 e 20.

Em 14 de Maio de 2012, o Conselho de Administração do Grupo reviu, aprovou e autorizou as Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2011 e o Relatório de Gestão, as quais serão submetidas à aprovação da Assembleia Geral Anual de Accionistas, a qual será efectuada em 31 de Maio de 2012, que tem o poder de as alterar. No entanto, a Gestão do Grupo admite que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

2. ADOÇÃO DE NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATO FINANCEIRO NOVAS OU REVISTAS

As políticas contabilísticas adoptadas no exercício são consistentes com as utilizadas nos exercícios anteriores, com excepção das alterações referidas na Nota 3.2 e da adopção das seguintes novas normas e interpretações, alterações ou revisões de Normas e novas interpretações emitidas pelo IASB/IFRIC e endossadas pela União Europeia, e não tiveram efeitos na posição financeira ou performance do Grupo.

IAS 24 (Revista) Transacções entre Partes Relacionadas

As principais alterações são as seguintes:

A definição de parte relacionada foi clarificada com o objectivo de simplificar a identificação das relações entre partes relacionadas, designadamente as resultantes de influência significativa e empreendimentos conjuntos.

Foi introduzida uma isenção parcial de divulgações de partes relacionadas quando existam transacções com entidades ligadas à administração pública. Estas entidades deverão divulgar o seguinte:

- nome da administração pública e natureza da sua relação com a entidade relatora (isto é, controlo, controlo conjunto ou influência significativa);
- natureza e quantia de cada transacção individualmente significativa;

156
PKR
PKR

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 Rentipar Financeira, SGPS e Subsidiárias

17

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

- * uma indicação qualitativa ou quantitativa da respectiva dimensão em relação a outras transacções que sejam no seu conjunto mas não individualmente significativas;

IAS 32 (Emenda) Instrumentos Financeiros: Apresentação – Classificação de direitos de emissão

A emenda altera a definição de passivos financeiros para passar a classificar os direitos de emissão (e certas opções e warrants) como instrumentos de capital próprio se:

- * Os direitos forem atribuídos de forma proporcional a todos os proprietários da mesma classe de instrumentos de capital não derivados da entidade;
- * Forem usados para adquirir um número fixo de instrumentos de capital próprio da própria entidade em contrapartida de uma quantia fixa de qualquer moeda.

Em consequência desta emenda:

- * as entidades que emitem direitos (fixados numa moeda diferente da funcional) não são obrigadas a tratar os direitos como derivados com variações no justo valor a serem registadas em resultados;
- * a sua aplicação retrospectiva leva a que direitos em moeda estrangeira anteriormente reconhecidos como derivados terão de ser reclassificados para instrumentos de capital e os correspondentes ganhos e perdas acumulados em resultados terão de ser reclassificados para capital próprio.

IFRS 1 (Alteração) Adopção pela primeira vez das IFRS – Isenções para algumas das divulgações exigidas pela IFRS 7

Esta alteração permite que as entidades que adoptem as IFRS pela primeira vez usufruam do mesmo regime transitório da IFRS 7 (Instrumentos financeiros – Divulgações), o qual não exige a apresentação de comparativos relativamente às divulgações exigidas pela IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgação quando os exercícios comparativos iniciem numa data anterior a 31 de Dezembro de 2009.

IFRIC 14 (Emenda) Requisitos de Financiamento Mínimo

A emenda à IFRIC 14 estabelece mais orientações na determinação do valor recuperável de um activo de fundos de benefício definido. Adicionalmente, a emenda permite uma entidade registar como activo um pagamento antecipado relativamente a financiamentos mínimos de fundos de pensões.

IFRIC 19 – Extinção de passivos financeiros com instrumentos de Capital Próprio

A IFRIC 19 clarifica que instrumentos de capital emitidos para um credor com o objectivo de extinguir passivos financeiros são considerados pagamentos para efeitos do parágrafo 41 da IAS 39. Desta forma, instrumentos de capital emitidos num Equity Swap devem ser

157
MK
MK
MK

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 Rentipar Financeira, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

mensurados ao justo valor dos instrumentos de capital emitidos, se este puder ser determinado com fiabilidade, ou no caso de não ser possível determinar o justo valor com fiabilidade, ao justo valor do passivo financeiro extinto na data da sua extinção. Qualquer ganho ou perda é imediatamente reconhecida como ganhos ou perdas. Esta IFRIC não se aplica a situações em que o acordo original já previa a extinção de passivos por via da emissão de instrumentos de capital nem para situações que envolvam directa ou indirectamente proprietários actuando como tal.

Melhorias do Ano 2010:

IFRS 1 Adopção pela primeira vez das IFRS

A emenda:

- esclarece que um adoptante pela primeira vez das IFRS que decida alterar as suas políticas contabilísticas ou utilizar algumas das excepções previstas na IFRS 1 após a apresentação de um relatório financeiro intercalar de acordo com a IAS 34, deverá explicar as alterações efectuadas e actualizar as reconciliações entre o anterior PCGA e as IFRS.
- permite que um adoptante pela primeira vez das IFRS utilize um justo valor mensurado numa determinada data (subsequente à data de transição), devido a um acontecimento como uma privatização ou uma oferta pública inicial como o seu custo considerado, ainda que o evento ocorra após a data de transição mas antes das primeiras Demonstrações Financeiras em IFRS sejam emitidas. Os ajustamentos daí decorrentes devem ser reconhecidos directamente em resultados transitados (ou se apropriado, noutra rubrica do capital próprio).
- permite às entidades com actividades reguladas ou que detenham activos fixos tangíveis ou activos intangíveis que estão ou foram sujeitos a operações de taxas reguladas, utilizar como custo considerado uma quantia escriturada de anteriores PCGA, ainda que esta quantia inclua valores que não são elegíveis para capitalização de acordo com as IFRS. A excepção deverá ser aplicada individualmente a cada item. À data da transição para as IFRS, uma entidade deve testar a imparidade em conformidade com a IAS 36 para cada item em relação ao qual tenha usado esta isenção.

IFRS 3 Concentrações de actividades empresariais

Esta emenda:

- clarifica que alterações ocorridas à IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações, IAS 32 Instrumentos Financeiros: Apresentação e IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração que eliminaram a excepção às retribuições

158
↓

PC
+IB
PCR

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2011 e 2010
Rentipar Financeira, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

contingentes decorrentes da revisão da IFRS 3 em 2008, não se aplicam às retribuições contingentes decorrentes de uma concentração de actividades empresariais cuja a data de aquisição seja anterior à aplicação da IFRS 3 (revista em 2008).

- limita o âmbito das opções de mensuração dos interesses não controlados. Para cada concentração de actividades empresariais, a adquirente deve mensurar à data de aquisição os componentes de interesses que não controlam na adquirida que constituem interesses de propriedade presentes e conferem aos seus detentores o direito a uma parte proporcional dos activos líquidos da entidade em caso de liquidação:
 - (a) pelo justo valor; ou
 - (b) pela parte proporcional que os interesses de propriedade presentes representam em relação às quantias reconhecidas para os activos líquidos identificáveis da adquirida.

Todas as outras componentes dos interesses que não controlam devem ser mensuradas pelo justo valor à data da aquisição, salvo se as IFRS exigirem outra base de mensuração.

- Requer que uma entidade numa concentração de actividades empresariais registre a troca de opções sobre acções ou de outros prémios de pagamento com base em acções no quadro de uma concentração de actividades empresariais como modificações dos prémios de pagamento com base em acções em conformidade com a IFRS 2 Pagamento com Base em Acções.

Se a adquirente substituir os prémios da adquirida, a totalidade ou parte da mensuração baseada no mercado dos prémios de substituição da adquirente deve ser incluída na mensuração da retribuição transferida na concentração de actividades empresariais.

Todavia, nas situações em que os prémios da adquirida caducariam em resultado dessa concentração de actividades empresariais e em que a adquirente substitui esses prémios sem que estivesse obrigada a fazê-lo, a totalidade da mensuração baseada no mercado dos prémios de substituição deve ser reconhecida como custo de remuneração nas demonstrações financeiras pós-concentração em conformidade com a IFRS 2.

Adicionalmente, a emenda especifica o tratamento contabilístico de pagamento com base em acções que o adquirente não troca por transacções de pagamento com base em acções da sua responsabilidade:

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 Rentipar Financeira, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

Se os respectivos direitos já tiverem sido adquiridos, essas transacções de pagamento com base em acções da adquirida fazem parte do interesse que não controla na adquirida e são mensuradas ao seu valor de mercado.

Se os respectivos direitos ainda não tiverem sido adquiridos, os mesmos são mensurados ao valor de mercado na data de aquisição e alocados aos interesses que não controlam e às despesas de pós-concentração.

IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações

A emenda:

- enfatiza a interacção que deverá existir entre as divulgações quantitativas e qualitativas e a natureza e extensão dos riscos resultantes de instrumentos financeiros.
- clarifica que apenas os activos financeiros cuja quantia escriturada seja diferente da sua exposição máxima ao risco terão de providenciar mais divulgações sobre o montante máximo de exposição a esse risco.
- requer para todos os activos financeiros uma descrição das garantias detidas a título de caução e de outras melhorias da qualidade de crédito, bem como do respectivo efeito financeiro, no que diz respeito à quantia que melhor representa a exposição máxima ao risco de crédito.
- remove a necessidade de divulgar a quantia escriturada de activos financeiros cujos termos foram renegociados e que, caso contrário, estariam vencidos ou com imparidade.
- remove a divulgação da descrição das garantias colaterais detidas pela entidade a título de caução e outros aumentos de crédito e, salvo se impraticável, uma estimativa do seu justo valor quando os activos financeiros estejam vencidos à data de relato mas não com imparidade e activos financeiros individualmente considerados com imparidade à data do relato;

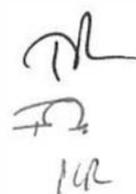
IAS 1 Apresentação de Demonstrações Financeiras

A emenda clarifica que para cada componente do capital próprio, uma entidade deve apresentar, na demonstração de alterações no capital próprio ou nas notas, uma análise por item dos outros rendimentos integrais.

IAS 27 Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas

Uma entidade deve aplicar as emendas aplicadas à IAS 21 Efeitos de Alterações em Taxas de Câmbio decorrentes das alterações à IAS 27 prospectivamente aos períodos anuais com início em ou após 1 de Julho de 2009. Se uma entidade aplicar a IAS 27 (emendada em 2008) a um período anterior, as emendas devem ser aplicadas a esse período anterior.

 160
d


142

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 Rentipar Financeira, SGPS e Subsidiárias

11)

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

IAS 34 Relato Financeiro Intercalar

A emenda estabelece orientação sobre a aplicação dos princípios vertidos na IAS 34 e requer informação adicional sobre:

- as circunstâncias possíveis de afectar o justo valor dos instrumentos financeiros e a sua classificação;
- transferência de instrumentos financeiros entre os diferentes níveis de hierarquia do justo valor;
- alterações nas classificações de activos financeiros;
- alterações nos passivos contingentes e activos.

IFRIC 13 Programas de fidelização de clientes

A emenda clarifica que quando o justo valor dos créditos de prémio é mensurado por referência ao justo valor dos prémios pelos quais podem ser trocados, este deve ter em conta a quantia correspondente aos descontos ou incentivos que seriam oferecidos aos restantes clientes que não ganharam créditos de prémio.

IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações

A emenda à IFRS 7 requer novas divulgações qualitativas e quantitativas relativas a transferência de activos financeiros quando:

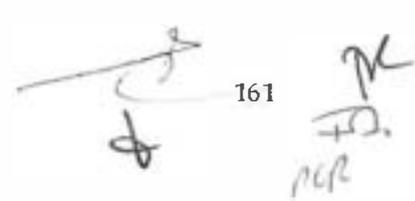
- uma entidade desreconhecer activos financeiros transferidos na sua totalidade, mas manter um envolvimento continuado nesses activos (opções ou garantias nos activos transferidos);
- uma entidade não desreconheça na totalidade os activos financeiros;

IFRS 1 (Emenda) Adopção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro

Quando a data de transição para as IFRS ocorrer na data, ou após data, em que a moeda funcional cesse de ser uma moeda de uma economia hiperinflacionária, a entidade pode mensurar todos os activos e passivos detidos antes da data da cessação e que foram sujeitas aos efeitos de uma economia hiperinflacionária, ao seu justo valor na data da transição para IFRS. Este Justo valor pode ser utilizado como o custo considerado para esses activos e passivos na data de abertura da demonstração da posição financeira.

A emenda remove adicionalmente as datas fixas na IFRS 1 relativas ao desreconhecimento de activos e passivos financeiros e de ganhos e perdas em transacções no reconhecimento inicial, a nova data passa a ser considerada a data da transição para as IFRS.

As alterações à IFRS 1 serão aplicáveis para os exercícios iniciados após 30 de Junho de 2011. A aplicação antecipada é permitida desde que divulgada.



2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2011 e 2010
Rentipar Financeira, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

M)

NORMAS EMITIDAS AINDA NÃO EFECTIVAS

IFRS 9 – Instrumentos financeiros (Introduz novos requisitos de classificação e mensuração de activos e passivos financeiros)

A primeira fase da IFRS 9 Instrumentos financeiros aborda a classificação e mensuração dos activos e passivos financeiros. O IASB continua a trabalhar e a discutir os temas de imparidade e contabilidade de cobertura com vista à revisão e substituição integral da IAS 39. A IFRS 9 aplica-se a todos os instrumentos financeiros que estão no âmbito de aplicação da IAS 39.

Esta norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A aplicação antecipada das disposições relativamente aos activos é permitida, desde que devidamente divulgada. A aplicação das disposições relativas aos passivos financeiros pode ser também antecipada desde que em simultâneo com as disposições relativas aos activos financeiros.

O impacto da adopção desta norma depende dos instrumentos detidos na data da adopção, pelo que não é exequível a quantificação dos seus potenciais efeitos.

IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas

O IASB emitiu a IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas que substitui os requisitos de consolidação previstos na SIC 12 Consolidação e na IAS 27 Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais.

A IFRS estabelece um novo conceito de controlo que deverá ser aplicado para todas as entidades e veículos com finalidade especial. As mudanças introduzidas pela IFRS 10 irão requerer que a Gestão faça um julgamento significativo de forma a determinar que entidades são controladas e conseqüentemente ser incluídas nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da empresa-mãe.

Esta norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013. A aplicação é retrospectiva podendo ser antecipada desde que a entidade aplique simultaneamente a IFRS 11, IFRS 12, IAS 27 (revista em 2011) e IAS 28 (revista em 2011).

O impacto da adopção desta norma depende da natureza das relações entre o Banco e outras entidades na data da adopção, pelo que não é exequível a quantificação dos seus potenciais efeitos.

162
PR
PR

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2011 e 2010
Rentipar Financeira, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

17

IFRS 11 – Empreendimentos Conjuntos

A IFRS 11:

- substitui a IAS 31 Interesses em empreendimentos Conjuntos e a SIC 13 Entidades Conjuntamente Controladas — Contribuições Não Monetárias por Empreendedores.
- altera o conceito de controlo conjunto e remove a opção de contabilizar uma entidade conjuntamente controlada através da método da consolidação proporcional, passando uma entidade a contabilizar o seu interesse nestas entidades através do método da equivalência patrimonial.
- define ainda o conceito de operações conjuntas (combinando os conceitos existentes de activos controlados e operações controlados conjuntamente) e redefine o conceito de consolidação proporcional para estas operações, devendo cada entidade registar nas suas demonstrações financeiras os interesses absolutos ou relativos que possuem nos activos, passivos, rendimentos e custos.

Esta norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013. A aplicação é retrospectiva podendo ser antecipada desde que a entidade aplique simultaneamente a IFRS 10, IFRS 12, IAS 27 (revista em 2011) e IAS 28 (revista em 2011).

O impacto da adopção desta norma depende da natureza das relações entre o Banco e outras entidades na data da adopção, pelo que não é exequível a quantificação dos seus potenciais efeitos.

IFRS 12 – Divulgação de Participações em Outras Entidades

A IFRS 12 - Divulgação de Participações em Outras Entidades estabelece o nível mínimo de divulgações relativamente a empresas subsidiárias, empreendimentos conjuntos, empresas associadas e outras entidades não consolidadas.

Esta norma inclui, por isso, todas as divulgações que eram obrigatórias nas IAS 27 Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas referentes às contas consolidadas, bem como as divulgações obrigatórias incluídas na IAS 31 Interesses em Empreendimentos Conjuntos e na IAS 28 Investimentos em Associadas, para além de novas informações adicionais.

Esta norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013. A aplicação é retrospectiva podendo ser antecipada desde que a entidade aplique simultaneamente a IFRS 10, IFRS 11, IAS 27 (revista em 2011) e IAS 28 (revista em 2011).

163
142

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2011 e 2010
Rentipar Financeira, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

O impacto da adopção desta norma depende da natureza das relações entre o Banco e outras entidades na data da adopção, pelo que não é exequível a quantificação dos seus potenciais efeitos.

IFRS 13 – Mensuração do Justo valor

A IFRS 13 estabelece uma fonte única de orientação para a mensuração do justo valor de acordo com as IFRS. A IFRS 13 não indica quando uma entidade deverá utilizar o justo valor, mas estabelece uma orientação de como o justo valor deve ser mensurado sempre que o mesmo é permitido ou requerido.

Esta norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013. A aplicação antecipada é prospectiva permitida desde que divulgada.

O impacto da adopção desta norma depende dos activos e passivos detidos na data da adopção, pelo que não é exequível a quantificação dos seus potenciais efeitos.

IAS 1 (Emenda) Apresentação de Demonstrações Financeiras

A emenda à IAS 1 altera a agregação de itens apresentados na Demonstração do Rendimento Integral. Itens susceptíveis de serem reclassificados (ou “reciclados”) para lucros ou perdas no futuro (por exemplo na data de desreconhecimento ou liquidação) devem ser apresentados separados dos itens que não susceptíveis de serem para lucros ou perdas.

Esta emenda não altera a natureza dos itens que devem ser reconhecidos na Demonstração de Rendimento Integral, nem se os mesmos devem ou não ser susceptíveis de serem reclassificados em lucros ou perdas no futuro.

As alterações à IAS 1 serão aplicáveis para os exercícios iniciados após 30 de Junho de 2012. A aplicação é retrospectiva podendo ser antecipada desde que devidamente divulgada.

Esta alteração apenas é relativa a aspectos de apresentação pelo que não tem impacto na posição financeira ou resultados do Banco.

IAS 12 Impostos sobre o Rendimento

A emenda à IAS 12 clarifica que a determinação de imposto diferido relativo a Propriedades de Investimento mensuradas ao justo valor, ao abrigo da IAS 40, deverá ser calculada tendo em conta a sua recuperação através da sua alienação no futuro. Esta presunção pode ser no entanto rebatível caso a entidade tenha um plano de negócios que demonstre que a recuperação desse imposto será efectuado através do seu uso.

164
PR
PR

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 Rentipar Financeira, SGPS e Subsidiárias

47

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

Adicionalmente, a emenda refere ainda que os impostos diferidos reconhecidos por activos fixos tangíveis não depreciables que sejam mensurados de acordo com o modelo de revalorização devem ser calculados no pressuposto de que a sua recuperação será efectuada através da venda destes activos.

As alterações à IAS 12 serão aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2012. A aplicação é retrospectiva podendo ser antecipada desde que devidamente divulgada.

O Banco não detém activos classificados como Propriedades de Investimento mensurados ao justo valor, pelo que não espera que esta emenda tenha impactos na sua posição financeira ou resultados.

IAS 19 (Revista) Benefícios dos Empregados

A IAS 19 Benefícios de empregados (Revista), sendo as principais alterações as seguintes:

- a eliminação da opção de diferir o reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais, conhecida pelo "método do corredor"; Ganhos e Perdas actuariais são reconhecidos na Demonstração do Rendimento Integral quando os mesmos ocorrem. Os valores reconhecidos nos lucros ou prejuízos são limitados: ao custo corrente e de serviços passados (que inclui os ganhos e perdas nos cortes), ganhos e perdas na liquidação e custos (proveitos) relativos a juros líquidos. Todas as restantes alterações no valor líquido do activo (passivo) decorrente do plano de benefício definido devem ser reconhecidas na Demonstração do Rendimento Integral, sem subsequente reclassificação para lucros ou perdas.
- os objectivos para as divulgações relativos a planos de benefício definido são explicitamente referidos na revisão da norma, bem como novas divulgações ou divulgações revistas. Nestas novas divulgações inclui-se informação quantitativa relativamente a análises de sensibilidade à responsabilidade dos benefícios definidos a possíveis alterações em cada um dos principais pressupostos actuariais.
- benefícios de cessação de emprego deverão ser reconhecidos no momento imediatamente anterior: (i) a que compromisso na sua atribuição não possa ser retirado e (ii) a provisão por reestruturação seja constituída de acordo com a IAS 37.
- A distinção entre benefícios de curto e longo prazo será baseado na tempestividade da liquidação do benefício independentemente do direito ao benefício do empregado já ter sido conferido.

165

PK
+12
PCR

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2011 e 2010
Rentipar Financeira, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

As alterações à IAS 19 serão aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013. A aplicação é retrospectiva podendo ser antecipada desde que devidamente divulgada.

O Banco alterou a política do reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais neste exercício, passando a reconhecer estes efeitos na Demonstração do Rendimento Integral, pelo que não espera que esta emenda tenha impactos relevante na sua posição financeira ou resultados.

IAS 27 (revista em 2011) Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas

Com a introdução da IFRS 10 e IFRS12, a IAS 27 limita-se a estabelecer o tratamento contabilístico relativamente a subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas nas contas separadas.

As alterações à IAS 27 serão aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013. A aplicação é retrospectiva podendo ser antecipada desde que a entidade aplique simultaneamente a IFRS 10, IFRS 11, IFRS 12 e IAS 28 (revista em 2011).

IAS 28 Investimentos em Associadas e Empreendimentos conjuntos

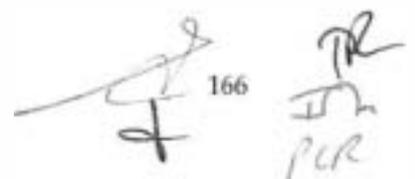
Com as alterações à IFRS 11 e IFRS 12, a IAS 28 foi renomeada e passa a descrever a aplicação do método de equivalência patrimonial também às entidades conjuntamente controladas à semelhança do que já acontecia com as associadas.

As alterações à IAS 27 serão aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013. A aplicação é retrospectiva podendo ser antecipada desde que a entidade aplique simultaneamente a IFRS 10, IFRS 11, IFRS 12 e IAS 27 (revista em 2011).

3. **BASES DE APRESENTAÇÃO E POLÍTICAS CONTABILISTICAS**

3.1 Bases de Apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Rentipar Financeira foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS – Internacional Financial Reporting Standards), tal como adoptadas na União Europeia, em 31 de Dezembro de 2011, conforme estabelecido pelo Regulamento (CE) nº 1606/02 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, transposto para a legislação Portuguesa através do Decreto – Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro, e do Aviso nº 1/2005 do Banco de Portugal.

 166
JH
PCR

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2011 e 2010
Rentipar Financeira, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

As demonstrações financeiras consolidadas estão expressas em milhares de euros, arredondado ao milhar mais próximo. Estas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos e passivos financeiros registados ao seu justo valor, nomeadamente activos e passivos detidos para negociação (incluindo derivados), activos e passivos ao justo valor através de resultados, activos financeiros disponíveis para venda, imóveis registados em activos tangíveis e propriedades de investimento. As principais políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo são apresentadas abaixo.

3.2 Informação comparativa

Em geral, os valores apresentados são comparáveis, nos aspectos relevantes, com os do exercício anterior, com excepção das seguintes alterações:

Alteração no reconhecimento de Interesses que não controlam

a) Alteração no reconhecimento das unidades de participação dos fundos de investimento detidas por entidades externas ao Grupo

O Grupo decidiu reconhecer as unidades de participação dos fundos de investimento, que estão incluídos no perímetro de consolidação, detidas por entidades externas ao Grupo em "Outros passivos", por ser uma responsabilidade do Grupo, conforme AG 29A e BC 68 da IAS 32, deixando de as reconhecer em "Interesses que não controlam".

b) Alteração da percentagem de consolidação na subsidiária Banif – SGPS, SA

A Sociedade decidiu consolidar a Banif – SGPS, SA pela percentagem incluído os VMOC's. Assim a percentagem de consolidação é de 48% e os direitos de voto 53,871%.

c) Alteração registo de Investimentos em associadas e filiais excluídas da consolidação

A Sociedade decidiu reconhecer os investimentos em associadas pela percentagem directa na mesma, deixando de utilizar a percentagem indirecta na associada.

Alteração da política contabilística de reconhecimento de ganhos e perdas actuariais

O Grupo decidiu alterar a política contabilística de reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais, deixando de utilizar o método do corredor (IAS 19 § 92ª) e passando a utilizar o método de reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais em capitais próprio, na Demonstração do Rendimento Integral (OCI - Other Comprehensive Income (IAS 19 § 93ª)).

167

per.

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 Rentipar Financeira, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

Esta alteração justifica-se, porque o Grupo considera que o reconhecimento dos ganhos e perdas actuárias de forma imediata proporciona uma informação mais fiável e relevante do que o método do corredor. Por outro lado, a emenda à IAS 19 aprovada pelo IASB em Junho de 2011, com aplicação obrigatória para os exercícios que se iniciam em ou a partir de 1 de Janeiro de 2013, abandona o método do corredor.

Estas alterações tiveram impactos nas seguintes rubricas de balanço e demonstração de resultados a 31 de Dezembro de 2010:

	31-12-2010			31-12-2010
	Valor líquido Reexpresso	Alteração ganhos/perdas actuariais	Interesses que não controlam	Valor líquido
Balanço				
Activos intangíveis-goodwill	23.063		1.524	21.539
Investimentos em associadas e filiais excluídas da consolidação	151.280		89.785	81.495
Outros activos	430.090	(10.557)		406.7
Total do Activo	15.746.013	(10.557)	71.309	15.685.261
Outros passivos				
	427.364	6.260	71.877	349.227
Total do Passivo	14.491.774	6.260	71.877	14.413.637
Reservas de reavaliação	(15.004)	(9.929)	620	(5.695)
Outras reservas e resultados transitados	439.280	2.937	(17.110)	453.453
Resultado do exercício	10.831	447	(2.598)	12.982
Interesses que não controlam	704.132	-	8.248	695.884
Total do Capital	1.294.239	(6.545)	(10.840)	1.271.624
Total do Passivo + Capital	15.746.013	(285)	61.037	15.685.261
Demonstração de resultados				
Custos com pessoal	(184.165)	932		(185.097)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	(12.005)		(3.990)	(8.015)
Resultado de associadas	(4.039)		(1.863)	(2.176)
Interesses que não controlam	(27.041)		4.655	(31.696)
Resultado consolidado do exercício	10.831	447	(2.598)	12.982

3.3 Uso de estimativas na preparação das Demonstrações Financeiras

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com os IFRS requer que o Grupo efectue estimativas e julgamentos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas, o valor dos activos e passivos, réditos e custos, assim como dos passivos contingentes divulgados. No apuramento das estimativas, a Gestão do Grupo utilizou o seu julgamento, assim como a informação disponível na data da preparação das demonstrações financeiras. Não obstante, os valores futuros efectivamente realizados poderão diferir das estimativas efectuadas.

Os temas que envolvem um maior nível de julgamento ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativos na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, são apresentadas, como seguem:

Continuidade das operações

168
PK
PK

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 Rentipar Financeira, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio da continuidade, dado que a Gestão do Grupo considera que o Grupo e a Empresa – Mãe dispõe de meios e de capacidade para continuar a desenvolver a sua actividade no futuro previsível. Para este julgamento, a Gestão do Grupo teve em consideração as diversas informações que dispõe sobre as condições actuais e projecções futuras de rentabilidade, *cash-flows* e capital.

Justo valor dos instrumentos financeiros

O Justo valor é baseado em cotações de mercado, sempre que disponíveis. No entanto, e na ausência de cotação, é determinado com base em metodologias de avaliação baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados (market to model) considerando as condições de mercado, factores de volatilidade, correlação, não esquecendo o valor temporal.

Imparidade em créditos a clientes

O Grupo efectua uma avaliação da sua carteira de crédito, em base periódica, por forma avaliar a existência de evidência de imparidade.

Neste contexto, os clientes identificados com crédito em incumprimento e, cujas responsabilidades totais sejam consideradas de montante significativo para o Grupo, são objecto de análise individual para avaliar as necessidades de registo de perdas por imparidade.

Estas estimativas são baseadas em assumpções sobre um conjunto de factores que se podem modificar no futuro e, conseqüentemente alterar os montantes de imparidade. Adicionalmente, é também realizada uma análise colectiva de imparidade às restantes operações de crédito que não foram objecto de análise individual, através da alocação de tais operações em segmentos de crédito, com características e riscos similares, sendo estimadas perdas colectivas de imparidade, cujo cálculo tem por base o comportamento histórico das perdas, para o mesmo tipo de activos.

Os créditos analisados individualmente, para os quais não se tenha verificado a existência objectiva de imparidade, são agrupados tendo por base características de risco semelhantes e avaliados colectivamente para efeitos de imparidade.

Sempre que um crédito é considerado incobrável, sendo a sua perda por imparidade estimada de 100% do valor do crédito, é efectuada a respectiva anulação contabilística por contrapartida do valor da perda. O crédito é assim abatido ao activo.

Se forem recuperados créditos abatidos, o montante recuperado é creditado em resultados na rubrica "Imparidade de crédito líquida de recuperações e reversões".



2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2011 e 2010
Rentipar Financeira, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda – instrumentos de capital

O Grupo determina que existe imparidade nos seus activos financeiros disponíveis para venda quando se verifica uma desvalorização significativa ou prolongada no seu justo valor, abaixo de preço de custo ou quando prevê existir um impacto nos fluxos de caixa futuros desses activos.

Esta determinação requer julgamento, sendo que o Grupo reúne toda a informação disponível no mercado e fora do mercado para o efeito. Em consequência da volatilidade dos mercados, o Grupo considera que existe evidência objectiva de imparidade, ou seja, que se verifica uma desvalorização significativa ou prolongada, sempre que se registre:

- ✓ um declínio no justo valor de um instrumento de capital igual ou superior a 30%;
- ✓ um declínio por um período superior a 1 ano.

Propriedades de investimento e imóveis de serviço próprio

O Grupo determina o justo valor das propriedades de investimento e de imóveis de serviço próprio com base em avaliações efectuada por peritos avaliadores independentes. Estas avaliações são efectuadas na base do rendimento e dos custos de manutenção ou substituição e, ainda, com base em valores de mercado quando comparáveis.

Activos por impostos diferidos

O Grupo reconhece activos por impostos diferidos para prejuízos fiscais não reconhecidos, quando estima que venham a existir no prazo futuro estabelecido por lei resultados fiscais positivos. Para o efeito, são efectuados julgamentos para a determinação do montante de impostos diferidos activos que podem ser reconhecidos, baseados no nível de resultados fiscais futuros esperado.

Consolidação de entidades de finalidade especiais (SPE)

O Grupo recorre à constituição de Entidades de Finalidade Especial (SPE) com o objectivo de efectuar operações de securitização de activos.

O Grupo não consolida os SPE relativamente aos quais não detém o controlo. Uma vez que pode ser difícil determinar se é exercido o controlo sobre um SPE, é efectuado um julgamento para determinar se o Grupo está exposto aos riscos e benefícios inerentes às actividades do SPE e se tem os poderes de tomada de decisão nesse SPE.

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2011 e 2010
Rentipar Financeira, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

A decisão de que um SPE tem que ser consolidado pelo Grupo requer a utilização de pressupostos e estimativas para apurar os ganhos e perdas residuais e determinar quem retém a maioria desses ganhos e perdas. Outros pressupostos e estimativas poderiam levar a que o perímetro de consolidação do Grupo fosse diferente.

Benefícios de reforma

O Grupo determina as responsabilidades por pensões de reforma e o rendimento dos Fundos de Pensões, constituídos para cobrir estas responsabilidades, com base em tábuas actuariais e pressupostos de crescimento das pensões e do retorno dos activos, que compõem os Fundos de Pensões.

Face à natureza de longo prazo dos planos de pensões, estas estimativas são sujeitas a incertezas significativas.

3.4 Princípios de consolidação

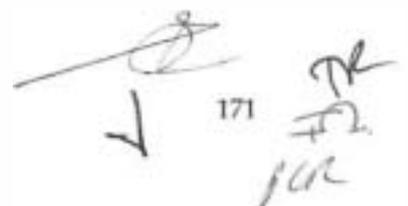
As demonstrações financeiras consolidadas incluem as contas da Rentipar Financeira, SGPS, S.A. e das Entidades por si controladas (denominadas "subsidiárias"), incluindo fundos de investimento nos quais o Grupo detém mais de 50% das unidades de participação e entidades de finalidades especiais (SPE'S), preparadas para a mesma data de referência das presentes demonstrações financeiras consolidadas.

Considera-se que existe controlo, sempre que o Grupo tenha a possibilidade de determinar as políticas operacionais e financeiras de uma entidade, com vista a obter benefícios das suas actividades, o que normalmente sucede quando o Grupo detém pelo menos 50% dos direitos de voto da entidade.

As entidades de finalidades especiais, relativamente às quais o Grupo retenha a maioria dos riscos e benefícios inerentes à sua actividade, são também incluídas no perímetro de consolidação. Incluem-se neste âmbito, essencialmente, entidades utilizadas pelo Grupo que integram operações de titularização de créditos e emissão de dívida estruturada.

Sempre que aplicável, as contas das subsidiárias são ajustadas de forma a reflectir a utilização das políticas contabilísticas do Grupo.

Os saldos e transacções entre Entidades do Grupo realizados, resultantes de operações intra grupo são eliminados no processo de consolidação.

Handwritten signature and initials, including the number 171 and the letters PK.

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 Rentpar Financeira, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

O valor correspondente à participação de terceiros nas subsidiárias é apresentado na rubrica "Interesses que não controlam", incluída no capital próprio.

3.5 Concentrações de actividades empresariais e goodwill

O Grupo regista a aquisição de subsidiárias pelo método da compra. O custo de aquisição corresponde ao justo valor, na data da transacção, dos activos entregues, dos passivos assumidos, dos instrumentos de capital próprio emitidos, acrescidos de quaisquer custos directamente imputáveis à transacção. Os activos, passivos e passivos contingentes identificáveis da entidade adquirida são medidos pelo justo valor, na data de aquisição.

O goodwill corresponde à diferença entre o custo de aquisição e a proporção adquirida pelo Grupo do justo valor dos activos, passivos e passivos contingentes identificados.

Sempre que, o justo valor exceda o custo de aquisição (goodwill negativo), a diferença é reconhecida em resultados.

Quando o custo de aquisição excede o justo valor dos activos, passivos e passivos contingentes, o goodwill positivo é registado no activo, não sendo amortizado. No entanto, é objecto de testes de imparidade numa base anual, sendo reflectidas eventuais perdas por imparidade que sejam apuradas.

Para efeitos da realização do teste de imparidade, o goodwill apurado é imputado a cada uma das Unidades Geradoras de Caixa (UGC) que beneficiaram da operação de concentração. O goodwill imputado a cada Unidade é objecto de teste de imparidade, em base anual, ou sempre que exista uma indicação de que possa existir imparidade.

A imparidade do goodwill é determinada calculando o montante recuperável para cada UGC ou grupo UGC a que o goodwill respeita. Quando o montante recuperável das UGC, for inferior ao montante registado é reconhecida imparidade.

As perdas por imparidade em goodwill não podem ser revertidas em períodos futuros.

3.6 Investimentos em associadas

São classificadas como associadas todas as Entidades sobre as quais o Grupo detém o poder de exercer influência significativa sobre as suas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o controlo e, que não sejam nem subsidiárias, nem "Joint ventures", nem participações detidas através de fundos de investimento, de capital de risco ou de Bancos (seed capital), classificados, no reconhecimento inicial, como instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados.

Handwritten notes and signatures at the bottom right of the page, including the number 172 and various initials.

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 Rentipar Financeira, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

O Grupo considera que existe influência significativa sempre que este detenha, directa ou indirectamente, mais de 20% dos direitos de voto.

Os investimentos em associadas são registados nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo pelo método da equivalência patrimonial, desde o momento que o Grupo adquire a influência significativa até ao momento em que a mesma termina. O valor de balanço dos investimentos em associadas inclui o valor do respectivo goodwill determinado nas aquisições e é apresentado líquido de eventuais perdas de imparidade.

O registo inicial do investimento é efectuado pelo custo de aquisição, o qual é incrementado ou diminuído pelo reconhecimento das variações subseqüentes na parcela detida na situação líquida da associada. Qualquer goodwill negativo é imediatamente reconhecido em resultados.

O valor do investimento é anualmente objecto de análise de imparidade.

À semelhança do procedimento seguido relativamente às subsidiárias, sempre que aplicável, as contas das associadas são ajustadas de forma a reflectir as políticas contabilísticas do Grupo.

3.7 Empreendimentos conjuntos

São considerados como empreendimentos conjuntos os investimentos em Entidades sobre as quais o Grupo partilha o controlo com outra parte. Essa partilha é formalizada por acordo contratual, em que as decisões estratégicas, financeiras e operacionais relacionadas com a actividade, exigem o consenso unânime das partes que partilham o controlo.

Os interesses do Grupo em empreendimentos conjuntos são reconhecidos utilizando o método de consolidação proporcional.

No âmbito deste método de consolidação, não existem interesses que não controlem.

3.8 Transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbios indicativas da moeda funcional na data da transacção.

Na data de balanço, os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros, à taxa de câmbio de fecho. Os itens não monetários que sejam valorizados ao justo valor, são convertidos com base na taxa de câmbio em vigor, na data da

173

TR
72
14

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 Rentipar Financeira, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

última valorização. Os itens não monetários que sejam mantidos ao custo histórico são mantidos ao câmbio original.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão, são reconhecidas como ganhos ou perdas do período na demonstração de resultados, com excepção das originadas por instrumentos financeiros não monetários, classificados como disponíveis para venda, que são registadas por contrapartida de uma rubrica específica de capital próprio, até à alienação do activo.

- Demonstrações financeiras de subsidiárias e associadas expressas em moeda estrangeira

Na data de balanço, os activos e passivos denominados em moeda funcional distinta do Euro, são convertidos à taxa de câmbio à data do fecho do balanço, enquanto itens de proveitos e custos são convertidos à taxa média do período. As diferenças que resultam da utilização da taxa de fecho e da taxa média são registadas, sem efeito fiscal, por contrapartida de uma rubrica específica de capital próprio, até à alienação das respectivas entidades.

3.9 Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados em balanço de moeda nacional e estrangeira, que se incluem em caixa, depósitos à ordem junto de Bancos Centrais, depósitos à ordem junto de outras instituições de crédito no país e estrangeiro, cheques a cobrar sobre outros bancos.

3.10 Instrumentos financeiros

3.10.1 - Reconhecimento e mensuração inicial de instrumentos financeiros

As compras e vendas de activos financeiros que implicam a entrega de activos de acordo com os prazos estabelecidos, por regulamento ou convenção no mercado, são reconhecidos na data da sua negociação (trade date), isto é, na data em que é assumido o compromisso de compra ou venda. Esta situação verifica-se igualmente para os instrumentos financeiros derivados.

A classificação dos instrumentos financeiros, na data do seu reconhecimento inicial, depende das suas características e da intenção que originou a sua aquisição.

Todos os instrumentos financeiros, são inicialmente mensurados ao justo valor, acrescido dos custos directamente atribuíveis à compra ou emissão, excepto no caso dos activos e passivos

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2011 e 2010
Rentipar Financeira, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

ao justo valor através de resultados em que tais custos são reconhecidos directamente em resultados.

3.10.2 - Mensuração subsequente de instrumentos financeiros

Activos e passivos financeiros detidos para negociação

Os activos e passivos financeiros classificados como activos e passivos detidos para negociação, são adquiridos com o propósito de venda no curto prazo e de realização de lucros, a partir de flutuações no preço ou na margem do negociador.

Nesta classe incluem-se também, os instrumentos financeiros derivados que não sejam considerados como derivados de cobertura.

Após o reconhecimento inicial, os ganhos e perdas gerados pela mensuração subsequente do justo valor, são reflectidos em resultados do exercício. No caso dos instrumentos derivados, os justos valores positivos apurados são registados no activo e, conseqüentemente, os justos valores negativos no passivo.

Os juros e dividendos ou encargos são registados nas respectivas contas de resultados, quando o direito ao seu pagamento é estabelecido.

São considerados como passivos financeiros de negociação as vendas de títulos a descoberto. Estas operações são relevadas em balanço ao justo valor, com variações subsequentes no seu justo valor relevadas em resultados do exercício, na respectiva rubrica "Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados".

Activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados

Os activos e passivos financeiros incluídos nesta categoria são activos e passivos designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados, nos termos da opção prevista no IAS 39 - fair value option.

O Grupo designa, no seu reconhecimento inicial certos activos e passivos ao justo valor, desde que satisfeitas as condições previstas para o seu reconhecimento, nomeadamente:

- ✓ a designação elimina ou reduz significativamente inconsistências de mensuração de activos e passivos financeiros e reconhecimento dos respectivos de ganhos ou perdas (accounting mismatch);
- ✓ os activos e passivos financeiros fazem parte de um grupo de activos ou passivos ou ambos cuja performances são avaliadas numa base de justo valor, de acordo com uma estratégia de investimento e gestão de risco devidamente documentada; ou

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2011 e 2010
Rentipar Financeira, SGPS e Subsidiárias

17

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

- ✓ o instrumento financeiro integra um ou mais derivados embutidos, excepto quando os derivados embutidos não modifiquem significativamente os fluxos de caixa inerentes ao contrato, ou seja claro, com reduzida ou nenhuma análise, que a separação dos derivados embutidos não possa ser efectuada.

Após o reconhecimento inicial, os ganhos e perdas gerados pela mensuração subsequente do justo valor dos activos e passivos financeiros, são reflectidos em resultados do exercício na rubrica "Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados".

O Grupo classifica em activos financeiros ao justo valor através de resultados, os títulos cuja gestão e avaliação da performance tem por base o justo valor, e como passivos financeiros instrumentos de dívida (subordinada e não subordinada) com um ou mais derivados embutidos.

Activos financeiros disponíveis para venda

São classificados nesta rubrica, os activos financeiros que podem ser objecto de alienação em resposta ou em antecipação, a necessidades de liquidez ou alterações de taxas de juro, taxas de câmbio ou alterações do seu preço de mercado.

À data, o Grupo tem classificado nesta categoria títulos de rendimento fixo, participações consideradas estratégicas e instrumentos de capital, para os quais não é possível a obtenção de valorizações fiáveis.

Após o reconhecimento inicial, são subsequentemente mensurados ao justo valor, ou mantido ao custo de aquisição.

No caso do Grupo deter instrumentos de capital para os quais não seja possível apurar o justo valor com fiabilidade, os ganhos e perdas são reflectidos na rubrica "Reservas de reavaliação" até à sua venda (ou ao reconhecimento de perdas por imparidade), momento no qual o valor acumulado é transferido para resultados do exercício para a rubrica "Resultados de activos financeiros disponíveis para venda".

Os juros dos activos financeiros são calculados de acordo com o método da taxa efectiva e reconhecidos em resultados na rubrica de "Juros e rendimentos similares" e, os dividendos são reconhecidos em resultados na rubrica "Rendimentos de instrumentos de capital", quando o direito ao seu recebimento é estabelecido,

Nos instrumentos de dívida emitidos em moeda estrangeira, as diferenças cambiais apuradas são reconhecidas em resultados do exercício na rubrica "Resultados de reavaliação cambial".

A cada data de referência das demonstrações financeiras, o Grupo avalia a existência de situações de evidência objectiva de que os activos financeiros disponíveis para venda estão

176
19C
F12
R

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2011 e 2010
Rentipar Financeira, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

com imparidade, considerando a informação disponível no mercado e a informação disponível sobre os emitentes.

Quando existe evidência objectiva de que um activo financeiro disponível para venda está em imparidade, as perdas são reconhecidas em resultados na rubrica "Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações".

Activos financeiros detidos até à maturidade

Estão classificados nesta categoria os activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, que o Grupo tem intenção e capacidade de deter até à maturidade.

Estes activos são mensurados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva e sujeitos a testes de imparidade. O custo amortizado é calculado tendo em conta o prémio ou desconto, na data de aquisição, e outros encargos directamente imputáveis á compra como parte da taxa de juro efectiva. A amortização é reconhecida em resultados na rubrica "Juros e rendimentos similares".

As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados na rubrica "Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações".

Activos com acordo de recompra

Estão relevados nesta rubrica, o valor de compra dos activos acrescidos do juro implícito no preço de revenda reconhecidos de acordo com o princípio de especialização do exercício.

Aplicações em outras Instituições de Crédito e Crédito a clientes

O Grupo regista nestas rubricas as aplicações que tem junto de instituições de crédito e o valor total do crédito concedido a clientes.

Estes activos são classificados como activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado activo, desde que não sejam activos que tenham sido adquiridos ou originados com intenção de alienação a curto prazo (detidos para negociação) ou activos que, no seu reconhecimento inicial, tenham sido classificados como activos financeiros ao justo valor através de resultados.

Após o reconhecimento inicial, o valor desembolsado, que inclui todos os custos inerentes à transacção, incluindo comissões cobradas que não tenham a natureza de prestação de serviço,

17

[Handwritten signatures and marks]

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2011 e 2010
Rentipar Financeira, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

são mensurados ao custo amortizado, pelo método da taxa efectiva, e sujeitos a testes de imparidade.

O custo amortizado é apurado tendo em conta os rendimentos ou encargos directamente imputáveis à originação do activo, como parte da taxa de juro efectiva. A amortização destes rendimentos ou encargos é reconhecida em resultados na rubrica "Juros e rendimentos similares" ou "Juros e encargos similares". As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados na rubrica "Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações".

Quando, em determinado momento do tempo, o Grupo considera não haver qualquer expectativa de recuperabilidade sobre um determinado ou um conjunto de créditos, estes são abatidos ao activo.

Esta avaliação, é independente dos procedimentos em vigor , no que se refere a este tema, nas contas individuais das subsidiárias, tendo em conta as especificidades das normas locais aplicáveis.

Recursos de outras instituições de crédito, Recursos de clientes e outros empréstimos / Responsabilidades representadas por títulos e Outros passivos subordinados

Os restantes passivos financeiros, que incluem essencialmente recursos de instituições de crédito, depósitos de clientes e emissões de dívida não designadas como passivos financeiros ao justo valor através de resultados e, cujos termos contratuais resultam na obrigação de entrega ao detentor de fundos ou activos financeiros, são reconhecidos inicialmente pela contraprestação recebida líquida dos custos de transacção directamente associados e subsequentemente, valorizados ao custo amortizado, usando o método da taxa efectiva. A amortização é reconhecida em resultados na rubrica "Juros e encargos similares".

Justo valor

Conforme acima referido, os instrumentos financeiros registados nas categorias de Activos e Passivos financeiros ao justo valor através de resultados e Activos financeiros disponíveis para venda são valorizados pelo justo valor.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um activo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transacção em condições normais de mercado.

O Grupo determina o justo valor dos seus activos e passivos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda de acordo com os seguintes critérios:

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 Rentipar Financeira, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

- ✓ No caso de instrumentos transaccionados em mercados activos, o justo valor é determinado com base na cotação de fecho, no preço da última transacção efectuada ou no valor da última oferta ("bid") conhecida;
- ✓ No caso de instrumentos não transaccionados em mercados activos, o justo valor é determinado com recurso a técnicas de valorização, que incluem preços de transacções recentes de instrumentos equiparáveis e outros métodos de valorização normalmente utilizados pelo mercado ("discounted cash flow", modelos de valorização de opções, etc.).

Os activos de rendimento variável (v.g. acções) e os instrumentos derivados, que os tenham como activo subjacente, para os quais não seja possível a obtenção de valorizações fiáveis, são mantidos ao custo de aquisição, deduzidos de eventuais perdas por imparidade.

3.10.3 – Imparidade de activos financeiros

Activos Financeiros ao custo amortizado

O Grupo avalia regularmente se existe evidência objectiva de imparidade nos activos financeiros registados ao custo amortizado, nomeadamente, aplicações em instituições de crédito, instrumentos detidos até à maturidade, crédito concedido e de valores a receber. As perdas por imparidade identificadas são relevadas por contrapartida de resultados.

Sempre que num período subsequente, se registre uma diminuição do montante da perda por imparidade estimada, o montante previamente reconhecido é revertido pelo ajustamento da conta de perdas por imparidade. O montante da reversão é reconhecido directamente na demonstração de resultados na mesma rubrica.

Um crédito, ou uma carteira de crédito sobre clientes, definida como um conjunto de créditos de características de risco semelhantes, está em imparidade sempre que:

- ✓ exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial e,
- ✓ quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros do crédito ou carteira de créditos sobre clientes, e cuja mensuração possa ser estimada com razoabilidade.

Para determinação das perdas por imparidade são utilizados dois métodos de análise:

- a) Análise individual

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2011 e 2010
Rentipar Financeira, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

A avaliação da existência de perdas por imparidade em termos individuais é realizada através de uma análise casuística da situação de clientes com exposição total de crédito considerada significativa. Para cada cliente o Grupo avalia, em cada data de balanço, a existência de evidência objectiva de imparidade, considerando nomeadamente os seguintes factores:

- ✓ situação económico-financeira do cliente;
- ✓ exposição global do cliente e a existência de créditos em situação de incumprimento no Grupo e no sistema financeiro;
- ✓ informações comerciais relativas ao cliente;
- ✓ análise do sector de actividade em que o cliente se integra, quando aplicável;
- ✓ as ligações do cliente com o Grupo em que se integra, quando aplicável, e a análise deste relativamente às variáveis anteriormente referidas em termos do cliente individualmente considerado.

Na determinação das perdas por imparidade em termos individuais são considerados os seguintes factores:

- ✓ A viabilidade económico financeira do cliente gerar meios suficientes para fazer face ao serviço da dívida no futuro;
- ✓ O valor das garantias reais associadas e o montante e prazo de recuperação estimados;
- ✓ O património do cliente em situações de liquidação ou falência e a existência de credores privilegiados.

Os créditos analisados individualmente, para os quais não se tenha verificado a existência objectiva de imparidade, são agrupados tendo por base características de risco semelhantes e avaliados colectivamente para efeitos de imparidade.

Os créditos analisados individualmente para os quais se tenha estimado uma perda por imparidade não são incluídos para efeitos da avaliação colectiva.

Sempre que seja identificada uma perda de imparidade nos créditos a clientes avaliados individualmente, o montante da perda é determinado pela diferença entre o valor contabilístico desse crédito e o valor actual dos seus fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro original do contrato. O crédito a clientes apresentado no balanço é reduzido pela utilização de uma conta de perdas por imparidade e o montante reconhecido na demonstração de resultados na rubrica "Imparidade do crédito líquida de recuperações e reversões". Para créditos com taxa de juro variável, a taxa de desconto

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 Rentipar Financeira, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

utilizada para determinar qualquer perda por imparidade é a taxa de efectiva anual, determinada pelo contrato.

O cálculo do valor actual dos cash flows futuros estimados de um crédito com garantias reais reflecte os fluxos de caixa que possam resultar da recuperação e alienação do colateral, deduzido dos custos inerentes à sua recuperação e venda.

b) Análise colectiva

Os créditos avaliados numa base colectiva são agrupados por segmentos com características e riscos similares. As perdas por imparidade para estes créditos são estimadas considerando a experiência histórica de perdas em carteiras de risco semelhante, a envolvente económica e sua influência sobre o nível de perdas históricas. O Grupo procede, com uma periodicidade regular, à actualização dos parâmetros históricos utilizados para estimar as perdas na análise colectiva.

Sempre que um crédito é considerado incobrável, sendo a sua perda por imparidade estimada de 100% do valor do crédito, é efectuada a respectiva anulação contabilística por contrapartida do valor da perda. O crédito é assim abatido ao activo.

Se forem recuperados créditos abatidos, o montante recuperado é creditado em resultados na mesma rubrica de "Imparidade do crédito líquida de recuperações e reversões" acima referida.

Activos Financeiros disponíveis para venda

Para além dos indícios de imparidade acima referidos para activos financeiros registados ao custo amortizado, o IAS 39 prevê ainda os seguintes indícios específicos para imparidade em instrumentos de capital:

- ✓ Informação sobre alterações significativas com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emissor opera que indique que o custo do investimento não irá ser recuperado na totalidade;
- ✓ Um declínio significativo ou prolongado do valor de mercado abaixo do preço de custo.

A cada data de balanço, os activos financeiros disponíveis para venda são analisados, verificando-se o registo de indícios objectivos de imparidade, nomeadamente quando se verifica um significativo ou prolongado declínio nos justos valores, abaixo do preço de custo. A determinação do nível de declínio em que se considera "significativo ou prolongado" requer julgamentos. O Grupo considera que um declínio no justo valor de um instrumento de capital igual ou superior a 30% (30% em 2010) ou um declínio por mais de 1 ano (1 ano em 2010) pode ser considerado significativo ou prolongado.

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 Rentpar Financeira, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

Sempre que exista evidência objectiva de imparidade, as menos - valias acumuladas que tenham sido reconhecidas em reservas são transferidas para custos do exercício sob a forma de perdas por imparidade, sendo registadas na rubrica "Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações".

As perdas por imparidade registadas em instrumentos de capital não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são reflectidas na "Reserva de justo valor". Caso posteriormente, sejam determinadas menos valias adicionais, considera-se sempre que existe imparidade, pelo que são reflectidas em resultados do exercício.

Relativamente a activos financeiros registados ao custo, nomeadamente instrumentos de capital não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, o Grupo efectua igualmente análises periódicas de imparidade. O valor recuperável corresponde à melhor estimativa dos fluxos futuros a receber do activo, descontados a uma taxa que reflecta de forma adequada o risco associado à sua detenção.

O montante de perda por imparidade apurado é reconhecido directamente em resultados do exercício. As perdas por imparidade nestes activos não podem igualmente ser revertidas.

3.10.4 – Derivados

Na sua actividade corrente, o Grupo utiliza alguns instrumentos financeiros derivados, quer para satisfazer as necessidades dos seus clientes, quer para gerir as suas próprias posições de risco de taxa de juro ou outros riscos de mercado. Estes instrumentos envolvem graus variáveis de risco de crédito (máxima perda contabilística potencial devida a eventual incumprimento das contrapartes das respectivas obrigações contratuais) e de risco de mercado (máxima perda potencial devida à alteração de valor de um instrumento financeiro em resultado de variações de taxas de juro, câmbio e cotações).

Os montantes nocionais das operações de derivados, registados em rubricas extrapatrimoniais, são utilizados para calcular os fluxos a trocar nos termos contratuais. Para derivados de taxa de juro ou de câmbio, o risco de crédito é medido pelo custo de substituição a preços correntes de mercado dos contratos em que se detém uma posição potencial de ganho (valor positivo de mercado), no caso da contraparte entrar em incumprimento.

Os derivados embutidos noutros instrumentos financeiros são separados do instrumento de acolhimento, sempre que os seus riscos e características não se encontrem intimamente relacionados com os do contrato de acolhimento. Nestas situações, a valorização ao justo valor através de resultados, não é feita sobre a totalidade do instrumento.

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2011 e 2010
Rentipar Financeira, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

Os instrumentos derivados utilizados pelo Grupo na sua gestão de exposição a riscos financeiros e de mercado são contabilizados como derivados de cobertura de acordo com os critérios definidos pela IAS 39. Caso tal não se verifique, os derivados são considerados pelo seu justo valor como activos ou passivos financeiros de negociação, consoante tenham, respectivamente, justo valor positivo ou negativo.

Contabilidade de cobertura

Os instrumentos financeiros derivados utilizados para fins de cobertura, são classificados como de cobertura desde que cumpram, cumulativamente, com as seguintes condições:

- à data de início da transacção, a relação de cobertura encontra-se identificada e formalmente documentada, incluindo a identificação do item coberto, do instrumento de cobertura e a avaliação da efectividade da cobertura;
- existe a expectativa de que a relação de cobertura seja altamente efectiva, à data de início da transacção, e ao longo da vida da operação;
- a eficácia da cobertura possa ser mensurada com fiabilidade, à data de início da transacção, e ao longo da vida da operação;
- Para operações de cobertura de fluxos de caixa os mesmos devem ser altamente prováveis de virem a ocorrer.

A cada data de balanço, o Grupo testa a eficácia das coberturas, comparando a variação do justo valor do instrumento coberto, atribuível ao risco coberto, com a variação do justo valor do derivado de cobertura, devendo a relação entre ambos situar-se no intervalo entre 80% e 125%.

Cobertura de Justo Valor

Numa operação de cobertura de justo valor, o valor de balanço do activo ou passivo, determinado com base na respectiva política contabilística, é ajustado de forma a reflectir a variação do seu justo valor atribuível ao risco coberto. As variações do justo valor dos derivados de cobertura são reconhecidas em resultados, e, bem assim, as variações de justo valor dos activos ou dos passivos cobertos, atribuíveis ao risco coberto.

Caso a relação de cobertura deixe de existir, pelo facto da variação relativa no justo valor dos derivados e dos instrumentos cobertos se encontrar fora do intervalo entre 80% e 125%, os derivados são reclassificados para a carteira de negociação e o valor da reavaliação dos

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 Rentipar Financeira, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

instrumentos cobertos é reconhecido em resultados durante o prazo remanescente da operação.

Cobertura de fluxos de caixa

Numa operação de cobertura da exposição à variabilidade de fluxos de caixa futuros de elevada probabilidade, a parte efectiva das variações de justo valor do derivado de cobertura é reconhecida em reservas, sendo transferida para resultados, nos períodos em que o respectivo item coberto afecta resultados. A parte não efectiva da cobertura, é registada em resultados.

Quando um instrumento de cobertura expira ou é vendido, ou quando a cobertura deixa de cumprir os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, as variações de justo valor do derivado acumuladas em reservas são reconhecidas em resultados, quando a operação coberta também afectar resultados.

Se for previsível que a operação coberta não se efectuará, os montantes ainda registados em capital próprio são imediatamente reconhecidos em resultados e o instrumento de cobertura é transferido para a carteira de negociação.

3.10.5 – Desreconhecimento de activos e passivos financeiros

Activos financeiros

Um activo financeiro (ou quando aplicável uma parte de um activo financeiro ou parte de um grupo de activos financeiros) é desreconhecido quando:

- ✓ Os direitos de recebimento dos fluxos de caixa do activo expirem; ou
- ✓ Os direitos de recebimento dos fluxos de caixa tenham sido transferidos, ou foi assumida a obrigação de pagar na totalidade os fluxos de caixa a receber, sem demora significativa, a terceiros no âmbito de um acordo “pass-through”; e
- ✓ Os riscos e benefícios do activo foram substancialmente transferidos, ou os riscos e benefícios não foram transferidos nem retidos, mas foi transferido o controlo sobre o activo.

Se os direitos de recebimento dos fluxos de caixa forem transferidos ou se tenha celebrado um acordo de “pass-through”, e não tenham sido transferidos nem retidos substancialmente todos os riscos e benefícios do activo, nem transferido o controlo sobre o mesmo, o activo financeiro é reconhecido na extensão do envolvimento continuado, o qual é mensurado ao menor entre o valor original do activo e o máximo valor de pagamento que ao Grupo pode ser exigido.

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 Rentipar Financeira, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

Quando o envolvimento continuado toma a forma de opção de compra sobre o activo transferido, a extensão do envolvimento continuado é o montante do activo que pode ser recomprado, excepto no caso de opção de venda mensurável ao justo valor, em que o valor do envolvimento continuado é limitado ao mais baixo entre o justo valor do activo e o preço de exercício da opção.

Passivos financeiros

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação subjacente expira ou é cancelada.

Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro com a mesma contraparte, em termos substancialmente diferentes dos inicialmente estabelecidos, ou os termos iniciais são substancialmente alterados, esta substituição ou alteração é tratada como um desreconhecimento do passivo original e, o reconhecimento de um novo passivo. No caso de se verificar diferenças entre os valores, esta diferença é reconhecida em resultados do exercício.

3.10.6 – Reclassificação entre categorias de instrumentos financeiros

Em Outubro de 2008, o IASB emitiu a revisão da IAS 39 - Reclassificação de Instrumento Financeiros. Esta alteração veio permitir mediante a verificação de determinadas circunstâncias, que uma entidade transfira, instrumentos financeiros das categorias de Activos financeiros detidos para negociação e Activos financeiros disponíveis para venda para as categorias de Outros créditos e valores a receber ou para Activos financeiros detidos até à maturidade, desde que esses activos financeiros obedeçam às características de cada categoria.

O Grupo adoptou esta possibilidade para um conjunto de activos financeiros, a partir de 1 de Julho de 2008 e de 31 de Outubro de 2008.

As reclassificações foram registadas ao justo valor dos instrumentos, na data da reclassificação, tomando-se este valor como o valor do custo amortizado nas novas categorias para onde os activos foram reclassificados.

Um activo financeiro reclassificado na categoria de Activos financeiros disponíveis para venda, os ganhos ou perdas registados nesse activo anteriormente reconhecidos em Reservas, são amortizados nos resultados do exercício, durante a vida remanescente do activo financeiro pelo método da taxa de juro efectiva. No caso de se verificar, a existência de imparidade nestes activos, o montante que ainda se encontra reconhecido em reservas é registado na demonstração de resultados.

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 Rentipar Financeira, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

O Grupo pode reclassificar Activos financeiros detidos para negociação, desde que não sejam derivados, para a categoria de Outros créditos e valores a receber se, desde que esses activos se enquadrem nas características da referida classe.

Não obstante, se um activo financeiro for reclassificado para outra categoria de activo e, posteriormente, o Grupo estimar um aumento nos fluxos de caixa futuros em resultado de uma melhor perspectiva de recuperação desses recebimentos de caixa, o efeito desse aumento é registado como um ajustamento à taxa efectiva, desde a data da alteração da estimativa.

3.11. – Activos não correntes detidos para venda

Activos não correntes são classificados como detidos para venda quando o seu valor de balanço for recuperado principalmente através de uma transacção de venda (incluindo aqueles activos adquiridos exclusivamente com o objectivo de venda), os activos para alienação estiverem disponíveis para venda imediata, no seu estado actual, e a venda for altamente provável.

Os activos registados nesta categoria são valorizados ao menor do custo de aquisição e do justo valor, determinado com base em avaliações de peritos independentes, deduzido de custos a incorrer na venda. Estes activos não são amortizados.

Encontram-se classificados como activos não correntes detidos para venda, essencialmente, os imóveis recebidos em reembolso de crédito próprio. Se, em determinado momento no tempo, estes activos deixem de reunir as características para se manterem classificados nesta categoria, estes activos são reclassificados para a rubrica "Propriedades de investimento".

Nos casos em que os activos classificados nesta categoria deixem de reunir as condições de venda imediata, nomeadamente pelo facto do Grupo não ter recebido ofertas razoáveis, estes activos são reclassificados para a rubrica "Propriedades de investimento".

3.12. – Propriedades de Investimento

Os imóveis detidos pelo Grupo são reconhecidos como propriedades de investimento, dado que estes imóveis têm como objectivo a valorização do capital a longo prazo e não a venda a curto prazo, nem são destinados à venda no curso ordinário do negócio nem para sua utilização.

Estes investimentos são inicialmente reconhecidos ao custo de aquisição, incluindo os custos de transacção, e subsequentemente são reavaliados ao justo valor.

186
NR NR

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 Rentipar Financeira, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

O justo valor da propriedade de investimento deve reflectir as condições de mercado, à data do balanço. As variações de justo valor são reconhecidas em resultados do exercício na rubrica de Outros proveitos operacionais.

As propriedades de investimento são desreconhecidas, assim que alienadas ou quando deixam de ser esperados benefícios económicos futuros com a sua detenção.

Na alienação, a diferença entre o valor líquido da alienação e o montante do activo registado é reconhecido em resultados, no momento da alienação.

As transferências de, e para a rubrica "Propriedades de Investimento" podem ocorrer sempre que se verificar uma alteração quanto ao seu uso. Na transferência de propriedades de investimento para imóveis de serviço próprio, o custo estimado, para relevação contabilística, é o justo valor, à data da alteração do uso. Se um imóvel de serviço próprio é classificado em propriedades de investimento, o Grupo regista esse activo de acordo com a política aplicável a imóveis de serviço próprio, até à data da sua transferência para propriedades de investimento.

3.13. – Outros activos fixos tangíveis

Esta rubrica inclui os imóveis de serviço próprio utilizados pelo Grupo no desenvolvimento da sua actividade, veículos e demais equipamentos

Os imóveis de serviço próprio são valorizados ao justo valor, determinado com base em avaliações de peritos independentes, deduzido de subsequentes amortizações e perdas por imparidade.

Os imóveis de serviço próprio do Grupo são avaliados com a regularidade necessária, para que os valores contabilísticos não defiram significativamente do seu justo valor na data do balanço, utilizando-se, como referência, um período de três anos entre reavaliações.

As variações positivas de justo valor são creditadas na rubrica "Reservas de reavaliação", incluídas em capital próprio, excepto e até à medida, que essa variação constitua reversão de perdas do mesmo activo, reconhecidas em resultados.

As variações negativas do justo valor são reconhecidas em resultados, excepto e na medida em que, essas variações possam ser compensados com o registo de reservas de reavaliação positivas existentes para esse mesmo activo.

Os restantes activos fixos tangíveis encontram-se registados pelo seu custo, deduzido de subsequentes amortizações e perdas por imparidade. Os custos de reparação, e manutenção e outras despesas associadas ao seu uso, são reconhecidos como custo quando ocorrem.

 187 
d  

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2011 e 2010
Rentipar Financeira, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

Os restantes activos fixos tangíveis são amortizados numa base linear, de acordo com a sua vida útil esperada, como segue:

Imóveis	[10 – 50] anos
Veículos	4 anos
Outros equipamentos	[2 – 15] anos

Na data de transição, o Grupo utilizou a opção permitida pelo IAS de considerar como "custo estimado" de activos tangíveis o respectivo justo valor ou, em alguns casos, o valor de balanço resultante de reavaliações legais efectuadas até 1 de Janeiro de 2004, ao abrigo da legislação portuguesa.

Um activo tangível é desreconhecido, quando é alienado ou quando não é expectável a existência de benefícios económicos futuros pelo seu uso ou venda. Na data do desreconhecimento, o ganho ou perda calculado pela diferença entre o valor líquido de venda e o valor líquido contabilístico é reconhecido em resultados na rubrica "Outros resultados de exploração".

3.14. – Outros activos fixos tangíveis

O Grupo classifica as operações de locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais

✓ *Como locatário*

Os pagamentos efectuados pelo Grupo, à luz dos contratos de locação operacional, são re levados em custos nos períodos em que dizem respeito.

✓ *Como locador*

Os activos em regime de locação operacional correspondem essencialmente, a viaturas e são registadas no balanço na rubrica "Outros activos tangíveis" ao custo, deduzidos de amortizações e de eventuais perdas por imparidade.

188
f 100

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 Rentipar Financeira, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

As rendas relativas aos contratos de locação operacional são registadas em proveitos do período a que respeitam.

Locações financeiras

✓ *Como locatário*

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no activo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas:

- pelo encargo financeiro, relevado em resultados;
- pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo.

Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, de forma a obter-se uma taxa de juro constante até à maturidade do passivo.

Os activos em regime de locação financeira são amortizados ao longo da sua vida útil.

Contudo, se não houver certeza razoável de que o Grupo obtenha a propriedade no final do contrato, a amortização do activo é efectuada pelo menor da vida útil do activo ou do contrato de locação financeira.

✓ *Como locador*

Os activos em regime de locação financeira são registados no balanço como crédito concedido, pelo montante igual ao investimento líquido do bem locado, sendo este reembolsado através das amortizações de capital constantes do plano financeiro dos contratos. Os juros incluídos nas rendas são registados como proveitos financeiros, de acordo com a taxa efectiva do contrato.

3.15. – Activos intangíveis

Os activos intangíveis, que correspondem essencialmente a software, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são registadas numa base linear, ao longo da vida útil estimada dos activos, que actualmente se situa entre os 3 e os 8 anos.

O período e o método de amortização para activos intangíveis são revistos no final de cada ano. As alterações no prazo de vida útil estimada ou no padrão de consumo dos benefícios económicos futuros são tratados como alterações de estimativas. As amortizações são reconhecidas na respectiva rubrica da demonstração de resultados.

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2011 e 2010
Rentipar Financeira, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

Os activos intangíveis podem incluir valores de despesas internas capitalizadas, nomeadamente com o desenvolvimento interno de software. Para este efeito, as despesas apenas são capitalizadas a partir do momento em que estão reunidas as condições previstas no IAS 38, nomeadamente os requisitos inerentes à fase de desenvolvimento.

3.16. – Imposto sobre o rendimento

Os custos com impostos sobre o rendimento correspondem à soma do imposto corrente e do imposto diferido.

O imposto corrente é apurado com base nas taxas de imposto em vigor nas jurisdições em que o Grupo opera.

O Grupo regista ainda, como impostos diferidos passivos ou activos, os valores respeitantes ao reconhecimento de impostos a pagar/ recuperar no futuro, decorrentes de diferenças temporárias tributáveis/ dedutíveis, nomeadamente relacionadas com provisões temporariamente não dedutíveis para efeitos fiscais, o regime de tributação das responsabilidades com pensões e outros benefícios dos empregados e mais-valias não tributadas por reinvestimento. Adicionalmente, são reconhecidos impostos diferidos activos relativos a prejuízos fiscais reportáveis apresentados por algumas empresas do Grupo.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e avaliados numa base anual, utilizando as taxas de tributação que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, que correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data do balanço. Os passivos por impostos diferidos são sempre registados. Os activos por impostos diferidos apenas são registados na medida em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam o seu aproveitamento.

Os impostos sobre o rendimento são registados por contrapartida de resultados do exercício, excepto em situações em que os eventos que os originaram tenham sido reflectidos em rubrica específica de capital próprio, nomeadamente, no que respeita à valorização de activos disponíveis para venda e imóveis de serviço próprio. Neste caso, o efeito fiscal associado às valorizações é igualmente reflectido por contrapartida de capital próprio, não afectando o resultado do exercício.

3.17. – Benefícios aos empregados

As responsabilidades com benefícios aos empregados são reconhecidas de acordo com as regras definidas pelo IAS 19. Deste modo, as políticas reflectidas nas contas consolidadas em 31 de Dezembro de 2011 são as seguintes:

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2011 e 2010
Rentipar Financeira, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

Responsabilidades com pensões e assistência médica

Ao nível do Grupo existem diversos planos de pensões, incluindo planos de benefício definido e planos de contribuição definida. Estas responsabilidades são normalmente financiadas através de fundos de pensões autónomos, ou de pagamentos a companhias de seguros.

As entidades do Grupo, seguidamente identificadas, apresentam responsabilidades relativamente ao pagamento de pensões:

a) Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A.

Os empregados desta Sociedade encontram-se integrados no Regime Geral da Segurança Social desde a admissão, com excepção dos empregados integrados na sequência fusão por incorporação do Banco Banif e Comercial dos Açores, S.A. (BBCA), em 1 de Janeiro de 2009, que passaram a estar integrados no Regime Geral da Segurança Social a partir de 1 de Janeiro de 2011, conforme estabelecido no Decreto-Lei nº 1-A/2011, de 3 de Janeiro.

Nos termos do referido diploma, o Regime Geral da Segurança Social passa a assegurar a protecção dos empregados do BBKA no activo nas eventualidades de maternidade, paternidade e adopção e ainda de velhice, permanecendo sob a responsabilidade da Sociedade a protecção na doença, invalidez, sobrevivência e morte. A taxa contributiva é de 26,6%, cabendo 23,6% à entidade empregadora e 3% aos trabalhadores, em substituição da Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários (CAFEB), que foi extinta. Em consequência desta alteração, o direito à pensão dos empregados no activo do BBKA passa a ser coberto nos termos definidos pelo Regime Geral da Segurança Social, tendo em conta o tempo de serviço prestado de 1 de Janeiro de 2011 até à idade da reforma, passando a Sociedade a suportar o diferencial necessário para a pensão garantida nos termos do Acordo Colectivo de Trabalho (ACT). De acordo com a orientação divulgada em Comunicado do Conselho Nacional de Supervisores Financeiros, anexo à Mensagem Fax nº 11/11/DSPDR, de 2011/01/26, do Banco de Portugal, atendendo que se manteve inalterado o plano do ACT e que não existiu redução de benefícios na perspectiva do beneficiário, as responsabilidades por serviços passados mantiveram-se inalteradas em 31 de Dezembro de 2010.

Em 31 de Dezembro de 2011, na sequência do Decreto-Lei nº 127/2011, de 31 de Dezembro, foi efectuada a transferência para o âmbito da Segurança Social dos reformados e pensionistas do BBKA, que se encontravam no regime de segurança social substitutivo constante do ACT do sector bancário, quanto às responsabilidades pelos encargos com as pensões de reforma e sobrevivência, mantendo-se na responsabilidade

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2011 e 2010
Rentipar Financeira, SGPS e Subsidiárias

17

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

das instituições de crédito, através dos respectivos fundos de pensões, o pagamento das actualizações do valor das pensões, dos benefícios de natureza complementar às pensões de reforma e sobrevivência assumidas pela Segurança Social, da contribuição para os Serviços de Assistência Médico-Social (SAMS) sobre as pensões de reforma e sobrevivência, do subsídio por morte, da pensão de sobrevivência a filhos, da pensão de sobrevivência a filhos e cônjuge sobrevivente desde que referente ao mesmo trabalhador e da pensão de sobrevivência devida a familiar de actual reformado, cujas condições de atribuição ocorram a partir de 1 de Janeiro de 2012 (pensão de sobrevivência diferida).

A assistência médica dos empregados bancários é assegurada pelo Serviço de Assistência Médico-Social (SAMS), entidade autónoma gerida pelo respectivo Sindicato. O SAMS proporciona aos seus beneficiários serviços e/ou participações em despesas no domínio de assistência médica, meios auxiliares de diagnóstico, medicamentos, internamentos hospitalares e intervenções cirúrgicas, de acordo com regulamentação interna.

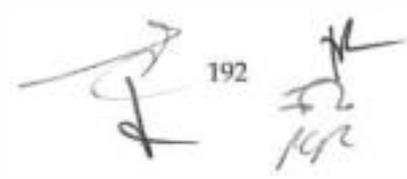
Em 2008, a Sociedade celebrou um Acordo de Empresa (AE) com os Sindicatos do Sector, que consagrou importantes alterações relativas à carreira profissional e à Segurança Social para os seus empregados, com excepção dos integrados na sequência fusão por incorporação do BBKA, que não são abrangidos por este AE.

Na sequência da entrada em vigor do AE, em 1 de Outubro de 2008, o anterior Fundo do Banif foi transformado num fundo misto com três Planos de Pensões, designados Planos de Pensões I, II e III.

Assim, esta Sociedade proporciona aos seus empregados os seguintes benefícios com pensões e assistência médica:

- Plano de Pensões I (benefício definido), ao abrigo do qual a Sociedade assume a responsabilidade (i) pelo pagamento de pensões de reforma por invalidez, invalidez presumível e sobrevivência conforme o Acordo de Empresa e o respectivo Plano de Pensões, em regime de complementaridade da Segurança Social e (ii) pelo pagamento futuro das contribuições obrigatórias relativas a cuidados médicos pós-emprego para o SAMS, entidade autónoma gerida pelos Sindicatos, nas seguintes condições:
 - para os empregados elegíveis para a pensão de reforma, a Sociedade efectua a contribuição de 6,5% sobre as respectivas pensões;
 - para os restantes empregados associados aos planos de contribuição definida, este benefício é alterado para um capital único no momento da

192



2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2011 e 2010
Rentipar Financeira, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

reforma, correspondente a 6,50% do capital constituído, tendo por base a contribuição inicial adicionada do valor das contribuições definidas futuras.

- Plano de Pensões II (contribuição definida), ao abrigo do qual a Sociedade assume a obrigação de contribuir mensalmente com um montante equivalente a 4,5% da remuneração de incidência e de uma contribuição inicial realizada na data de constituição do Plano;
- Plano de Pensões III (contribuição definida), ao abrigo do qual a Sociedade assume a obrigação de contribuir mensalmente com um montante equivalente a 1,5% da remuneração de incidência;
- Plano de Pensões BBCA (benefício definido), fechado a novas adesões, em que a Sociedade assume a responsabilidade do pagamento de pensões de reforma, invalidez, invalidez presumível e sobrevivência aos empregados do BBCA e pensionistas à data da fusão por incorporação, ou às suas famílias, em conformidade com o ACT e os regimes introduzidas pelos Decreto-Lei nº 1-A/2011, de 3 de Janeiro, e Decreto-Lei nº 127/2011, de 31 de Dezembro. Em complemento aos benefícios previstos no plano de pensões, a Sociedade assume a responsabilidade de liquidação das contribuições obrigatórias para o SAMS, com uma taxa de contribuição de 6,5%, e ainda do Subsídio por Morte, nos termos do ACTV.

As responsabilidades desta Sociedade são financiadas através de dois Fundos de Pensões autónomos:

- Fundo de Pensões Banif, que financia os Planos de Pensões I, II e III;
- Fundo de Pensões BBCA, que financia o Plano de Pensões do BBCA.

b) Outras entidades do Grupo

As sociedades Banif Go, Instituição Financeira de Crédito, SA, sociedade que em 29 de Dezembro de 2011 foi objecto de uma operação de cisão e fusão no Banif – Banco Internacional do Funchal, SA e no Banco Banif Mais, SA, a Banif Rent - Aluguer Gestão e Comercio de Veiculos Automóveis, S.A., o Banif – Banco de Investimento, S.A., Banif Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A., Banif Açor Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., Banif New Capital – Sociedade de Capital de Risco, S.A., Banco Banif Mais, S.A, Tecnicredito ALD - Aluguer de Automóveis, SA e Margem – Mediação de Seguros, Lda, proporcionam aos


193


F2
PCR

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2011 e 2010
Rentipar Financeira, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

seus empregados planos de pensões de contribuição definida, financiados através de fundos de pensões autónomos.

O valor das responsabilidades é determinado numa base anual por actuários independentes, utilizando o método "Projected Unit Credit", e pressupostos actuariais considerados adequados (Nota 46). A actualização das responsabilidades é efectuada com base numa taxa de desconto que reflecte as taxas de juro de mercado de obrigações de empresas de elevada qualidade, denominadas na moeda em que são pagáveis as responsabilidades, e com prazos até ao vencimento similares aos de liquidação das responsabilidades com pensões.

Conforme referido na Nota 3.2, o Grupo decidiu alterar a política contabilística de reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais, deixando de utilizar o método do corredor (IAS 19 § 92) e passando a utilizar o método de reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais em capitais próprio, na Demonstração do Rendimento Integral (OCI - Other Comprehensive Income (IAS 19 § 93ª).

De acordo com o método de reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais de forma imediata no rendimento integral:

- o passivo ou activo reconhecido no balanço corresponde à diferença entre o valor actual das responsabilidades com pensões e o justo valor dos activos dos fundos de pensões;
- os ganhos e perdas decorrentes de diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados no que se refere às responsabilidades e ao rendimento do fundo de pensões são reconhecidos na integra em capital próprio, numa conta de Reservas por Ganhos e Perdas Actuariais.

De acordo com o método do corredor, anteriormente adoptado:

- o passivo ou activo reconhecido no balanço correspondia à diferença entre o valor actual das responsabilidades com pensões e o justo valor dos activos dos fundos de pensões, considerando os ajustamentos relativos a ganhos e perdas actuariais diferidos;
- os ganhos e perdas decorrentes de diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados no que se refere às responsabilidades e ao rendimento do fundo de pensões eram diferidos numa rubrica de activo ou passivo ("corredor"), até ao limite de 10% do valor actual das responsabilidades por serviços passados ou do valor do fundo de pensões, dos dois

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 Rentipar Financeira, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

o maior, reportados ao final do ano. O valor de ganhos e perdas actuariais acumulados, que excediam o corredor eram reconhecidos por contrapartida de resultados ao longo do período médio remanescente de serviço dos empregados abrangidos pelo plano.

O aumento de responsabilidades com reformas antecipadas, que correspondem ao acréscimo de responsabilidades por a reforma ocorrer antes do empregado atingir os 65 anos de idade, são reconhecidos em custos do exercício.

Os encargos com os planos de contribuição definida são reconhecidos como custo do respectivo exercício.

O Grupo avalia, para cada plano de benefício definido, a recuperabilidade do eventual excesso do fundo em relação às responsabilidades com pensões de reforma, tendo por base a expectativa de redução em contribuições futuras necessárias.

Na data de transição para as IFRS, o Grupo adoptou a possibilidade permitida pelo IFRS 1 de não recalculer os ganhos e perdas actuariais diferidos desde o início dos planos. Deste modo, os ganhos e perdas actuariais diferidos reflectidos nas contas do Grupo em 31 de Dezembro de 2003 foram integralmente anulados por contrapartida de resultados transitados, no âmbito da determinação dos ajustamentos de transição para IFRS.

Outros benefícios de longo prazo

Para além das pensões e assistência médica, o Grupo tem ainda outras responsabilidades por benefícios dos trabalhadores relativas a prémios de antiguidade previstos no ACTV.

As responsabilidades com estes benefícios são igualmente determinadas com base em avaliações actuariais, de forma similar às responsabilidades com pensões e registados na rubrica de "Outros passivos" por contrapartida da rubrica de Resultados.

3.18. – Provisões e passivos contingentes

O Grupo constitui provisões quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados onde seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. A provisão corresponde à melhor estimativa do Grupo de eventuais montantes que seria necessário desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço. Se o efeito temporal do custo do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa de juro de antes de impostos que reflecta o risco específico do

 195
RL
FR
PGR

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 Rentipar Financeira, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

passivo. Nestes casos o aumento da provisão devido à passagem do tempo é reconhecido em custos financeiros.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

3.19. – Dividendos

O Grupo reconhece os dividendos como passivo e deduzidos da rubrica "Capital", quando são aprovados pelos accionistas. Os dividendos relativos ao exercício, aprovados pelo Conselho de Administração, após a data de referência das demonstrações financeiras, são divulgados nas Notas às Demonstrações Financeiras.

3.20. – Reconhecimento de Proveitos e custos

Em geral, os proveitos e custos reconhecem-se em função do período de vigência das operações de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, isto é, são registados à medida que são gerados, independentemente do momento em que são cobrados ou pagos. Os proveitos são reconhecidos na medida em que seja provável que benefícios económicos associados à transacção fluam para o Grupo e a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada.

Para os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e para os instrumentos financeiros classificados como "Activos Financeiros disponíveis para venda" os juros são reconhecidos usando o método da taxa efectiva, que corresponde à taxa que desconta exactamente o conjunto de recebimentos ou pagamentos de caixa futuros até à maturidade, ou até à próxima data de repricing, para o montante líquido actualmente registado do activo ou passivo financeiro. Quando calculada a taxa de juro efectiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando os termos contratuais e considerados todos os restantes rendimentos ou encargos directamente atribuíveis aos contratos.

Os dividendos são reconhecidos quando estabelecido o direito de receber o pagamento.

3.21. – Rendimentos e encargos por serviços e comissões

O Grupo cobra comissões aos seus clientes pela prestação de um amplo conjunto de serviços. Neste conjunto incluem-se, as comissões pela prestação de serviços continuados, relativamente aos quais os clientes são usualmente debitados de forma periódica, ou as comissões cobradas pela realização de um determinado acto significativo.

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2011 e 2010
Rentipar Financeira, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

As comissões cobradas por serviços prestados durante um período determinado, são reconhecidas ao longo do período de duração do serviço. As comissões relacionadas com a realização de um acto significativo são reconhecidas no momento em que ocorre o referido acto.

As comissões e encargos associados a instrumentos financeiros são incluídos na taxa de juro efectiva dos mesmos.

3.22. – Garantias financeiras

As garantias financeiras são reconhecidas inicialmente como um passivo, pelo justo valor. Subsequentemente, o passivo é escriturado pelo montante da estimativa de gastos futuros para liquidar a obrigação, à data do balanço. As comissões obtidas pela prestação das garantias financeiras são reconhecidas em resultados, na rubrica "Rendimento de serviços e comissões", durante o período de vigência das mesmas.

17

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 Rentipar Financeira, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

4. EMPRESAS DO GRUPO

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, as empresas do Grupo incluídas no perímetro de consolidação pelo método integral foram as seguintes:

Nome da Sociedade	País	Detentor do Capital	31-12-2011		31-12-2010	
			% participação efectiva	Interesses que não controlam	% participação efectiva	Interesses que não controlam
Parental	Portugal	Rentipar Financeira SGPS	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Banif - SGPS, S.A.	Portugal	Rentipar Financeira - SGPS	48,00%	52,00%	48,00%	52,00%
Banif Comercial SGPS S.A.	Portugal	Banif SGPS, S.A.	48,00%	52,00%	48,00%	0,00%
Banif - Banco Internacional de Funchal S.A.	Portugal	Banif - Investimentos - SGPS, S.A.	48,00%	52,00%	48,00%	0,00%
Banif (Açores) SGPS S.A.	Portugal	Banif Comercial SGPS S.A.	48,00%	52,00%	48,00%	0,00%
Banif Finance Ltd	Ilhas Cayman	Banif - Banco Internacional de Funchal S.A. Number 1 - SGPS, Lda	48,00%	52,00%	48,00%	0,00%
Banif & Comercial Açores - Inc San Jose	E.U.A.	Banif - Banco Internacional de Funchal S.A.	48,00%	52,00%	48,00%	0,00%
Banif & Comercial Açores - Inc Fat River	E.U.A.	Banif - Banco Internacional de Funchal S.A.	48,00%	52,00%	48,00%	0,00%
Investador SGPS, S.A.	Portugal	Banif (Açores) SGPS S.A.	28,42%	71,58%	28,42%	48,88%
Investador Totus S.A.	Portugal	Investador SGPS, S.A.	28,42%	71,58%	28,42%	48,88%
Apartur Investimentos Turísticos de Açores S.A.	Portugal	Investador SGPS, S.A.	23,78%	76,22%	23,78%	98,83%
Turizid, Turismo e Hotéis dos Açores, S.A.	Portugal	Investador SGPS, S.A.	27,87%	72,13%	27,87%	41,83%
Investimentos Turísticos e Similares e Alcan-Hotel Pico Lda	Portugal	Açores Investimentos Turísticos de Açores S.A.	23,70%	76,30%	23,70%	50,63%
Banif (Reunir) - Aluguer Gestão e Comissão de Veículos Automóveis	Portugal	Banif Comercial SGPS, S.A.	48,00%	52,00%	48,00%	0,00%
Banif - Banco Internacional de Funchal (Brasil), S.A.	Brasil	Banif Comercial SGPS, S.A.	47,28%	52,72%	47,28%	150,0%
Banif - Investimentos - SGPS, S.A.	Portugal	Banif SGPS, S.A.	48,00%	52,00%	48,00%	0,00%
Banif - Banco de Investimento, S.A.	Portugal	Banif Holding (Malta) PLC	48,00%	52,00%	48,00%	0,00%
Banif Gestão Activos - Soc. Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário S.A.	Portugal	Banif - Investimentos - SGPS, S.A.	48,00%	52,00%	48,00%	0,00%
Banif Açor Finance - Soc. Gestora Fundos Financeiros, S.A.	Portugal	Banif - Banco de Investimento, S.A.	31,80%	68,20%	29,71%	38,11%
Banif Capital - Soc. de Capital de Risco S.A.	Portugal	Banif - Banco de Investimento, S.A.	48,00%	52,00%	48,00%	0,00%
Comma - Soc. Titularização de Créditos S.A.	Portugal	Banif - Banco de Investimento, S.A.	48,00%	52,00%	48,00%	0,00%
Number 1 - SGPS, S.A.	Portugal	Banif - Banco de Investimento, S.A.	48,00%	52,00%	48,00%	0,00%
Banif International Asset Management Ltd	Ilhas Cayman	Banif - Banco de Investimento, S.A.	48,00%	52,00%	48,00%	0,00%
Banif Multifund Ltd	Ilhas Cayman	Banif International Asset Management Ltd	48,00%	52,00%	48,00%	99,8%
Banif - Banco Internacional de Funchal (Cayman) Ltd	Ilhas Cayman	Banif - Investimentos - SGPS, S.A.	48,00%	52,00%	48,00%	99,8%
Banif International Holdings Ltd	Ilhas Cayman	Banif - Investimentos - SGPS, S.A.	40,80%	59,20%	40,80%	15,00%
Banif Financial Services, Inc	E.U.A.	Banif International Holdings Ltd	40,80%	59,20%	40,80%	15,00%
Banif Finance (USA) LLC	E.U.A.	Banif International Holdings Ltd	40,80%	59,20%	40,80%	15,00%
Banif Forging Company Ltd	Bahamas	Banif International Holdings Ltd	40,80%	59,20%	40,80%	15,00%
Banif Securities Inc	E.U.A.	Banif Securities Holding Ltd	48,00%	52,00%	45,00%	0,00%
Ecom Finance, S.A.	Brasil	Banif Securities Holding Ltd	48,00%	52,00%	48,00%	0,00%
Banif Securities Holding Ltd	Ilhas Cayman	Banif - Investimentos - SGPS, S.A.	48,00%	52,00%	48,00%	0,00%
Banif (Brasil) Lda	Brasil	Banif - Investimentos - SGPS, S.A.	48,00%	52,00%	48,00%	0,00%
Banif International Bank Ltd	Bahamas	Banif - Banco Internacional de Funchal S.A.	48,00%	52,00%	48,00%	0,00%
Banif - Banco de Investimento (Brasil), S.A.	Brasil	Banif Comercial - SGPS, S.A.	48,00%	52,00%	48,00%	0,00%
Banif U.S. Real Estate	Brasil	Banif - Investimentos - SGPS, S.A.	48,00%	52,00%	48,00%	0,00%
Banif Gestão de Activos (Brasil) S.A.	Brasil	Banif - Banco de Investimento (Brasil) S.A.	48,00%	52,00%	48,00%	0,00%
Banif - Imobiliária, S.A.	Portugal	Banif - SGPS, S.A.	48,00%	52,00%	48,00%	0,00%
Sociedade de Indústria Piodada S.A.	Portugal	Banif - Banco Internacional de Funchal S.A.	48,00%	52,00%	48,00%	0,00%
Banif - Empresa de Serviços, Sistemas e Tecnologias de Informação A.C.E.	Portugal	Banif - Imobiliária, S.A.	48,00%	52,00%	48,00%	0,00%
Banif Bank (Malta) PLC	Malta	ACE (I)	34,64%	65,36%	34,64%	28,00%
Banco Caboverdeano de Negócios S.A.	Cabo Verde	Banif - SGPS, S.A.	24,81%	75,19%	24,81%	48,31%
Banif Holding (Malta) PLC	Malta	Banif SGPS, S.A.	48,00%	52,00%	48,00%	0,00%
		Banif - Banco Internacional de Funchal (Cayman) Ltd	48,00%	52,00%	48,00%	0,00%

198

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 Rentipar Financeira, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

Nome da Sociedade	Sede	Detentor de Capital	31-12-2011		31-12-2010	
			% participação directa	Interesses que não controlam	% participação directa	Interesses que não controlam
Banif Mais SGPS, SA	Portugal	Banif SGPS, SA	48,00%	52,00%	48,00%	0,00%
Tecnológico LD	Portugal	Banif Mais, SGPS, SA	48,00%	52,00%	48,00%	0,00%
Banco Sacif Mais SA	Portugal	Banif Mais, SGPS, SA Banif Comercial - SGPS S.A	48,00%	52,00%	48,00%	0,00%
Banif Plus Bank ZRT	Hungria	Banco Mais SA	48,00%	52,00%	48,00%	0,00%
Magnum Mediadora de Seguros, Lda	Portugal	Banif Mais, SGPS, SA	48,00%	52,00%	48,00%	0,00%
TCCI Investments Luxembourg	Luxemburgo	Banif Mais, SGPS SA Eneof Mais SA	48,00%	52,00%	48,00%	0,00%
Ecoprogresso Trading SA	Portugal	Banif - Banco de Investimento S.A.	24,80%	0,00%	24,00%	0,00%
Banif Europa Holding SL	Espanha	Banif - SGPS, SA	48,00%	0,00%	48,00%	0,00%
Beta Securitizadora	Brasil	BIF Banif Real Estate	47,04%	52,36%	47,64%	0,75%
BIF Banif Real Estate	Brasil	Banif - Banco Internacional do Funchal (Brasil) S.A. Banif - Banco de Investimento (Brasil) S.A	47,64%	0,00%	47,64%	0,00%
SPE Panorama	Brasil	BIF Banif Real Estate	47,64%	52,36%	45,26%	5,71%
Artinvest	Portugal	Banif - Banco de Investimento S.A	48,00%	0,00%	39,04%	0,00%
Banif Fortuny	Portugal	Banif - Banco de Investimento S.A	48,00%	52,00%	48,00%	0,00%
Infrainvest FEA	Portugal	Banif - Banco Internacional do Funchal S.A Banif - Banco de Investimento S.A	48,00%	52,00%	48,00%	0,00%
Imagest	Portugal	Banif - Imobiliária S.A Banif Gestão Activa	31,77%	0,00%	30,04%	0,00%
Capven	Portugal	Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A Banif Capital - Soc. de Capital de Risco S.A Banif - Banco de Investimento S.A	32,83%	0,00%	32,00%	33,34%
Banif Inv. Conservador	Portugal	Banif - Banco de Investimento S.A	33,11%	0,00%	30,00%	0,00%
Banif Inv. Moderado	Portugal	Banif - Banco de Investimento S.A	33,67%	0,00%	28,37%	0,00%
Banif Fundo Habitação	Portugal	Banif - Imobiliária, S.A	48,00%	52,00%	48,00%	0,00%
Banif Gestão Imobiliária	Portugal	Banif - Imobiliária S.A	48,00%	52,00%	48,00%	0,00%
Banif Gestão Patrimonial	Portugal	Banif - Banco de Investimento S.A	39,39%	0,00%	35,18%	0,00%
Gestão Impact	Portugal	Banif - Banco de Investimento S.A	31,77%	68,23%	30,84%	37,41%
ZACE - Participações, Lda	Brasil	Banif - Banco Internacional do Funchal (Brasil), S.A	47,28%	52,72%	47,23%	1,50%
Banif Gestão Activo	Portugal	Banif - Banco de Investimento S.A	23,68%	0,00%	23,77%	0,00%
Banif Real Estate Polska	Polónia	Imopredial	19,44%	0,00%	-	-
Imopredial	Polónia	Imopredial	37,40%	62,54%	-	-
Imopredial	Portugal	Banif - Imobiliária S.A Banif - Banco de Investimento S.A Banif (Açores) SGPS	30,44%	0,00%	-	-
Banif Europa Leste	Portugal	Banif - Banco de Investimento S.A	20,36%	0,00%	-	-
Banif Property	Portugal	Banif - Banco de Investimento S.A	41,17%	58,83%	-	-
Achala	Brasil	Banif - Banco Internacional do Funchal (Brasil), S.A	47,28%	52,72%	-	-
Kembo	E.U.A	Banif Securities Holding Ltd	48,00%	52,00%	-	-
Vividus	Portugal	Banif - Banco de Investimento S.A	48,00%	52,00%	-	-
Tuifent	Portugal	Banif - Banco de Investimento S.A	48,00%	52,00%	-	-
Banif Gó - Instituição Financeira de Crédito, S.A	Portugal	Banif Comercial - SGPS S.A	-	-	48,00%	0,00%
Banif Trading Inc	E.U.A	Banif Internacional Holdings Ltd	-	-	48,00%	15,00%
Banif - Geminação de Valores e Câmbio S.A	Brasil	Banif - Banco de Investimento (Brasil) S.A	-	-	48,00%	0,00%
Banif Iberia	Portugal	Banif - Banco de Investimento S.A	-	-	24,80%	0,00%
Central Venture - Soc. Capital de Risco S.A	Portugal	Banif - Banco de Investimento S.A	-	-	24,80%	48,00%
Banif Nitor FI Açores	Brasil	Banif - Banco de Investimento (Brasil) S.A	-	-	38,11%	0,00%
Banif Nitor Massena FIM	Brasil	Banif - Banco de Investimento (Brasil) S.A	-	-	45,15%	0,00%
Banif Nitor Institucional FIM	Brasil	Banif - Banco de Investimento (Brasil) S.A	-	-	31,75%	0,00%
Banif Equity Hedge FIM	Brasil	Banif - Banco de Investimento (Brasil) S.A	-	-	42,16%	0,00%

(*) A Banifserv – ACE tem como agrupadas as seguintes empresas do Grupo:

Banif – Banco Internacional do Funchal, SA	93,0%
Companhia de Seguros Açoreana, SA	1,5%
Banif Banco de Investimento, SA	1,5%
Banif Rent - Aluguer, gestão e Comércio de Veículos Automóveis	4,0%

O detalhe das entidades associadas está divulgado na Nota 20.

A sociedade Banif Ecoprogresso Trading, SA consolida pelo método proporcional.

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2011 e 2010
Rentipar Financeira, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, as entidades de finalidades especiais incluídas na consolidação foram as seguintes:

Nome da Sociedade	Natureza	31-12-2011	31-12-2010
		% participação	% participação
Atlantes Mortgage N°1 plc	Veículos de Securitização	48,00%	48,00%
Atlantes Mortgage N°2 plc	Veículos de Securitização	48,00%	48,00%
Atlantes Mortgage N°3 plc	Veículos de Securitização	48,00%	48,00%
Atlantes Mortgage N°4 plc	Veículos de Securitização	48,00%	48,00%
Atlantes Mortgage N°5 plc	Veículos de Securitização	48,00%	48,00%
Atlantes Mortgage N°6 plc	Veículos de Securitização	48,00%	48,00%
Atlantes Mortgage N°7 plc	Veículos de Securitização	48,00%	48,00%
Azor Mortgage N° 1	Veículos de Securitização	48,00%	48,00%
Azor Mortgage N° 2	Veículos de Securitização	48,00%	48,00%
Atlantes Finance N°3	Veículos de Securitização	48,00%	48,00%
BMORE Finance No. 4 plc	Veículos de Securitização	48,00%	48,00%
BMORE Finance No. 5 plc	Veículos de Securitização	48,00%	48,00%
Euro Invest Series 3A, 3B, 8 e 9	Emissão de Dívida Estruturada	48,00%	48,00%
Atlantes N.1	Veículos de Securitização	48,00%	-
Atlantes Finance N°4	Veículos de Securitização	48,00%	-

No decorrer do período findo em 31 de Dezembro de 2011, as alterações verificadas no Grupo foram as seguintes:

A Banif – SGPS, S.A. assinou acordos mediante o qual o Grupo Caixa Geral de Depósitos, através de um investimento de cerca de R\$130 milhões (EUR. 57,8 milhões) realizará um aumento de capital na Banif Corretora de Valores e Câmbio, S.A. e, posteriormente, adquirirá acções desta sociedade, tomando uma participação global de 70% no respectivo capital social. O Grupo registado uma mais – valia líquida de impostos de 37.652 milhares de euros, correspondente ao desreconhecimento de 100% da Banif Corretora de Valores e Câmbios, SA (ver Nota 39).

O Grupo alienou 51% da sociedade Centro Venture – Soc. Capital de Risco, SA pelo montante de 165 milhares de euros, tendo sido registado uma menos valia de 107 milhares de euros (ver Nota 39).

O Grupo procedeu à consolidação, devido à aquisição de unidades de participação, dos fundos de investimento Imopredial, Banif Property e Turirent e as sociedades Tiner Polska, Banif Real Estate Polska e Banif Brasil (Holdings), SA, cujos activos ascendem a 577.210 milhares de euros, dos quais 3.194 milhares de euros de caixa e seus equivalentes.

O Grupo procedeu à consolidação da Atlantes N°1 e Atlantes Finance N.º4, referente a operações de titularização de crédito a empresas e ao consumo.

Handwritten notes and signatures at the bottom right of the page, including a large signature and the number 200.

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2011 e 2010
Rentipar Financeira, SGPS e Subsidiárias

17

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

A sociedade Banif Trading Inc, foi dissolvida em Dezembro de 2011.

Em 28 de Dezembro de 2011 foi formalizada a cisão-fusão da Banif Go, Instituição Financeira de Crédito, SA, nos termos da qual o Banif – Banco Internacional do Funchal, SA integrou a carteira de leasing imobiliário e o Banco Banif Mais, SA integrou a carteira do leasing mobiliário.

→
201
12
12
12

5. RELATO POR SEGMENTOS

O Grupo encontra-se organizado por áreas autónomas de negócio, através de duas sub-holdings: Banif Comercial, SGPS, SA, que agrega a actividade de banca comercial e de crédito especializado, e Banif – Investimentos - SGPS, SA, que engloba a área da banca de investimentos e outras actividades financeiras. O Grupo detém ainda uma unidade autónoma que se dedica exclusivamente à gestão dos imóveis do Grupo, que não tem materialidade.

Neste contexto e conforme requerido pela IFRS 8, as divulgações por segmentos operacionais do Grupo correspondem à forma como a informação analisada pela Gestão do Grupo:

Banca Comercial – Abrange a captação de recursos e produtos de crédito específicos para particulares, empresas e instituições, como sendo Crédito à Habitação, Crédito ao Consumo, produtos para empresários em nome individual (ENI) e pequenas empresas, Factoring, Facilidades de Tesouraria e Créditos de Importação e Exportação.

Banca de Investimento – Abrange a actividade de intervenção no mercado primário e secundário de capitais, por conta própria ou por conta de terceiros, como sendo transacções, corporate finance e aquisições e fusões.

Gestão de Activos – Abrange a oferta de produtos de investimento e respectivos serviços de gestão a particulares e empresas, assim como outros serviços financeiros prestados. Este segmento inclui fundos de investimentos geridos por entidades do Grupo, nos quais o Grupo detém a maioria das suas unidades de participação.

Holdings e Outros – Abrange todas as operações efectuadas pelas holdings do Grupo e segmentos não enquadráveis em nenhum dos segmentos operacionais definidos acima.

O *reporting* por áreas geográficas, nas quais o Grupo desenvolve a sua actividade: Portugal, Resto da União Europeia, América do Norte (EUA), América Latina (Brasil) e resto do mundo.

Os reportes utilizados pela Gestão têm como base informação contabilística de acordo com as IAS/IFRS.

 202 

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 Rentipar Financeira, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

5.1 – Segmentos de negócio

31-12-2011	Banca Comercial	Banca de Investimento	Gestão de Activos	Holdings e outros	TOTAL
Caixa e disponibilidades em bancos e caixas	287.067	1.800	-	17	288.884
Disponibilidades em outras instituições de crédito	1.501.619	29.777	3.641	308	1.835.345
Activos financeiros detidos para negociação	58.972	190.158	73.663	51	252.844
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	64.117	60.844	5.060	27.327	202.848
Activos financeiros disponíveis para venda	342.997	162.169	-	30.240	561.406
Aplicações em instituições de crédito	60.024	48.334	39	9.177	66.574
Crédito a clientes	10.707.868	408.438	9.099	412.94	11.166.349
Investimentos detidos até à maturidade	13.493	39.813	-	-	53.306
Activos com acordo de recompra	72.347	-	-	-	72.347
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-
Activos não correntes detidos para venda	237.762	3.273	-	28.943	269.978
Previsões sobre investimento	165.279	-	55.808	-	221.087
Outros activos tangíveis	83.960	15.529	151.767	118.838	369.194
Activos intangíveis	20.688	3.710	22	3.036	27.456
Investimentos em associações e filiais excluídas da consolidação	27.880	3.157	1	124.873	155.911
Activos por impostos correntes	14.358	7.596	1.116	3.839	26.909
Activos por impostos diferidos	18.582	24.474	-	20.818	63.874
Provisões técnicas de resseguro cedido	-	-	-	-	-
Outros activos	353.574	118.108	45.402	117.197	634.281
Total do Activo	13.338.718	1.136.336	827.197	819.996	15.922.247
Recursos de bancos centrais	2.171.015	313.271	-	-	2.484.286
Passivos financeiros detidos para negociação	14.786	74.282	-	-	89.068
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	67.177	13.769	-	-	80.946
Recursos de outras instituições de crédito	738.887	219.927	63.823	66.658	1.089.295
Recursos de clientes e outros empréstimos	7.697.582	227.087	-	688	7.925.357
Responsabilidades representadas por títulos	2.851.841	120.182	-	227.180	2.999.203
Passivos financeiros associados a activos transferidos	-	-	-	-	-
Derivados de cobertura	139	-	-	-	139
Passivos não correntes detidos para venda	-	-	-	-	-
Provisões	10.262	1.188	3.065	878	15.405
Provisões técnicas	-	-	-	-	-
Passivos por impostos correntes	11.089	3.130	-	71	14.290
Passivos por impostos diferidos	4.126	8.561	50	3.780	16.517
Instrumentos representativos de capital	39.997	-	-	3.894	43.891
Outros passivos subordinados	2.15.864	2.676	-	-	218.540
Outros passivos	231.427	19.364	142.373	28.507	421.671
Total do Passivo	13.290.463	1.001.258	209.411	331.877	14.833.009

31-12-2010	Banca Comercial	Banca de Investimento	Gestão de Activos	Holdings e outros	TOTAL
Caixa e disponibilidades em bancos e caixas	116.508	2.218	-	13	118.739
Disponibilidades em outras instituições de crédito	1.339.811	82.841	1.154	438	1.424.652
Activos financeiros detidos para negociação	857.064	343.997	29.336	66	1.231.463
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	14.319.313	133.152	88.898	22.268	14.563.631
Activos financeiros disponíveis para venda	100.609	182.551	-	1.250	284.410
Aplicações em instituições de crédito	472.263	60.42	126.17	49.102	608.942
Crédito a clientes	11.703.490	522.312	-	219.18	12.245.000
Investimentos detidos até à maturidade	3.548	60.391	-	-	63.939
Activos com acordo de recompra	22.615	28.389	-	-	51.004
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-
Activos não correntes detidos para venda	153.445	2.457	-	11.364	167.266
Previsões sobre investimento	37.671	-	177.331	57.588	272.590
Outros activos tangíveis	177.158	17.922	6.668	67.983	269.731
Activos intangíveis	15.809	4.297	38	2.833	23.037
Investimentos em associações e filiais excluídas da consolidação	55.411	15.308	1.084	79.477	151.280
Activos por impostos correntes	17.645	4.467	134	4.547	27.393
Activos por impostos diferidos	47.355	19.807	1	885	67.948
Provisões técnicas de resseguro cedido	-	-	-	-	-
Outros activos	340.905	80.380	26.426	151.189	598.900
Total do Activo	13.828.399	1.887.041	347.483	377.083	16.439.006
Recursos de bancos centrais	1.830.988	287.187	-	-	2.118.175
Passivos financeiros detidos para negociação	28.349	118.773	137	-	147.259
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	10.4501	14.365	-	-	118.816
Recursos de outras instituições de crédito	10.425.91	180.765	115.00	52.000	10.773.676
Recursos de clientes e outros empréstimos	7.436.399	262.207	-	1.865	7.700.471
Responsabilidades representadas por títulos	2.156.350	126.657	-	187.338	2.470.345
Passivos financeiros associados a activos transferidos	-	-	-	-	-
Derivados de cobertura	1.383	-	-	-	1.383
Passivos não correntes detidos para venda	-	-	-	-	-
Provisões	9.076	4.702	593	879	15.250
Provisões técnicas	-	-	-	-	-
Passivos por impostos correntes	8.000	2.759	-	81	10.840
Passivos por impostos diferidos	20.103	1.721	-	10.337	32.161
Instrumentos representativos de capital	40.000	-	-	5.651	45.651
Outros passivos subordinados	253.485	14.713	-	-	268.198
Outros passivos	287.842	140.386	77.807	1.189	427.364
Total do Passivo	12.959.885	1.172.272	98.187	269.510	14.491.774

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

Rentipar Financeira, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

31-12-2011	Banca Comercial	Banca de Investimento	Gestão de Activos	Holdings e outros	TOTAL
Margem Financeira - Clientes externos	267 018	24 399	(4 548)	(3 831)	282 998
Margem Financeira - Inter - Segmentos	40 120	(6 628)	11 290	(32 273)	-
Margem financeira	307 137	17 771	(3 258)	(35 504)	282 998
Rendimento de instrumentos de capital	318	423	-	-	741
Rendimento de serviços e comissões - Clientes externos	105 002	283 8	4 702	668	139 699
Rendimento de serviços e comissões - Inter - Segmentos	13 039	2 275	4 267	651	21 022
Rendimento de serviços e comissões	119 531	30 634	9 029	1 509	160 703
Encargos com serviços e comissões - Clientes externos	(23 800)	(4 308)	(643)	(790)	(29 721)
Encargos com serviços e comissões - Inter - Segmentos	(7 599)	(52)	(7 170)	(54)	(15 369)
Encargos com serviços e comissões	(31 579)	(4 360)	(7 813)	(1 338)	(45 090)
Resultados de Activos e Passivos avaliados ao Justo Valor através de resultados	5 188	4 432	(1 333)	(14 953)	(6 666)
Resultados de Activos Financeiros disponíveis para Venda	(443)	(1 894)	-	-	(2 337)
Resultados de Reavaliação Cambial	(1 122)	4 860	-	(488)	3 250
Outros Resultados de Exploração	315 706	46 653	16 772	(17 348)	186 433
Produto da Actividade	594 898	96 377	9 594	(34 480)	586 390
Custos com Pessoal	(183 440)	(25 100)	(2 060)	(3 757)	(194 357)
Outros gastos administrativos	(128 337)	(24 138)	(10 270)	(5 350)	(168 181)
Amortizações do exercício	(30 167)	(2 646)	(519)	(2 115)	(35 547)
Provisões líquidas de anulações	(1 579)	(726)	(1 549)	(26)	(3 880)
Imparidade de crédito líquida de reversões e recuperações	(314 842)	(21 070)	-	(6 364)	(342 276)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	(3 630)	(108)	-	(33)	(3 771)
Imparidade de outros activos líquidos de reversões e recuperações	(18 554)	(68)	(2 141)	(7 069)	(27 832)
Diferenças de Consolidação negativas	-	-	-	-	-
Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos (Eq. Patrim)	1 204	(8 510)	-	380	(7 026)
Resultado antes de impostos e de interesses que não controlam	(134 837)	20 011	(7 383)	(28 923)	(186 150)
Impostos	34 437	(13 863)	617	5 170	26 361
Correções	(18 444)	(12 554)	(777)	(789)	(24 564)
Diferenças	44 801	(800)	1 734	9 500	57 235
Resultado após impostos e antes de interesses que não controlam	(99 639)	6 854	(6 540)	(23 783)	(183 308)
Interesses que não controlam	(4 693)	(3 437)	(4 827)	31 230	18 273
Resultado do Exercício	(104 332)	3 417	(11 367)	(12 553)	(174 418)

31-12-2010 reexpresso	Banca Comercial	Banca de Investimento	Gestão de Activos	Holdings e outros	TOTAL
Margem financeira - Clientes externos	187 944	24 414	1844	(781)	215 551
Margem Financeira - Inter - Segmentos	14 488	3 272	184	(17 844)	-
Margem financeira	340 483	27 686	2 028	(18 628)	351 551
Rendimento de instrumentos de capital	369	170	-	344	900
Rendimento de serviços e comissões - Clientes externos	86 982	34 444	19 017	1 804	145 197
Rendimento de serviços e comissões - Inter - Segmentos	9 380	1 172	3 882	595	14 711
Rendimento de serviços e comissões	108 491	35 318	13 579	2 530	159 918
Encargos com serviços e comissões - Clientes externos	(11 744)	(3 859)	(728)	(56)	(17 007)
Encargos com serviços e comissões - Inter - Segmentos	(3 950)	(377)	(8 606)	(1 525)	(12 499)
Encargos com serviços e comissões	(22 694)	(3 856)	(7 334)	(2 282)	(36 176)
Resultados de Activos e Passivos avaliados ao Justo Valor através de resultados	(3 163)	(2 620)	3 257	(2 349)	(4 875)
Resultados de Activos Financeiros disponíveis para Venda	(71)	1 149	12 052	-	13 130
Resultados de Reavaliação Cambial	8 675	2 253	(30)	(120)	10 778
Outros Resultados de Exploração	40 971	1 958	810	8 945	52 689
Produto da Actividade	473 077	62 054	24 367	(11 578)	547 920
Custos com Pessoal	(153 260)	(24 231)	(3 406)	(3 268)	(184 165)
Outros gastos administrativos	(109 317)	(24 043)	(6 968)	(4 667)	(144 415)
Amortizações do exercício	(32 458)	(2 443)	(90)	(2 337)	(37 328)
Provisões líquidas de anulações	1 121	-	-	-	1 121
Imparidade de crédito líquida de reversões e recuperações	(106 472)	(1 472)	-	-	(107 944)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	(23)	(53)	-	(4 822)	(5 113)
Imparidade de outros activos líquidos de reversões e recuperações	(3 138)	(7 727)	(834)	(314)	(12 005)
Diferenças de Consolidação negativas	-	-	-	-	-
Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos (Eq. Patrim)	1 320	(8 331)	62	2 148	(4 001)
Resultado antes de impostos e de interesses que não controlam	71 243	(5 394)	13 111	(24 230)	54 830
Correções	(8 120)	(3 960)	(2 313)	(3 761)	(18 160)
Diferenças	(5 306)	(5 306)	(2 313)	(60)	(13 037)
Diferenças	(2 780)	1 346	-	(1 681)	(3 122)
Resultado após impostos e antes de interesses que não controlam	63 117	(18 644)	18 299	(25 999)	37 822
Interesses que não controlam	(3 681)	(62)	(1 167)	(16 141)	(22 041)
Resultado do Exercício	63 438	(18 706)	9 447	(42 140)	19 831

204
PK

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2011 e 2010
 Rentipar Financeira, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

5.2 – Segmentos geográficos

31-12-2011	Portugal	Resto União Europeia	América Latina	América do Norte	Resto do Mundo	TOTAL
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	266 400	777 3	3 638	-	10 275	288 084
Disponibilidades em outras instituições de crédito	167 062	3 178	5 023	7 146	1 548	183 955
Activos financeiros detidos para negociação	100 187	28 058	128 154	-	147	256 544
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	1545 70	-	8 003	10 762	31 553	2 02 888
Activos financeiros disponíveis para venda	511 018	861	39 411	-	10 318	581 406
Aplicações em instituições de crédito	6339 49	-	20 920	878	2 009	657 848
Crédito a clientes	9 799 735	250 574	504 278	205 050	317 124	11 166 761
Investimentos detidos até à maturidade	39 812	-	13 558	-	136	53 506
Activos com acordo de recompra	5 128	-	21 118	-	-	72 347
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-	-
Activos não correntes detidos para venda	254 008	-	13 672	-	-	207 678
Propriedades de investimento	68 818 3	23 191	8 165 7	31 447	21 849	844 028
Outros activos intangíveis	349 024	6 441	9 393	360	4 070	369 194
Activos intangíveis	26 362	779	282	-	103	27 466
Investimentos em associadas e filiais excluídas da consolidação	8 281 3	32 962	202 95	-	-	155 670
Activos por impostos correntes	11 707	-	14 608	-	244	26 849
Activos por impostos diferidos	124 983	5 489	20 654	2 527	92	153 952
Provisões técnicas de resseguro cedido	-	-	-	-	-	-
Outros activos	399 939	6 529	142 544	6 766	87 904	634 291
Total do Activo	13 866 281	384 586	1 145 772	263 928	488 678	15 822 245
Recursos de bancos centrais	2 458 551	257 35	-	-	-	2 484 286
Passivos financeiros detidos para negociação	89 018	33	-	-	-	89 048
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	5 037 5	-	60 571	80 946
Recursos de outras instituições de crédito	912 143	2 322	160 748	8	13 286	1 088 515
Recursos de clientes e outros empréstimos	7 352 346	268 012	12 800	-	294 379	7 925 397
Responsabilidades representadas por títulos	1750 402	-	576 018	-	72 788	2 399 209
Passivos financeiros associados a activos transferidos	-	-	-	-	-	-
Derivados de cobertura	130	-	-	-	-	130
Passivos não correntes detidos para venda	-	-	-	-	-	-
Provisões	13 360	-	1 806	-	149	15 405
Provisões técnicas	-	-	-	-	-	-
Passivos por impostos correntes	6 390	-	5 419	2 391	180	14 290
Passivos por impostos diferidos	37 390	60	12 839	-	1 308	51 687
Instrumentos representativos de capital	43 891	-	-	-	-	43 891
Outros passivos subordinados	218 540	-	-	-	-	218 540
Outros passivos	303 299	1 957	31 894	8 128	68 733	421 671
Total do Passivo	13 185 127	296 878	831 787	18 527	989 489	14 833 058

31-12-2010	Portugal	Resto União Europeia	América Latina	América do Norte	Resto do Mundo	TOTAL
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	95 173	8 007	8 228	-	10 732	118 740
Disponibilidades em outras instituições de crédito	204 821	1 911	4 017	4 388	2 809	218 106
Activos financeiros detidos para negociação	93 944	3 654	361 184	-	400	459 102
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	349 862	-	31 739	-	4 510	386 111
Activos financeiros disponíveis para venda	276 178	-	1 488	-	167 36	294 410
Aplicações em instituições de crédito	459 965	358	29 711	955	34	491 022
Crédito a clientes	10 996 596	157 202	416 913	203 419	270 490	12 247 710
Investimentos detidos até à maturidade	60 391	-	3 409	-	139	63 939
Activos com acordo de recompra	28 389	-	22 015	-	-	51 004
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-	-
Activos não correntes detidos para venda	146 112	-	21 344	-	-	167 456
Propriedades de investimento	241 689	-	9 834	2 106 7	-	272 580
Outros activos intangíveis	242 859	5 470	17 038	283	4 288	269 959
Activos intangíveis	21 606	820	613	-	224	23 063
Investimentos em associadas e filiais excluídas da consolidação	70 974	80 306	-	-	-	151 280
Activos por impostos correntes	10 466	-	18 987	-	-	27 383
Activos por impostos diferidos	37 709	53 51	39 819	138	230	74 048
Provisões técnicas de resseguro cedido	-	-	-	-	-	-
Outros activos	303 583	1 753	103 119	10 467	10 798	430 080
Total do Activo	13 648 865	283 288	1 279 779	240 729	321 448	15 748 813
Recursos de bancos centrais	1 838 147	-	-	-	-	1 938 147
Passivos financeiros detidos para negociação	144 425	78	383	-	396	145 259
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	4 343	-	29 313	-	94 230	118 886
Recursos de outras instituições de crédito	1 136 169	-	140 621	120	10 069	1 286 879
Recursos de clientes e outros empréstimos	6 915 176	437 206	35 919	-	334 120	7 722 471
Responsabilidades representadas por títulos	1 854 250	-	540 758	-	44 336	2 479 345
Passivos financeiros associados a activos transferidos	-	-	-	-	-	-
Derivados de cobertura	1 303	-	-	-	-	1 303
Passivos não correntes detidos para venda	-	-	-	-	-	-
Provisões	9 687	-	5 188	-	469	15 290
Provisões técnicas	-	-	-	-	-	-
Passivos por impostos correntes	4 804	88	3 068	2 798	192	10 850
Passivos por impostos diferidos	28 518	-	1 098	-	1 097	32 211
Instrumentos representativos de capital	45 651	-	-	-	-	45 651
Outros passivos subordinados	268 178	-	-	-	-	268 178
Outros passivos	267 058	1 264	141 932	3 604	13 506	427 364
Total do Passivo	12 617 629	438 656	829 718	6 462	499 311	14 491 774

205

19

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2011 e 2010
 Rentipar Financeira, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

31/12/2011	Portugal	Resto da Europa	América Latina	América do Norte	Resto do Mundo	TOTAL
Margem Financeira - Clientes externos	258 788	8 603	54 006	8 834	8 738	292 969
Margem Financeira - Inter - Segmentos	10 305	(1 836)	(4 662)	(11 237)	6 682	0
Margem Financeira	269 093	6 767	49 344	(2 403)	15 420	292 969
Rendimento de instrumentos de capital	377	-	321	-	45	753
Rendimento de serviços e comissões - Clientes externos	110 859	882	22 987	2 344	2 629	139 711
Rendimento de serviços e comissões - Inter - Segmentos	17 666	-	-	875	2 485	21 026
Rendimento de serviços e comissões	128 525	882	22 987	3 219	5 114	160 733
Encargos com serviços e comissões - Clientes externos	(20 238)	(847)	(7 183)	(393)	(1 988)	(29 741)
Encargos com serviços e comissões - Inter - Segmentos	(30 261)	(661)	(7 983)	(1 221)	(4 007)	(46 099)
Encargos com serviços e comissões	(50 499)	(1 508)	(15 166)	(2 614)	(6 005)	(76 192)
Resultados de Activos e Passivos avaliados ao Justo Valor através de resultados	(22 338)	1 941	20 871	(3 897)	(3 348)	(8 688)
Resultados de Activos Financeiros disponíveis para Venda	(1 918)	(1)	-	-	(417)	(2 337)
Resultados de Reavaliação Cambial	6 277	238	(2 548)	(238)	524	3 253
Outros Resultados de Exploração	(31 611)	(186)	85 743	878	(1 826)	738 282
Produto de Actividade	420 737	8 877	148 979	(8 815)	7 569	569 038
Gastos com Pessoal	(143 064)	(4 325)	(33 361)	(3 777)	(2 705)	(187 232)
Outros gastos administrativos	(125 743)	(3 648)	(33 191)	(2 183)	(3 334)	(168 099)
Amortizações de exercício	(31 851)	(871)	(2 711)	(28)	(426)	(35 887)
Provisões líquidas de amortizações	(1 248)	-	(1 872)	-	(1 205)	(3 325)
Imparidade do crédito líquido de reversões e recuperações	(88 880)	(1 428)	(24 328)	(16 588)	(18 987)	(140 211)
Imparidade de outros activos financeiros líquidos de reversões e recuperações	(3 772)	-	-	-	-	(3 772)
Imparidade de outros activos líquidos de reversões e recuperações	(37 833)	-	-	-	-	(37 833)
Diferenças de Consolidação negativas	-	-	-	-	-	0
Resultados de actividades e investimentos associados (da Parent)	407	(2 063)	177	-	-	(2 479)
Resultado antes de impostos e de interesses que não controlam	(184 753)	(8 433)	93 898	(28 967)	(17 997)	(188 152)
Correções	43 747	336	(17 865)	2 821	301	28 784
Diferenças	(8 739)	-	(4 645)	-	(182)	(14 566)
Resultado após impostos e antes de interesses que não controlam	(149 745)	(8 097)	76 478	(23 838)	(17 258)	(193 360)
Interesses que não controlam	78 754	182	(823)	2 392	(785)	78 820
Resultado da Exercício	(70 991)	(7 915)	75 655	(21 738)	(18 043)	(17 419)

31/12/2010	Portugal	Resto da Europa	América Latina	América do Norte	Resto do Mundo	TOTAL
Margem Financeira - Clientes externos	288 856	2 288	67 020	8 438	3 282	369 884
Margem Financeira - Inter - Segmentos	3 212	2 039	(3 022)	8 850	8 629	0
Margem Financeira	292 068	4 327	64 000	17 288	11 911	369 884
Rendimento de instrumentos de capital	813	-	-	-	82	895
Rendimento de serviços e comissões - Clientes externos	111 773	448	20 243	4 093	3 632	140 189
Rendimento de serviços e comissões - Inter - Segmentos	10 529	-	-	1 544	3 088	15 161
Rendimento de serviços e comissões	122 302	448	20 243	5 637	6 720	155 350
Encargos com serviços e comissões - Clientes externos	(18 682)	(288)	(3 498)	(229)	(1 318)	(23 715)
Encargos com serviços e comissões - Inter - Segmentos	(8 579)	(54)	-	(3 844)	(2)	(12 459)
Encargos com serviços e comissões	(27 261)	(342)	(3 498)	(4 064)	(1 320)	(36 485)
Resultados de Activos e Passivos avaliados ao Justo Valor através de resultados	(6 668)	88	(400)	2	2 214	(4 674)
Resultados de Activos Financeiros disponíveis para Venda	1 578	12 952	3 364	-	-	17 894
Resultados de Reavaliação Cambial	8 881	538	(8 475)	(182)	818	10 778
Outros Resultados de Exploração	84 795	(377)	(8 475)	3 306	(4 711)	53 528
Produto de Actividade	426 899	18 794	78 015	6 865	(15 205)	548 509
Gastos com Pessoal	(138 168)	(3 733)	(24 263)	(3 305)	(3 711)	(173 180)
Outros gastos administrativos	(183 623)	(3 830)	(32 739)	(2 232)	(2 021)	(224 485)
Amortizações de exercício	(33 019)	(875)	(2 524)	-	(728)	(37 146)
Provisões líquidas de amortizações	1 121	-	-	-	-	1 121
Imparidade do crédito líquido de reversões e recuperações	(88 818)	(678)	(61)	(2 836)	(8 281)	(100 674)
Imparidade de outros activos financeiros líquidos de reversões e recuperações	(288)	(4 627)	-	-	-	(4 915)
Imparidade de outros activos líquidos de reversões e recuperações	(2 958)	(8 735)	-	-	(314)	(11 997)
Diferenças de Consolidação negativas	-	-	-	-	-	0
Resultados de actividades e investimentos associados (da Parent)	2 128	(8 188)	-	-	-	(6 060)
Resultado antes de impostos e de interesses que não controlam	(58 317)	(11 928)	8 586	(1 382)	2 254	(64 837)
Correções	(7 739)	1 440	(173)	(1)	(1 507)	(8 080)
Diferenças	(8 201)	1 486	8 532	(1)	(1 308)	(2 792)
Resultado após impostos e antes de interesses que não controlam	(74 257)	(9 802)	9 945	(1 384)	744	(74 994)
Interesses que não controlam	(26 488)	788	(338)	(121)	(886)	(27 045)
Resultado da Exercício	(47 769)	(9 014)	9 607	(1 505)	(121)	(58 192)

206
 [Handwritten signatures and initials]

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2011 e 2010
Rentipar Financeira, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

6. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Caixa	49.362	57.929
Depósitos à ordem em Banco Centrais	238.720	60.490
Juros de disponibilidades	2	321
	288.084	118.740

Os depósitos à ordem em Bancos Centrais incluem o montante de 221.865 milhares de euros, que visam satisfazer as exigências legais de constituição de disponibilidades mínimas de caixa no Banco de Portugal. De acordo com o Aviso do Banco de Portugal nº 7/94 de 19 de Outubro, o coeficiente a aplicar ascende a 2% dos passivos elegíveis. Estes depósitos passaram a ser remunerados a partir de 1 de Janeiro de 1999.

7. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Cheques a cobrar		
No país	22.282	26.759
No estrangeiro	521	106
Depósito à ordem		
No país	3.355	13.417
No estrangeiro	102.553	123.906
Outros	55.244	53.918
	183.955	218.106

Os cheques a cobrar sobre instituições de crédito no País, em 31 de Dezembro de 2011, foram compensados na Câmara de Compensação nos primeiros dias úteis de Janeiro de 2012.

207
F.D.
PGR

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2011 e 2010
Rentipar Financeira, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

8. ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Instrumentos financeiros derivados com justo valor positivo	77.652	115.023
Instrumentos de dívida	144.747	278.656
Instrumentos de capital	34.145	65.423
	256.544	459.102

Na Nota 15 é apresentado o detalhe dos derivados por tipo de instrumento.

A carteira de títulos de negociação em 31 de Dezembro de 2011 tem a seguinte composição (valor de balanço dos instrumentos de dívida incluem juros corridos e a cotação dos instrumentos de capital está expressa em euros):

Natureza e espécie	Quantidade	Cotação	Valor de balanço
Instrumentos de Dívida			
NTN-B	24.850	896	22.255
NTN-B	20.022	900	18.014
DEBENTURES - TRISUL	30.000.000	78,86%	9.793
LETRAS DO TESOIRO NACIONAL	23.552.000	95,26%	9.287
CCB POS T - SMI	20.302.275	106,74%	8.970
NTN-F	15.000	434	6.506
NTN-B	6.000	909	5.456
RENTIPAR SEGUROS SGPS SA - 4.75%	5.000.000	100,00%	5.000
NTN-F	10.000	434	4.338
BANCO COMERCIAL PORTUGUES - 3.625%	4.000.000	100,00%	4.000
NTN-B	4.200	895	3.761
PORTUGAL TELECOM INT. FIN - 3.75%	3.000.000	99,56%	2.987
NTN-B	2.970	909	2.701
BANCO ESPIRITO SANTO (BESPL) - 3.75%	2.300.000	99,95%	2.299
NTN-F	5.000	418	2.089
TESOURO	2.220.000	220,26%	2.024
EDP - 4.25%	2.000.000	99,32%	1.986
CAIXA ECONOMICA MONTEPIO GERAL 3.25%	2.000.000	96,01%	1.920
BOV 4.8% 2018	1.900.000	100,78%	1.915
NTN-B	2.056	900	1.850
CXA GERAL DE DEPOSITOS 3.625%	2.100.000	83,50%	1.754
BANCO ESPIRITO SANTO (BESPL) - FLOAT	1.700.000	99,26%	1.687
PETROBRAS INTL FINANCE CO	1.925.000	106,88%	1.628
BPI SA FLOATING	1.500.000	99,80%	1.497
BANCO SANTANDER TOTTA SA 3.75%	1.450.000	99,15%	1.438
LETRAS FINANCEIRAS DO TESOIRO	410	2.078	852
LETRAS DO TESOIRO NACIONAL	2.194.000	86,39%	784

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2011 e 2010
Rentipar Financeira, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

Natureza e espécie	Quantidade	Cotação	Valor de balanço
BANCO SAFRA SA 3 1/2 05/14	1.000.000	99,75%	774
TELEMAR N LESTE SA 5 1/2 10/20	963.000	99,00%	744
LFT	300	2.077	623
MGS - 5.25%	588.900	101,78%	599
ITAU UNIBANCO HLDG SA/KY 01/21	688.000	101,25%	552
CIA SEG ACORES SA 17/12/2017	685.000	78,00%	535
BANCO BRASIL (CI) BANBRA4 1/2 01/16	500.000	98,60%	514
SANEAMENTO BASIC SABESP6 1/4 20-18	600.000	102,75%	478
FED REPUBLIC OF BRASIL	478.000	119,25%	450
REDE EMPRESAS DE ENERCI A 04/02/2049	659.000	83,00%	437
BR PROPERTIES SA BRPRSA9 12/49-15	530.000	100,00%	418
MORGAN ST & CO MS11 1/2 10/22/20	1.000.000	95,75%	405
BANCO FIBRA SA 5 7/8 05/14	500.000	100,50%	403
PETROBRAS INTL FINANCE 12/18	425.000	121,50%	401
FIMBANK 4.25%	401.500	99,78%	401
VALE OVERSEAS LIMITED 01/34	360.000	127,47%	365
GOL FINANCE	520.000	81,00%	334
SANTANDER BRASIL 4 1/2 10/15	440.000	97,25%	334
CCL FINANCE LTD 9 1/2 08/14	356.000	112,00%	318
PETROBRAS INTL FINANCE CO 01/40	343.000	115,41%	314
PETROLEOS MEXICANOS	275.000	104,19%	301
REPUBLIC OF BRAZIL 01/10/2028	565.000	114,50%	279
ENERGIPE Y SAELPA 07/19/13	292.000	108,00%	254
4.8% BANK OF VALLETTA PLC SUB BONDS 2020	248.400	100,26%	249
CENT ELET BRASIL 5 3/4 10/21	300.000	104,38%	244
EMBRAER OVERSEAS LTD 01/17	280.000	108,00%	240
BANCO DO NORDEST NORBRA3 5/8 11/15	310.000	99,50%	240
BANCO ABC-BRASIL SA 7 7/8 04/20	304.000	97,00%	232
CESP-COMP ENER SAO PAULO 08/11/13	250.000	106,50%	213
BANCO BRADESCO SA 04/15/14	195.000	106,74%	211
FED REPUBLIC OF BRASIL 27	161.000	166,50%	209
BANQUE SAFRA LUX 10 01/15	470.000	100,25%	205
VALE OVERSEAS LIMITED 11/39	185.000	113,71%	164
AMBEV INTL FINANCE CO 9 1/2 07/17	350.000	105,00%	158
LPG INTERNATIONAL INC 12/20/2015	185.000	109,75%	157
BANCO BRADESCO CAYMAN 4 1/8 05/16	200.000	101,25%	157
BANCO PACTUAL/KY 4 7/8 07/16	200.000	98,75%	156
CESP-COMP ENER SAO PAULO 01/15/2015	250.000	79,00%	153
PETROLEO INTL FIN CO 10/06/16	160.000	111,00%	139
BANCO NAC DESENV ECON 09/17	137.000	98,53%	137
BANCO BMG8 04/15/18	200.000	86,00%	136
FED REPUBLIC OF BRASIL	200.000	117,70%	135
CENTRAL ELET BRASILEIRAS SA 07/19	149.000	113,50%	134
VALE OVERSEAS LIMITED 11/21/36	150.000	113,07%	132
PETROLEOS MEXICA PEMEX 6 5/8 49-15	170.000	100,50%	132

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2011 e 2010
Rentipar Financeira, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

Natureza e espécie	Quantidade	Cotação	Valor de balanço
PETROLEOS MEXICA PEMEX 4 7/8 03/15	150.000	106,50%	125
ITAU UNIBANCO HOLDING SA 04/15/20	150.000	105,00%	123
ODEBRECHT FINANCE LTD 7 04/21/20	145.000	107,25%	122
BANCO DO BRASIL (CAYMAN) 01/15	150.000	103,25%	122
CSN ISLANDS XII 7 12/23/49	161.000	96,50%	120
BANCO BRASL 3 7/8 01/17	150.000	98,75%	114
BANCO VOTORANTIM NASSAU 04/10/2014	250.000	103,00%	109
BANCO BMG SA	145.000	93,75%	107
BANCO DO BRASIL 5 3/8 01/21	132.000	100,38%	105
FED REPUBLIC OF BRASIL	108.000	118,50%	101
HSBC BANK MALTA PLC 4.6% - 01/02/2017	92.325	101,63%	94
NTN-B	100	900	90
CSN ISLANDS XI CORP 6 7/8 09/19	105.000	106,05%	88
SADIA OVERSEAS LTD 05/24/2017	100.000	107,00%	83
GLOBO COMUNICACOES PART 6 1/449-15	100.000	104,75%	82
PEMEX PROJ FDG MASTER TR	82.000	92,75%	80
BANCO BRADESCO (CAYMAN) 03/15	100.000	102,00%	80
BANCO DAYCOVAL SA 03/15	100.000	100,00%	79
BANCO FIBRA SA	100.000	99,50%	78
BANCO PANAMERICANO 5 1/2 08/15	100.000	99,25%	78
BANCO BMG 9.1501/15/2016	100.000	95,00%	77
OGX PETROLEO E G 8 1/2 06/18	100.000	98,38%	77
BRASIL TELECOM 9 3/4 09/16	185.000	98,00%	77
PETROBRAS INTL FINANCE	80.000	119,47%	75
COSAN OVERSEAS COSAN 8 1/4 49-15	90.000	100,38%	71
ENERGISA SA ENGBZ9 1/2 01/49	85.000	103,75%	69
CSN ISLANDS IX CORP	77.000	109,30%	68
BANCO MERCANT DO BRASIL 05/08/2012	235.000	100,25%	61
BANCO IND E COM BIC5 1/4 10/25/15	80.000	95,50%	60
FED REPUBLIC OF BRASIL 03/30	39.000	190,0%	58
BANCO VOTORANTIM 6 1/4 05/16	135.000	102,00%	57
BRASKEM FINANCE SA	65.000	111,00%	56
ODEBRECHT VIII/I ODEBRE6.35 21-20	70.000	103,00%	56
FED REPUBLIC OF BRAZIL 06/13	62.000	113,50%	55
PETROBRAS INTL FIN CO 03/01/2018	60.000	109,79%	52
BANCO DO BRASIL (CAYMAN) 10/49	50.000	116,00%	45
ANHEUSER-BUSCH ABIBB 9 3/4 11/15	100.000	105,50%	44
VOTORANTIM OVERSEAS 06/20	46.000	111,25%	40
BANCO MERCANT DO BRASIL 9 5/8 07/20	49.000	100,75%	40
PETROBRAS INTL PETBRA 3 7/8 01/16	50.000	102,95%	40
BANCO BRASL 5 7/8 01/22	50.000	100,65%	40
COSAN FINANCE LTD 02/01/2017	45.000	108,50%	39
MIDI PLC BOND 7% 2016 - 2018	38.000	101,61%	39
ODEBRECHT FINANCE LTD 7 1/2 49-15	50.000	97,50%	38

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2011 e 2010
Rentipar Financeira, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

Natureza e espécie	Quantidade	Cotação	Valor de balanço
FIMBANK 4.25%	38.622	99,57%	38
BANCO BMG SA 6 1/2 03/14	48.000	92,00%	35
BANCO SAFRA SA (CAYMAN) 04/03/2017	80.000	99,50%	34
FED REPUBLIC OF BRASIL	28.000	139,75%	31
CSN ISLANDS VIII CORP	35.000	112,29%	30
5.35% BANK OF VALLETTA PLC SUB BONDS 201	29.100	102,97%	30
BANCO CRUZEIRO 8 1/2 02/15	40.000	74,00%	24
CIMENTO TUPI SA 9 3/4 05/18	30.000	102,00%	24
BANCO CRUZEIRO DO SUL SA 02/15	50.000	57,50%	23
PETROBRAS INTL FINANCE	25.000	113,13%	22
BANCO VOTORANTIM 5 1/4 02/16	27.000	101,00%	21
BANCO PANAMERICANO SA 7 10/26/12	25.000	102,75%	20
BRASKEM FIN LTD BRASKM7 3/8 12/49	25.000	99,50%	20
PEMEX PROJ FDG MASTER TR	20.000	114,25%	18
MIDI PLC BOND 7%	17.506	101,34%	18
FED REPUBLIC OF BRAZIL 08/40	11.000	132,75%	12
BANCO DO BRASIL (CAYMAN)	25.000	105,50%	11
LFT	5	2.000	10
VALE OVERSEAS LIMITED 01/23/2017	10.000	112,79%	9
MORGAN STANLEY 05/03/2017	22.000	91,25%	8
ODEBRECHT FINANCE LTD 10/18/2017	9.000	108,00%	8
EMBRAER OVERSEAS LTD 6 3/8 01/20	9.000	107,10%	8
CSN RESOURCES SA 6 1/2 07/20	10.000	104,25%	8
PEMEX PROJ FDG MASTER TR 03/01/2018	8.000	110,00%	7
GERDAU HOLDINGS INC	8.000	105,25%	7
			144.747

Natureza e espécie	Quantidade	Cotação	Valor de balanço
Instrumentos de Capital			
FIP Real Estate Brasil	3.678	5.555,2	20.433
COTAS DE FDO. EM DIREITOS CRÉDITORIOS	6.240.000	1,0	6.240
MULTI FUND REALTY ZZ	1	3.018.973,6	3.019
MULTI FUND REALTY CO	1	2.319.734,9	2.320
FIDC ODEBRECHT - CNO	2.000.000	0,4	888
MILLENNIUM - TIBR6	14.100.000	0,1	759
COTAS MAESTRO FIM	719.053	0,6	429
CIPAN	5.000	1,0	5
IMPRESA SGPS	100	0,5	-
PARMALAT FINANZIARIA SPA	30.000	0,0	-
OCEAN RIG UDW	1	12,2	-
REN SGPS	25.000	2,1	52
AMERICAN INTERNATIONAL - CW21	1	5,5	-
			34.145

Handwritten signatures and initials, including the number 211.

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2011 e 2010
Rentipar Financeira, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

Instrumentos de dívida no montante de 5.859 milhares de euros encontram-se a caucionar operações de *Repos's*.

9. OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Instrumentos de capital	89.420	249.440
Instrumentos de dívida	113.468	136.671
	202.888	386.111

A carteira de títulos ao justo valor através de resultados em 31 de Dezembro de 2011 tem a seguinte composição (valor de balanço dos instrumentos de dívida incluem juros corridos, a cotação dos instrumentos de capital está expressa em euros):

Natureza e espécie	Quantidade	Cotação	Valor de balanço
Instrumentos de Dívida			
OBRIGAÇÕES TES MEDIO PRAZO 5%	43.400.000	97,00%	43.278
RENTIPAR SEGUROS 2015	28.500.000	100,00%	28.710
EURO INVEST SERIE 12 2011/2014 (EUR)	22.486.000	100,00%	22.495
EURO INVEST SERIE 13 2011/2014 (USD)	9.078.000	100,00%	7.018
CDB	14.503	100,00%	6.003
AÇOREANA TX VR DEZ17	2.452.000	100,00%	2.455
REP ANGOLA FLT 15NOV2012 (USD)	2.450.000	100,00%	1.902
ESFG Var Perp	1.000.000	58,77%	588
OT-5% 15 JUNHO/2012	240.000	95,49%	230
PORTB 0 03/23/12	100.000	98,89%	98
US TREASURY 0.375 12	116.000	100,18%	89
SPGB 3.25 04/16	67.000	96,19%	65
PGB 4 3/8 06/16/14 JUN	80.000	77,64%	64
BOTS 0% 11/15/12	58.000	96,76%	56
PORTB 0 05/18/12	56.000	97,92%	54
ISPIM 2.625 12/12	50.000	97,31%	48
BBVASM FLOAT 01/13	45.000	96,77%	43
SANTAN FLOAT 01/13	45.000	96,50%	43
BCP FINANCE 02/12	40.000	98,31%	40
BESPL FLOAT 03/12	40.000	98,25%	40
TELEFONICA 4.967% 16	40.000	100,29%	40
UCGIM FLOAT 07/12	40.000	98,84%	40
BOTS 0% 05/31/12	35.000	98,68%	35
BRCORO 4.797% 13	40.000	85,00%	34
OBRIGAÇÕES TES MEDIO PRAZO 5,45	1	85,00%	-
			113.468

212
d
PCF

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2011 e 2010
Rentipar Financeira, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

Natureza e espécie	Quantidade	Cotação	Valor de balanço
Instrumentos de Capital			
APLICAÇÃO URBANAXIV, SA	615.000	30,2	18.577
BANIF CAPITAL INFRASTRUCTURE FUND	3.485,0	4.189	14.597
MIAMI RIVER	1,0	8.810.573	8.811
AVIVA CENT EUROP FUN	6.749.682	0,9	5.805
NEW ENERGY FUND	213,0	24.239	5.163
PORTO NOVO F.I.I.F.	41.575,0	99	4.122
BANIF MULTI-FUND GLOBAL REAL ESTATE	31.690,0	113	3.577
GCC LISBOA - GESTÃO DE CEN. COMERCIAIS,	135.000	18,8	2.542
PREFF-PAN EURO R EST	29.750	82,9	2.466
GED SUR FCR-CL B	49.900,0	46	2.303
FLORESTA ATLÂNTICA - SGFII (CL B)	40.000,0	57	2.273
JPM GREATER CHINA	187.715.162	0,0	1.560
FINE ART FUND	18.170	67,2	1.221
B.EURO ACCOES	659.360	1,5	970
BANIF GLOBAL PRIVATE EQUITY F - FCR	1.000.000,0	1	642
HOZAR PORTUGAL SA	502.391	1,2	610
COMP ^o QUINTAS SGPS SA	360.000	1,5	530
DB GLOB MAST SER4-05	2.408	128,1	309
DB GLOB MAST L 07/07	2.824	94,9	268
PORTUGAL VENTURE CAPITAL INITIATIVE	249.750	1,0	248
PICTET EASTERN EUR R	734	277,3	204
GREFF- EURO R EST A	2.541	76,9	195
RAIFF EASTER EURO EQ	757	248,4	188
SCHRODER CONVERG EUR	10.010	16,5	165
FRANKLIN MUTUAL BEAC	7.348	18,1	133
BELM RX SPC FI DEC08	1.909	62,3	119
PICTET US EQUI SEL R	1.151	86,0	99
DWS RUSSIA	531	178,6	95
FIDELITY AMERIC USD	18.340	3,7	68
LYXOR ETF EAST EUROP	4.600	14,8	68
ENACOL-EMP. NAC. COMBUSTÍVEIS	59.000	1,0	59
INAPA - INV. PART. GESTÃO	416.372	0,1	59
MELLON GLOBAL FUND	47.528	1,2	56
B.EURO TESOURARIA	4.878	7,6	37
ALLIANZ RCM US EQ.US	450	82,2	37
VISA	36.000	1,0	36
BANIF IBERIA	6.883	5,0	34
FRANKLIN MUTUAL BEAC	1.456	18,5	27
PICTET US EQUI SEL R	289	86,4	25
JP MORGAN EUROP PROP	4	5.553,3	22
AXA WORLD FUND "A"	245	77,5	19
ALLIANZ RCM EU EQ AT	112	158,3	18
WESTAM-EU HIGH YIE B	846	17,4	15



 213

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2011 e 2010
Rentipar Financeira, SGPS e Subsidiárias

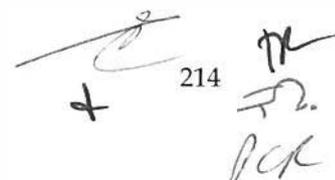
(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

Natureza e espécie	Quantidade	Cotação	Valor de balanço
DWS EURO CORP HIGH	346	32,1	11
PICTET EUR HIGH YIEL	75	151,6	11
GED SUR FCR-CL A	100,0	46	5
FCP	11.446	0,5	5
SCHRODER EMERG MKT	545	7,3	4
SPDR TRUST SERIES 1	40	100,0	4
LYXOR ETF MSCI EMERG	530	7,0	4
DAX EX	70	54,0	4
PICTET EMERGING MKTS	7	445,8	3
MARINA PALMS	1,0	0	-
PROSHARES SHORT S&P	0	40,3	-
EDP Renovaveis	945.000	4,7	4.468
Altri,SGPS	200.000	1,2	240
BPI	201.536	0,5	97
Impresa	430.000	0,5	202
Portucel	285.000	1,8	524
EDP	50.000	2,4	120
BCP	9.935.795	0,1	1.351
Martifer	90	1,1	-
EDP Renovaveis	50.000	4,7	236
SLN	1.000		3
Mota-Engil	285.000	1,0	295
Jerónimo Martins	52.448	12,8	671
Cofina	140.000	0,8	106
Sonae,SGPS	150.000	0,5	69
Teixeira Duarte	150.000	0,2	32
Corticeira Amorim	500.000	1,4	675
E. Santo Financial Group	21.000	5,2	108
Banif Capital Infrastructure Fund	215	8.370,4	1.800
			89.420

Conforme política contabilística apresentada na Nota 3.6, o Grupo classifica na carteira de títulos de "Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados" as participações em fundos de investimento superiores a 20% e que não detenha o controlo, quando detidos através de fundos de investimento, de capital de risco ou de bancos, atendendo às características destas operações (*seed capital*).

O montante de 64 milhares de euros de Obrigações do Tesouro correspondem a "Activos dados em garantia" que se encontram a caucionar os compromissos irrevogáveis com o Fundo de Garantia de Depósitos.

Obrigações do Tesouro no montante de 43.867 milhares de euros estão utilizadas como caução de operações de refinanciamento com o BCE, conforme Nota 23.

214


2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2011 e 2010
Rentipar Financeira, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

10. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Instrumentos de dívida	486.737	275.314
Instrumentos de capital	82.359	23.215
Imparidade	(941)	-
Imparidade	(6.749)	(4.119)
	561.406	294.410

A carteira de títulos disponíveis para venda tem a seguinte composição em 31 de Dezembro de 2011:

Natureza e espécie	Quantidade	Valor de balanço	Imparidade
Instrumentos de dívida			
BILHETES DO TESOIRO 20JAN2012	175.000.000	174.650	-
BILHETES DO TESOIRO 20ABR2012	75.000.000	73.971	-
OBRIGAÇÕES TES MÉDIO PRAZO 5%	20.500.000	20.442	-
OBRIG. TESOIRO 09/14JUN2019 4.75%	33.750.000	19.498	-
PGB 3,35 10/15/15	19.670.000	13.890	-
OBRIGACOES DO TESOIRO 4.8 06/15/20	24.655.000	13.797	-
OBRIGAÇÕES DO TESOIRO CABOVERDIANO	9.698	9.699	-
NTN-F	20.500	8.722	-
NTN-F	20.000	8.357	-
NTN-F	19.500	8.297	-
OBRIGACOES DO TESOIRO 6.4 02/15/16	9.370.000	7.297	-
PARPUBLICA 3 1/2 07/13	10.000.000	7.018	-
BCP 3,625% 19JAN2012	5.000.000	5.156	-
OBRIG. TESOIRO SETEMBRO 1998/2013	5.787.980	5.121	-
CAJAMADRID 4.25% FEV 14	5.000.000	5.071	-
RENTIPAR SEGUROS 2010/2015	5.000.000	5.000	-
BANCO BPI SA01/12	5.000.000	4.922	-
NTN-F	11.000	4.597	-
BARCLAYS BANK PLC 01/17	4.500.000	4.594	-
NTN-B	5.000	4.499	-
CGD 3.625% JUL14	5.000.000	4.160	-
BES 5,625% 5JUN2014	5.000.000	4.138	-
BCP 4,75% OUT14	5.000.000	4.009	-
CGD 5,125% FEV14	3.750.000	3.543	-
GE CAP EUR FUND 5 1/4 01/31/13	3.250.000	3.518	-
VODAFONE GROUP PLC 01/22	3.000.000	3.438	-
CAIXA GERAL DEPO 5 1/8 02/14	3.250.000	3.069	-
PORTUGUESE QT'S 4.35 10/16/17	5.000.000	2.966	-
CITIGROUP INC 7 3/8 06/16/14	2.500.000	2.756	-
EDP FINANCE BV 3 1/4 03/15	3.000.000	2.537	-
LLOYDS BANK TSB BANK PLC 5 3/8	2.500.000	2.418	-
NTN-B	2.600	2.364	-
CP COMBOIOS DE PORTUGAL 4.17 10/19	5.000.000	2.343	-
BK IRLAND 4 4,625% SET14	2.500.000	2.156	-
BANO ESPRITO SANTO 3 3/4 01/12	2.050.000	2.118	-
DEUTSCHE TELEKOM INT FIN 07/13/22	2.000.000	2.095	-
GOLDMAN SACHS GROUP INC 03/17	2.000.000	1.925	-
TELEFONICA EMISIONES SAU	2.000.000	1.852	-
INTESA SANPAOLO SPA	2.000.000	1.761	-
NTN-F	4.000	1.671	-
DAIMLER AG 4 1/801/17	1.500.000	1.652	-
VALE SA	1.500.000	1.577	-
VOTO VOTORANTIM LDA 04/17	1.200.000	1.232	-

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2011 e 2010
Rentipar Financeira, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

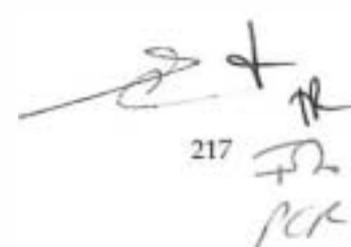
Natureza e espécie	Quantidade	Valor de balanço	Imparidade
BANCO COMERCIAL PORTUGUES	1.050.000	1.072	-
GRÉCIA 4,3% MAR 12	2.000.000	1.047	(941)
BANK OF AMERICA CORP 7 06/15/16	1.000.000	1.037	-
NATIONWIDE BLDG SOCIETY 01/15	1.000.000	1.018	-
ENI SPA 4 06/29/20	1.000.000	987	-
BANCO BPI SA 3 07/17/12	1.000.000	979	-
GAS NATURAL CAPITAL 4 1/801/18	1.000.000	972	-
BANCO COMERCIAL PORTUGUES	950.000	970	-
GOLDMAN SACHS GROUP INC FLOAT 10/19	1.000.000	938	-
BANCO NAC DESENV 6 1/2 06/19	1.000.000	887	-
AREVA SA 3 1/2 03/21	1.000.000	853	-
BANK OF IRELAND 4 5/8 09/14	1.000.000	848	-
TELECOM ITALIA SPA 5 1/4 02/22	1.000.000	845	-
CAIXA GERAL DEPO 8 09/28/15 EMTN	882.000	783	-
GLENCORE FINANCE EUROPE	750.000	781	-
MGS - 5.25% (AFS)	661	661	-
BES INVESTIMENTO BRASIL 5 5/8 03/15	800.000	579	-
CITIGROUP INC 7 3/8 09/04/19	500.000	566	-
NOMURA EUROPE FINANCE NV 12/14	500.000	510	-
VIVENDI 4 7/8 12/19	500.000	510	-
SCHNEIDER ELECTRIC SA 3 5/8 07/20	500.000	510	-
KONINKLIJKE KPN NV 3 3/4 09/21/20	500.000	502	-
GAS NATURAL CAPITAL 4 3/8 11/16	500.000	491	-
ABERTIS INFRAESTRUCTURAS 10/16	500.000	482	-
TELEFONICA EMISIONES SAU 3.661 17	500.000	460	-
ALLIED IRISH BKS PLC 4 1/2 10/01/12	500.000	452	-
RECOVERY UNITS-BTA BANK 0% JUL20	11.664.749	451	-
MORGAN STANLEY 5 3/8 08/10/20	500.000	447	-
AÇOREANA TX VR DEZ 17	345.000	345	-
UK BOND UKT 4 3/4 09-07-2015	170.000	237	-
PGB 3,35 10/15/15	330.000	233	-
GERMAN BOND OBL 1 3/4 10-09-2015	200.000	210	-
NTN-B	100	90	-
NTN-B	50	45	-
OBRIGAÇÕES DO TESOURO - JUN 02/12	29.350	29	-
OBRIGAÇÕES DO TESOURO - SET 98/13	22.000	24	-
OBRIGAÇÕES DO TESOURO - ABR 05/21	6.500	18	-
OBRIGAÇÕES DO TESOURO 05/15ABR2021	8.000	12	-
OBRIGAÇÕES DO TESOURO - JUN 03/14	10.000	10	-
OBRIGAÇÕES DO TESOURO 05/JUN/2012	6.000	9	-
		485.796	(941)

216
FR
PC

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2011 e 2010
Rentipar Financeira, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

Natureza e espécie	Quantidade	Valor de balanço	Imparidade
Instrumentos de capital			
LDI DESENV IMOBILIÁRIO	13.317.262	33.622	-
FUNDO FCR	20.000	12.238	-
FOMENTINVEST	4.616.924	6.734	-
LUSO CARBON FUND-FUNDO ESP FECHADO	82	3.688	-
ASCENDI BEIRAS	70.775	3.312	-
ASCENDI NORTE	118.169	1.655	-
PRADERA EUROPEAN RETAIL FUND CLASS1	300.000	1.605	-
VESTIBAN	25.000	1.368	-
AVIVA CENTR EUROPEAN PROPERTY FUND	1.543.012	1.327	-
HABIPREDE SA	5.000	1.250	-
FINE ART FUND (CP)	12.645	1.077	-
PREFF-PAN EUROPEAN REAL STATE FUND	12.750	1.071	-
CORKFOC	271.188	933	(423)
UNICRE, SA	35.076	916	-
TÍT.RENDA VARIÁVEL-AÇÕES MILLENIUM	14.300.000	769	-
KALOUMA HOLDINGS LTD	143	722	-
PRAX CAPITAL III, SCA, SICAR	3.000	640	-
WIL	603.750	600	-
SIBS,SA	103.436	445	-
FINANGEST	526	355	(180)
IMOVALOR	19.890	281	-
DIDIER & QUEIROZ, S.A.	50.000	148	(2)
SOGEO - SOC. GEOTERMICA DOS AÇORES, SA.	24.529	122	-
FLORESTA ATLÂNTICA - SGFII, SA	10.125	120	-
LUSITANIA SEGUROS	476	99	(129)
SITA-SOC. INDUST. TINTAS, SA	97.000	97	-
JP MORGAN EUROPEAN PROPERTY FUND	15	83	-
VISACLASS C	2.533	68	-
COMPANHIS DAS QUINTAS SGPS, S.A.	34.317	51	(121)
ACÇÕES SISP	91.000	51	(40)
NORMA-AÇORES - SOC.ESTUD.APOIO DESENV. REG.	10.000	50	-
GED SUR CAPITAL S.A., SGEGR	30.000	25	-
NOVA COMPANHIA GRANDE HOTEL	50.300	23	(162)
BTA BANK JSC - GDR'S	27.324	21	-
S.W.I.F.T.	14	11	-
TRANSINSULAR (AÇORES) - TRASP. MARITI. INSUL.	2.000	11	-
PRETÓRIA LDA	5.736	6	-
NYSE EURONEXT - US6294911010	201	4	-
CEIM, LDA	800	4	-
FLIPTREL PORTUGAL SGPS	2.500	3	-
BELMONT RX SPC FI DEC08	12	1	-
GARVAL	500	1	-
LISGARANTE	500	1	-
NORGARANTE	500	1	-

217

 PCP

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2011 e 2010
Rentipar Financeira, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

Natureza e espécie	Quantidade	Valor de balanço	Imparidade
FLIPTREL II SA	577	1	-
BELMONT RX SPC FI SEP08	2	-	-
OPUS CREDIT SP1 NOV08	1	-	-
OPUS CREDIT SP2 DEC08	3	-	-
DB GLOBAL MASTERS FUND-V 13-07	4	-	-
OPUS CREDIT SP LIMITED	3	-	-
BEIRA VOUGA	20.317	-	(10)
BEIRA VOUGA ACÇÕES PREFERENCIAIS	21.500	-	(10)
COLISEU MICAELENSE, S A	83	-	-
MACEDO & COELHO	188	-	-
SC BRAGA SAD	20	-	-
TEATRO MICAELENSE, S A	83	-	-
ACT - C -INDÚSTRIA DE CORTIÇAS, S.A	170.410	-	(852)
SUBERCOR	28.137	-	(141)
VINOCOR	156.421	-	(782)
VNCORK	801	-	-
TAEM SGPS	125	-	-
PAN ATLANTICA	950.000	-	(589)
ASCENDI OPERADORA BLA	139	-	-
ASCENDI OPERADORA NT	210	-	-
AÇORLINE	3.280	-	(3.308)
		75.610	(6.749)

O movimento da imparidade de activos financeiros disponíveis para venda, durante o exercício de 2011, é apresentado na Nota 42.

O montante de 12.510 milhares de euros de Obrigações do tesouro correspondem a "Activos dados em garantia" que se encontram a caucionar os compromissos irrevogáveis com o Fundo de Garantia de Depósitos e o Sistema de Indemnização.

Títulos no montante de 369.271 milhares de euros estão utilizados como caução de operações de refinanciamento com o BCE e crédito intradiário junto do Banco de Portugal, conforme Nota 23.

218

[Handwritten signatures and initials]

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2011 e 2010
Rentipar Financeira, SGPS e Subsidiárias

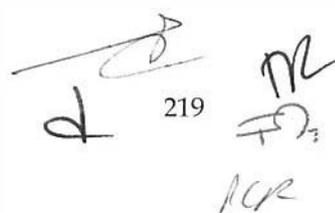
(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

17

11. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Mercado monetário interbancário	-	250.000
Operações de compra com acordo de revenda		
No país	499.952	-
No estrangeiro	3.338	-
Depósitos		
No país	32.606	2.988
No estrangeiro	93.598	175.323
Empréstimos		
No país	-	-
No estrangeiro	3.332	20.784
Aplicações a muito curto prazo		
No país	-	-
No estrangeiro	17.978	40.425
Outros	7.044	1.502
Total	657.848	491.022


219
MR
FR
ACR

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2011 e 2010
Rentipar Financeira, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

17

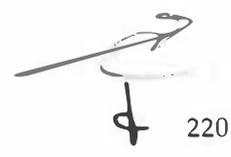
12. CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Rubricas de Crédito	31-12-2011	31-12-2010
Crédito a Empresas		
Contas Correntes	1.587.583	1.858.327
Desconto e outros créditos titulados por efeitos	185.865	281.340
Empréstimos	2.591.433	2.616.700
Descobertos	75.157	90.604
Factoring	182.273	172.284
Locação Financeira	327.180	389.884
Outros	189.422	331.172
Crédito a Particulares		
Habitação	3.387.901	3.369.796
Consumo	925.414	1.064.837
Outras finalidades		
Empréstimos	641.317	668.146
Contas Correntes	166.529	201.571
Desconto e outros créditos titulados por efeitos	10.675	17.877
Locação financeira	18.887	91.959
Descobertos	45.781	54.256
Outros	193.262	244.609
Outros créditos e valores a receber (titulados)	304.932	482.193
Crédito e juros vencidos	1.064.469	831.401
Rendimentos a receber	95.300	91.012
Despesas com rendimento diferido	-	-
Receitas com rendimento diferido	(13.089)	(15.401)
Imparidade em Crédito Concedido	(813.531)	(594.857)
Total	11.166.761	12.247.710

Dos empréstimos a empresas, o montante de 94 milhões de euros está a ser utilizado como caução de operações de refinanciamento como o BCE, conforme Nota 23.

A rubrica "Outros créditos e valores a receber" inclui 29.622 milhares de títulos de dívida, dos quais o montante de 1.102 milhares de euros estão utilizado como caução de operações de refinanciamento com o BCE, conforme Nota 23.





2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2011 e 2010
Rentipar Financeira, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

A rubrica "Crédito e juros vencidos" inclui prestações vencidas à mais de 90 dias. As prestações vencidas entre 30 dias e 90 dias correspondem a 195.192 milhares de euros (184.549 milhares de euros em 2010).

A rubrica de crédito a clientes inclui o montante de 4.415.156 milhares de euros de créditos objecto de securitização.

O crédito relativo à locação financeira é o seguinte:

	31-12-2011	31-12-2010
<u>Rendas e valores residuais Vincendos:</u>		
Até 1 ano	26.151	53.890
De 1 ano até 5 anos	199.877	260.972
Mais de 5 anos	254.180	253.848
	480.208	568.710
<u>Juros vincendos :</u>		
Até 1 ano	1.476	7.930
De 1 ano até 5 anos	13.240	23.406
Mais de 5 anos	50.778	55.531
	65.494	86.867
<u>Capital vincendo</u>		
Até 1 ano	24.630	45.961
De 1 ano até 5 anos	185.121	237.565
Mais de 5 anos	195.451	198.317
	405.202	481.843

221
192

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2011 e 2010
Rentipar Financeira, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

Valores residuais não garantidos que acresçam ao benefício do locador: 20.602 milhares de euros.

As rendas e valores residuais vincendos representam o valor mínimo de locação a receber.

Os títulos reclassificados nesta rubrica, em 2008, são os seguintes:

Nome	Quant.	valor balanço	valor mercado
GRANITE MORTGAGE PLC	1.000.000	986	1.041
GRANITE MORTGAGE PLC	2.000.000	748	789
HARBOURMASTER CLO	500.000	4.691	3.595
		6.425	5.425

Estes títulos caso não tivessem sido reclassificados, teriam um impacto positivo de 846 milhares de euros no resultado do exercício de 2011.

Conforme disposto na IFRS 7, os títulos estão valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando maioritariamente dados observáveis de mercado (nível 3).

Não foram registadas perdas por imparidade em títulos de dívida classificados nesta rubrica.

TC
222
JL
PCR

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2011 e 2010
Rentipar Financeira, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

13. **INVESTIMENTOS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE**

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Instrumentos de dívida	53.706	63.939
Imparidade	(200)	-
	53.506	63.939

Titulos no montante de 30.338 milhares de euros estão utilizados como caução de operações de refinanciamento com o BCE, conforme Nota 23.

Instrumentos de dívida no montante de 5.658 milhares de euros encontram-se a caucionar operações de *Repos's*.

A carteira de titulos de investimentos detidos até à maturidade tem a seguinte composição em 31 de Dezembro de 2011:

Natureza e espécie	Quantidade	Valor de balanço	Imparidade
Instrumentos de dívida			
FIDIC.Fdo de Invto em Direitos Creditórios	9.847.000	9.847	-
BANCO TOTTA SA 3 3/4 06/12	8.000.000	8.210	-
CREDIT SUISSE USA INC 04/12/13	7.500.000	5.749	-
PORTUGAL TEL INT FIN	3.900.000	3.922	-
Certificado Depósito Bancário	9.018.036	3.710	-
MORGAN STANLEY & CO INTL	3.000.000	2.951	-
BANCO ESPIRITO SANTO 5 5/8 06/14	2.400.000	2.560	-
PORTUGAL TELECOM INT FIN 12	2.500.000	2.557	-
CRITERIA CAIXACORP SA	2.500.000	2.556	-
CITIGROUP INC 06/14/12	2.537.000	2.524	-
BRISA CONCESSAO BRCORO 4.797 13	2.500.000	2.471	-
FRIESLAND BANK FLOAT 04/13	2.500.000	2.470	-
EDP FINANCE BV 5 1/2 02/14	1.500.000	1.646	-
GOLDMAN SACHS GROUP INC	1.500.000	1.449	-
NATIONAL BANK OF GREECE SA	1.000.000	748	(200)
TECNICIL IMOBILIÁRIA, SA	91	91	-
SOGEI-SOC. GEST. INVESTIMENTOS	45	45	-
		53.506	(200)

223 TR
762
142

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2011 e 2010
Rentipar Financeira, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

Os títulos reclassificados nesta rubrica, em 2008, são os seguintes:

Nome	Quant.	valor balanço	valor mercado
CITIGROUP INC 06/14/12	2.537.000	2.524	2.518
PORTUGAL TELECOM INT FIN 12	2.500.000	2.557	2.547
MORGAN STANLEY & CO INTL	3.000.000	2.951	2.838
CREDIT SUISSE USA 04/12/13	7.500.000	5.748	5.658
FRIESLAND BANK FLOAT 04/13	2.500.000	2.470	2.396
GOLDMAN SACHS GROUP INC	1.500.000	1.449	1.246
		17.699	17.203

Estes títulos caso não tivessem sido reclassificados, teriam um impacto negativo de 110 milhares de euros no resultado do exercício de 2011.

Conforme disposto na IFRS 7, os títulos estão valorizados de acordo com cotações de mercado (nível 2).

14. ACTIVOS COM ACORDO DE RECOMPRA

Os activos com Acordo de Recompra, cujo valor ascende a 72.347 milhares de euros (em 2010 o valor ascendia a 51.004 milhares de euros), correspondem a títulos adquiridos, sobre os quais existe o acordo de os revender por um preço pré-estabelecido, que estão registados no Banco Banif Brasil e Banif – Banco Internacional do Funchal.

Os títulos (colateral) apresentam a seguinte composição:

Natureza e espécie	Quantidade	Valor de balanço
Instrumentos de dívida		
ESPIRITO SANTO PROPERTY	50.000.000	51.283
Letras do Tesouro Nacional - Brasil	10.195	4.020
Letras do Tesouro Nacional - Brasil	47.806	17.044
		72.347

Handwritten notes and signatures at the bottom right of the page, including a large checkmark and the number 224.

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2011 e 2010
Rentipar Financeira, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

15. DERIVADOS

Derivados de Negociação

Os instrumentos financeiros derivados, em que o Grupo é contraparte com as variações do justo valor reconhecidas por contrapartida de resultados, correspondentes aos seguintes tipos de instrumentos:

Descrição	Valores Nacionais	31-12-2011		31-12-2010	
		Justo Valor		Justo Valor	
		Positivo	Negativo	Positivo	Negativo
<u>Contratos sobre taxas de câmbios</u>					
Swap FX	1.639.866	7.323	79	2.172	6.949
Dívidas	103.584	1.983	2.481	10.207	7.950
<u>Contratos sobre taxas de juro</u>					
Interest Rate Swaps	5.872.328	22.407	27.108	44.919	52.377
<u>Contratos sobre crédito</u>					
Credit Default Swap	200.800	41.931	46.716	54.783	68.406
<u>Futuros e outras operações a prazo</u>					
Operações a prazo dívidas	65.291	4.008	4.008	2.942	1.222
	7.881.869	77.652	80.392	115.023	136.904

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados são reconhecidos no balanço em rubricas separadas do Activo e do Passivo. O justo valor positivo é reconhecido em "Activos financeiros detidos para negociação" (Nota 8) e o justo valor negativo em "Passivos financeiros detidos para negociação" (Nota 24).

Derivados de cobertura

Esta rubrica é analisada como segue:

	31-12-2011	31-12-2010
Activo		
Interest rate swaps	-	-
Passivo		
Interest rate swaps	130	1.303
	130	1.303

O Grupo contrata instrumentos financeiros derivados para cobrir a sua exposição ao risco de taxa de juro. O tratamento contabilístico depende da natureza do risco coberto, nomeadamente se o Grupo está exposto às variações de justo valor, ou a variações de cash-flows ou se se encontra perante coberturas de transacções futuras. O Grupo, à data de 31 de Dezembro de 2011 e de acordo com os critérios contabilísticos aplicáveis, apresentava na sua carteira de

d
F2
PCC
ML

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2011 e 2010
Rentipar Financeira, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

passivos emitidos um conjunto de emissões a taxa variável para as quais existiam àquela data instrumentos financeiros derivados (IRS) com o objectivo de efectuarem a cobertura do risco de taxa de juro associado a essas emissões.

O Grupo, para aquelas relações de cobertura que se enquadram nos requisitos obrigatórios da IAS 39, adoptou a contabilidade de cobertura formal, nomeadamente o modelo de cobertura de exposição à variabilidade nos fluxos de caixa (Cash flow hedge) e apresenta na sua carteira de derivados, swaps de taxa de juro, que estão a cobrir o risco de variações nos fluxos de caixa dos Recursos de outras instituições de crédito e Responsabilidades representadas por títulos.

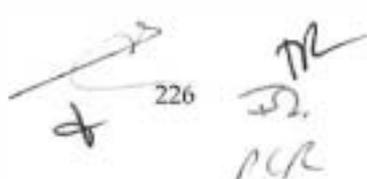
O Grupo realiza periodicamente testes de efectividade das relações de cobertura existentes. No exercício em análise está registado por contrapartida de Reservas de Reavaliação o montante de 1.351 milhares de euros (em 2010: 1.474 milhares de euros), correspondendo à parte efectiva do justo valor dos derivados de cobertura de *cash - flow*.

As operações de cobertura de justo valor em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 podem ser analisadas como segue:

2011				
Produto derivado	Produto coberto	Risco coberto	Nocional	Valor Mercado
Interest rate swaps	Empréstimos	Taxa de juro	15.000	(2)
Interest rate swaps	Obrigações	Taxa de juro	30.000	(97)
Interest rate swaps	Obrigações de securitização	Taxa de juro	8.654	(31)
			53.654	(130)
2010				
Produto derivado	Produto coberto	Risco coberto	Nocional	Valor Mercado
Interest rate swaps	Bullets	Taxa de juro	35.000	(251)
Interest rate swaps	Obrigações	Taxa de juro	30.000	(776)
Interest rate swaps	Obrigações de securitização	Taxa de juro	27.329	(276)
			92.329	(1.303)

A análise da carteira de instrumentos financeiros derivados de cobertura por maturidades é a seguinte:

2011	Nocional	Justo valor
Até 3 meses	-	-
De 3 meses a 1 ano	17.333	(70)
De 1 ano até 5 anos	36.321	(60)
	53.654	(130)
2010	Nocional	Justo valor
Até 3 meses	12.776	(129)
De 3 meses a 1 ano	34.553	(398)
De 1 ano até 5 anos	45.000	(776)
	92.329	(1.303)

226


2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2011 e 2010
Rentipar Financeira, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

Conforme disposto na IFRS 7, os derivados de cobertura estão valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando maioritariamente dados observáveis de mercado (nível 2) (Ver Nota 45).

16. ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Esta rubrica apresentou o seguinte movimento no exercício findo:

Categoria de activo	Saldo líquido em 31-12-2010	Entrada de entidades no perímetro de consolidação	Movimento do exercício				Saldo líquido em 31-12-2011	Imparidade acumulada
			Aquisições	Alienações	Outros movimentos	Perdas de imparidade reconhecidas		
Imóveis e equipamentos	155.508	+	132.534	(15.866)	5.656	(10.154)	267.678	(14.879)
Participações	11.948	+		(11.948)				
Total	167.456	+	132.534	(27.814)	5.656	(10.154)	267.678	(14.879)

No período em referência, as aquisições correspondem ao montante recuperado por meio de execução ou arrematação de garantias colaterais associadas a crédito concedido, correspondendo essencialmente a imóveis.

17. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Esta rubrica apresentou o seguinte movimento no exercício findo:

Categoria de activo	Saldo em 31-12-2010	Entrada de entidades no perímetro de consolidação	Transferências						Saldo em 31-12-2011	
			Aquisições	Reavaliações	Alienações	Imóveis de serviço próprio	Activos detidos p/ venda	Outros activos		Diferença de câmbio
Edifícios e terrenos	272.591	396.700	165.284	40.382	(40.887)	1.113	8880	-	(1947)	844.026
	272.591	396.700	165.284	40.382	(40.887)	1.113	8880	-	(1.947)	844.026

As valorizações das propriedades de investimento são realizadas por peritos especializados e independentes de acordo com os critérios e metodologias geralmente aceites para o efeito, que integram análises pelo método do custo e pelo método de mercado, sendo o justo valor definido pelo montante que pode ser razoavelmente esperado pela transacção entre um comprador e um vendedor interessados, com equidade entre ambos, nenhum deles estando obrigado a vender ou a comprar e ambos estando conhecedores de todos os factores relevantes a uma determinada data.

As propriedades de investimento apresentam no exercício os seguintes valores:

- Rendimento de rendas: 21.137 milhares de euros

Handwritten notes and signatures at the bottom right of the page, including the number 227 and various initials.

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2011 e 2010
Rentpar Financeira, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

- Gastos operacionais directos: 4.728 milhares de euros

Os imóveis temporariamente não arrendados elevam-se a 364.127 milhares de euros, sendo o montante de 70.841 milhares de euros referentes a imóveis recebidos por reembolso de crédito próprio.

18. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

Conforme referido na Nota 3.13, os imóveis de serviço próprio são registados pelo justo valor, actualizado de 3 em 3 anos. A última reavaliação foi efectuada com referência a 31/12/2009.

18.1 – Movimento ocorrido no período

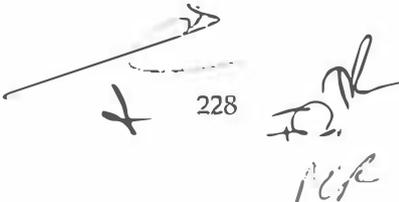
Categoria de activo	Saldo líquido em 31/12/2010	Entrada de propriedade por compra	Aumentos		Transferências	Avaliações de ajuste	Imparidade do exercício	Alterações	Votos	Regularizações	Diferenças de curso	Saldo líquido em 31/12/2011
			Reavaliações	Reavaliações locais								
Imóveis	149.927	122.633	2.815			(1.461)	(9.199)		(2.757)	(94)	(856)	268.365
Equipamentos	31.055		2.670			(914)	(8.335)		(287)	(2.301)	(117)	21.148
Activos em locação operacional	77.171		1.330			(12.359)	(9.813)	(1.285)	(8.110)		(542)	52.475
Activos em locação financeira												
Activos tangíveis em curso	115.38	23.689	5.845			(7.588)						136.288
Outros activos tangíveis	276		83			(2.408)	(643)			(50)		2.084
Total	369.536	146.322	17.693			(18.518)	(28.450)	(1.285)	(11.154)	(2.448)	(1.613)	369.194

O valor líquido dos imóveis, caso os mesmos estivessem contabilizados pelo método do custo, seria 242.090 milhares de euros.

18.2 – Activos fixos tangíveis em regime de locação operacional

Maturidade Residual	Valor Líquido	Pagamentos futuros em locação operacional não cancelável	Rendas contingentes reconhecidas em resultados
Inferior a 1 Ano	166		
Entre 1 e 5 Anos	52.309	19.756	
Superior a 5 Anos			
	52.475	19.757	

Os activos fixos em regime de locação operacional correspondem essencialmente a viaturas.

228


2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2011 e 2010
Rentipar Financeira, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

19. GOODWILL E OUTROS ACTIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido no período foi:

Categoria de activo	Saldo líquido em 31-12-2010	Entrada de endógenos no período de competência	Aquisições	Transferências	Amortizações do exercício	Regratificações	Abates (líquido)	Abates	Diferenças de câmbio	Saldo líquido em 31-12-2011
Goodwill	2.833	-	-	-	-	-	-	-	-	2.833
Activos Intangíveis em curso	14.613	-	3.784	(4.768)	-	-	-	-	-	13.618
Sistemas de tratamento automático de dados (Software)	4.451	-	7.088	5.001	(6.953)	-	-	-	107	9.901
Outros activos intangíveis	1.056	-	381	(212)	(144)	-	-	-	-	1.901
Total	22.953	-	11.253	-	(11.907)	-	-	-	107	27.450

A rubrica Goodwill corresponde às seguintes participações:

Relativamente a 31 de Dezembro de 2011, o Grupo realizou os seguintes testes de imparidade ao goodwill:

Para a sociedade Investaçor, SGPS, SA, foi efectuado um estudo inicial, que justifica o goodwill reconhecido (no montante de 2.218 milhares de euros), e foi efectuado em 2011 uma actualização do mesmo. Em 2010 foi registado uma imparidade de 314 milhares de euros. Nesta análise foi utilizado o método Discounted Cash-Flows, tendo por base a análise prospectiva da actividade futura da empresa e dos seus negócios consubstanciada em projecções económicas e financeiras a médio e longo prazo (6 anos) e à determinação dos respectivos fluxos financeiros previsionais. Na avaliação, foram utilizados os seguintes parâmetros:

- Taxa de inflação: 2,00% (2010: 2,00%)
- Taxa de rendimento real: 4,18% (2010: 3,00%)
- Taxa de risco: 3,07% (2010: 4,00%)
- Taxa de actualização: 9,53% (2010: 9,26%)
- Taxa de risco adicional (perpetuidade): 1,00% (2010: 1,00%)
- Taxa de capitalização: 8,45% (2010: 8,19%)

- Para a sociedade Banco Caboverdiano de Negócios, foi efectuado um estudo inicial, que justifica o goodwill reconhecido (no montante de 872 milhares de euros em 2007 e 215 milhares de euros referentes à aquisição em 2008 de 5,7%), e foi efectuado em 2011 uma actualização do mesmo. Em 2010 foi registada uma imparidade de 57 milhares de euros. Nesta análise foi utilizado o método Discounted Cash-Flows. Na avaliação, de 2011, foram utilizados os seguintes parâmetros:

- Euro Risk free Rate (Rf): 3,00% (2010: 3,21%)
- Mature Market Risk Premium (Rm - Rf): 6,00% (2010: 5,50%)
- Country Rating B1, Default spread: 4,00% (2010: 4,50%)


 L 229
 F.R.
 A.R.

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2011 e 2010
Rentipar Financeira, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

- Relative Volatility Equity vs Fixed Income Markets: 1,5 (2010: 1,5)
- Adjusted Risk Premium: 12,00% (2010: 12,25%)
- Implied KE: 15,60% (2010: 16,66%)
- Perpetual growth rate: 3,00% (2010: 3,00%)
- Período de análise considerado foi de 6 anos

As avaliações ao goodwill foram desenvolvidas com base no pressuposto de continuidade das operações e nos elementos históricos e contabilísticos das entidades avaliadas. As metodologias e pressupostos chave utilizados nas avaliações são comumente aceites para a avaliação de empresas e a sua aplicação foi realizada em concordância com as práticas internacionais de avaliações de empresas e aceites pela Gestão do Grupo. Não foram identificadas possíveis alterações em pressupostos chave que justificassem a quantificação dos respectivos impactos, conforme requerido pelo parágrafo 134 (f) da IAS 36.

No exercício de 2011 não foram registadas perdas por imparidade em activos intangíveis.

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2011 e 2010
Rentipar Financeira, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

19

20. INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a rubrica de Investimentos em Associadas apresenta a seguinte composição:

		2011								
Nome da Sociedade	Endereço	Actividade principal	País de origem	% de participação	Valor da participação	Goodwill	Total do Investimento	Resultado líquido	Dividendos recebidos	
Rentipar Seguros - SGPS SA	Avenida Betomada do Geop - 65	Seguros	Portugal	41,9%	10.071	884	10.955	760	174	
Banca Pueyo	Vergara de Guadalupe - 2 Vitoria de la Serna - Basco	Banca	Espanha	33,3%	27.600	27.600	40.140	6.017	1.708	
Seguros	Torre de Guadalupe - 111 Bilbao	Banca	Espanha	28,9%	2.377	-	7.800	174.220	18.800	
Immobiliaria Inmobiliar	Paseo de la Constitución - 6 Vitoria de la Serna	Imobiliário	Espanha	33,3%	3.900	-	7.907	70	- 38	
Escopel	R. Alameda do Rego 1940 1050-000 Lisboa	Imobiliário	Portugal	25,0%	-	-	17.991	180	220	
Wolff	Rua Fernando Pessoa 1011 Pólo Amsterdã - Holanda	Serviços financeiros	Espanha	25,0%	1.300	-	6.200	18	- 25	
Reparação	Portugal	Fundo de investimento	Irlanda	31,9%	-	-	0	18	17	
Central de Registo de Titulos	Rua Paulo de Saa	Imobiliário	Portugal	41,6%	10.007	-	10.007	-	127	
						127.967	10.261	191.194	174.220	18.800
		2010								
Nome da Sociedade	Endereço	Actividade principal	País de origem	% de participação	Valor da participação	Goodwill	Total do Investimento	Resultado líquido	Dividendos recebidos	
Rentipar Seguros - SGPS SA	Avenida Betomada do Geop - 65	Seguros	Portugal	41,9%	10.071	884	10.955	448	2.174	
Banca Pueyo	Vergara de Guadalupe - 2 Vitoria de la Serna - Basco	Banca	Espanha	33,3%	27.600	27.600	40.140	3.191	7.900	
Seguros	Torre de Guadalupe - 111 Bilbao	Banca	Espanha	27,9%	2.377	1.907	42.877	20.476	18.800	
Immobiliaria Inmobiliar	Paseo de la Constitución - 6 Vitoria de la Serna	Imobiliário	Espanha	33,3%	3.900	-	7.900	70	- 37	
Escopel	R. Alameda do Rego 1940 1050-000 Lisboa	Imobiliário	Portugal	25,0%	-	-	18.011	180	270	
Wolff	Rua Fernando Pessoa 1011 Pólo Amsterdã - Holanda	Serviços financeiros	Espanha	25,0%	1.300	-	5.301	206	63	
Reparação	Portugal	Fundo de investimento	Irlanda	31,9%	0	-	0	18	17	
Central de Registo de Titulos	Rua Paulo de Saa	Imobiliário	Portugal	41,7%	10.000	-	10.000	180	-	
Wolff	Rua Fernando Pessoa 1011 Pólo Amsterdã - Holanda	Serviços financeiros	Espanha	25,0%	1.300	-	5.301	190	60	
						110.049	10.830	191.194	174.220	18.800

Para goodwill registado nas participações da Banca Pueyo e Rentipar Seguros foram realizados teste de imparidade, com recurso à metodologia dos "Discounted Free Cash Flows to Equity" e com os seguintes pressupostos:

- Banca Pueyo:

CoE – Cost of Equity: 10,9%

Taxa de crescimento – Perpetuidade: 2,0%

P/E Múltiplo implícito - Valor Terminal: 8,3x

Período de análise: 7 anos

- Rentipar Seguros, SGPS:

Taxa de inflação: 2,00%

Taxa de rendimento real: 3,12%

Taxa de risco: 4,77%

Taxa de actualização: 10,20%

Taxa de risco adicional (perpetuidade): 0,00%

Handwritten signatures and initials: "d", "TR", "PCR", and the number "231".

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2011 e 2010
Rentipar Financeira, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

Taxa de capitalização: 8,20%

Taxa de juro sem risco: 4,98%

Taxa de crescimento nominal na perpetuidade: 2,0%

Período de análise: 7 anos

As avaliações ao goodwill foram desenvolvidas com base no pressuposto de continuidade das operações e nos elementos históricos e contabilísticos das entidades avaliadas. As metodologias e pressupostos chave utilizados nas avaliações são comumente aceites para a avaliação de empresas e a sua aplicação foi realizada em concordância com as práticas internacionais de avaliações de empresas e aceites pela Gestão do Grupo. Não foram identificadas possíveis alterações em pressupostos chave que justificassem a quantificação dos respectivos impactos, conforme requerido pelo parágrafo 134 (f) da IAS 36.

No decorrer do período findo em 31 de Dezembro de 2011, as alterações verificadas em associadas foram as seguintes:

- Em Setembro de 2011, foi estabelecido um acordo com a Caixa Bank, SA ("La Caixa"), no âmbito do qual foi alienado os activos e passivos bancários do Bankpime à La Caixa pelo montante global de 16 milhões de euros.
- No exercício de 2011 o Grupo registou uma imparidade, no montante de 7.067 milhares de euros, relativa à totalidade do goodwill do Bankpime. Verificou-se que os pressupostos de apuramento de goodwill à data de aquisição deixaram de se verificar no corrente ano.
- O Grupo adquiriu 32.74% da Centaurus Reality Group, no montante de 16.501 milhares de euros.

As Sociedades registadas de acordo com o método da equivalência patrimonial reportam os seus dados de acordo com as políticas contabilísticas do Grupo (Nota 3), não existindo problemas na harmonização das políticas contabilísticas.


d 232


2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2011 e 2010
Rentipar Financeira, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

21. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

21.1 Impostos correntes

Esta rubrica tem a seguinte composição por entidade:

	31-12-2011	31-12-2010
Banco Banif Brasil	10.970	12.657
Banif Banco de Investimento	3.951	308
Banif Banco de Investimento (Brasil) SA	3.428	3.450
Grupo Banif Mais SGPS	1.862	3.679
Rentipar Financeira SGPS	1.259	36
Banif Gestão de Activos	975	625
Banif	951	935
Banif Imobiliária	583	255
Banif - SGPS SA	456	2.759
Banif Investimentos - SGPS SA	423	382
Banif (Açores) SGPS SA	373	768
Renticapital	323	243
Banco Caboverdiano Negocios	244	-
BanifServ	197	185
Beta Securitizadora	164	82
Banif Gestão Activos (Brasil)	132	87
Banif Rent SA	122	107
Gamma	92	47
Açortur	33	36
Ecoprogresso	30	-
Banif Comercial - SGPS SA	25	9
Turotel	17	23
Numberone SGPS	11	5
Gestarquipark	9	12
Investaçor Hotéis SA	7	21
Econofinance SA	4	5
Soc Imobiliária Piedade	4	5
Investaçor SGPS SA	3	5
Hotel do Pico	1	1
Banif Corretora de Câmbios e Valores	-	636
Banif Capital	-	16
Banif Açor Pensões	-	1
Centro Venture	-	3
	26.649	27.383

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2011 e 2010
Rentipar Financeira, SGPS e Subsidiárias

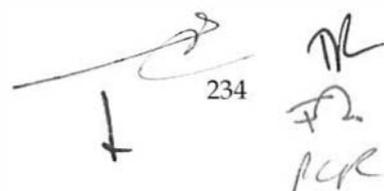
(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

Os activos por impostos correntes registados no Banco Banif Brasil incluem 4.567 milhares de euros de créditos reconhecidos por decisão judicial transitada em julgado no Supremo Tribunal Federal do Brasil, em processo relativo ao alargamento de Base do Cofins, que aguardam compensação contra impostos e contribuições administrados pela Receita Federal do Brasil. No seguimento desta decisão, a Receita Federal do Brasil pretende, com efeitos retroactivos, o alargamento da base de cálculo do Cofins, situação considerada pelo Grupo com probabilidade de êxito remota.

21.2 Impostos diferidos

Descrição	31-12-2010 Reexpresso	Resultados		Por Capitais Próprios	31-12-2011
		Custo	Proveitos		
Provisões/Imparidade não aceites fiscalmente					
Outros riscos e encargos	36	-	-	-	36
Imparidade de crédito concedido	1.513	(22.027)	36.314	-	15.800
Prejuízos fiscais reportáveis					
Prejuízos fiscais reportáveis	39.341	(20.629)	34.558	(2.137)	51.133
Valorizações não aceites para efeitos fiscais					
Propriedades de investimento	(2.428)	(1.735)	1.052	-	(3.111)
Imóveis de serviço próprio	(3.371)	-	-	-	(3.371)
Activos disponíveis para venda	3.793	-	-	8.474	12.267
Activos ao justo valor através de resultados	(664)	(647)	2.938	-	1.627
Outros					
Benefícios dos empregados	7.354	(102)	1.940	5.693	14.885
Comissões	177	(362)	-	-	(185)
Outros	(3.914)	(5.324)	25.342	(2.920)	13.184
TOTAL	41.837	(50.826)	102.144	9.110	102.265

Os activos por impostos diferidos são referentes essencialmente a imposto diferidos por prejuízos fiscais no montante de 48.360 milhares de euros (37.990 milhares de euros em 2010), de activos disponíveis para venda no montante de 12.267 milhares de euros (3.793 milhares de euros em 2010) e imparidade de crédito concedido no montante de 15.800 milhares de euros (1.513 milhares de euros em 2010).

234


2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 Rentipar Financeira, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

O Grupo, em 31 de Dezembro de 2011, apresenta o montante de 48.360 milhares de euros de imposto diferido activo, oriundos de prejuízos fiscais, essencialmente das seguintes entidades: Banif: 13.477 milhares de euros, BBI Brasil: 11.932 milhares de euros, Banif – SGPS, SA: 13.850 milhares de euros e Banif Bank Malta: 5.461 milhares de euros. É convicção da Gestão do Grupo que estes valores serão recuperados.

Impostos diferidos Banif – Banco Internacional do Funchal:

Os activos por impostos diferidos relativos a prejuízos fiscais reportáveis são considerados recuperáveis pela Sociedade face às projecções de evolução da actividade e resultados para os próximos anos constantes do “Funding and Capital Plan”, que tem como principais pressupostos:

- Depósitos: Crescimento médio dos depósitos até 2015 estimado em cerca de 2,2%, assente em três vectores:
 - i) aproveitamento do potencial comercial da rede de balcões no Continente, atendendo à sua juventude;
 - ii) exploração do segmento da comunidade emigrante, quer nacional (Açores e Madeira) quer internacional; e
 - iii) reconversão de activos sob gestão.
- Crédito: Redução média do crédito concedido em cerca de 1,7%, por via da retenção de reembolsos previstos nalguns segmentos de crédito (hipotecário e consumo) e de uma maior selectividade nas condições de concessão de crédito;
- Produto da Actividade: Pese embora o recente incremento dos custos de funding assumir características estruturais, a margem financeira deverá beneficiar do aumento gradual das taxas Euribor, indexante ao qual está associada a quase totalidade da carteira de crédito do Banco, bem como de uma politica recorrente de revisão de spreads. Por outro lado, existe potencial de aumento dos níveis de comissionamento, quer em termos de negócio bancário puro, como de bancassurance, aproveitando a parceria com a seguradora Companhia de Seguros Açoreana SA, uma expectativa já documentada por vários estudos de consultores externos. Por estes factores, é expectável que o Produto da Actividade apresente um crescimento anual médio de 1% ao longo do horizonte em análise;
- Custos: melhoria dos níveis de eficiência, resultante de uma gestão mais criteriosa da rede de balcões e do lançamento de uma plataforma de serviços partilhados transversal a todas as unidades domésticas do Grupo, o que deverá permitir um incremento do rácio Cost-Income para níveis abaixo dos 50%.

235

Handwritten signatures and initials.

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2011 e 2010
Rentipar Financeira, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

Impostos diferidos Banif – SGPS, SA

Para o efeito, a Banif SGPS tem vindo a equacionar um conjunto de operações que, conjugado com a manutenção da actual estrutura de custos, lhe permitirá, nos próximos anos, gerar rendimentos tributáveis de forma sustentada.

As operações prende-se com uma reestruturação dos financiamentos das empresas do Banif – Grupo Financeiro, que se pretende levar a cabo no decurso do ano de 2012. Esta reestruturação assenta no pressuposto de que a Banif SGPS, na qualidade de holding do Grupo, é a Sociedade que deve ir ao mercado obter os recursos financeiros necessários para financiar a actividade das suas filiais. Com isto, espera-se que, por um lado, a Banif SGPS obtenha uma taxa de juro mais baixa do que as suas filiais de *per si* conseguiriam, e, por outro, que possa obter um rendimento razoável com a distribuição dos financiamentos pelas mesmas.

Imposto diferido do BBI Brasil

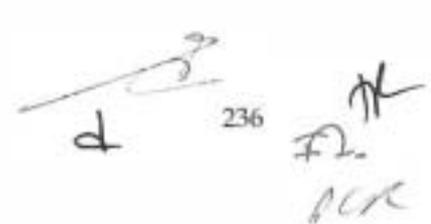
Os activos por impostos diferidos relativos a prejuízos fiscais reportáveis são considerados recuperáveis pela Sociedade face às projecções de evolução da actividade e resultados para os próximos anos constantes do “Business Plan” até 2016 e 2021.

Os prejuízos fiscais no Brasil não têm limite temporal

Reconciliação da taxa normal de imposto com a taxa efectiva

		31-12-2011
	Taxa	Imposto
Resultado consolidado antes de impostos e interesses que não controlam		(180.150)
Imposto apurado com base na taxa nominal	29,00%	(52.244)
Imposto diferido de prejuízos fiscais não reconhecidos	-9,91%	17.253
Impacto de entidades com taxa de imposto diferente	-1,10%	1.975
Benefícios fiscais	0,12%	(208)
Resultados apropriados em empresas registadas pelo MEP	-0,39%	704
Contribuição extraordinária sector da bancário	-2,17%	3.907
Benefícios de empregados	0,52%	(1.037)
Outros	-1,27%	2.295
	14,85%	(28.754)

		31-12-2010
	Taxa	Imposto
Resultado consolidado antes de impostos e interesses que não controlam		54.032
Imposto apurado com base na taxa nominal	29,00%	15.669
Amortizações não aceites	0,04%	19
Impacto de entidades com taxa de imposto diferente	-6,24%	(3.369)
Menos valias em activos tangíveis (líquidas)	-0,59%	(316)
Imparidade Goodwill	4,86%	2.624
Benefícios fiscais	-0,56%	(303)
Resultados apropriados em empresas registadas pelo MEP	2,17%	1.171
Benefícios de empregados	-1,54%	(830)
Mais valia em participações financeiras	-6,47%	(3.495)
Outros	9,24%	4.990
	29,91%	16.180



 236

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2011 e 2010
Rentipar Financeira, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

22. OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31/12/2010		
	31-12-2011	Reexpresso	31-12-2010
Ouro	22	22	22
Outros metais preciosos, numismática e medalhística	500	525	525
Outras disponibilidades sobre residentes	1	1	1
	523	548	548
Bonificações a receber	12.260	10.335	10.335
	12.260	10.335	10.335
Suprimentos	50.484	22.116	22.116
Devedores diversos	254.722	155.396	155.396
Sector público administrativo	15.039	6.855	6.855
Outros rendimentos a receber	2.694	5.026	5.026
Fundo de pensões (Nota 46)	5.071	6.772	17.329
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	12.738	405	405
Seguros	808	786	786
Posição cambial	3.284	7.105	7.105
Aplicações - conta caução	2.964	2.979	2.979
Outros activos	294.568	218.939	218.939
	642.372	426.379	436.936
Perdas de imparidade	(20.874)	(7.172)	(7.172)
	634.281	430.090	440.647

A rubrica "outros activos", em 2011, inclui 54.839 milhares de euros a receber da alienação da Banif Corretora de Câmbios e Valores.

Em 2010, incluía 68.339 milhares de euros de adiantamento relativo à compra de imóveis ao fundo de investimento BANIF IMOPREDIAL, concretizados em 2011.

23. RECURSOS DE BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Recursos de Bancos Centrais	2.485.259	1.937.628
Juros de recursos de Bancos Centrais	2.315	519
Despesas com encargos diferidos	(3.288)	-
	2.484.286	1.938.147

Os "Recursos de Bancos Centrais" correspondem a operações de refinanciamento com o Banco Central Europeu (BCE), no âmbito das operações de cedência de liquidez, garantidas por penhor de activos elegíveis, conforme Nota 28 relativo a títulos emitidos no âmbito de operações de securitização, Nota 12 relativo a Crédito a clientes, Nota 9, 10 e 13 relativas a títulos.

237
ACK

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2011 e 2010
Rentipar Financeira, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

24. PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Instrumentos financeiros derivados com justo valor negativo	80.392	136.904
Posições a descoberto	8.656	8.355
	89.048	145.259

Na Nota 15 é apresentado o detalhe dos derivados por tipo de instrumento.

25. OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Os passivos financeiros ao justo valor através de resultados respeitam a instrumentos de dívida emitida pelo Grupo, com um ou mais derivados implícitos que, de acordo com a emenda ao texto da IAS 39 – “Fair Value Option”, foram designados no seu reconhecimento inicial ao justo valor através de resultados.

Esta rubrica tem a seguinte composição por entidade emitente:

	31-12-2011	31-12-2010
Banif - Banco Internacional do Funchal, SA	-	4.957
Euro Invest Série 8	29.669	19.518
Euro Invest Série 9	41.746	42.020
Banif - Banco Internacional do Funchal (Brasil)	15.405	5.521
Banif - Banco Investimento (Brasil)	10.331	20.476
Banif Cayman	-	42.837
Detidos pelo Banif - Grupo Financeiro	(16.205)	(16.443)
Total	80.946	118.886

Em 31 de Dezembro de 2011, os passivos emitidos pelo Grupo, apresentam as seguintes condições:

Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Valor em circulação	Detidos pelo Grupo	Valor balanço
Euro Invest S8	13-04-2007	13-04-2012	5%	29.669	(8.888)	20.781
Euro Invest S9	22-10-2007	22-10-2012	6%	41.746	(1.956)	39.790
BI Brasil	2010	26-03-2012	5,3%	5.185		5.185
BI Brasil	2010	2 -03-2012	5,0%	10.220	(1.636)	8.584
Banco Banif Brasil 2014	17-12-2004	17-12-2014	7%	10.331	(3.725)	6.606
				97.151	(16.205)	80.946

Em 2011, foram reembolsados as seguintes emissões:

- BBKA 2006/2011 no montante de 4.705 milhares de euros;

Handwritten notes and signatures at the bottom right of the page, including the number 238 and initials like 'TR', 'FR', and 'RBR'.

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2011 e 2010
Rentipar Financeira, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

- Banif Cayman Zero Coupon no montante de 42.837 milhares de euros.

26. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
De Instituições de crédito do país		
Depósitos	120.324	165.761
Empréstimos	416.407	294.750
Outros	2.001	13.879
	<u>538.732</u>	<u>474.390</u>
De Instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos	23.874	589.724
Empréstimos	69.312	54.103
Operações de venda com acordo de recompra	360.410	151.558
Outros	90.782	11.788
	<u>544.378</u>	<u>807.173</u>
Encargos financeiros	5.405	5.316
Total	1.088.515	1.286.879

27. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Depósitos		
À vista	2.287.130	1.646.769
A prazo	5.027.216	5.504.642
Poupança	90.309	108.826
Outros	439.851	409.842
	<u>7.844.506</u>	<u>7.670.079</u>
Outros débitos		
Empréstimos	808	908
Outros	80.083	51.484
	<u>80.891</u>	<u>52.392</u>
Total	7.925.397	7.722.471

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2011 e 2010
Rentipar Financeira, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

28. RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS

Esta rubrica tem a seguinte composição por entidade emitente:

	31-12-2011	31-12-2010
Banif Finance	378.643	377.420
Banif	1.355.000	650.000
Atlantes N.º 1	927.167	-
Atlantes Mortgage N.º3	489.846	524.246
Atlantes Mortgage N.º2	284.519	305.817
Atlantes Mortgage N.º4	550.000	550.000
Atlantes Mortgage N.º5	500.000	500.000
Atlantes Mortgage N.º6	74.543	87.159
Atlantes Mortgage N.º7	379.550	397.000
Azor Mortgage N.º2	237.880	252.900
Allantes Mortgage N.º1	170.722	188.534
Azor Mortgage N.º1	69.968	78.817
Atlantes Finance N.º3	224.908	341.116
Atlantes Finance N.º4	247.500	-
Banif - SGPS	175.000	100.000
Banif Cayman	98.150	84.969
Banif International Bank Ltd	35.000	35.000
Beta Securitizadora	40.294	19.540
Grupo Banif Mais SGPS	241.849	348.329
Banif - Banco de Investimento	150.000	-
Rentipar Financeira SGPS	64.000	126.400
Correcção de valor de passivos que sejam objecto de operações de cobertura	596	2.292
Divida readquirida	(1.031.621)	(19.518)
Detidos pelo Grupo Rentipar Financeira	(3.909.927)	(3.147.026)
Sub - Total	1.753.587	1.802.995
Certificados de depósito	624.865	661.616
Encargos Financeiros	20.751	14.734
Total	2.399.203	2.479.345

240
PK
PK

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 Rentpar Financeira, SGPS e Subsidiárias

17

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2011, os passivos emitidos pelo Grupo, apresentam as seguintes condições:

Descrição	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Valor em circulação	Reservadas	Correcção de valor de passivos que são objecto de operações de cobertura		Valor líquido
						Valor em Grupo	Valor líquido	
Bank Finance 2007-2012	22-09-2007	22-09-2012	Euro 3 meses acrescida 6,38%	300.900	(21.621)	-	(20.263)	249.116
Bank Finance 2010-2013 EUR	23-10-2010	23-10-2013	8,00%	40.800	-	-	(271)	39.729
Bank Finance 2010-2013 USD	23-10-2010	23-10-2013	5,00%	38.643	-	-	(1.208)	37.435
Atlantes Mortgage N°1 classe A	01-02-2003	17-07-2036	Euro 3 meses acrescida 8,27%	133.222	-	-	(12.858)	120.326
Atlantes Mortgage N°1 classe B	01-02-2003	17-07-2036	Euro 3 meses acrescida 8,65%	22.500	-	-	-	22.500
Atlantes Mortgage N°1 classe C	01-02-2003	17-07-2036	Euro 3 meses acrescida 1,38%	12.500	-	-	-	12.500
Atlantes Mortgage N°1 classe D	01-02-2003	17-07-2036	Euro 3 meses acrescida 3,75%	2.500	-	-	-	2.500
Azor Mortgage N°1 classe A	25-11-2004	20-09-2047	Euro 3 meses acrescida 0,15%	41.868	-	-	(1.182)	40.786
Azor Mortgage N°1 classe B	25-11-2004	20-09-2047	Euro 3 meses acrescida 0,38%	19.800	-	-	-	19.800
Azor Mortgage N°1 classe C	25-11-2004	20-09-2047	Euro 3 meses acrescida 0,75%	9.800	-	-	(2.000)	7.800
Atlantes Mortgage N°2 classe A	05-03-2005	18-03-2060	Euro 3 meses acrescida 0,33%	258.171	-	-	(259.171)	-
Atlantes Mortgage N°2 classe B	05-03-2005	18-03-2060	Euro 3 meses acrescida 0,65%	18.007	-	-	(18.007)	-
Atlantes Mortgage N°2 classe C	05-03-2005	18-03-2060	Euro 3 meses acrescida 1,65%	7.340	-	-	(7.340)	-
Azor Mortgage N°2 classe A	24-07-2008	21-10-2065	Euro 3 meses acrescida 0,3%	191.380	-	-	(19.138)	-
Azor Mortgage N°2 classe B	24-07-2008	21-10-2065	Euro 3 meses acrescida 0,9%	48.500	-	-	(48.500)	-
Atlantes Mortgage N°3 classe A	30-10-2008	20-03-2061	Euro 3 meses acrescida 0,2%	448.448	-	-	(448.448)	-
Atlantes Mortgage N°3 classe B	30-10-2008	20-03-2061	Euro 3 meses acrescida 0,5%	41.480	-	-	(41.480)	-
Atlantes Mortgage N°4 classe A	16-02-2009	20-03-2064	Euro 3 meses acrescida 0,15%	514.250	-	-	(514.250)	-
Atlantes Mortgage N°4 classe B	16-02-2009	20-03-2064	Euro 3 meses acrescida 0,3%	357.50	-	-	(357.50)	-
Atlantes Mortgage N°5 classe A	19-12-2009	23-11-2068	Euro 3 meses acrescida 0,15%	455.000	-	-	(455.000)	-
Atlantes Mortgage N°5 classe B	19-12-2009	23-11-2068	Euro 3 meses acrescida 0,3%	45.000	-	-	(45.000)	-
Atlantes Mortgage N°6 classe A	30-06-2010	23-10-2018	4,5%	74.543	-	-	(74.543)	-
Atlantes Mortgage N°6 classe B	19-11-2010	19-11-2066	Euro 3 meses acrescida 0,15%	339.880	-	-	(339.880)	-
Atlantes Mortgage N°7 classe B	19-11-2010	19-11-2066	Euro 3 meses acrescida 0,34%	59.700	-	-	(59.700)	-
Atlantes Finance N°3 classe B	29-07-2010	29-04-2026	Euro 3 meses acrescida 1,1%	53.871	-	-	(50.871)	-
Atlantes Finance N°3 classe B	29-07-2010	29-04-2026	Euro 3 meses acrescida 2,5%	174.039	-	-	(174.039)	-
Atlantes Finance N°4 classe A	29-12-2011	19-06-2032	Euro 3 meses acrescida 1,5%	150.100	-	-	(150.100)	-
Atlantes Finance N°4 classe B	20-12-2011	10-06-2032	Euro 3 meses acrescida 2,25%	20.300	-	-	(20.300)	-
Atlantes Finance N°4 classe C	20-12-2011	19-06-2032	Euro 3 meses acrescida 3%	37.100	-	-	(37.100)	-
Atlantes N°1 classe A	21-04-2011	25-08-2042	Euro 3 meses acrescida 1,8%	371.667	-	-	(161.691)	210.176
Atlantes N°1 classe B	21-04-2011	25-08-2042	Euro 3 meses acrescida 2%	550.300	-	-	(555.300)	-
Bank - SGPS 2010 - 2013	21-12-2010	21-12-2013	8,00%	50.000	-	-	(100)	49.900
Bank - SGPS 2011 - 2013	09-04-2011	09-02-2013	7%	50.000	-	-	-	50.000
Bank - SGPS 2011 - 2013	09-08-2011	09-08-2013	7%	75.000	-	-	-	75.000
Bank Cayman 2011 - 2014	29-12-2011	29-12-2014	16,43%	21.100	-	-	-	21.100
Bank Cayman 2011 - 2014	28-12-2011	28-12-2014	14,50%	27.000	-	-	-	27.000
Bank Cayman	22-10-2007	22-10-2012	Euro 6 meses acrescida 1,4%	50.000	-	-	(50.000)	-
Beta Securitizadora 2017	06-06-2009	06-06-2017	11,00%	2.035	-	-	-	2.035
Beta Securitizadora 2010	30-09-2026	0,77%	12.644	-	-	-	-	12.644
Beta Securitizadora 2011	01-09-2021	0,26%	11.940	-	-	-	-	11.940
Beta Securitizadora 2011	01-09-2021	0,73%	12.775	-	-	-	-	12.775
Bank International Bank	13-04-2007	13-04-2012	Euro 6 meses acrescida 8,25%	35.000	-	-	(35.000)	-
OMORE Finance N°5 pt: Banco Maia 2007-2012	01-11-2007	01-11-2017	Card: 1,1%	181.050	-	-	-	181.050
Banco Maia 2011-2014 (25%) com garantia da República Portuguesa	26-10-2007	26-10-2012	3,25%	30.000	-	-	-	30.000
OMORE N°4 Classe O Secure Floating Rate	01-05-2004	01-05-2016	Euro 3 meses +0,98%	3.788	-	(25.000)	-	3.788
Bank Banco de Investimento 2011-2014 (55M) com garantia da República Portuguesa	19-07-2011	19-07-2014	Euro 3 meses +4,95%	35.000	(35.000)	-	-	-
Bank Banco de Investimento 2011-2014 (95M) com garantia da República Portuguesa	22-12-2011	22-12-2014	Euro 3 meses -12%	60.000	(60.000)	-	-	-
Bank 2009-2010 com garantia República	08-05-2009	08-05-2012	3,25% - taxa de comissão de parâmetro 0,948%	900.900	-	500	(50.300)	442.231
Bank 2011	14-10-2011	13-01-2012	Euro 3 meses - 4,5%	20.000	-	-	-	20.000
Bank Float 2014	29-07-2011	29-07-2014	Euro 3 meses +1,8%	80.000	(85.000)	-	-	-
Bank Float 2014	21-10-2011	21-10-2014	Euro 3 meses +1,8%	80.000	(80.000)	-	-	-
Bank 2011-2014 - Garantia	19-07-2011	19-07-2014	taxa de comissão de garantia 1,1348%	250.000	(200.000)	-	-	-
Bank 2011-2014 - Garantia	22-12-2011	22-12-2014	Euro 3 meses +12%	600.000	(600.000)	-	-	-
1º Semestre Euro 6,25% 2º Semestre Euro 6 meses +1,50% 3º e 4º Semestres Euro 6 meses +1,50% 5º e 6º Semestres Euro 6 meses +1,75% 7º e 8º Semestres Euro 6 meses +2,00%								
Rentpar Financeira 2008-2012	30-12-2008	30-12-2012		80.000	-	-	(13.818)	30.000
Rentpar Financeira - papel comercial 2013		2013	5,07%	1.500	-	-	-	1.500
Rentpar Financeira - papel comercial 2013		2013	5,47%	12.500	-	-	-	12.500
Total				8.964.528	(1.031.621)	500	(3.098.821)	6.734.606

Handwritten signatures and initials, including 'JMK', 'JFK', and '16K'.

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 Rentipar Financeira, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

Em 2011, foram reembolsados as seguintes emissões:

- Banco Mais PC 8ª Emissão no montante de 20 milhões de euros;
- Banif 2011 no montante de 150 milhões de euros;
- BMore N.4 Class C no montante de 15,3 milhões de euros;
- Banif SGPS 2008-2011 no montante de 47,4 milhões de euros;
- Banif Cayman Zero Coupon EUR 08/11 no montante de 20 milhões de euros;
- Banif Cayman Zero Coupon EUR 08/11 no montante de 14,9 milhões de euros;

Operações de Titularização

O Grupo realizou operações de titularização de crédito ao consumo e hipotecário, através da alienação desses activos a entidades de finalidades especiais (veículos) constituídos para o efeito.

As operações de titularização são apresentadas como segue:

Atlantes Mortgage N.º1

Na operação Atlantes Mortgage No. 1, foram cedidos apenas contratos de crédito à habitação do Banif, SA, no valor de 500 milhões de Euros. Ao abrigo da legislação em vigor, foi constituído um Fundo de Titularização de Créditos designado Atlantes Mortgage No.1 Fundo, que adquiriu ao cedente os contratos de crédito à habitação e emitiu unidades de participação subscritas pela sociedade de direito irlandês Atlantes Mortgage No. 1 Plc. Para se financiar, a sociedade Atlantes Mortgage No. 1 Plc emitiu Obrigações no valor global de 500 milhões de Euros.

Azor Mortgage N.º1

A Azor Mortgages, com início em Novembro de 2004, foi a primeira operação de securitização de créditos imobiliários levada a cabo pelo anterior BBKA (a 2ª do Grupo Banif) com um valor total de 281 milhões de Euros. Na Azor Mortgages, ao abrigo da legislação em vigor, os créditos cedidos inicialmente foram adquiridos pela Sagres - Sociedade de Titularização de Créditos, que emitiu as obrigações Azor Notes inteiramente subscritas por uma sociedade de direito irlandês denominada Azor Mortgages Plc. Para se financiar, a sociedade Azor Mortgages Plc emitiu Obrigações no valor global de 281 milhões de Euros.

Em Dezembro de 2006, no âmbito dos objectivos propostos para a constituída sociedade de titularização do Grupo, Gamma STC, foram transferidas para esta sociedade as Azor Notes assim como os respectivos direitos de recebimento dos

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2011 e 2010
Rentipar Financeira, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

créditos e deveres de pagamento ao veículo Azor Mortgages plc, originalmente pertencentes à Sagres STC. Esta transferência teve o acordo do originador dos créditos, do Grupo de securitização original, agências de rating, CMVM, dos investidores, e outras entidades envolvidas na operação, após avaliação da boa capacidade da Gamma para assegurar a gestão da mesma.

Atlantes Mortgage N.º 2

Na operação Atlantes Mortgage No. 2, foram cedidos apenas contratos de crédito à habitação do Banif, SA, no valor de 375 milhões de Euros. Ao abrigo da legislação em vigor, foi constituído um Fundo de Titularização de Créditos designado Atlantes Mortgage No.2 Fundo, administrado pela Gamma – Sociedade Titularização de Créditos, SA, que adquiriu ao cedente os contratos de crédito à habitação e emitiu unidades de participação subscritas pela Atlantes Mortgage No. 2 Plc. Para se financiar, a sociedade Atlantes Mortgage No. 2 Plc emitiu Obrigações no valor global de 375 milhões de Euros.

Azor Mortgage N.º 2

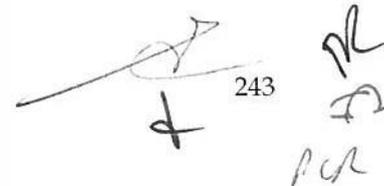
Em Julho de 2008, teve início a Azor Mortgages No. 2, uma emissão de obrigações titularizadas, colateralizadas por uma carteira de crédito imobiliário originado pelo anterior BBKA. Ao contrário de emissões anteriores que envolveram veículos sediados no estrangeiro, esta emissão foi realizada directamente pela Gamma STC, não envolvendo qualquer outro veículo fora do território nacional.

Nesta emissão, o BBKA cedeu à Gamma STC uma carteira de 300 milhões de Euros. Esta aquisição, bem como a constituição da necessária reserva de caixa, foram financiadas através da emissão das obrigações titularizada Azor Mortgages No. 2 Class A, B e C, num montante nominal total de 306,75 milhões de Euros.

Atlantes Mortgage N.º 3

No final de Outubro de 2008 foi concretizada uma nova operação, neste caso a Atlantes Mortgage No. 3, com a emissão de obrigações titularizadas, envolvendo uma carteira de crédito imobiliário originado pelo Banif, SA.

O Banco cedeu à Gamma uma carteira de crédito imobiliário, cujo valor ascendeu a 600 milhões de Euros. Esta aquisição, bem como a constituição da necessária reserva de caixa, foram financiadas através da emissão das obrigações titularizada Atlantes

 243
P.C.R.

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2011 e 2010
Rentipar Financeira, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

Mortgage No. 3 Class A, B e C com um valor nominal agregado de 623.7 milhões de Euros.

Atlantes Mortgage N.º 4

Em Fevereiro de 2009, foi concretizada a operação Atlantes Mortgage n.º4, no âmbito da qual o Banif cedeu à Gamma uma carteira de crédito imobiliário, cujo valor ascendeu neste caso a 550 milhões de Euros, que foram financiadas através da emissão de obrigações titularizadas Atlantes Mortgage N.º 4, Class A, B e C com um valor nominal agregado de 567,2 milhões de euros.

Atlantes Mortgage N.º5

Em Dezembro de 2009, foi concretizada a operação Atlantes Mortgage n.º5, no âmbito da qual o Banif cedeu à Gamma uma carteira de crédito imobiliário, cujo valor ascendeu neste caso a 500 milhões de Euros, que foram financiadas através da emissão de obrigações titularizadas Atlantes Mortgage N.º 5, Class A, B e C com um valor nominal agregado de 520,5 milhões de euros.

Atlantes Mortgage N.º6

Em Junho de 2010, foi concretizada a operação Atlantes Mortgage n.º6, no âmbito da qual o Banif cedeu à Gamma uma carteira de crédito imobiliário, cujo valor ascendeu neste caso a 91 milhões de Euros, que foram financiadas através da emissão de obrigações titularizadas Atlantes Mortgage N.º 6, Classe A e B com um valor nominal agregado de 113 milhões de euros.

Atlantes Mortgage N.º7

Em Novembro de 2010, foi concretizada a operação Atlantes Mortgage n.º7, no âmbito da qual o Banif cedeu à Gamma uma carteira de crédito hipotecário residencial cujo valor ascendeu a 397 milhões de Euros, que foram financiadas através da emissão de obrigações titularizadas Atlantes Mortgage n.º7, Classe A, B e C com um valor nominal agregado de 460,55 milhões de euros.

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2011 e 2010
Rentipar Financeira, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

Atlantes Finance N.º3

Em Julho de 2010, foi concretizada a operação Atlantes Finance n.º3, no âmbito da qual o Banif, Banco Mais e Banif Go cederam à Gamma uma carteira de crédito automóvel, leasing automóvel, aluguer de longa duração e crédito ao consumo, cujo valor ascendeu neste caso a 382,5 milhões de Euros, que foram financiadas através da emissão de obrigações titularizadas Atlantes Finance N.º 3, Classe A, B e C com um valor nominal agregado de 411,2 milhões de euros.

Atlantes N.º1

Em Abril de 2011, foi concretizada a operação Atlantes N.º1, no âmbito da qual o Banif cedeu à Gamma uma carteira de crédito a empresas cujo valor ascendeu a 1.110,6 milhões de Euros, que foram financiadas através da emissão de obrigações titularizadas Atlantes n.º1, Classe A, B e C com um valor nominal agregado de 1.132,9 milhões de euros.

Atlantes Finance N.º4

Em Dezembro de 2011, foi concretizada a operação Atlantes Finance n.º4, no âmbito da qual o Banif e o Banco Banif Mais cederam à Gamma uma carteira de crédito ao consumo cujo valor ascendeu a 110,2 milhões de Euros e 137,3 milhões de euros, respectivamente, que foram financiadas através da emissão de obrigações titularizadas Atlantes Finance n.º4, Classe A, B, C e D com um valor nominal agregado de 260,0 milhões de euros.

BMORE Finance N.º4 Plc

A operação de securitização BMORE Finance N.º 4 plc foi efectuada em 18 de Maio de 2004 com uma Entidade de Finalidade Especial (SPE) sediada em Dublin, no âmbito da qual o Banco Mais vendeu contratos de crédito ao consumo, contratos de locação financeira e contratos de aluguer financeiro em diversas tranches. O preço de venda foi de 105% do par, os custos de processo da venda inicial representaram 1% do par. O prazo total da operação é de 10 anos, com um revolving period de 3 anos e um limite da operação fixado em 400 milhões de euros.

BMORE Finance N.º5 Plc

A operação de securitização BMORE Finance N.º 5 pic foi efectuada em 7 de Dezembro de 2007, no âmbito do qual o Banco Mais vendeu contratos de crédito ao

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2011 e 2010
Rentipar Financeira, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

consumo, contratos de locação financeira e contratos de aluguer financeiro em diversas tranches. Esta é uma operação integrada, em duas fases, sendo a primeira um ramp-up asset backed commercial paper com um revolving period de 3 anos que corresponde ao prazo desta fase e a segunda fase um programa de asset backed securitization, com um prazo de 10 anos. O limite da operação foi fixado em 400 milhões de euros.

As obrigações emitidas no âmbito Atlantes Mortgage N.º2, Atlantes Mortgage N.º3, Atlantes Mortgage n.º.4, Atlantes Mortgage N.º5, Atlantes Mortgage N.º7, Azor Mortgage N.º2 e Atlantes Finance N.º3, Atlantes Finance N.º4 e Atlantes n.º1 estão detidas por entidades do Grupo, sendo utilizadas como caução em operações de refinanciamento junto do BCE.

29. PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES

O movimento ocorrido nas provisões no período findo em 31 de Dezembro de 2011 foi o seguinte:

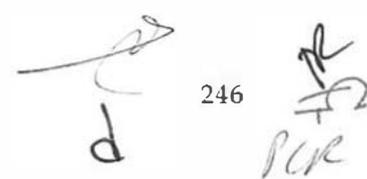
Descrição	Saldo em 31/12/2010	Entrada de entidades no perímetro de consolidação	Reforços	Utilizações e regularizações	Reversões e recuperações	Saldo em 31/12/2011
Provisões para garantias e compromissos	2.126		1.970	(247)	(25)	3.824
Contingências fiscais	11.186		145	(4.107)	(157)	7.070
Outras provisões	1.918	944	4.293	(295)	(2349)	4.511
Total	15.230	944	6.411	(4.649)	(2.531)	15.405

Atendendo à elevada incerteza quanto ao prazo de pagamento das situações contingentes provisionadas, não foi considerado qualquer desconto temporal.

Na rubrica “provisões para contingências fiscais”, encontra-se registado, o montante de 919 milhares de euros (1.076 milhares de euros em 2010) relativo ao diferendo que opõe o BBCA à Comissão Europeia no contexto da decisão desta relativamente à adaptação do Sistema Fiscal às especificidades da Região Autónoma dos Açores, que exclui o sector financeiro do âmbito da aplicação da taxa reduzida de IRC nos Açores.

Apresenta-se a seguir uma descrição mais pormenorizada da natureza das obrigações em causa:

Contingências fiscais: existe a obrigação presente resultante de eventos passados onde seja provável o futuro dispêndio de recursos relacionada com impostos sobre os lucros.



2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2011 e 2010
Rentipar Financeira, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

Provisões para garantias e compromissos: existe a obrigação presente resultante de eventos passados onde seja provável o futuro dispêndio de recursos relacionada com a prestação de garantias e compromissos.

Outras provisões: existe a obrigação presente resultante de eventos passados onde seja provável o futuro dispêndio de recursos (processos judiciais contra o Grupo e outros riscos bancários).

Operações não incluídas no balanço:

- As garantias prestadas correspondem aos seguintes valores nominais registados em contas extrapatrimoniais:

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Garantias prestadas (das quais:)	485.515	1.071.263
Garantias e avales	420.044	870.638
Aceites e endossos	-	-
Cartas de Crédito e Stand-by	-	-
Créditos documentários abertos	65.471	200.625

- As contingências e outros compromissos assumidos perante terceiros, não reconhecidos nas Demonstrações Financeiras com referência a 31 de Dezembro de 2011 e 2010, apresentam a seguinte composição:

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Outros passivos eventuais (dos quais:)	4.667.067	2.712.255
Fianças e Indemnizações	6.209	-
Outras garantias pessoais prestadas e outros passivos eventuais	-	-
Activos dados em Garantia	4.660.858	2.712.255
Compromissos perante terceiros (dos quais:)	873.349	1.197.193
Compromissos irrevogáveis	260.466	411.516
Compromissos revogáveis	612.883	785.677
	5.540.416	3.909.448

Os "Activos dados em garantia" correspondem a titulos cedidos em repo's e Obrigações do Tesouro, que se encontram a caucionar os compromissos irrevogáveis com o Fundo de Garantia de Depósitos, o Sistema de Indemnização aos Investidores, o Crédito Intradiário junto do Banco de Portugal e as operações de refinanciamento com o Banco Central Europeu.

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2011 e 2010
Rentipar Financeira, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

30. INSTRUMENTOS REPRESENTATIVOS DE CAPITAL

A rubrica "Instrumentos representativos de capital" correspondem às seguintes situações:

- Remuneração fixa dos VMOCs (fixa: 0,03 Eur por VMOCs / ano). A Banif – SGPS, SA tem registado um passivo no montante de 3.891 milhares de euros referentes a esta remuneração fixa dos VMOCs.

- Valores mobiliários Perpétuos Subordinados com juros condicionados, emitidos pelo Banif, nas seguintes condições:

Emissão: 50 milhões de euros

Data emissão: 30/12/2009

Data maturidade: indeterminada

Taxa de juro: Com sujeição à tomada de deliberação nesse sentido pelo Conselho de Administração do Banif e às limitações ao vencimento de juros:

(i) Em relação aos dois primeiros períodos de pagamento de juros, o Emitente pagará um juro a uma taxa fixa de 6,25% p.a.;

(ii) Após o primeiro aniversário da Data de Emissão (exclusive), o Emitente pagará um juro a uma taxa variável correspondente à Euribor a 6 meses, cotada no segundo "Dia Útil Target" imediatamente anterior à data de início de cada período de juros, acrescida de 5,00% por ano.

Em 31/12/2011, existem 10 milhões de euros detidos por entidades do Grupo.

31. OUTROS PASSIVOS SUBORDINADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição por entidade emitente:

	31-12-2011	31-12-2010
Banif - Banco de Investimento	17.811	30.000
Banco Mais	6.000	26.688
Banif - Banco Internacional do Funchal	387.413	428.388
Banif Finance Ltd	101.448	158.784
Detidos pelo Banif - Grupo Financeiro	(242.023)	(373.424)
	270.649	270.436
Encargos Financeiros e encargos diferidos	(52.109)	(2.258)
Total	218.540	268.178

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 Rentipar Financeira, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2011, os passivos emitidos pelo Grupo, apresentam as seguintes condições:

Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Valor em circulação	Deitados pelo Grupo	Valor balança
Banif - Banco de Investimento 2006 - 2016	29-06-2006	29-06-2016	Primeiros 5 anos: Euribor 6 meses acrescido 0,675%, restantes anos: Euribor 6 meses acrescido 1,15%	15 000	(15 000)	-
Banif - Banco de Investimento 2007 - perpétua	05-05-2007	perpétua	Euribor 3 meses acrescida 1,35% até 30/12/2010. Euribor 3 meses acrescida 0,75%; restante período Euribor 3 meses acrescida 1,25%	2 811	(142)	2 669
Banif - Banco Internacional do Funchal 2005 - 2015	30-12-2005	30-12-2015	Euribor 3 meses acrescida 1,25% até 22/12/2014. Euribor 3 meses acrescida 1%, restante período: Euribor 3 meses acrescida 2%	20 749	-	20 749
Banif - Banco Internacional do Funchal 2006 - perpétua	22-06-2006	perpétua	até 22/12/2011: Euribor 3 meses acrescida 0,75%; restante período Euribor 3 meses acrescida 1,25%	38 048	(38 048)	-
Banif - Banco Internacional do Funchal 2006 - 2016	22-12-2006	22-12-2016	até 22/12/2016: Euribor 3 meses acrescida 1,37%; restante período Euribor 3 meses acrescida 2,37%	23 056	(23 056)	-
Banif - Banco Internacional do Funchal SFE 2007	22-12-2007	perpétua	até 28/12/2017: Euribor 3 meses acrescida 3,0362%; restante período Euribor 3 meses acrescida 4,0362%	15 000	(15 000)	-
Banif - Banco Internacional do Funchal SFE 2008 - 2019	30-06-2008	perpétua	Euribor 3 meses acrescida 4,0362%	75 000	(75 000)	-
Banif - Banco Internacional do Funchal SFE 2009 - 2019	31-12-2009	31-12-2019	6,47%	-	-	-
Banif - Banco Internacional do Funchal 2008 - 2018	18-08-2008	18-08-2018	1º ano 6,25%, até 1º cupão: Euribor 6 meses acrescido 1%, restante período Euribor 6 meses acrescido 1,15%	23 140	(1 063)	22 077
Banif - Banco Internacional do Funchal 2009 - 2019	30-06-2009	31-12-2019	até 30/06/2014: 4,5%; restante período Euribor 6 meses acrescida 2,75%	127 38	-	127 38
Banif 2012 - 2019	09-01-2012	09-01-2019	até 09/01/2017 taxa fixa de 6,875%; restante período: 7,875% - emissão a 70%	65 372	-	65 372
BBCA 2006 - 2016	23-10-2006	23-10-2016	primeiros 5 anos: Euribor 6 meses acrescido 1%, restantes anos: Euribor 6 meses acrescido 1,25%	19 366	(1 488)	17 878
BBCA 2007 - 2017	25-09-2007	25-09-2017	até ao 1º cupão: Euribor 6 meses acrescido 0,1%, restantes anos: Euribor 6 meses acrescido 1,25%	9 680	(613)	9 067
BBCA 2007 - perpétua	22-12-2007	perpétua	até 22/12/2016: Euribor 3 meses acrescida 1,37%; restante período Euribor 3 meses acrescida 2,37%	25 000	(25 000)	-
BBCA 2008 - perpétua	30-06-2008	perpétua	até 28/12/2017: Euribor 3 meses acrescida 3,0362%; restante período Euribor 3 meses acrescida 4,0362%	10 000	(10 000)	-
Banif Ga 2005 - 2015 (Banif Mais)	30-06-2005	30-06-2015	Euribor 12 meses acrescida 1,5%	6 000	(6 000)	-
Banif Finance 2004 - 2014	29-12-2004	29-12-2014	até ao 2º cupão: Euribor 3 meses acrescido 0,80%; restante período Euribor 3 meses acrescido 1,30%	9 606	(1 251)	8 355
Banif Finance 2006 - perpétua	22-12-2006	perpétua	até 22 de Dezembro de 2011: Euribor 3 meses acrescido 0,75%; restante período: Euribor 3 meses acrescido 1,25%	9 765	-	9 765
Banif Finance 2006 - 2016	22-12-2006	22-12-2016	até 22 de Dezembro de 2011: Euribor 3 meses acrescido 0,75%; restante período: Euribor 3 meses acrescido 1,25%	11 040	-	11 040
Banif Finance 2009 - 2019	31-12-2009	31-12-2019	3% Passivo emitido a 75%	71 037	(98)	70 939
Total				612 672	(242 321)	370 351

Foram reembolsados os seguintes passivos subordinados:

- Banco Mais 2011 no montante de 5.688 milhares de euros;
- Banif 2001-2011 no montante de 3.778 milhares de euros.

A Banif Finance recomprou emissões no montante de 28.373 milhares de euros em 2011 com registo de mais valia de 14.909 milhares de euros.

A emissão Banif – Banco Internacional do Funchal 2009-2019 foi objecto de uma operação pública de troca (OPT) com a emissão Banif 2012-2019. Esta OPT encontrava-se em curso no final do exercício tendo sido reconhecidos em 2011 os montantes relativos às ordens firmes subscritas até 31 de Dezembro de 2011.

249


2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2011 e 2010
Rentipar Financeira, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

Estes passivos subordinados, têm clausulas de reembolso antecipado por opção do emitente ("call option"), ao par, total ou parcialmente, mediante pré-aviso em qualquer data de pagamento de juros a partir do 5º ano, após autorização prévia do Banco de Portugal, ou quando estes instrumentos deixem de se qualificar para efeitos de fundos próprios complementares.

32. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31/12/2010		
	31-12-2011	Reexpresso	31-12-2010
Credores e Outros Recursos	79.983	60.700	60.700
Por gastos com pessoal	29.260	31.095	31.095
Por gastos gerais administrativos	3.463	3.883	3.883
Outros juros e encargos similares	738	3.826	3.826
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	3.049	4.284	4.284
De garantias prestadas o outros passivos eventuais	78	211	211
Posição cambial	823	6.246	6.246
Sector público administrativo	36.610	20.923	20.923
Fundo de pensões (Nota 46)	-	6.260	-
Fundos de Investimento	123.954	71.877	-
Outros	143.713	218.059	218.059
Total	421.671	427.364	349.227

O Grupo decidiu reconhecer as unidades de participação dos fundos de investimento, que estão incluídos no perímetro de consolidação, detidas por entidades externas ao Grupo em "Outros passivos", por ser uma responsabilidade do Grupo, conforme AG 29A e BC 68 da IAS 32, deixando de reconhecer em "Interesses que não controlam".

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2011 e 2010
Rentipar Financeira, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

33. OPERAÇÕES DE CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, as rubricas de Capital Próprio apresentam a seguinte composição:

Descrição	31/12/2010		
	31-12-2011	Reexpresso	31-12-2010
Capital	135.000	45.000	45.000
Prémios de emissão	-	-	-
Outros instrumentos de capital	70.000	70.000	70.000
Acções próprias	-	-	-
Reservas de reavaliação	(24.962)	(15.004)	(5.695)
Reserva Legal	9.000	9.000	9.000
Outras reservas e resultados transitados (livres)	441.688	430.280	444.453
Resultado do exercício	(77.418)	10.831	12.982
Dividendos antecipados	-	-	-
Interesses que não controlam	535.928	704.132	695.884
Total do Capital	1.089.236	1.254.239	1.271.624

O capital social é constituído por 27.000.000 acções, de valor nominal de EUR 5,00 por acção, encontrando-se totalmente realizado.

A informação sobre o rácio de solvabilidade, está apresentada no capítulo III – Análise às Contas Separadas e Consolidadas do Relatório de Gestão.

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2011 e 2010
Rentipar Financeira, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

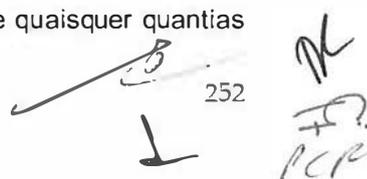
34. INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a rubrica de interesses que não controlam apresenta a seguinte composição:

Entidade	31-12-2011	31/12/2010	31-12-2010	31-12-2011	31/12/2010	31-12-2010
	Valor balanço	Valor balanço	Valor balanço	Resultado	Resultado	Resultado
Banif SGPS	432.641	530.504	450.439	84.497	(17.135)	(20.629)
Rentipar Capital	263	1.721	1.721	(237)	(322)	(322)
Banif Finance	67.078	133.760	133.760	(9.994)	(9.410)	(9.410)
Banif Cayman	12.952	13.009	13.009	(504)	(579)	(579)
Banif Bank (Malta)	6.126	3.923	3.923	135	811	811
Banco Caboverdiano de Negócios	4.995	5.011	5.011	(253)	(346)	(346)
AçorTur - Investimentos Turísticos dos Açores	2.964	3.010	5.349	31	(40)	(40)
InvestaÇor SGPS SA	2.537	2.620	(4.071)	88	41	42
InvestaÇor Hotéis SA	2.149	2.418	5.591	144	122	122
Banif International Holdings	1.214	1.754	2.363	1.037	-	-
Banif Açor Pensões	1.168	1.542	1.542	(26)	(47)	(47)
Tiner Polska	891	-	-	84	-	-
Banif Finance (USA)	882	772	(1.129)	210	(271)	(271)
Investimentos Turísticos e Similares Hotéis e Apart-Hotel Pico	437	457	457	20	15	15
Banif Banco Internacional do Funchal (Brasil)	431	(16)	1.195	(128)	(5)	(5)
Turotel - Turismo e Hotéis dos Açores	318	400	1.643	102	53	53
Achala	312	-	-	(324)	-	-
Banif Financial Services Inc	26	27	41	-	-	-
Beta Securitizadora	11	46	46	(6)	(4)	(4)
Gestarquipark	(2)	2.424	2.424	(62)	(96)	(96)
SPE Panorama	(8)	481	481	-	22	22
Banif Forfeiting Company	(1.370)	(98)	(70)	1.166	148	148
Imogest	-	-	53.122	-	-	(1.160)
Banif Nitor Institucional FIM	-	-	4.496	-	-	(234)
Banif Gestão Patrimonial	-	-	4.300	-	-	317
Banif Iberia	-	-	3.017	-	-	6
Banif Gestão Activa	-	-	1.873	-	-	(35)
Capvan	-	-	1.313	-	-	157
Art Invest	-	-	1.037	-	-	(77)
Banif Equity Hedge	-	-	949	-	-	(85)
Banif Maestro	-	-	422	-	-	(24)
Banif Nitor FI Açores	-	-	397	-	-	-
Banif Inv. Moderado	-	-	358	-	-	(11)
Banif Inv. Conservador	-	-	309	-	-	(5)
FIP Banif Real Estate	-	-	279	-	-	(11)
Centro Venture	-	211	261	-	-	-
Banif Trading Inc	-	(19)	20	-	2	2
ZACF	-	5	5	-	-	-
	535.928	704.132	695.884	75.978	(27.841)	(31.898)

A rubrica de interesses que não controlam relativos à Banif Finance é constituído por:

- Emissão, em 22 de Dezembro de 2004, de Acções Preferenciais Perpétuas Garantidas com um valor de liquidação preferencial unitário de 1.000 Euros, no montante de 75 milhões de Euros. Os dividendos preferenciais são pagos aos detentores das acções preferenciais, se e quando declarado pelo Conselho de Administração do Grupo, trimestral e postecipadamente. A Banif Finance poderá proceder ao reembolso antecipado da emissão, total ou parcialmente, pelo seu valor de liquidação preferencial ("call option"), em qualquer data de pagamento de dividendos a partir da primeira data de reembolso (22 de Dezembro de 2014), acrescido: (i) de uma quantia correspondente ao dividendo preferencial acumulado e não pago respeitante ao período de dividendo preferencial mais recente, declarado ou não, até à data fixada para o reembolso, e (ii) de quaisquer quantias

252


2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2011 e 2010
Rentipar Financeira, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

adicionais, desde que previamente autorizado pelo Banco de Portugal, pelo Garante da Emissão (Banif – Banco Internacional do Funchal), e em conformidade com os requisitos da Lei das Ilhas Cayman. Foram efectuadas recompras no montante de 62,5 milhões de euros (14,5 milhões em 2011).

- Emissão, em 28 de Dezembro de 2007, de Acções Preferenciais Perpétuas Garantidas com um valor de liquidação preferencial unitário de 1.000 Euros, no montante de 25 milhões de Euros. Os dividendos preferenciais são pagos aos detentores das acções preferenciais, se e quando declarado pelo Conselho de Administração do Grupo, trimestral e postecipadamente. A Banif Finance poderá proceder ao reembolso antecipado da emissão, total ou parcialmente, pelo seu valor de liquidação preferencial ("call option"), em qualquer data de pagamento de dividendos a partir da primeira data de reembolso (28 de Dezembro de 2017). O exercício deste reembolso está sujeito ao consentimento prévio do Banco de Portugal e aos requisitos da Lei das Ilhas Cayman Foram efectuadas recompras no montante de 14,9 milhões de euros em 2011.
- Emissão, em 29 de Dezembro de 2008, de Acções Preferenciais Perpétuas Garantidas com um valor de liquidação preferencial unitário de 1.000 Euros, no montante de 20 milhões de Euros. Os dividendos preferenciais são pagos aos detentores das acções preferenciais, se e quando declarado pelo Conselho de Administração do Grupo, trimestral e postecipadamente A Banif Finance poderá proceder ao reembolso antecipado da emissão, total ou parcialmente, pelo seu valor de liquidação preferencial ("call option"), em qualquer data de pagamento de dividendos a partir da primeira data de reembolso (29 de Dezembro de 2018). O exercício deste reembolso está sujeito ao consentimento prévio do Banco de Portugal e aos requisitos da Lei das Ilhas Cayman.
- Emissão, em 29 de Dezembro de 2008, de Acções Preferenciais Perpétuas Garantidas com um valor de liquidação preferencial unitário de 1.000 Euros, no montante de 35 milhões de Dólares Americanos. Os dividendos preferenciais são pagos aos detentores das acções preferenciais, se e quando declarado pelo Conselho de Administração do Grupo, trimestral e postecipadamente. A Banif Finance poderá proceder ao reembolso antecipado da emissão, total ou parcialmente, pelo seu valor de liquidação preferencial ("call option"), em qualquer data de pagamento de dividendos a partir da primeira data de reembolso (29 de Dezembro de 2018). O exercício deste reembolso está sujeito ao consentimento prévio do Banco de Portugal e aos requisitos da Lei das Ilhas Cayman.

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2011 e 2010
Rentipar Financeira, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

- Emissão, em 31 de Dezembro de 2008, de Acções Preferenciais Perpétuas Garantidas com um valor de liquidação preferencial unitário de 1.000 Euros, no montante de 25 milhões de Euros. Os dividendos preferenciais são pagos aos detentores das acções preferenciais, se e quando declarado pelo Conselho de Administração do Grupo, trimestral e postecipadamente. A Banif Finance poderá proceder ao reembolso antecipado da emissão, total ou parcialmente, pelo seu valor de liquidação preferencial ("call option"), em qualquer data de pagamento de dividendos a partir da primeira data de reembolso (31 de Dezembro de 2018). O exercício deste reembolso está sujeito ao consentimento prévio do Banco de Portugal e aos requisitos da Lei das Ilhas Cayman.
- Emissão, em 30 de Junho de 2009, de Acções Preferenciais Perpétuas Garantidas com um valor de liquidação preferencial unitário de 1.000 dólares, no montante de 15 milhões de Dólares. Os dividendos preferenciais são pagos aos detentores das acções preferenciais, se e quando declarado pelo Conselho de Administração do Grupo, anuais e postecipadamente. A Banif Finance poderá proceder ao reembolso antecipado da emissão total, pelo seu valor de liquidação preferencial ("call option"), em qualquer data de pagamento de dividendos a partir da primeira data de reembolso (30 de Junho de 2019). O exercício deste reembolso está sujeito ao consentimento prévio do Banco de Portugal e aos requisitos da Lei das Ilhas Cayman.
- Emissão, em 30 de Junho de 2009, de Acções Preferenciais Perpétuas Garantidas com um valor de liquidação preferencial unitário de 1.000 Euros, no montante de 10 milhões de Euros. Os dividendos preferenciais são pagos aos detentores das acções preferenciais, se e quando declarado pelo Conselho de Administração do Grupo anualmente. A Banif Finance poderá proceder ao reembolso antecipado da emissão, total ou parcialmente, pelo seu valor de liquidação preferencial ("call option"), em qualquer data de pagamento de dividendos a partir da primeira data de reembolso (30 de Junho de 2019). O exercício deste reembolso está sujeito ao consentimento prévio do Banco de Portugal e aos requisitos da Lei das Ilhas Cayman. Foram efectuadas recompras no montante de 1,4 milhões de em 2011.

A rubrica de interesses que não controlam relativa ao Banif Cayman respeita à:

- Emissão, em 12 de Novembro de 2003, de 16.000.000 Acções Preferenciais com um valor de liquidação preferencial unitário de 1 Dólar, emitidas em dois montantes de 10 milhões Dólares e 6 milhões Dólares. Os dividendos preferenciais

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2011 e 2010
Rentipar Financeira, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

são pagos aos detentores das acções preferenciais, se e quando declarado pelo Conselho de Administração do Grupo, anual e postecipadamente em 12 de Dezembro de cada ano.

35. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES E JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Juros e rendimentos Similares		
Juros de disponibilidades	2.951	2.474
Juros de aplicações em IC	17.718	19.301
Juros de crédito a clientes	691.933	554.035
Juros de crédito vencido	15.213	12.784
Juros e rendimentos similares de outros activos	173.453	151.612
Comissões recebidas associadas ao custo amortizado	11.770	12.282
	913.038	752.488
Juros e encargos Similares		
Juros de recursos de bancos centrais	26.967	12.770
Juros de recursos de outras IC	60.970	44.140
Juros de recursos de clientes	269.651	146.818
Juros de empréstimos	3.370	2.540
Juros responsabilidades representadas por títulos sem caracter subordinado	134.775	86.210
Juros e encargos similares de outros passivos financeiros	45.504	36.992
Juros de passivos subordinados	2.1023	14.706
Comissões pagas associadas ao custo amortizado	11.317	16.350
Outros	56.462	40.411
	630.039	400.937

36. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Dividendos de activos financeiros disponíveis para venda	753	905
	753	905

Handwritten notes and signatures at the bottom right of the page, including the number 255 and initials like 'ML', 'FR', and 'AAR'.

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2011 e 2010
Rentipar Financeira, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

37. RENDIMENTOS E ENCARGOS COM COMISSÕES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Rendimentos com comissões		
Garantias prestadas	13.028	14.592
Operações de crédito	1.933	1.863
Anuidades	4.934	3.551
Gestão de cartões	12.325	11.165
Transferência de valores	1.150	1.138
Organismos de investimento colectivo em valores mobiliários	5.475	12.239
Administração de valores	911	1.406
Cobrança de valores	5.799	5.636
Depósito e guarda de valores	1.544	320
Outros serviços prestados	21.616	24.835
Outras comissões recebidas	70.966	68.442
	139.681	145.187
Encargos com comissões		
Garantias recebidas	6.662	5.380
Por outros serviços recebidos	14.099	11.163
Outras comissões pagas	8.960	7.174
	29.721	23.717

Em rendimento com comissões encontram-se registados 5.475 milhares de euros (12.239 milhares de euros em 2010) de gestão de investimentos colectivos em valores mobiliários.

256
d
PCR
M
7.2.

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2011 e 2010
Rentipar Financeira, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

38. RESULTADOS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Ganhos em operações financeiras		
Ganhos em diferenças cambiais	128.579	133.438
Ganhos em outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	37.799	55.644
Ganhos em activos financeiros detidos para negociação	181.246	362.616
Ganhos em activos financeiros disponíveis para venda	1.387	14.003
	349.011	565.701
Perdas em operações financeiras		
Perdas em diferenças cambiais	125.326	122.660
Perdas em outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	54.585	43.124
Perdas em activos financeiros detidos para negociação	171.126	380.011
Perdas em activos financeiros disponíveis para venda	3.724	873
	354.761	546.668

39. RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ACTIVOS E OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Outros proveitos		
Ganhos na alienação de outros activos não financeiros	4.771	2.895
Ganhos na alienação de subsidiárias	46.800	-
Activos não correntes detidos para venda	1.943	-
Ganhos na alienação de crédito a clientes	62	-
	53.576	2.895
Outros custos		
Perdas na alienação de crédito a clientes	2.607	-
Perdas na alienação de subsidiárias	107	-
	2.714	-

Os ganhos na alienação de subsidiárias de 46.800 milhares de euros são referente à alienação da Banif Corretora de Câmbios e Valores, com sede no Brasil.

257
142

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 Rentipar Financeira, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

Descrição	31-12-2011	31/12/2010	
		Reexpresso	31-12-2010
Outros proveitos			
Prestação de Serviços	10.180	7.188	7.188
Recuperação de crédito e juros	6.728	7.253	7.253
Reembolso de despesas	12.398	14.012	14.012
Renda de locação operacional	15.124	17.092	17.092
Recompra passivos emitidos	52.945	14.800	14.800
Outros	127.269	91.724	91.724
	224.644	152.069	152.069
Outros custos			
Quotizações e donativos	672	737	737
Contribuições para FGD e FGCAM	5.296	4.183	4.183
Outros impostos	17.070	10.720	10.720
Outros	77.264	84.363	82.478
	100.302	100.003	98.118

Os ganhos de recompra passivos emitidos, incluem os montantes de 25.612 milhares de euros relativo à diferença entre o valor nominal e o valor de colocação da emissão Banif 2012-2019, objecto da operação pública de troca (OPT) que está a ser reconhecido de acordo com o método do custo amortizado (taxa efectiva) até ao vencimento do passivo.

40. CUSTOS COM PESSOAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2011	31/12/2010	
		Reexpresso	31-12-2010
Remuneração dos órgãos de gestão e fiscalização	10.082	11.519	11.519
Remuneração de empregados	118.761	124.477	124.477
	128.843	135.996	135.996
Encargos sociais obrigatórios:			
Encargos relativos a remunerações	32.365	31.434	31.434
Encargos com pensões:			
- Plano de benefício definido (Nota 46.1.2 e Nota 46.1.4)	10.991	3.497	4.429
- Planos de contribuições definidas	-	2.610	2.610
Outros encargos sociais	2.180	2.822	2.822
	45.536	40.363	41.295
Outros custos com pessoal	9.978	7.806	7.806
Total	184.357	184.165	185.097

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2011 e 2010
Rentipar Financeira, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

41. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Serviços especializados	50.877	45.397
Comunicações	13.127	14.552
Publicidade e edição de publicações	8.009	10.081
Deslocações, estadas e representação	4.780	5.879
Conservação e reparação	9.259	8.518
Água, energia e combustíveis	6.316	5.737
Rendas e alugueres	23.362	25.996
Seguros	3.556	3.050
Transportes	2.059	2.081
Material de consumo corrente	1.112	1.445
Formação de pessoal	361	710
Outros	20.409	20.969
Total	143.227	144.415

A rubrica “serviços especializados” inclui os seguintes valores com a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas e sua rede de empresas, conforme referido na alínea b) n.º1 do Artº 508º - F do Código das Sociedades Comerciais:

Serviços de revisão legal de contas: 1.223 milhares de euros (1.273 milhares de euros em 2010)

Outros serviços de garantia de fiabilidade: 253 milhares de euros (214 milhares de euros em 2010)

Serviços de consultoria fiscal: 17 milhares de euros (24 milhares de euros em 2010)

42. IMPARIDADE EM CRÉDITO E OUTROS ACTIVOS

O movimento ocorrido na rubrica de Imparidade em Crédito a Clientes no período findo em 31 de Dezembro de 2011 foi o seguinte:

Descrição	Saldo em 31-12-2010	Entrada de entidades no perímetro de consolidação	Reforços	Utilizações e regularizações	Reversões e recuperações	Saldo em 31-12-2011
Imparidade em crédito concedido	594.857	-	455.649	(123.602)	(113.373)	813.531
Total	594.857	-	455.649	(123.602)	(113.373)	813.531

259

Handwritten signatures and initials.

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 Rentipar Financeira, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

O movimento ocorrido na rubrica de Imparidade em outros Activos no período findo em 31 de Dezembro de 2011 foi o seguinte:

	Saldo em 31-12-2010 Reexpresso	Entrada de entidades no perímetro de consolidação	Movimentos		Saldo em 31-12-2011
			Reforços	Utilizações e regularizações	
Activos Financeiros disponíveis para venda	4.119	-	3.675	-	7.690
Activos detidos até à maturidade	-	-	200	-	200
Activos não correntes detidos para venda	5.379	-	11.999	(654)	14.879
Investimentos em associadas e filiais	9.040	-	7.068	-	16.108
Outros activos Tangíveis	-	-	1.205	(156)	1.050
Goodwill	371	-	-	-	371
Devedores e outras aplicações	7.172	4.174	12.709	123	20.874
Total	26.081	4.174	36.856	(696)	61.172

43. RESULTADOS POR ACÇÃO

43.1 Resultados por acção básicos

Descrição	31/12/2010		
	31-12-2011	Reexpresso	31-12-2010
Básicos			
Resultado do exercício	(77.418)	10.831	12.982
Numero médio ponderado de acções ordinárias emitidas	9.000.000	9.000.000	9.000.000
Resultado por acção básico (expresso em EUR por acção)	(8,60)	1,20	1,44

43.2 Resultados por acção diluídos

Descrição	31/12/2010		
	31-12-2011	Reexpresso	31-12-2010
Diluídos			
Resultado do exercício	(77.418)	10.831	12.982
N.º médio de acções:			
Numero médio ponderado de acções ordinárias emitidas	9.000.000	9.000.000	9.000.000
Numero médio ponderado de acções ordinárias ajustadas para cálculo do ganho por acção diluído	9.000.000	9.000.000	9.000.000
Resultado por acção diluído (expresso em EUR por acção)	(8,60)	1,20	1,44

260

M
F
PCA

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 Rentipar Financeira, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

44. RISCOS DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A análise sobre riscos de instrumentos financeiros encontra-se apresentada no capítulo II – Actividade do Grupo em 2011, ponto 2.3 – Controlo dos Riscos de Actividade do Relatório de Gestão.

45. JUSTO VALOR DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Instrumentos financeiros ao justo valor

Nos quadros seguintes, apresenta-se uma análise das categorias de instrumentos financeiros reconhecidos ao justo valor nas demonstrações financeiras com referência a 31 de Dezembro de 2011 e 2010 e respectivos métodos de valorização:

	Técnicas de Avaliação							
	Valor de mercado ou cotação		Análise de mercado				Total	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Activos								
Activos financeiros detidos para negociação	134.160	259.995	55.020	144.334	67.364	54.783	256.544	459.102
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	88.596	320.090	18.525	66.021	95.767	-	202.888	386.111
Activos financeiros disponíveis para venda	490.886	249.604	12.238	10.117	58.282	34.689	561.406	294.410
Passivos								
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	42.332	76.853	40.716	68.408	89.048	145.259
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	80.946	118.886	-	-	80.946	118.886

Na construção dos quadros acima foram utilizados os seguintes pressupostos:

- Valores de mercado (Nível 1): nesta coluna foram incluídos os instrumentos financeiros valorizados com base em cotações de mercado activo;
- Análise de mercado (Nível 2): nesta coluna foram incluídos os instrumentos financeiros valorizados com base em modelos internos utilizando *inputs* observáveis de mercado;
- Outras (Nível 3): esta coluna inclui os instrumentos financeiros valorizados com base em modelos internos que incluem parâmetros de mercado não observáveis.

Os instrumentos de capital não cotados, reconhecido em Activos financeiros disponíveis para venda ao custo de aquisição, por não ser possível determinar valorizações fiáveis, encontram-se na coluna "outros".

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2011 e 2010
Rentipar Financeira, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

A reconciliação entre saldos de abertura e saldos de fecho do nível 3 é a seguinte:

	31.12.2010	Total	Varidas/ganhos	Amortizações	Alienações	Imparidade	Transferências de nível 3	31.12.2011
Activos financeiros detidos para negociação								
Derivados de crédito	54.783	(12.052)	-	-	-	-	25.433	67.364
Outros activos financeiros ao justo valor através do resultado	-	-	29.511	-	-	-	66.253	95.767
Activos financeiros disponíveis para venda								
Instrumentos de capital	11.318	-	9.484	-	(2.028)	-	33.391	51.487
Instrumentos de dívida	23.371	-	-	(23.371)	-	-	6.795	6.795
Passivos financeiros detidos para negociação								
Derivados de crédito	(86.406)	21.896	-	-	-	-	-	(46.716)

O justo valor segue as políticas definidas na Nota 3.10.2.

Nos modelos de valorização internos dos instrumentos financeiros de negociação e ao justo valor através de resultados, as taxas de juro de mercado são apuradas com base em informação difundida pela Bloomberg. Os prazos até um ano são referentes às taxas de mercado do mercado monetário interbancário, enquanto os prazos superiores a um ano são através das cotações dos swaps de taxa de juro. A curva de taxa de juro obtida é ainda ajustada contra os valores dos futuros de taxa de juro de curto prazo. As taxas de juro para os prazos específicos são determinadas por métodos de interpolação. As mesmas curvas de taxa de juro são ainda utilizadas na projecção dos fluxos de caixa não determinísticos como por exemplo os indexantes.

262

PK
PK
PK

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2011 e 2010
Rentipar Financeira, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

As taxas de juro utilizadas para apuramento da curva da taxa de juro com referência a 31 de Dezembro de 2011, para as moedas EUR e USD são as seguintes:

Prazo	EUR		USD	
	2011	2010	2011	2010
1 dia	0,40%	0,25%	0,10%	0,20%
7 dias	0,60%	0,35%	0,14%	0,23%
15 dias	0,67%	0,43%	0,17%	0,23%
1 mês	0,84%	0,62%	0,26%	0,23%
2 meses	1,06%	0,78%	0,39%	0,25%
3 meses	1,35%	0,96%	0,56%	0,29%
4 meses	1,44%	1,07%	0,64%	0,34%
5 meses	1,53%	1,16%	0,72%	0,40%
6 meses	1,63%	1,26%	0,81%	0,46%
7 meses	1,69%	1,31%	0,85%	0,51%
8 meses	1,76%	1,35%	0,91%	0,56%
9 meses	1,83%	1,40%	0,97%	0,62%
10 meses	1,88%	1,44%	0,87%	0,56%
11 meses	1,94%	1,48%	0,78%	0,51%
1 ano	2,00%	1,53%	0,68%	0,45%
2 anos	1,31%	1,56%	0,73%	0,83%
3 anos	1,36%	1,89%	0,82%	1,31%
4 anos	1,54%	2,23%	1,02%	1,76%
5 anos	1,72%	2,56%	1,22%	2,21%
6 anos	1,90%	2,75%	1,43%	2,54%
7 anos	2,07%	2,93%	1,64%	2,86%
8 anos	2,17%	3,06%	1,77%	3,04%
9 anos	2,28%	3,19%	1,90%	3,23%
10 anos	2,38%	3,32%	2,03%	3,41%
20 anos	2,69%	3,70%	2,52%	4,03%
30 anos	2,56%	3,50%	2,62%	4,13%

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2011 e 2010
Rentipar Financeira, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

As alterações ao justo valor de "Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados" imputáveis a alterações de risco de crédito da entidade tiveram um impacto de - 2.210 milhares de euros nos resultados de 2011 (517 milhares de euros em 2010).

Instrumentos financeiros ao custo ou custo amortizado

Nos quadros seguintes apresenta-se uma análise comparativa entre o valor de balanço e o justo valor das categorias de instrumentos financeiros que se encontram reconhecidos ao custo ou custo amortizado.

	<u>Valor de balanço</u>		<u>Justo valor</u>	
	<u>2011</u>	<u>2010</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Activos				
Aplicações e Disponibilidades em IC's	841.803	709.128	841.803	709.128
Créditos e outros valores a receber	11.166.761	12.247.710	11.166.761	12.246.211
Investimentos detidos até à Maturidade	53.506	63.939	53.506	63.840
Passivos				
Recursos de IC's	1.088.515	1.286.879	1.088.515	1.286.879
Recursos de clientes e outros empréstimos	7.925.397	7.722.471	7.925.397	7.722.471
Responsabilidade representadas por títulos	2.399.203	2.479.345	2.399.203	2.479.345
Instrumentos representativos de capital	43.891	45.651	43.891	45.651
Outros passivos subordinados	218.540	268.178	218.540	268.178

Para as disponibilidades, aplicações e créditos inferiores a um ano considerou-se que o valor registado em balanço é uma aproximação fiável do seu justo valor. Para créditos superiores a um ano com taxa indexada, considerou-se igualmente que o valor de balanço é uma aproximação fiável ao justo valor. Para o crédito a taxa fixa superior a um ano, estimou-se o justo valor pela actualização dos fluxos de caixa esperados, à taxa média das operações efectuadas em Dezembro de 2011 (condições correntes de mercado).

Para os depósitos até um ano ou sem maturidade definida, nos quais se incluem depósitos sem taxa de juro associada, considerou-se que o montante reembolsável na data de reporte é uma aproximação fiável ao justo valor.

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2011 e 2010
Rentipar Financeira, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

**46. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO: RESPONSABILIDADES COM PENSÕES DE REFORMA
E SOBREVIVÊNCIA**

46.1 Banif – Banco Internacional do Funchal, SA

46.1.1 Descrição Geral

Conforme descrito na Nota 3.17, o Banif - Banco Internacional do Funchal, SA (Sociedade) proporciona aos seus empregados diferentes planos de benefícios com pensões e assistência médica, que abrangem:

- Plano de Pensões I, de benefício definido (BD), que deu continuidade ao Plano de Pensões de BD anterior ao Acordo de Empresa (AE), integra não só os reformados, como decorre directamente da legislação aplicável, como também os colaboradores ao serviço activo da Sociedade que, à data de 31 de Dezembro de 2006, se encontravam a 5 ou menos anos da reforma por invalidez presumível (65 anos), com excepção dos integrados na sequência fusão por incorporação do BBKA, que não são abrangidos pelo AE;
- Plano de Pensões II, de contribuição definida (CD), integra todos os colaboradores admitidos ao serviço activo da Sociedade antes de 1 de Janeiro de 2007, que não tivessem falecido, reformado ou rescindido até à data de entrada em vigor do AE, com excepção dos integrados na sequência fusão por incorporação do BBKA, que não são abrangidos pelo AE. Relativamente aos empregados integrados neste Plano II, foi definido um plano específico de contribuições periódicas mensais, em função dos respectivos salários, e a atribuição de uma contribuição inicial, afectada às respectivas contas individuais, calculada em função (i) das pensões complementares de velhice estimadas na avaliação de responsabilidades efectuada pelo Actuário Responsável do Plano de Pensões em 31 de Dezembro de 2006 e devidamente reportada ao Instituto de Seguros de Portugal e ao Banco de Portugal, e (ii) do valor actual das contribuições futuras;
- Plano de Pensões III, também de contribuição definida (CD), que abrange todos os colaboradores admitidos ao serviço activo da Sociedade após 1 de Janeiro de 2007, que não tivessem falecido, reformado ou rescindido até à data de entrada em vigor do AE. Relativamente a estes, foi definido um plano específico de contribuições periódicas mensais em função dos respectivos salários;
- Plano de Pensões BBKA, de benefício definido (BD), que abrange os empregados integrados na sequência fusão por incorporação do BBKA, em 1 de Janeiro de 2009, e os reformados existentes à data da fusão por incorporação.

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2011 e 2010
Rentipar Financeira, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

As responsabilidades com os referidos planos de pensões estão financiadas por dois Fundos de Pensões:

- Fundo de Pensões Banif, fundo fechado, constituído em 7 de Dezembro de 1989, que tem por objecto financiar as obrigações previstas nos Planos de Pensões I, II e III, que o integram;
- Fundo de Pensões BBKA (ex- Banco Banif e Comercial dos Açores, S.A.), fundo fechado, constituído em 29 de Dezembro de 1988, que tem por objecto financiar as obrigações do Plano de Pensões BBKA.

Para além dos Fundos de Pensões, existem dois contratos de seguro de rendas vitalícias para cobertura da pensão de reforma de um pensionista, efectuadas em duas Seguradoras distintas, que não estão em relação de grupo com a Sociedade. A pensão segura é fixa, paga 14 vezes por ano, sendo reversível em 40% por morte do pensionista nos termos do Plano de Pensões, sendo os respectivos acréscimos anuais suportados pelo Fundo de Pensões.

A entidade gestora dos Fundos de Pensões é a Banif Açor Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA, entidade relacionada, que subcontractou o Banif - Banco de Investimento, SA para a gestão financeira e a avaliação dos activos dos fundos.

Os estudos actuariais do valor actual das responsabilidades dos planos de benefícios definidos, efectuados com referência a 31 de Dezembro de 2011 e 2010, são da responsabilidade da actuária Dr.^a Ana Marta Vasa, da Towers Watson (Portugal), Unipessoal Limitada.

46.1.2 Plano de Pensões I (benefício definido)

Em 31 de Dezembro de 2011, o Plano de Pensões I (benefício definido) abrangia uma população de 92 Pensionistas (90, em 2010) e 7 Activos (12, em 2010), beneficiários de pensões de reforma e SAMS, e 2.555 Activos (2.548, em 2010), para efeitos de responsabilidades com SAMS.

266
PCR

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2011 e 2010
Rentipar Financeira, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

a) Pressupostos actuariais

Os principais pressupostos actuariais e financeiros utilizados para os cálculos efectuados foram os seguintes:

	2011	2010
Método de Valorização Actuarial	Unit Credit Proj.	Unit Credit Proj.
Tábua de Mortalidade:		
- Homens	TV 73/77	TV 73/77
- Mulheres	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de Invalidez	EVK80	EVK80
Taxa de Desconto - Resp. com Pensões	5,00%	5,00%
Taxa de Desconto - Resp. com SAMS	5,50%	5,50%
Taxa de Rendimento dos Activos do Fundo	5,00%	5,00%
Taxa de Crescimento dos Salários	2,25%	3,00%
Taxa de Crescimento das Pensões	1,25%	2,00%
Taxa de 'turnover'	Não aplicada	Não aplicada

Relativamente à avaliação actuarial de 2010, mantiveram-se as taxas de desconto para actualização das responsabilidades com os benefícios de pensões de reforma do Plano de Pensões I e com o benefício do SAMS, também integrado no Plano de Pensões I. Estas taxas de desconto reflectem a realidade económica cumprindo os requisitos estabelecidos pela Norma Internacional de Contabilidade IAS19. O valor das taxas de desconto corresponde à taxa de juro das obrigações de dívida privada com qualidade de crédito elevada ("AA"), e com a maturidade aproximada da maturidade das responsabilidades, determinadas com base na média de esperança de vida ponderada pelos pagamentos efectuados pelo fundo para cada um dos benefícios.

Dado que a população abrangida pelo benefício de pensões se encontra fechada a novas adesões e já se encontra na sua maioria a receber pensão, a duração das suas responsabilidades é apenas de 9 anos. Em contrapartida, para o benefício com o SAMS o plano não se encontra fechado a novas adesões e a duração das suas responsabilidades é de 17 anos.

A taxa global de rendimento esperado para o exercício reflecte as expectativas de retorno dos activos do fundo no termo do exercício anterior, tendo em consideração as características da carteira do fundo e as políticas de investimento.

A redução das taxas de crescimento dos salários e das pensões tem em consideração os ajustamentos em curso e as perspectivas de evolução futura da economia portuguesa e, em particular, do sector bancário

Não é aplicada qualquer taxa de "turnover" por uma opção de prudência e na medida em que a mesma não é possível determinar com fiabilidade.

267
+
10K

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2011 e 2010
Rentipar Financeira, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

b) Responsabilidades e Coberturas

As responsabilidades reconhecidas no Balanço eram:

	2011	2010 reexpresso	2010
Valor Actual das Responsabilidades:			
Pensões em pagamento	17.617	18.052	18.052
Serviços passados de activos	1.246	2.196	2.196
Encargos com SAMS	5.862	5.971	5.971
Total	24.725	26.219	26.219
Justo valor dos activos do Plano	-26.081	-25.865	-25.865
Deficit (Superávit)	-1.356	354	354
Ganhos (perdas) actuariais não reconhecidos			
"Corredor"	-	-	-2.622
Excesso ao "Corredor"	-	-	-1.959
Total	-	-	-4.581
Passivo (Activo) reconhecido no Balanço	-1.356	354	-4.227

Atendendo à alteração da política contabilística de reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais, conforme explicado na Nota 3.2 e Nota 3.17, apresentam-se os dados comparativos de 2010 reexpressos.

A cobertura das responsabilidades obedece ao disposto no Aviso do Banco de Portugal nº 12/2001.

O Valor Actual da Responsabilidade por Serviços Futuros, à data de 31 de Dezembro de 2011, era de 2.974 milhares de euros (3.443 milhares de euros, em 2010).

Em 31 de Dezembro de 2011, o acréscimo, ou redução, de 1% na taxa de contribuição para o SAMS implicaria um acréscimo de responsabilidades de 935 milhares de euros (867 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2010), ou a redução de 935 milhares de euros (867 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2010) e um acréscimo nos custos do exercício (custo de serviço corrente e custo dos juros) de 27,5 milhares de euros (25,5 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2010), ou a redução 27,5 milhares de euros (25,5 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2010).

c) Ganhos e perdas actuariais

Na sequência da alteração da política contabilística de reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais, conforme explicado na Nota 3.17, os ganhos e perdas decorrentes de diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados no que se refere às responsabilidades e ao rendimento do fundo de pensões passaram a ser reconhecidos na íntegra em capital próprio, numa conta de Reservas por Ganhos e Perdas Actuariais.

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2011 e 2010
Rentipar Financeira, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

Os ganhos e perdas actuariais reconhecidos em capital próprio eram:

	2011	2010 reexpresso	2010
Reservas por Ganhos e (Perdas) actuariais início do ano	-7.538	-7.458	-
Ganhos (perdas) actuariais em responsabilidades	1.350	632	-
Ganhos (perdas) ganhos actuariais no fundo	-881	-712	-
Reservas por Ganhos e (Perdas) actuariais fim do ano	-7.069	-7.538	-

d) Gastos reconhecidos no exercício

Nos exercícios de 2011 e 2010, a Sociedade reconheceu os seguintes custos com o Plano de Pensões I:

	2011	2010 reexpresso	2010
Custo do serviço corrente	177	220	220
Custo dos juros	1.341	1.390	1.390
Rendimento esperado	-1.176	-1.205	-1.205
Perdas actuariais reconhecidas no ano	-	-	545
Encargos suportados benef. / outros	0	0	0
Total gastos do exercício	342	405	560

O custo de serviço corrente do Plano de Pensões I (benefício definido) relativo a responsabilidades com pensões de Administradores do Grupo é nulo (nulo em 2010) na medida em que todos se reformaram por invalidez presumível (65 anos) em 2009. A não verificação deste pressuposto não invalida a não afectação de qualquer montante a título de custo de serviço corrente na medida em que a responsabilidade a financiar passa a ser calculado em função dos serviços totais.

e) Variação do valor actual das responsabilidades

O acréscimo anual das responsabilidades é assim composto:

	2011	2010
Valor Actual das Responsabilidades iniciais		26.219
Custo do serviço corrente		177
Custo dos juros		1.341
Perdas (ganhos) actuariais		-1.350
Pensões Pagos		-1.662
Valor Actual das Responsabilidades finais		24.725

269
100

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2011 e 2010
Rentipar Financeira, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

f) Variação do valor do fundo de pensões afecto ao Plano de Pensões I

A variação do justo valor dos activos do fundo foi:

	2011	2010
Valor do Fundo no início do ano	25.865	26.930
Rendimento esperado	1.176	1.205
Ganhos (perdas) actuariais (financeiros)	-881	-712
Contribuição entregue ao fundo	1.584	■
Pensões pagas pelo fundo	-1.663	-1.559
Valor do Fundo no final do ano	26.081	25.865

As contribuições efectuadas em 2011 foram realizadas em numerário. Em 2010 não foram efectuadas contribuições para o Plano de Pensões I, na medida em que estavam cumpridos os níveis de financiamento requeridos pelo Aviso nº 12/2001, do Banco de Portugal, e Instituto de Seguros de Portugal.

Em 2012, a Sociedade prevê efectuar contribuições de 492 milhares de euros.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os activos do fundo estavam assim distribuídos:

	2011		2010	
	Montante	%	Montante	%
Acções	1.378	5,3%	871	3,4%
Fundos de Investimento	2.027	7,8%	5.302	20,5%
Dívida Pública	771	3,0%	1.614	6,2%
Obrigações diversas	4.426	17,0%	2.767	10,7%
Imóveis	9.333	35,8%	9.333	36,1%
Mercado monetário	7.456	28,6%	4.894	18,9%
Outros	690	2,6%	1.084	4,2%
Total	26.081	100,0%	25.865	100,0%

A Sociedade, ou outras sociedades que com ela se encontrem em relação de grupo, utilizam, por arrendamento, imóveis que constituem activos do Fundo de Pensões, cujo valor ascende a 6.050 milhares de euros (6.049 milhares de euros, em 2010).

Dos activos do Fundo em 31 de Dezembro de 2011, 1.700 milhares de euros (2.510 milhares de euros, em 2010) correspondiam a títulos emitidos pela Sociedade, ou por outras sociedades que com ela se encontrem em relação de grupo, e 2.526 milhares de euros (1.217 milhares de euros, em 2010) a depósitos junto da Sociedade, ou de outras sociedades que com ela se encontrem em relação de grupo.

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2011 e 2010
Rentipar Financeira, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

g) Outras informações

Os principais valores efectivamente verificados no exercício e no exercício anterior foram:

	2011	2010
Taxa de Mortalidade	1,98%	1,94%
Taxa de Invalidez	0,00%	0,00%
Taxa de Rendimento do Fundo	1,18%	1,92%
Taxa Crescimento Salários	1,73%	0,81%
Taxa Crescimento Pensões	0,55%	0,33%
Taxa de Turnover	0,00%	0,00%

A evolução das responsabilidades e do valor do fundo afecto ao plano de benefício definido em 2011, e nos quatro anos anteriores, apresenta-se da seguinte forma:

	2011	2010	2009	2008	2007
Valor Actual das Responsabilidades	24.725	26.219	26.800	26.123	73.567
Valor do Fundo	26.081	25.865	26.930	25.913	71.140
(Déficit) Superávit	1.356	-354	130	-210	-2.427
Ganhos (perdas) actuariais em responsabilidades	1.350	632	-544	-351	4.888
Ganhos (perdas) ganhos actuariais no fundo	-881	-712	-64	-2.283	-2.169

46.1.3 Plano de Pensões II e III (contribuição definida)

No exercício de 2011, a Sociedade efectuou contribuições 2.430 milhares de euros (2.419 milhares de euros em 2010) para os Planos de Pensões II e III (contribuição definida), reconhecidas como custos do exercício.

O custo com contribuições para os Planos de Pensões II ou III, relativas a Administradores do Grupo, foram de 81 milhares de euros de contribuição corrente (76 milhares de euros em 2010).

46.1.4 Plano de Pensões BBKA (benefício definido)

Em 31 de Dezembro de 2011, o Fundo abrangia uma população de 267 Pensionistas (251, em 2010), 3 ex-trabalhadores conforme cláusula 137-A do ACT (0 em 2010) e 363 Activos (382, em 2010).

271
P.F.
P.F.

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2011 e 2010
Rentipar Financeira, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

a) Pressupostos actuariais

Os principais pressupostos actuariais e financeiros utilizados para os cálculos efectuados foram os seguintes:

	2011	2010
Método de Valorização Actuarial	Unit Credit Proj.	Unit Credit Proj.
Tábua de Mortalidade:		
- Homens	TV 73/77	TV 73/77
- Mulheres	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de Invalidez	EVK80	EVK80
Taxa de Desconto	5,50%	5,50%
Taxa de Rendimento dos Activos do Fundo	5,50%	5,50%
Taxa de Crescimento dos Salários	2,25%	3,00%
Taxa de Crescimento das Pensões	1,25%	1,75%
Taxa de 'turnover'	Não aplicada	Não aplicada

Relativamente à avaliação actuarial de 2010, mantiveram-se as taxas de desconto, que reflectem a realidade económica cumprindo os requisitos estabelecidos pela Norma Internacional de Contabilidade IAS19. O valor da taxa de desconto corresponde à taxa de juro das obrigações de dívida privada com qualidade de crédito elevada ("AA") e com a maturidade aproximada da maturidade das responsabilidades determinadas como a média de esperança de vida ponderada pelos pagamentos efectuados (19 anos).

A taxa global de rendimento esperado para o exercício reflecte as expectativas de retorno dos activos do fundo no termo do exercício anterior, tendo em consideração as características da carteira do fundo e as políticas de investimento.

A redução das taxas de crescimento dos salários e das pensões tem em consideração os ajustamentos em curso e as perspectivas de evolução futura da economia portuguesa e, em particular, do sector bancário

Não é aplicada qualquer taxa de "turnover" por uma opção de prudência e na medida em que a mesma não é possível determinar com fiabilidade.

b) Responsabilidades e Coberturas

As responsabilidades reconhecidas no Balanço eram:

	2011	2010	2010
Valor Actual das Responsabilidades:		reconhecido	
Pensões em pagamento	12.473	52.607	52.607
Serviços passados de activos	4.730	50.214	50.214
Encargos com SAMS	6.396	6.729	6.729
Subsídio por Morte	1.734	1.907	1.907
Total	63.333	111.457	111.457
Justo valor dos activos do Plano	-67.047	-105.551	-105.551
Deficit (Superávit)	-3.714	5.906	5.906
Ganhos (perdas) actuariais não reconhecidos			
"Corredor"	-	-	-11.146
Excesso de "Corredor"	-	-	-7.862
Total	-	-	-19.008
Passivo (Activo) reconhecido no Balanço	-3.714	5.906	-13.102

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2011 e 2010
Rentipar Financeira, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

Atendendo à alteração da política contabilística de reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais, conforme explicado na Nota 3.17, apresentam-se os dados comparativos de 2010 reexpressos.

A cobertura das responsabilidades obedece ao disposto no Aviso do Banco de Portugal nº 12/2001.

O Valor Actual da Responsabilidade por Serviços Futuros, à data de 31 de Dezembro de 2011, era de 6.408 milhares de euros (8.647 milhares de euros, em 2010).

Conforme referido na Nota 3.17, na sequência do Decreto-Lei nº 127/2011, de 31 de Dezembro, foi efectuada a transferência para o âmbito da Segurança Social de parte das responsabilidades com os reformados e pensionistas do BBKA, que se encontravam no regime de segurança social substitutivo constante do ACT do sector bancário e que abrangeu 228 reformados e pensionistas. Esta operação foi tratada como uma “liquidação”, nos termos da IAS 19, com um impacto de 6.833 milhares de euros em resultados do exercício (Nota 46.1.4, alínea d)) decorrente da diferença entre:

- 40.032 milhares de euros de redução das responsabilidades calculadas de acordo com os pressupostos em uso pela Sociedade numa base de continuidade (Nota 46.1.4, alínea e)); e
- 46.865 milhares de euros do recalculo das responsabilidades transferidas para a Segurança Social, de acordo com os pressupostos definidos no art.º 6º do Decreto-Lei nº 127/2011, e que correspondem à redução no justo valor dos activos do Fundo transferidos e a transferir para o Estado (Nota 46.1.4, alínea f)), em duas tranches:
 - 1ª tranche, efectuada em 30/12/2011, no montante de 26.156 milhares de euros; e
 - 2ª tranche, a ser efectuada até 30/6/2012, no montante de 20.709 milhares de euros.

Os empregados no activo abrangidos por este Plano de Pensões passaram a estar integrados no Regime Geral da Segurança Social a partir de 1 de Janeiro de 2011, nos termos do Decreto-Lei nº 1-A/2011, de 3 de Janeiro. Esta integração conduziu a um decréscimo efectivo no valor actual dos benefícios totais reportados à idade normal de reforma (VABT) a suportar pelo fundo de pensões. Contudo, dado que não existe redução de benefícios na perspectiva do beneficiário, as responsabilidades por serviços passados mantiveram-se inalteradas. Desta forma, a Sociedade não registou qualquer impacto nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2010 em consequência da integração

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2011 e 2010
Rentipar Financeira, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

destes empregados no Regime Geral da Segurança Social, conforme orientação divulgada em Comunicado do Conselho Nacional de Supervisores Financeiros, anexo à Mensagem Fax nº 11/11/DSPDR, de 2011/01/26, do Banco de Portugal.

Em 31 de Dezembro de 2011, o acréscimo (ou redução) de 1% na taxa de contribuição para o SAMS implicaria um acréscimo de responsabilidades de 984 milhares de euros (1.034 milhares de euros, em 2010), ou redução de 984 milhares de euros (1.036 milhares de euros, em 2010) e um acréscimo nos custos do exercício (custo de serviço corrente e custo dos juros) de 15 milhares de euros (20 milhares de euros, em 2010), ou redução de 16 milhares de euros (19 milhares de euros, em 2010).

c) Ganhos e perdas actuariais

Na sequência da alteração da política contabilística de reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais, conforme explicado na Nota 3.17, os ganhos e perdas decorrentes de diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados no que se refere às responsabilidades e ao rendimento do fundo de pensões passaram a ser reconhecidos na íntegra em capital próprio, numa conta de Reservas por Ganhos e Perdas Actuariais.

Os ganhos e perdas actuariais reconhecidos em capital próprio eram:

	2011	2010	2010
Reservas por Ganhos e (Perdas) actuariais início do ano		reexpresso	
	-19.920	-17.603	-
Ganhos (perdas) actuariais em responsabilidades	10.729	2.072	-
Ganhos (perdas) ganhos actuariais no fundo	-8.204	-4.369	-
Reservas por Ganhos e (Perdas) actuariais fim do ano	-15.395	-19.900	-

d) Gastos reconhecidos no exercício

Nos exercícios de 2011 e 2010, a Sociedade reconheceu os seguintes custos com cobertura de responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência:

	2011	2010	2010
		reexpresso	
Custo do serviço corrente	562	2.115	2.116
Custo dos juros	6.130	5.990	5.990
Rendimento esperado	-5.506	-5.267	-5.267
Perdas actuarias reconhecidas no ano	-	-	387
Custos Reformas Antecipadas	-	382	382
Corte / liquidação (transferência Seg. Social)	6.833	-	-
Encargos suportados pelos beneficiários	-110	-128	-128
Total gastos do exercício	7.909	3.092	3.479

Este plano não inclui quaisquer responsabilidades com Administradores do Grupo.

274
PCR

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2011 e 2010
Rentipar Financeira, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

O gasto com "Corte / liquidação (transferência Seg. Social)" corresponde ao impacto em resultados da operação de transferência de responsabilidades para a Segurança Social, conforme descrito na Nota 46.1.4, alínea b).

e) Variação do valor actual das responsabilidades

O acréscimo anual das responsabilidades é assim composto:

	2011	2010
Valor Actual das Responsabilidades iniciais	111.457	108.905
Custo do serviço corrente	562	2.116
Custo dos juros	6.130	5.990
Perdas (ganhos) actuariais	-10.729	-2.072
Acr. responsabilidades c/ reformas antecipadas	-	382
Acr. Responsabilidades c/ Subsídio por Morte	-	-
Corte / liquidação (transferência Seg. Social)	-40.031	-
Pensões pagas	-4.056	-38.64
Valor Actual das Responsabilidades finais	63333	111.457

O "Corte / liquidação (transferência Seg. Social)" corresponde à redução das responsabilidades calculadas de acordo com os pressupostos em uso pela Sociedade numa base de continuidade, conforme descrito na Nota 46.1.4, alínea b).

f) Variação do valor do fundo de pensões

A variação do justo valor dos activos do fundo foi:

	2011	2010
Valor do Fundo no início do ano	105.551	101.073
Rendimento esperado	5.506	5.267
Ganhos (perdas) actuariais (financeiros)	-6.204	-4.389
Contribuição entregue ao fundo	13.115	7.463
Corte / liquidação (transferência Seg. Social)	-46.865	-
Pensões pagas pelo fundo	-4.056	-3.864
Valor do Fundo no final do ano	67.047	105.551

O "Corte / liquidação (transferência Seg. Social)" corresponde à redução no justo valor dos activos do Fundo transferidos e a transferir para o Estado, conforme descrito na Nota 46.1.4, alínea b).

As contribuições realizadas em 2011, no montante de 13.115 milhares de euros (7.463 milhares de euros, em 2010) foram realizadas em numerário.

Em 2012, a Sociedade prevê efectuar contribuições de 2.680 milhares de euros.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os activos do fundo estavam assim distribuídos:

	2011		2010	
	Montante	%	Montante	%
Acções	3.009	4,5%	3.083	2,9%
Fundos de Investimento	26.290	39,2%	39.223	37,2%
Dívida Pública	0	0,0%	8.384	7,9%
Obrigações diversas	14.315	21,4%	10.526	10,0%
Imóveis	13.973	20,8%	13.971	13,2%
Mercado monetário	27.213	40,6%	26.663	25,3%
Outros	-17.753	-26,5%	3.700	3,5%
Total	67.047	100,0%	105.551	100,0%

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 Rentipar Financeira, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

Na rubrica "Outros" está deduzido o montante de 20.709 milhares de euros relativos à 2ª tranche a ser transferida para o Estado até 30/6/2012, conforme descrito na Nota 46.1.4, alínea b).

A Sociedade, ou outras sociedades que com ela se encontrem em relação de grupo, utilizam, por arrendamento, imóveis que constituem activos do Fundo de Pensões, cujo valor ascende a 9.187 milhares de euros (9.185 milhares de euros, em 2010).

Dos activos do Fundo em 31 de Dezembro de 2011, 6.338 milhares de euros (9.459 milhares de euros, em 2010) correspondiam a títulos emitidos pela Sociedade, ou por outras sociedades que com ela se encontrem em relação de grupo, e 14.215 milhares de euros (11.134 milhares de euros, em 2010) a depósitos junto da Sociedade, ou de outras sociedades que com ela se encontrem em relação de grupo.

g) Outras informações

Os principais valores efectivamente verificados no exercício foram:

	2011	2010
Taxa de Mortalidade	1,59%	0,94%
Taxa de Invalidez	4,01%	0,26%
Taxa de Rendimento do Fundo	-0,63%	0,90%
Taxa Crescimento Salários	1,07%	2,91%
Taxa Crescimento Pensões	-0,95%	0,41%
Taxa de 'turnover'	0,54%	0,52%

A evolução das responsabilidades e do valor do fundo afecto ao plano de benefício definido em 2011, e nos quatro anos anteriores, apresenta-se da seguinte forma:

	2011	2010	2009	2008	2007
Valor Actual das Responsabilidades	63333	111457	108905	102855	98670
Valor do Fundo	67047	105551	101073	92140	87597
(Déficit) Superávit	3714	5906	-7832	-10285	-1073
Ganhos (perdas) actuariais em responsabilidades	10729	2072	-322	2752	8477
Ganhos (perdas) em anos actuariais no fundo	-6204	-4389	-591	-16456	-2575

46.2 Banif Go. Instituição Financeira de Crédito, S.A.

A Banif Go, Instituição Financeira de Crédito, SA, Sociedade que em 29 de Dezembro de 2011 foi objecto de uma operação de cisão e fusão no Banif – Banco Internacional do Funchal, SA e no Banco Banif Mais, SA, tinha celebrado, em 31 de Dezembro de 2008, com a Banif Açor Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA um contrato de adesão colectiva aos fundos de pensões abertos Banif Reforma Jovem, Banif Reforma Activa, Banif Reforma Sénior e Banif Reforma Garantida. Trata-se de um plano de pensões de contribuição definida e de natureza contributiva.

276
PCR

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2011 e 2010
Rentipar Financeira, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

O número inicial de unidades de participação desta adesão colectiva, no montante de 1.124,5 milhares de euros, correspondeu ao montante das provisões matemáticas existentes à data do início deste contrato, no anterior contrato de Seguro Grupo celebrado com a Companhia de Seguros Açoreana, denominado "Plano Investimento Futuro", as quais foram transferidas para o actual contrato.

Em 2011, o Associado não efectuou quaisquer contribuições a favor dos respectivos participantes (4,9 milhares de euros, em 2010).

Na sequência da operação de cisão e fusão, os empregados desta Sociedade irão ser integrados nos planos de contribuição definida das respectivas sociedades integrantes.

O plano de pensões desta entidade não contemplava quaisquer contribuições para Administradores do Grupo.

46.3 Banif Rent - Aluguer Gestão e Comercio de Veiculos Automóveis, S.A.

A Banif Rent - Aluguer Gestão e Comercio de Veículos Automóveis, S.A. celebrou, em 5 de Junho de 2009, com a Banif Açor Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. um contrato de adesão colectiva aos fundos de pensões abertos Banif Reforma Jovem, Banif Reforma Activa, Banif Reforma Sénior e Banif Reforma Garantida. Trata-se de um plano de pensões de contribuição definida e de natureza contributiva.

Em 2011, o montante bruto das contribuições efectuadas pelo Associado a favor dos respectivos participantes foi de 13,4 milhares de euros (13,0 milhares de euros, em 2010).

O plano de pensões desta entidade não contempla quaisquer contribuições para Administradores do Grupo.

46.4 Banif – Banco de Investimento, S.A. e Associadas

O Banif – Banco de Investimento, S.A. e as sociedades participadas Banif Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A., Banif Açor Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. e Banif New Capital – Sociedade de Capital de Risco, S.A., na qualidade de Associados, constituíram, em 26 de Dezembro de 2003, com a Banif Açor Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., o fundo de pensões BBI & Associadas. Trata-se de um fundo de pensões fechado que tem por objecto financiar as obrigações previstas no respectivo plano de pensões, de contribuição definida e de natureza contributiva.

277
PCP

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2011 e 2010
Rentipar Financeira, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

Em 2011, o montante bruto das contribuições efectuadas pelos Associados a favor dos respectivos participantes foi de 81,8 milhares de euros (125,4 milhares de euros em 2010), sendo 69,3 milhares de euros (106,2 milhares de euros em 2010) pelo Banif – Banco de Investimento, 10,7 milhares de euros (16,4 milhares de euros em 2010) pela Banif Gestão de Activos e 1,8 milhares de euros (2,8 milhares de euros em 2010) pela Banif Açor Pensões.

O custo com contribuições para o plano de pensões destas entidades, relativas a Administradores do Grupo, foram 14,6 milhares de euros (24,1 milhares de euros em 2010).

46.5 Banco Banif Mais, S.A. e Associadas

O Banco Banif Mais, S.A. e as sociedades Tecnicrédito ALD - Aluguer de Automóveis, S.A. e Margem – Mediação de Seguros, Lda, S.A., na qualidade de Associados, constituíram, em 7 de Dezembro de 2010, com a Banif Açor Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., um contrato de adesão colectiva aos fundos de pensões abertos Banif Reforma Jovem, Banif Reforma Activa, Banif Reforma Sénior e Banif Reforma Garantida. Trata-se de um plano de pensões de contribuição definida e de natureza contributiva.

Em 2011, o montante bruto das contribuições efectuadas pelos Associados a favor dos respectivos participantes foi de 64,8 milhares de euros (47,8 milhares de euros em 2010), sendo 64,0 milhares de euros (47,7 milhares de euros em 2010) pelo Banco Banif Mais, S.A., 0,6 milhares de euros (0,1 milhares de euros em 2010) pela Tecnicrédito ALD - Aluguer de Automóveis, S.A. e 0,2 milhares de euros (0,0 milhares de euros em 2010) pela Margem – Mediação de Seguros, Lda, S.A.

O plano de pensões desta entidade não contempla quaisquer contribuições para Administradores do Grupo.

47. ACTIVOS EM LOCAÇÃO OPERACIONAL

Os custos incorridos com os activos utilizados em regime de locação operacional são registados no exercício a que respeitam na rubrica de "Rendas e alugueres" dos Gastos Gerais Administrativos (Nota 41) e referem-se principalmente a equipamentos.

278

PK

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2011 e 2010
Rentipar Financeira, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

Os activos utilizados em regime de locação operacional e respectivos gastos para os exercícios futuros são os seguintes:

Outros activos em locação operacional	Pagamentos futuros mínimos em locação operacional não cancelável	Pagamentos mínimos em locação	Rendas contingentes reconhecidas em resultados
Maturidade Residual			
Inferior a 1 Ano	-	582	207
Entre 1 e 5 Anos	1.287	121	77
Superior a 5 Anos	-	-	-
Total	1.287	703	284

48. SALDOS E TRANSACÇÕES COM ENTIDADES RELACIONADAS

No curso normal da sua actividade financeira, o Grupo efectua transacções com partes relacionadas. Estas incluem créditos e aplicações bancárias, depósitos, suprimentos, garantias e outras operações e serviços bancários.

O saldo dessas transacções com partes relacionadas no balanço e respectivos custos e proveitos no exercício findo são os seguintes:

	Elementos chave de gestão		Membros próximos da família dos Elementos chave de gestão		Associadas		Outras Entidades	
	31-12-2011	31-12-2010	31-12-2011	31-12-2010	31-12-2011	31-12-2010	31-12-2011	31-12-2010
Crédito e aplicações	1.787	2.615	318	247	52.563	55.214	126.026	119.399
Depósitos	5.938	6.000	315	987	76.911	62.231	11.774	22.850
Suprimentos	-	-	-	-	12249	16630	20.858	13.750
Emprestimos obtidos	-	-	-	-	-	-	-	10.000
Garantias prestadas	-	-	-	-	1228	-	2.390	-
	31-12-2011	31-12-2010	31-12-2011	31-12-2010	31-12-2011	31-12-2010	31-12-2011	31-12-2010
Comissões e serviços prestados	3	21	2	-	1.539	1.312	281	-
Juros e encargos similares	165	122	18	13	1.013	93	2.769	2.100
Juros e Rendimentos similares	30	30	10	3	1.835	2.467	3.753	348

As transacções com entidades relacionadas são analisadas de acordo com os critérios aplicáveis a operações similares com terceiras entidades e são realizadas em condições normais de mercado. Estas operações estão sujeitas à aprovação do Conselho de Administração.

No exercício findo, não foram constituídas provisões específicas para saldos com entidades relacionadas.

Remunerações do pessoal chave de gestão

2011

Remunerações: 143 milhares de euros

279
100

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2011 e 2010
Rentipar Financeira, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

2010

Remunerações: 147 milhares de euros

As partes relacionadas do Grupo são as seguintes:

Elementos chave de gestão:

Dr. Fernando José Inverno da Piedade
Dra. Maria Teresa Henriques Moura Roque Dal Fabbro
Sr. Vitor Hugo Simons
Dr. José Marques de Almeida
Dr. Joaquim Filipe Marques dos Santos
Dr. Carlos David Duarte de Almeida
Dr. António Manuel Rocha Moreira
Dr. Artur Manuel da Silva Fernandes
Eng.º Diogo António Rodrigues da Silveira
Dra. Paula Cristina Moura Roque
Dr. Nuno José Roquette Teixeira
Dr. Vitor Manuel Farinha Nunes

Membros próximos da família dos Elementos chave de gestão:

Maria Luisa Cardoso da Silva Maçanita de Almeida
Pedro David Maçanita Duarte de Almeida
Lina Inês de Gouveia Marques dos Santos
Inês de Gouveia Marques dos Santos Henriques Pires
Filipe Gouveia Marques dos Santos
Sandra Margarida Amaro de Oliveira Boarotto
Artur Rangel Fernandes
Nicole Rangel Fernandes
Mateus Boarotto Fernandes
Maria João da Silva Sá dos Reis Rocha Moreira
Joana Sá Reis Rocha Moreira
Guilherme Sá Reis Rocha Moreira
Maria Alice Pereira de Almeida
João Paulo Pereira Marques de Almeida
Maria José Pereira Marques de Almeida
Maria João Pereira Marques de Almeida
Catherine Thérèse Laurence da Silveira
Alexandre Tiago da Silveira

280

PK
PK

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2011 e 2010
Rentipar Financeira, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

Héloise Maria da Silveira
Gaspar Antoine da Silveira
Luisa Maria Campina Pinto da Piedade
Carolina Pinto Inverno da Piedade
Leonor Pinto Inverno da Piedade
Anabela Delgado Courinha e Ramos Simons
Nidia da Mota Simons
João Pedro da Mota Simons
Daniel Hugo Courinha Ramos Simons
Lorenzo Roque Dal Fabbro
Bianca Maria Roque Dal Fabbro
Sara Dolores Militão Silva de Cima Sobral Roquette Teixeira
Maria Cima Sobral Roquette Teixeira
José Maria Cima Sobral Roquette Teixeira
Isabel Maria Cima Sobral Roquette Teixeira
Ana Cristina dos Santos de Figueiredo e Sousa Nunes
Sofia Farinha de Figueiredo e Sousa Nunes
Tomás Farinha de Figueiredo e Sousa Nunes
Francisco Farinha de Figueiredo e Sousa Nunes

Entidades Associadas:

Rentipar Seguros, SGPS
Companhia de Seguros Açoreana
Espaço Dez
Banca Pueyo
Bankpime
Imobiliaria Vegas Altas
MCO2
Centaurus Realty Group Invest. Imobiliários S.A.
Pedidos Liz

Outras entidades:

Vestiban – Gestão e Investimentos
Auto-Industrial – Investimentos e Participações, SGPS
Joaquim Ferreira de Amorim
Evalesco SGPS
Rentipar Investimentos, SGPS
Rentipar Industria SGPS

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2011 e 2010
Rentipar Financeira, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

Rentiglobo, SGPS

Empresa Madeirense de Tabacos

SIET Savoy

DISMADE – Distribuição de Madeira

VITECAF – Fabrica Rações da Madeira

RAMA – Rações para Animais

SODIPRAVE – Soc. Dist. De Produtos Avícolas

Avipérola

Aviatlântico

SOIL, SGPS

Rentimundi – Investimentos Imobiliários

Mundiglobo – Habitação e Investimentos

Habiprede – Sociedade de Construções

Genius – Mediação de Seguros

Rentimedis – Mediação de Seguros

MS MUNDI – Serviços Técnicos de Gestão e Consultoria

RENTICONTROL – Controlo e Gestão de Contabilidade

Fundo de pensões de colaboradores do Grupo

Dualimo – Comercio de Vestuário e Representação, Lda

FN Participações SGPS, SA

Core Investimentos, consultoria e Serviços, Lda

282
TR
F.
PCC

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2011 e 2010
Rentipar Financeira, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

49. CONDIÇÕES ESPECIAIS SOBRE O RISCO SOBERANO DE GRÉCIA, IRLANDA E PORTUGAL

Três países europeus, Grécia, Irlanda e Portugal, sofreram uma deterioração das suas finanças públicas num contexto adverso de conjuntura económica e financeira desfavorável. Esta situação levou os agentes do mercado a não adquirirem títulos de dívida pública emitidos por estes países para financiarem os défices públicos.

As políticas de solidariedade europeias previstas para estas situações, levaram os países da zona euro em conjunto com o Fundo Monetário Internacional a porem em prática um conjunto de mecanismos de apoio, levando à formulação e implementação de planos de ajustamento na Grécia, e posteriormente para a Irlanda e Portugal.

Todos estes planos estão a ser acompanhados por um conjunto de medidas que visam uma redução significativa dos desequilíbrios das contas públicas dos países visados.

Exposições do Grupo:

	Prazo Residual					Total	Provisões / Imparidade	Reserva IV	Exposição
	1 ano	2 anos	3 anos	5 anos	> 5 anos				
Portugal									
<u>Activos financeiros Disp. Venda</u>									
Governo Central	269.102	5.146	10	21.419	36.290	331.967	-	(33.810)	365.777
Governos Locais e Regionais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bancos	15.218	-	18.919	783	-	34.920	-	(3.892)	38.812
Empresas Públicas	-	7.018	-	-	2.343	9.361	-	(5.875)	15.236
	284.320	12.164	18.929	22.202	38.633	376.248	-	(43.577)	419.825
<u>Investimentos detidos até maturidade</u>									
Governo Central	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Governos Locais e Regionais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bancos	8.210	-	2.560	-	-	10.770	-	-	10.770
Empresas Públicas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	8.210	-	2.560	-	-	10.770	-	-	10.770
<u>Crédito</u>									
Governo Central	2.084	895	1.387	3.858	71.158	79.192	-	-	79.192
Governos Locais e Regionais	15.400	30.250	15.000	-	20.000	80.650	-	-	80.650
Bancos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Empresas Públicas	14.359	-	866	-	29.934	45.158	-	-	45.158
	31.853	30.945	17.252	3.858	121.092	205.000	-	-	205.000
	324.383	43.109	38.741	26.060	159.725	592.018	-	(43.577)	635.595
Grécia									
<u>Activos financeiros Disp. Venda</u>									
Governo Central	1.047	-	-	-	-	1.047	-	(941)	1.988
Governos Locais e Regionais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bancos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Empresas Públicas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	1.047	-	-	-	-	1.047	-	(941)	1.988
<u>Investimentos detidos até maturidade</u>									
Governo Central	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Governos Locais e Regionais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bancos	-	-	-	948	-	948	-	(200)	1.148
Empresas Públicas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	948	-	948	-	(200)	1.148
	1.047	-	-	948	-	1.995	-	(1.141)	3.136
Irlanda									
<u>Activos financeiros Disp. Venda</u>									
Governo Central	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Governos Locais e Regionais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bancos	452	-	3.004	-	-	3.456	-	(455)	3.911
Empresas Públicas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	452	-	3.004	-	-	3.456	-	(455)	3.911
	452	-	3.004	-	-	3.456	-	(455)	3.911

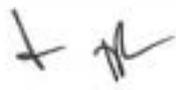
283
d
M
PC

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2011 e 2010
Rentipar Financeira, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

50. EVENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

À data de aprovação das presentes Demonstrações Financeiras pelo Conselho de Administração da Rentipar Financeira, SGPS, SA, não se verificava nenhum acontecimento subsequente a 31 de Dezembro de 2011, data de referência das referidas Demonstrações Financeiras, que exigissem ajustamentos ou modificações dos valores dos activos e dos passivos, nos termos da IAS 10 – Acontecimentos após a data de balanço.


284

FR
162

RELATÓRIO ANUAL E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Accionistas,

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, vimos submeter à vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer sobre o Relatório de Gestão, o Balanço, as Demonstrações de Resultados, do Rendimento Integral, da Variação em Capitais Próprios e dos Fluxos de Caixa e respectivos Anexos, individuais e consolidados, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, apresentados pelo Conselho de Administração da **Rentipar Financeira, SGPS, S.A.**

Acompanhámos durante o exercício de 2011 a actividade da Sociedade, examinámos os livros, registos contabilísticos e demais documentação, constatámos a observância da lei e dos estatutos e obtivemos da Administração os esclarecimentos, informações e documentos solicitados, que nos permitiu o pleno desempenho das nossas funções.

Tomámos conhecimento das recomendações formuladas pelo Banco de Portugal ao Conselho de Administração da sociedade, nomeadamente em matéria de políticas, procedimentos e controlos na gestão do risco de crédito bem como na análise da imparidade colectiva, sugerindo a reformulação do modelo de imparidade e da regularização das deficiências, tendo-se inteirado das medidas tomadas pelo Conselho de Administração no sentido de implementar as mesmas recomendações.

Os critérios valorimétricos utilizados obedecem às Normas de Contabilidade Ajustadas (“NCA”), de acordo com o definido pelo Banco de Portugal, reflectem de uma forma clara a actividade financeira da empresa e estão explicitados no Anexo às Contas.

Consideramos que o Relatório de Gestão refere com adequado detalhe os factos mais relevantes ocorridos no exercício, expõe adequadamente a evolução do sector e as suas implicações na actividade da empresa, bem como o desenvolvimento dos seus negócios e resultados, permitindo compreender a situação da Empresa e as perspectivas da sua evolução, satisfazendo as disposições legais e estatutárias.

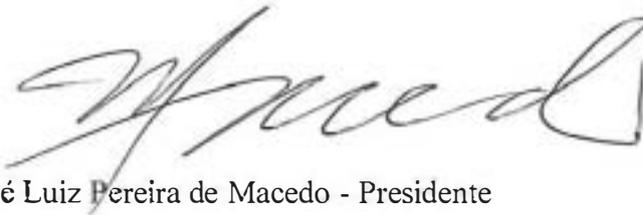
The image shows two handwritten signatures in black ink. The signature on the left is a cursive name, possibly 'António'. The signature on the right is more stylized and includes a small 'P.' or similar mark below it.

O Conselho Fiscal tomou conhecimento das Certificações Legais das Contas, individuais e consolidadas, emitidas pelo Revisor Oficial de Contas, com o qual manifesta a sua concordância.

Nesta conformidade somos do parecer que sejam aprovados, pelos Accionistas, os documentos de prestação de contas, individuais e consolidadas, do exercício de 2011, bem como a proposta de aplicação de resultados constante do Relatório de Gestão.

Lisboa, 15 de Maio de 2012

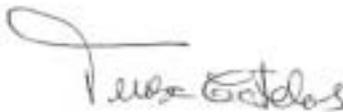
O CONSELHO FISCAL



José Luiz Pereira de Macedo - Presidente



Carlos Alberto da Costa Martins



Teresa Lucinda Camoesas Castelo

Certificação Legal das Contas

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas de Rentipar Financeira - SGPS, S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2011 (que evidencia um total de 580.561 milhares de Euros e um total de capital próprio de 516.550 milhares de Euros, incluindo um resultado líquido de 3.546 milhares de Euros), a Demonstração de Resultados, a Demonstração do Rendimento Integral, a Demonstração de Variações em Capital Próprio e a Demonstração de Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e o Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de Rentipar Financeira - SGPS, S.A., em 31 de Dezembro de 2011, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA'S) tal como definidas pelo Banco de Portugal no Aviso 1/2005.

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 14 de Maio de 2012

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 178)
Representada por:



Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto (ROC nº 1230)

Certificação Legal das Contas Consolidadas

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas de Rentipar Financeira - SGPS, S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2011 (que evidencia um total de 15.922.245 milhares de Euros e um total de capital próprio de 553.308 milhares de Euros, incluindo um resultado líquido negativo de 77.418 milhares de Euros), a Demonstração de Resultados Consolidados, a Demonstração do Rendimento Integral Consolidado, a Demonstração Consolidada de Variações em Capitais Próprios e a Demonstração Consolidada de Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e o Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas englobadas na consolidação, o resultado consolidado e o rendimento integral das suas operações, as alterações consolidadas no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação de as demonstrações financeiras das empresas englobadas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a verificação das operações de consolidação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio de continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão consolidado com as demonstrações financeiras consolidadas.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião as demonstrações financeiras consolidadas referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada de Rentipar Financeira - SGPS, S.A. em 31 de Dezembro de 2011, o resultado e o rendimento integral consolidado das suas operações, as alterações no seu capital próprio consolidado e os seus fluxos consolidados de caixa consolidados no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adoptadas na União Europeia.

Ênfase

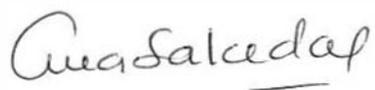
8. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para o contexto macroeconómico adverso e impactos no sistema financeiro, referidos no Capítulo I do Relatório de Gestão, e as perspectivas da nova gestão e estratégia de financiamento para o Grupo Rentipar Financeira, conforme referidos no final do capítulo IV e na alínea b) do nº 2.2.5.1 do Capítulo II do Relatório de Gestão.

Relato sobre outros requisitos legais

9. É também nossa opinião que a informação constante do Relatório de Gestão consolidado é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício.

Lisboa, 14 de Maio de 2012

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 178)
Representada por:



Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto (ROC nº 1230)